

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Faculdade de Políticas Públicas e Gestão de Negócios  
Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública e Cidadania

Renato Quirino Machado Junior

**Olhares da Complexidade no Aglomerado da Serra em Belo Horizonte: notas autoetnográficas sobre Segurança Pública, homicídios e cidadania**

Belo Horizonte  
2022

Renato Quirino Machado Junior

**Olhares da Complexidade no Aglomerado da Serra em Belo Horizonte: notas autoetnográficas sobre Segurança Pública, homicídios e cidadania**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Segurança Pública e Cidadania, da Faculdade de Políticas Públicas e Gestão de Negócios da Universidade do Estado de Minas Gerais, como requisito para obtenção do título de Mestre em Segurança Pública e Cidadania.

Orientador: Prof. Dr. Francis Albert Cotta.

Belo Horizonte

2022

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

Trabalho intitulado OLHARES DA COMPLEXIDADE NO AGLOMERADO DA SERRA EM BELO HORIZONTE: NOTAS AUTOETNOGRÁFICAS SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA, HOMICÍDIOS E CIDADANIA, elaborado pelo mestrando Renato Quirino Machado Junior, apresentado à banca examinadora do Mestrado Profissional em Segurança Pública e Cidadania, composta pelas(os) avaliadoras(res):

Prof. Dr. Francis Albert Cotta – UEMG  
Orientador

Profa. Dra. Jane Noronha Carvalhais – UEMG  
Avaliadora

Prof. Dr. Jorge Mascarenhas Lasmar – PUC MINAS  
Avaliador

Dr. Gustavo Tomaz de Almeida – UEMG  
Avaliador Suplente

Dr. Tiago Farias Braga – CPP/APM  
Avaliador Suplente

A banca examinadora considerou o trabalho \_\_\_\_\_.

Belo Horizonte, \_\_\_\_\_ de novembro de 2022.

*Dedico este trabalho aos meus pais, à minha esposa, à minha filha e ao meu irmão, por serem bases sólidas que estruturam a minha essência.*

*À comunidade do Aglomerado da Serra, povo batalhador e sofrido, que por muitas vezes é usado devido a sua vulnerabilidade social.*

*À Polícia Militar de Minas Gerais cuja grandeza foi construída ao longo dos seus 247 anos, participando da evolução social, lado a lado com o povo mineiro, em busca pela cidadania.*

Agradeço,

À Deus, fonte protetora e guia, pela vida, saúde e família. Pela força, motivação e perseverança que me ofertou nos momentos desafiadores.

À minha família por compreender a necessidade de dedicação a esse Mestrado, nesses dois últimos e longos anos, tendo por vezes que abdicar de nossos momentos de lazer e convívio em prol desse objetivo.

Ao meu orientador, Pós-Doutor, Caveira e Major, Francis Albert Cotta, por sua tranquilidade, educação, disponibilidade e inteligência indelével, que foram fundamentais para o direcionamento e conclusão desta pesquisa.

Aos policiais militares da 127ª Cia PM do 22º Batalhão da Polícia Militar, em especial àqueles do GEPAR 7 e do PROERD, homens e mulheres de valor ímpar, abnegados no cumprimento de sua missão de servir a comunidade, em especial a comunidade do Aglomerado da Serra.

Aos brilhantes profissionais do CINDS, em especial ao 2º Sargento Adriano Felipe Malaquias que me auxiliou de forma decisiva com os dados estatísticos demandados.

Por fim, de forma especial, agradeço a Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) pela oportunidade e estrutura ofertada, aos brilhantes professores que mostraram o caminho a ser seguido e aos colegas de turma que caminharam irmanados na busca pelo conhecimento.

A todos os Senhores e as Senhoras, o meu muito obrigado.

## RESUMO

Esta dissertação investigou como se teceram as multidimensionalidades da Segurança Pública no Aglomerado da Serra e seus reflexos nos homicídios, no período de 2006-2021. Como fio condutor, utilizou-se a Teoria da Complexidade, do filósofo francês Edgar Morin, a qual veio contrapor a linearidade do pensamento cartesiano de René Descartes. Entendeu-se, que para se pesquisar um fenômeno tão complexo e multifacetado como o homicídio, olhar pelo prisma da Complexidade seria fundamental. Para tanto, estabeleceu-se como metodologia basilar o método *in vivo* de Morin, onde o pesquisador está no campo e interage com ele. A busca pela autoetnografia proporcionou uma observação participante capaz de interpretar os processos de implementação das políticas públicas Fica Vivo!, GEPAR, PROERD e Programa Vila Viva, e seus impactos na incidência de homicídios. Dessa forma, o ator-pesquisador vivenciou a dinâmica sócio-histórico-cultural do Aglomerado da Serra e sua relação com o crime organizado; imergiu nos homicídios ocorridos e nas entranhas do tráfico de drogas e suas perversidades, demonstradas inclusive pela iconografia do “mundo do crime”. A reflexividade proporcionada pela autoetnografia foi sustentada por bibliografias: 1) que relacionam a criminalidade nas favelas e seus impactos nefastos na cidadania; 2) que descrevem a congruência histórica entre a formação socio-político-cultural-demográfica de Belo Horizonte e das oito vilas que compõem a trama plural do Aglomerado da Serra; 3) que ilustram e emolduram os diversos fatores causadores do crime; e 4) que retratam o cenário dos homicídios no Brasil e no mundo. Em seguida, mergulhou-se num emaranhado de dados que entrelaçados entre o tráfico de drogas, armas de fogo, traficantes, comunidade e polícia, vão formando um contorno denso dos homicídios no Aglomerado da Serra. Em meio a esse cenário, por vezes caótico, está o poder público com o poder-dever de promover impactos na vida das pessoas por meio das políticas públicas: Fica Vivo!, GEPAR, PROERD e Programa Vila Viva. Por derradeiro, apresentam-se as considerações finais, correlacionando o contexto teórico e observacional às reflexões do ator-pesquisador, neste importante estudo para a Segurança Pública e cidadania.

**Palavras-chave:** Teoria da Complexidade. Homicídios. Favelas. Políticas Públicas. Aglomerado da Serra.

## ABSTRACT

This dissertation investigated how the multidimensionalities of Public Security at Agglomerado da Serra and its effects on the homicides were built in the period of 2006 - 2021. As a guiding thread, it was used the Theory of Complexity, proposed by the french philosopher Edgar Morin, which came to oppose the linearity of the cartesian thought of René Descartes. In order to research into such a complex and multifaceted phenomenon as the homicide, it was considered that was essential an analysis by the prism of complexity. Therefore, Morin's in vivo method, in which the researcher is in the field and interacts with it, was established as a basic methodology. The search for autoethnography provided a participant observation capable of interpreting the implementation processes of public policies Fica Vivo!, GEPAR, PROERD and Programa Vila Viva, and their impacts in the incidence of homicides. Thus, the actor-researcher experienced a socio-historical-cultural dynamic of Agglomerado da Serra and its relationship with organized crime; he immersed himself in the homicides occurred and in the entrances of drug trafficking and its perversities, demonstrated even by the iconography of the "world of crime". The reflexivity provided by autoethnography was supported by bibliographies: 1) that list crime in favelas and its harmful impacts on citizenship; 2) that describe the historical congruence between the socio-political-cultural-demographic formation of Belo Horizonte and the eight villages that make up the plural plot of Agglomerado da Serra; 3) that illustrate and frame the several factors that cause the crime; and 4) that portray the scenario of homicides in Brazil and in the world. Then, a tangle of data was put together, which, it all, intertwined between drug trafficking, firearms, drug traffickers, community and police, forming a dense outline of homicides in Agglomerado da Serra. Amidst this scenario, sometimes chaotic, there are the public authorities, which have the authority-duty to promote impacts on people's lives through public policies: Fica Vivo!, GEPAR, PROERD and Vila Viva Program. Finally, the final considerations are presented, correlating the theoretical and observational context to the reflections of the actor-researcher, in this important study for Public Security and citizenship.

Keywords: Complexity Theory. Homicides. Favelas. Public Policy. Agglomerado da Serra.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABS.	- Absoluta
ACISO	- Ação Cívico Social
ADA	- Amigo dos Amigos
APM	- Academia de Polícia Militar
BNDES	- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BOPE	- Batalhão de Operações Policiais Especiais
BPM	- Batalhão de Polícia Militar
BX	- Baixada
CHISBEL	- Coordenação de Habitação de Interesse Social
CIA	- Companhia
CIA PM	- Companhia de Polícia Militar
CIA PM IND.	- Companhia de Polícia Militar Independente
CID	- Classificação Internacional de Doenças
CIDEU	- Centro Iberoamericano de Desarrollo Estratégico Urbano
CINDS	- Centro Integrado de Defesa Social
CK	- Coqueiro
CPE	- Comando de Policiamento Especializado
CPM	- Corregedoria da Polícia Militar
CR	- Constituição da República
CRISP	- Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública
CS	- Centro de Saúde
CV	- Comando Vermelho
DARE	- <i>Drug Abuse Resistance Education</i>
DDU	- Disque-Denúncia Unificado
DO	- Declaração de Óbito
DPSSP	- Diretriz para a Produção de Serviços de Segurança Pública
DRB	- Del Rey Bala
DT	- Délio Tavares
EMPM	- Estado Maior da Polícia Militar
FBSP	- Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FIG.	- Figura
FVL	- Favelinha
GATE	- Grupamento de Ações Táticas Especiais
GDI	- Gangue da Igrejinha
GEPAE	- Grupo Especializado em Policiamento em Áreas Especiais
GEPAR	- Grupo Especial de Policiamento em Área de Risco
GEPAR 7	- Grupo Especial de Policiamento em Área de Risco, 127ª Cia
GIE	- Grupo de Intervenção Estratégica
GRÁF.	- Gráfico
HPM	- Hospital da Polícia Militar
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	- Índice de Desenvolvimento Humano
IML	- Instituto Médico Legal
IVS	- Índice de Vulnerabilidade à Saúde
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
NS	- Nossa Senhora
OMS	- Organização Mundial da Saúde

ONG	- Organização Não-Governamental
ONU	- Organização das Nações Unidas
OTA	- Organização Terrorista Arara
OTB	- Organização Terrorista da Bandonion
OTC	- Organização Terrorista do Cafezal
OTN	- Organização Terrorista do Naja
OTP	- Organização Terrorista da Passagem
OTS	- Organização Terrorista da Sacramento
PBH	- Prefeitura de Belo Horizonte
PC	- Pau Comeu
PCB	- Primeiro Comando da Binário
PCMG	- Polícia Civil de Minas Gerais
PGE	- Plano Geral Específico
PMMG	- Polícia Militar de Minas Gerais
PRODECOM	- Programa de Desenvolvimento de Comunidades
PROERD	- Programa Educacional de Resistência às Drogas
PV	- Paiva
RDA	- Rua da Água
RDO	- Rua do Ouro
REDS	- Registro de Evento de Defesa Social
RPM	- Região de Polícia Militar
SAMU	- Serviço de Atendimento Médico de Urgência
SEJUSP	Secretaria de Justiça e Segurança Pública
SIDS	- Sistema Integrado de Defesa Social
SIM	- Sistema de Informação de Mortalidade
SUS	- Sistema Único de Saúde
P.	- Página
PGE	- Plano Global Específico
PP	- Partido Progressista
PPV	- Pacto pela Vida
PSDB	- Partido da Social Democracia Brasileira
PT	- Partido dos Trabalhadores
REL.	- Relativa
ROTAM	- Rondas Táticas Metropolitanas
TAB.	- Tabela
TC	- Terceiro Comando
TCP	- Terceiro Comando Puro
TM	- Tático Móvel
UFMG	- Universidade Federal de Minas Gerais
UIT	- Unidade de Intervenção Tática
UMEI	- Unidade Municipal de Educação Infantil
UNICEF	- <i>United Nations Children's Fund</i>
UNODC	- <i>Oficina de las Naciones Unidas contra la Droga y el Delito</i>
UPC	- Unidades de Prevenção à Comunidade de Base Local
UPPs	- Unidades de Polícia Pacificadora
URBEL	- Companhia Urbanizadora e de habitação de Belo Horizonte

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Revisão de literatura.....	27
Tabela 2 - Homicídios consumados no Brasil, 1979-2020.....	157
Tabela 3 - Homicídios consumados em Minas Gerais, 1979-2020.....	158
Tabela 4 - Homicídios consumados em Belo Horizonte, 1979-2020.....	159
Tabela 5 - Ocorrências observadas no Aglomerado da Serra, 2006 e 2021.....	161
Tabela 6 - Quantitativo anual das ocorrências selecionadas e estudadas, Aglomerado da Serra, 2006 e 2021.....	163
Tabela 7 - Unidades responsáveis pelo registro das ocorrências pesquisadas, 2006-2021.....	164
Tabela 8 - Número de autores identificados por natureza das ocorrências pesquisadas, Aglomerado da Serra, 2006-2021.....	165
Tabela 9 - Número de autores presos nas ocorrências observadas, Aglomerado da Serra, 2006-2021.....	166
Tabela 10 - Números de autores identificados, mas não presos em flagrante, nas ocorrências, Aglomerado da Serra, 2006-2021.....	167
Tabela 11 - Número de autores relacionados por vilas do Aglomerado da Serra nas ocorrências pesquisadas, 2006-2021.....	167
Tabela 12 - Número de autores presos por tráfico de drogas, associação para o tráfico e uso de drogas no Aglomerado da Serra, 2006-2021.....	168
Tabela 13 - Número de traficantes presos, segundo o gênero, Aglomerado da Serra, 2006-2021.....	169
Tabela 14 - Traficantes presos, segundo a faixa etária, Aglomerado da Serra, 2006-2021.....	170
Tabela 15 - Traficantes presos, segundo a cútis, Aglomerado da Serra, 2006-2021.....	170
Tabela 16 - Número de homicídios consumados registrados e vítimas fatais, Aglomerado da Serra, 2006-2021.....	174
Tabela 17 - Gênero dos autores de homicídios consumados que foram identificados no Aglomerado da Serra, 2006-2021.....	175
Tabela 18 - Faixa etária dos autores de homicídios consumados que foram identificados, Aglomerado da Serra, 2006-2021.....	176
Tabela 19 - Cútis dos autores de homicídios consumados que foram identificados, Aglomerado da Serra, 2006-2021.....	177
Tabela 20 - Gênero das vítimas de homicídios consumados, Aglomerado da Serra, 2006-2021.....	178
Tabela 21 - Número de vítimas de homicídios consumados por faixa etária, Aglomerado da Serra, 2006-2021.....	178
Tabela 22 - Número de vítimas de homicídios consumados, segundo cútis, Aglomerado da Serra, 2006-2021.....	179
Tabela 23 - Número de homicídios consumados por vilas, Aglomerado da Serra, 2006-2021.....	180
Tabela 24 - Causa presumida dos homicídios consumados, Aglomerado da Serra, 2006-2021.....	181
Tabela 25 - Meio utilizado para o cometimento de homicídio consumado, Aglomerado da Serra, 2006-2021.....	182
Tabela 26 - Gênero das vítimas de homicídios tentados, Aglomerado da Serra, 2006-2021.....	183

Tabela 27 - Faixa etária das vítimas de homicídios tentados, Aglomerado da Serra, 2006-2021.....	184
Tabela 28 - Cútis das vítimas de homicídios tentados, Aglomerado da Serra, 2006-2021.....	185
Tabela 29 - Homicídios tentados por vilas, Aglomerado da Serra, 2006-2021	186
Tabela 30 - Causa presumida dos homicídios tentados, Aglomerado da Serra, 2006-2021.....	187
Tabela 31 - Meio utilizado para o cometimento de homicídio tentado, Aglomerado da Serra, 2006-2021.....	188
Tabela 32 - Armas de fogo apreendidas por vilas, Aglomerado da Serra, 2006-2021.....	191
Tabela 33 - Tipos de armas de fogo apreendidas, Aglomerado da Serra, 2006-2021.....	191
Tabela 34 - Ocorrências de homicídio consumado, homicídio tentado e lesão corporal decorrentes da ação policial, Aglomerado da Serra, 2006-2021.....	193
Tabela 35 - Mortes decorrentes de ação policial, Aglomerado da Serra, 2006-2021.....	194
Tabela 36 - Pessoas atendidas pelo Fica Vivo!, Aglomerado da Serra, 2006-2021.....	212
Tabela 37 - Quantidade de oficinas realizadas pelo Fica Vivo!, Aglomerado da Serra, 2013-2021.....	213
Tabela 38 - Modalidades das oficinas realizadas pelo Fica Vivo!, Aglomerado da Serra, 2014-2021.....	214
Tabela 39 - Valores investidos pelo governo de Minas Gerais no Fica Vivo!, 2012-2021.....	215
Tabela 40 – Público formado pelo PROERD da 127ª Cia da PMMG com destaque para o Aglomerado da Serra, 2004-2021.....	235

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Homicídios consumados no Brasil, 1979-2020.....	157
Gráfico 2 - Homicídios consumados em Minas Gerais, 1979-2020.....	158
Gráfico 3 - Homicídios consumados em Belo Horizonte, 1979-2020.....	160
Gráfico 4 - Ocorrências observadas no Aglomerado da Serra, 2006 e 2021.....	161
Gráfico 5 - Quantitativo anual das ocorrências selecionadas e estudadas, Aglomerado da Serra, 2006 e 2021.....	164
Gráfico 6 - Unidades responsáveis pelo registro das ocorrências pesquisadas, 2006-2021.....	165
Gráfico 7 - Número de autores presos por tráfico de drogas, associação para o tráfico e uso de drogas no Aglomerado da Serra, 2006-2021.....	168
Gráfico 8 - Percentual de traficantes presos, segundo o gênero, Aglomerado da Serra, 2006-2021.....	169
Gráfico 9 - Traficantes presos, segundo a faixa etária, Aglomerado da Serra, 2006-2021.....	170
Gráfico 10 - Traficantes presos, segundo a cútis, Aglomerado da Serra, 2006-2021.....	171
Gráfico 11 - Vítimas de homicídios consumados no Aglomerado da Serra, 2006-2021.....	175
Gráfico 12 - Gênero dos autores de homicídios consumados que foram identificados no Aglomerado da Serra, 2006-2021.....	176
Gráfico 13 - Faixa etária dos autores de homicídios consumados que foram identificados, Aglomerado da Serra, 2006-2021.....	176
Gráfico 14 - Cútis dos autores de homicídios consumados que foram identificados, Aglomerado da Serra, 2006-2021.....	177
Gráfico 15 - Gênero das vítimas de homicídios consumados, Aglomerado da Serra, 2006-2021.....	178
Gráfico 16 - Número de vítimas de homicídios consumados por faixa etária, Aglomerado da Serra, 2006-2021.....	179
Gráfico 17 - Número de vítimas de homicídios consumados, segundo cútis, Aglomerado da Serra, 2006-2021.....	179
Gráfico 18 - Número de homicídios consumados por vilas, Aglomerado da Serra, 2006-2021.....	180
Gráfico 19 - Causa presumida dos homicídios consumados, Aglomerado da Serra, 2006-2021.....	181
Gráfico 20 - Meio utilizado para o cometimento de homicídio consumado, Aglomerado da Serra, 2006-2021.....	182
Gráfico 21 - Vítimas de homicídios tentados, Aglomerado da Serra, 2006-2021.....	183
Gráfico 22 - Gênero das vítimas de homicídios tentados, Aglomerado da Serra, 2006-2021.....	184
Gráfico 23 - Faixa etária das vítimas de homicídios tentados, Aglomerado da Serra, 2006-2021.....	185
Gráfico 24 - Cútis das vítimas de homicídios tentados, Aglomerado da Serra, 2006-2021.....	186
Gráfico 25 - Homicídios tentados por vilas, Aglomerado da Serra, 2006-2021.....	186
Gráfico 26 - Causa presumida dos homicídios tentados, Aglomerado da Serra, 2006-2021.....	188

Gráfico 27 - Meio utilizado para o cometimento de homicídio tentado, Aglomerado da Serra, 2006-2021.....	189
Gráfico 28 - Apreensão de armas de fogo, Aglomerado da Serra, 2006-2021	190
Gráfico 29 - Armas de fogo apreendidas por vilas, Aglomerado da Serra, 2006-2021.....	192
Gráfico 30 - Ocorrências de homicídio consumado, homicídio tentado e lesão corporal decorrentes de ação policial, Aglomerado da Serra, 2006-2021.....	193
Gráfico 31 - Mortes decorrentes de ação policial, Aglomerado da Serra, 2006-2021.....	194
Gráfico 32 - Relação entre quantidade de armas de fogo apreendidas, ocorrências de tráfico de drogas e homicídios consumados, Aglomerado da Serra, 2006-2021.....	225

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Seleção das ocorrências inválidas por georreferenciamento, 2006-2021.....	42
Figura 2 - Mapa da futura Belo Horizonte apresentado pela Comissão Construtora na fase de planejamento das obras em 1894.....	60
Figura 3 - As favelas mais antigas de Belo Horizonte: criação e situação.....	66
Figura 4 - Mapa da distribuição das favelas em 1940 em Belo Horizonte.....	67
Figura 5 - Favelas urbanizadas pelo PRODECOM em Belo Horizonte.....	69
Figura 6 - Locais de ocorrência de homicídios (2006 a 2009) e domínios de favelas em torno da Fazenda Botafogo.....	78
Figura 7 - Localização geográfica do Aglomerado da Serra em Belo Horizonte.....	83
Figura 8 - Mapa com a distribuição de seis vilas no Aglomerado da Serra.....	84
Figura 9 - Mapa com a distribuição de oito vilas no Aglomerado da Serra.....	85
Figura 10 - Distribuição de vilas, favelas e loteamentos públicos de interesse social pela PBH, 2021.....	86
Figura 11 - Linha do tempo das primeiras ocupações nas vilas do Aglomerado da Serra, segundo CIDEU (2022).....	89
Figura 12 - Indicadores sociodemográficos de favelas de Belo Horizonte, 2010.....	91
Figura 13 - Perfil no Instagram do Baile da R.D.O.....	96
Figura 14 - Perfil no Instagram do Baile do Campim.....	97
Figura 15 - Perfil no Instagram do Baile do P.C.....	98
Figura 16 - Perfil no Instagram do Baile da Del Rey.....	99
Figura 17 - Perfil no Instagram do Baile Funk da Serra.....	100
Figura 18 - Perfil no Instagram do Baile da Serra nas Quebradas.....	101
Figura 19 - Um morto e 13 feridos em baile funk no Aglomerado da Serra, jun. 2014.....	103
Figura 20 - Adolescente morre em baile funk no Aglomerado da Serra, jul. 2017.....	103
Figura 21 - Homens armados em baile funk no Aglomerado da Serra, abr. 2019.....	104
Figura 22 - Baile funk no Aglomerado da Serra tira o sono da vizinhança, set. 2020.....	104
Figura 23 - Traficantes presos durante baile funk no Aglomerado da Serra, dez. 2020.....	104
Figura 24 - Adolescente é baleado em baile no Aglomerado da Serra, dez. 2020.....	105
Figura 25 - <i>Flyer</i> do Baile do Campim.....	106
Figura 26 - Imagens dos bailes funk realizados no Aglomerado da Serra.....	108
Figura 27 - Recorte jornalístico sobre a guerra no Aglomerado da Serra, set. 2006.....	111
Figura 28 - Divisão territorial das Organizações Criminosas do Aglomerado da Serra.....	112
Figura 29 - Bailes funk no Aglomerado da Serra em áreas de atuação das organizações criminosas.....	118
Figura 30 - Grafite em um dos principais logradouros do Aglomerado da Serra	122
Figura 31 - Parte 1: Desabamento de moradias e desespero da comunidade	123

Figura 32 - Parte 2: Baile funk.....	124
Figura 33 - Parte 3: O rei do tráfico às custas da comunidade.....	125
Figura 34 - Parte 4: Abuso policial, ostentação do tráfico e o sofrimento das famílias.....	126
Figura 35 - Parte 5: Prisão e fome.....	127
Figura 36 - A vida em meio ao tráfico.....	128
Figura 37 - Demonstração de força, poder e ostentação.....	130
Figura 38 - Mosaico com imagens de pichações no Aglomerado da Serra.....	131
Figura 39 - Número de homicídios nas favelas de Belo Horizonte, 1998-2002.....	172
Figura 40 - Número de homicídios no Aglomerado da Serra, 1998-2007.....	172
Figura 41 - Fluxograma de avaliação de desempenho.....	199
Figura 42 - Dimensões de desempenho dos “3 Es”.....	200
Figura 43 - Políticas de Segurança Pública preventiva e reativa.....	203
Figura 44 - Estrutura organizacional da Polícia Militar de Minas Gerais.....	217
Figura 45 - Área de responsabilidade territorial do 22º BPM.....	222
Figura 46 - Ação social do GEPAR 7 no Aglomerado da Serra em 2021.....	228
Figura 47 - Ação social do GEPAR 7 no Aglomerado da Serra em 2021.....	228
Figura 48 - Projeto GEPAR KIDS no Aglomerado da Serra em 2019.....	229
Figura 49 - Projeto GEPAR KIDS no Aglomerado da Serra em 2019.....	229
Figura 50 - Projeto GEPAR KIDS no Aglomerado da Serra em 2021.....	230
Figura 51 - Projeto GEPAR KIDS no Aglomerado da Serra em 2021.....	230
Figura 52 - Alunos do PROERD fazem passeada no Aglomerado da Serra, 2018.....	236
Figura 53 - Eixos norteadores do Programa Vila Viva.....	240
Figura 54 - Principais intervenções realizadas pelo Programa Vila Viva.....	241
Figura 55 - Parques criados pelo Programa Vila Viva no Aglomerado da Serra.....	243
Figura 56 - Principais obras do Programa Vila Viva.....	244

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Escolas no Aglomerado da Serra.....	234
--	-----

# SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	19
1.1	Contextualização, objeto, problema e objetivos .....	22
1.2	Percursos teórico-metodológicos .....	25
1.3	Teoria do Pensamento Complexo e o Método <i>in vivo</i> .....	28
1.4	O ator-pesquisador e a autoetnografia.....	29
1.5	Estratégias para coleta e tratamento de dados.....	35
1.6	Organização e apresentação da pesquisa.....	45
<b>2</b>	<b>OS CRIMES NAS CIDADES: AMEAÇAS À CIDADANIA</b> .....	47
2.1	A (des)organização dos espaços urbanos como vetor criminal.....	50
2.1.1	O belo horizonte de Minas Gerais: será?.....	56
2.2	Favelas: espaço de desordem física e social?.....	62
2.2.1	O paradoxo urbanização e favelas em Belo Horizonte.....	62
2.2.2	A expressão cultural e política nas favelas.....	70
2.3	A territorialização pelo crime: a ameaça para a cidadania.....	74
<b>3</b>	<b>OLHARES AUTOETNOGRÁFICOS SOBRE O AGLOMERADO DA SERRA</b> .....	83
3.1	A (des)estruturação geográfica e sociodemográfica.....	83
3.2	Manifestações culturais e o baile funk: paradoxo entre significado ordem.....	92
3.3	A influência das organizações criminosas: um conviver clandestino?.....	109
3.3.1	As organizações criminosas do Aglomerado da Serra.....	110
3.3.2	O “mundo do crime” e a gramática moral iconográfica no Aglomerado da Serra.....	119
<b>4</b>	<b>O TECIDO POR TRÁS DOS HOMICÍDIOS</b> .....	132
4.1	O crime da sociedade e a sociedade do crime .....	133
4.1.1	O crime e sua multicausalidade: revisitando as teorias clássicas.....	135
4.2	Homicídios: uma visão multidimensional.....	142
4.2.1	Dados confiáveis sobre homicídios: um desafio que ainda persiste.....	143
4.2.2	O perfil majoritário das vítimas de homicídios.....	145
4.2.3	Prevenção e elucidação dos homicídios: tentativa de ordem na desordem.....	147
4.2.4	Uma análise sócio-histórica dos homicídios.....	149
4.2.5	O tráfico de drogas e sua influência nos homicídios.....	151
4.2.6	Homicídios no Brasil, em Minas Gerais e em Belo Horizonte, 1979-2021.....	156
4.3	Estudo dos homicídios consumados e das ocorrências correlatas no Aglomerado da Serra, 2006-2021.....	160
<b>5</b>	<b>A INFLUÊNCIA DO PODER PÚBLICO NA VIDA DAS PESSOAS POR MEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, SERVIÇOS E PROGRAMAS: A BUSCA PELA EFETIVIDADE CIDADÃ NO AGLOMERADO DA SERRA</b> .....	196

5.1	A efetividade das políticas públicas como o vetor para a cidadania.....	198
5.2	Políticas de Segurança Pública e políticas públicas de segurança.....	201
5.3	Fica Vivo!, GEPAR, PROERD e Vila Viva no Aglomerado da Serra.....	207
5.3.1	Fica Vivo!.....	207
5.3.2	Grupo Especial de Policiamento em Área de Risco (GEPAR).....	215
5.3.3	PROERD.....	231
5.3.4	Programa Vila Viva.....	237
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>245</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>258</b>

# 1 INTRODUÇÃO

A violência urbana é uma das temáticas mais presentes nos debates públicos. O tema é alvo de constantes discussões pelos gestores públicos, representantes da sociedade civil organizada, especialistas e a mídia de uma forma geral, pois impacta negativamente na qualidade de vida das pessoas, no exercício da cidadania e no desenvolvimento econômico e social.

A incidência criminal e o medo do crime são desafios sociais prementes para as instituições públicas e para as comunidades. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabeleceu que a Segurança Pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos. Para um tema tão complexo a união de todos, já definida na Carta Constitucional, é fundamental para a busca de bons resultados.

Nesse prisma, sob o olhar da complexidade, Cotta (2022, p. 197) define Segurança Pública como um “bem democrático multidimensional, legitimamente desejado por todos os setores sociais, um direito fundamental da cidadania, obrigação constitucional do Estado e responsabilidade de cada pessoa.”

Nesse cenário, o controle dos índices de homicídios se apresenta como uma das prioridades para as políticas públicas. A incidência de tal fenômeno é destaque nas pautas editoriais dos meios de comunicação, nas conversas e nas mentes das pessoas. De forma positiva, observa-se que nos últimos anos, o número de homicídios vem reduzindo no Brasil.

Conforme o Atlas da Violência<sup>1</sup>, em 2017 foram contabilizados 65.602 homicídios. Em 2018, houve uma redução de 11,65% em relação ao ano anterior, totalizando 57.956 casos. Em 2019, com 45.503 mortes, nova redução foi observada, perfazendo 21,48%. Em 2020 foram registrados 43.892 homicídios, representando uma redução

---

<sup>1</sup> É um portal que reúne, organiza e disponibiliza informações sobre violência no Brasil, bem como reúne publicações do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) sobre violência e Segurança Pública. Foi criado em 2016 e é gerido pelo IPEA com a colaboração do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/quem/3/sobre>. Acesso em: 2 mar. 2022.

de 3,54% em relação ao ano anterior. Por fim, em 2021 foram catalogados 41.060 homicídios, 7% a menos que em 2020. Mas qual o motivo dessas reduções?

No entendimento do fenômeno criminal dos homicídios, estudos de Beato Filho *et al.* (2001) e Chaves (2021) indicam que um dos fatores que mais impacta na incidência de homicídios é o tráfico de drogas. Diariamente, em especial nos grandes centros urbanos, a mídia estampa em seus jornais as mortes de pessoas relacionadas ao uso e ao comércio ilegal de drogas, aos confrontos entre traficantes, execuções e chacinas.

Em um apanhado histórico, estudos realizados por Beato Filho *et al.* (2001) apontam que no ano de 1998 em Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais, 55% dos casos de homicídios estariam relacionados ao uso e venda de drogas. Os autores complementam que os locais de maior incidência dessa modalidade criminosa seriam as regiões onde há disputas entre facções em busca por domínio de pontos de tráfico, notadamente em favelas.

Vinte anos após, a pesquisa de Chaves (2021) realizada na capital mineira, apresentou o tráfico de drogas como a principal causa dos homicídios consumados, correspondendo a 42,66% dos registros. A esse montante somam-se 7,51% dos registros dos homicídios motivados pelas ações de gangues, muitas dessas vinculadas ao tráfico de drogas. Logo, segundo os dados apresentados pelo autor, em 2020, mais de 50% das mortes em Belo Horizonte estão relacionadas a essa modalidade criminosa, percentual bem aproximado do estudo de Beato Filho *et al.* (2001).

Ainda que correlacionem a maioria dos homicídios com o tráfico de drogas ocorridos principalmente nas favelas, existem poucos estudos com explicações satisfatórias ou fundamentadas que justifiquem a redução do número de homicídios evidenciada nos últimos anos. Como exemplo, Silva (2021) explica que a queda no número de homicídios em Minas Gerais, em 2018 e 2019, poderia estar relacionada com o método de gestão operacional consolidado pela Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG). Em alguns casos, os bons resultados são utilizados por agentes políticos para fins eleitoreiros, sem, no entanto, compreender cientificamente o fenômeno.

Verifica-se que há dificuldade dos estudos em avaliar se as políticas públicas, programas e serviços, têm relação com a redução dos homicídios. Dentre as ações proporcionadas, a maioria está relacionada: 1) ao controle da criminalidade (como o aumento de efetivo policial, alterações legislativas na esfera penal, estratégias de gestão operacional e de inteligência das organizações policiais, aumento do número de prisões e de condenações de criminosos contumazes); 2) as medidas socioeconômicas (oferta de empregos, influência da educação, ressocialização carcerária); 3) as dinâmicas culturais (ofertas de atividades culturais, religião e lazer); 4) a melhoria das estruturas físicas (iluminação pública, equipamentos públicos, construção de moradias populares, pavimentação e construção de vias, becos, vielas). Como mensurar a relação entre essas ações e a redução de homicídios?

Por outro lado, para além das ações do Estado, não se pode deixar de considerar, se existe alguma influência de natureza criminal, por meio do domínio de organizações criminosas em determinada região, acordos entre facções ou estabilidade do mercado ilícito, na queda da incidência de homicídios. Mas como aferir esta influência? Se procedente, não seria uma consequência das ações do próprio Estado?

A falta de fundamentos que embasem a redução sistemática do número de homicídios no país, pode estar relacionada a complexidade do fenômeno. Para Morin (2015) a complexidade é como uma espécie de tecido com partes heterogêneas associadas e inseparáveis, multidimensionais. Nesse espectro teórico refletindo sobre o fenômeno criminal de homicídio, colocam-se as seguintes questões de pesquisa: o que leva a um homicídio? O que impede um homicídio? Qual ação, estatal ou não, que enseja a redução de homicídios?

Na busca por respostas objetivas à problematização proposta, algumas teorias e filosofias buscam explicar as causas que contribuem para o crime e propor ações visando a sua prevenção. Entre elas estão a Teoria do Modelo Ecológico e a Filosofia de Polícia Comunitária ou “Estratégias de Policiamento de Proximidade Social” (COTTA, 2014).

Park (1999), a Teoria do Modelo Ecológico, criada na primeira metade do século XX na cidade de Chicago, nos Estados Unidos, defende que as altas taxas de crimes em

geral em algumas regiões, seriam motivadas pela desordem física e social presentes naquela localidade.

Do ponto de vista da teoria clássica que trata da polícia, Trojanowicz e Bucqueroux (1994) argumentam que a Filosofia de Polícia Comunitária tem papel central nas relações estabelecidas entre o Estado e a sociedade. O foco está nas parcerias desenvolvidas entre a polícia e as comunidades, na busca de melhoria da qualidade de vida nos espaços de interação social.

Inserido em um denso tecido teórico e prático, esta pesquisa apresentará as políticas públicas, programas e serviços implementados em áreas de favela e seus impactos no controle de homicídios na comunidade conhecida como Aglomerado da Serra, localizada na cidade de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais.

Nesta dissertação, por uma questão identitária dos próprios atores sociais, opta-se pelo uso da designação “Favela”, percebida em suas dimensões espaciais, sociais, culturais e políticas. Um *locus* de pluralidades, contradições e complexidades, formado fisicamente por edifícios, casas, barracões, vielas, becos e ruas, habitadas por pessoas que atribuem significados às coisas e ações em suas experiências e interações cotidianas.

### **1.1 Contextualização, objeto, problema e objetivos**

O tema de estudo desta dissertação se relaciona às dinâmicas da Segurança Pública nas cidades, destacando a incidência de homicídios, relacionando a implementação das políticas públicas, programas e serviços, tais como a urbanização das favelas e de intervenção estratégica das instituições estatais no controle da criminalidade, bem como seus reflexos na qualidade de vida das pessoas e no processo de construção da cidadania.

Delimitou-se como recorte geográfico o Aglomerado da Serra, situado no município de Belo Horizonte. Trata-se do maior aglomerado de favelas urbano do estado de Minas Gerais. Segundo Beato Filho *et al.* (2001), por anos, foi a favela com maior

incidência de homicídios em Belo Horizonte, onde é observado um intenso tráfico de drogas. Numa dinâmica teórica-metodológica que privilegia os “jogos de escalas de análises”, entre o macro e o micro (REVEL, 1998), serão revisitadas ações de políticas públicas, programas e serviços realizados em algumas localidades no Brasil (São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Diadema) e no exterior (Bogotá e Nova York) para melhor contextualizar o objeto de estudo.

Temporalmente, delimitou-se como marco de investigação dos homicídios no Aglomerado da Serra o período compreendido entre 2006 e 2021, justificando-se pelo início da digitalização dos Boletins de Ocorrência, ocorrida em meados de 2005. Salienta-se que será necessário realizar recuos cronológicos pontuais, dentro do contexto dos homicídios e da implementação das políticas públicas em favelas, principalmente nos anos finais do século XX e início do século XXI.

No final da década de 1990 e no início dos anos 2000 verificou-se um aumento da incidência de homicídios em Belo Horizonte, principalmente nas favelas. Face a essa crise na Segurança Pública mineira, para tentar frear o número de homicídios, em 2002 foi instituído o Programa Fica Vivo que visou reduzir o número de homicídios em áreas de risco, realizando a integração entre os órgãos de Segurança Pública com o desenvolvimento de ações estratégicas e de defesa social.

Nesse contexto, em 2002, foi criada pela PMMG uma nova modalidade de policiamento, típica da filosofia de polícia comunitária ou da estratégia de policiamento de proximidade social, denominada Grupo Especial de Policiamento em Área de Risco (GEPAR). Essa forma de policiamento, inovadora até então para Minas Gerais, visava garantir um efetivo policial atuante exclusivamente em áreas de risco, notadamente nas favelas.

Na vertente de aproximação comunitária focada na prevenção criminal, em 2004 a PMMG instituiu no Aglomerado da Serra o Programa Educacional de Resistência às Drogas (PROERD). Originado em Los Angeles em 1983, tal programa tem como objetivo educar crianças e adolescentes em fase escolar para que evitem iniciar o uso de drogas. Desde então, a cada semestre, a PMMG, escola e família despertam centenas de crianças a consciência para o problema das drogas e da violência.

Em meados de 2005, outra política pública foi implementada em algumas favelas de Belo Horizonte. Denominado como Programa Vila Viva, visou a estruturação física de comunidades vulneráveis, sendo o Aglomerado [de favelas] da Serra a primeira localidade do estado de Minas Gerais a receber o programa.

Diante desse contexto, coloca-se o seguinte problema de pesquisa: como se teceram as multidimensionalidades e complexidades da Segurança Pública no Aglomerado da Serra e seus reflexos no fenômeno criminal de homicídio?

Por se tratar de uma pesquisa indutiva, onde se busca a observação de fatos ou fenômenos cujas causas procura-se conhecer, não será estabelecida nenhuma hipótese e sim questões de pesquisa que são elaboradas nos respectivos capítulos e seções desta dissertação, numa operação metodológica que busca conhecer o fenômeno em sua processualidade e multidimensionalidade.

Estabeleceu-se como objetivo geral desta dissertação: interpretar os processos de implementação do conjunto de ações que buscam garantir direitos sociais em especial o direito à segurança (Programa Fica Vivo!, GEPAR, PROERD e Programa Vila Viva) aos moradores do Aglomerado da Serra e seus impactos na incidência de homicídios.

Como objetivos específicos, busca-se:

- interpretar a dinâmica sócio-histórico-cultural da organização dos espaços, territórios e sua relação com o crime, enfatizando a cidade de Belo Horizonte e o Aglomerado da Serra;
- investigar o fenômeno homicídio no Aglomerado da Serra, entre 2006 e 2021, observando as causas/efeitos e ocorrências correlatas (lesão corporal, tráfico de drogas e apreensão de armas de fogo);
- identificar os impactos das políticas públicas, programas e serviços no Aglomerado da Serra em relação ao fenômeno criminal do homicídio.

A pesquisa se justifica por ser um estudo de interesse social, acadêmico e institucional, uma vez que o direito à Segurança Pública é um Direito Humano e se encontra no rol dos Direitos Fundamentais garantidos pelas Constituições da República e do Estado de Minas Gerais.

## 1.2 Percursos teórico-metodológicos

Conforme os ensinamentos de Marconi e Lakatos (2017, p. 79), a metodologia é a reunião de “atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo de produzir conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido”.

Devido à complexidade do objeto de estudo optou-se por um percurso metodológico baseado no “pensamento complexo”, conforme proposta de Edgar Morin, após compreender que o pensamento simplificador é incapaz de expressar “as ideias de unidade e diversidade presentes no todo.” (PETRAGLIA, 2011, p. 51).

Ao seguir o pensamento complexo, aproximou-se de estudos etnográficos, que conforme Geertz (2008, p. 4), buscam “estabelecer relações, selecionar informações, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário”. Com a etnografia são priorizados os registros descritivos dos dados disponíveis por meio do contato direto com o campo de investigação.

No que se refere à abordagem, trata-se da combinação dos enfoques quantitativo e qualitativo, método misto ou multimodal. De acordo com Perovano (2014), esse método permite ao pesquisador aprofundar os resultados do estudo, buscando uma percepção mais completa possível, obtendo-se uma postura pragmática e contextual.

A perspectiva quantitativa se baseia nas informações estatísticas produzidas sobre os dados da série histórica dos homicídios e das ocorrências correlatas. Já a pesquisa qualitativa procura “explicar, observar e descrever o porquê das coisas”, com as inferências baseadas nos valores e nas trocas representadas pelas subjetividades, especialmente do ator-pesquisador (PEROVANO, 2014, p. 69).

Destaca-se na pesquisa o enfoque etnográfico, por meio de uma observação fenomenográfica e observação participante do ator-pesquisador, realizando uma análise das vivências e experiências, baseando-se nos fatos ocorridos. Conforme explica Gil (2011, p. 14-15), para a fenomenologia, o objeto de conhecimento “não é

o sujeito nem o mundo, mas o mundo enquanto é vivido pelo sujeito [...] não há uma única realidade, mas tantas quantas forem suas interpretações e comunicações.”

Para Flick (2009) a etnografia é a estratégia mais geral do que a observação participante, pois por meio da “participação pública ou secreta” na localidade estudada em um período de tempo, o etnógrafo observa, escuta, faz perguntas e coleta os dados visando esclarecer as questões de interesse da pesquisa. Atrela-se a isso as dinâmicas autoetnográficas. O ator-pesquisador está no campo e não fora dele.

Delimitou-se como recorte geográfico da pesquisa o Aglomerado da Serra que é composto por oito vilas: Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Conceição, Novo São Lucas, Santana do Cafezal, Marçola, Nossa Senhora de Fátima, Fazendinha e Nossa Senhora do Rosário. Quanto a população local, o Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, contabilizou uma população de 38 mil moradores, no entanto, em 2008 a Prefeitura de Belo Horizonte apontou uma população de 46 mil pessoas (MINAS GERAIS, 2020).

Soma-se à pesquisa de campo, as pesquisas bibliográfica e documental. As opções teóricas-metodológicas escolhidas que direcionaram a seleção, coleta e interpretação das fontes desse estudo, surgiram da junção bibliográfica de variáveis relacionadas: 1) às teorias propostas para explicar os fatores que interferem na incidência criminal, destacando aquelas afetas a desorganização espacial e social; 2) à teoria do pensamento complexo que apresenta uma visão multidimensional para fenômenos multifacetados; 3) às filosofias estratégicas de polícia e policiamento, destacando aquelas voltadas ao policiamento comunitário e estratégias de policiamento de proximidade social; 4) aos estudos de casos com a implementação de políticas públicas e sua efetividade no cenário criminal; 5) às políticas públicas, programas e serviços implementados nas favelas que refletem diretamente no campo físico-estrutural, social, econômico, legislativo e da Segurança Pública; 6) às causas motivadoras que influenciam nas incidências de homicídios do macro ao micro; 7) aos estudos estatísticos que contemplem a incidência de homicídios e crimes correlatos.

Para melhor conhecimento do objeto de estudo, foi realizada a revisão de literatura debruçando-se sobre as teorias, privilegiando quatro eixos temáticos (TAB. 1).

Tabela 1 - Revisão de literatura e estado da arte

		<b>Eixos Temáticos</b>	<b>Autores</b>
		<b>Pensamento Complexo (fio condutor)</b>	Morin (2015), Pena-Vega (2008), Fortin (2005), Petraglia (2011), Arduini (2002), Geertz (2008) e Santos (2017).
Capítulo 3: Aglomerado da Serra, organizações criminosas e iconografia do crime.	Brandenberger (2010), Corrêa (2010), Feltran (2008), Instagran (2022), Lazzarin (2007), Neos (2018), Nonato e Alves (2019), Ramalho (1979), Rocha (2017), Rosa, Santos (2010), Santos e Pereira (2010), Silva (2022) e Souza e Riani (2010).		
Capítulo 4: Segurança Pública, criminologia e homicídios.	Assunção (2017), Battisti (2010), Batitucci, Ribeiro (2007), Bayer Figueiredo, Rangel (2013), Beato Filho <i>et al.</i> (2001), Camargo e Oliveira (2021), Cano e Ribeiro (2007), Cavalcante e Paião (2018), Chaves (2021), Cohen (1955), Costa e Varalli (2018), Courthéoux (1978), Durkheim (2001), FBSP (2016), Fernandes (2006), Gottfredson e Hirschi (1990), Hobbes (2014), Marzagão Junior (2009), Mattos (2018), Rolim (2006), Santos (2007), Soares; Sapor e Soares (2015), Scheeffe (2013), Silva e Gaudêncio (2021), Silveira (2008), Soares (2000), Soares (2008), Trojanowicz e Bucqueroux (1994), Tolan (2004), UNODC (2019), Wellford (1974), Wolf (1971), Wong (2002), Zaluar (2004) e Zanetic <i>et al.</i> (2016).		
Capítulo 5: Políticas públicas, programas e serviços. Efetividade.	Alexandrino e Paulo (2016), Bauman (2005), Bucci (2006), Carneiro (2018), Cassavari (2010), Castro (2006), Corrêa (2008), Corrêa (2010), Cotta e Silva (2015), Dias (2019), Ferrarezi e Saraiva (2006), Filocre (2009), Ghelman (2006), Jannuzzi (2014), Lemos (2009), Malmegrum e Michaud (2003), Marinho e Façanha (2001), Meirelles e Filho (2016), Minas Gerais (2016), Moraes (2016), Muniz <i>et al.</i> (2007), Nóbrega Júnior (2015), Nobrega Junior (2019), Oliveira (2002), Oliveira (2010), Orzil (2010), Pereira e Spink (2006), Prado (2007), Rocha (2017), Rosário (2017), Rezende; Rodrigues; Almeida (2009), Sano e Montenegro Filho (2013), Santos (2017), Silva, Assunção e Correia (2007), Silva <i>et al.</i> (2018), Silva e Formigli (1994), Silveira <i>et al.</i> (2009), Souza (2018), Torres (2004), Valente (2016).		

Fonte: Elaborado pelo autor.

Por fim, no que tange as fontes documentais, a pesquisa se baseou na coleta de dados junto: 1) ao DataSus do Ministério da Saúde; 2) ao Centro Integrado de Defesa Social (CINDS) da PMMG; 3) à Prefeitura de Belo Horizonte (PBH); 4) ao Banco de Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); 5) ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); 6) a Secretaria de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) de Minas Gerais.

### 1.3 Teoria do Pensamento Complexo e o método *in vivo*

A Teoria do Pensamento Complexo proposta por Edgar Morin veio fazer frente ao pensamento simplista, simplificador, raso, de reducionismo excessivo (PETRAGLIA, 2011). Em contraponto ao determinismo, Morin (2015) pensa a complexidade como:

[...] tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem nosso mundo fenomênico [...] se apresenta com os traços inquietantes do emaranhado, do inextricável, da desordem, da ambiguidade, da incerteza (MORIN, 2015, p. 13).

Em outras palavras, a complexidade seria a qualidade do que é complexo, termo originado do latim *complexus*, significando aquilo que engloba “muitos elementos ou várias partes”. “Complexo” seria o conjunto das circunstâncias ou coisas interdependentes com uma ligação entre si; são elementos unidos que fazem parte do todo, que por sua vez, trata-se de uma unidade. Porém, o todo seria muito mais que a junção das partes, pois cada parte tem sua particularidade e, ao se fundirem, se modificam e transformam o todo (PETRAGLIA, 2011).

Ao visitar a vertente antropológica, tem-se que o homem é um ser complexo e paradoxal (ARDUINI, 2002). Para interpretá-lo é fundamental conhecer os “múltiplos níveis e dimensões” existentes, interrelacionando-os e não apenas sobrepondo-os uns aos outros. Assim, existirá a possibilidade de compreender a complexidade humana (PENA-VEGA, 2010).

Nesse sentido, a complexidade humana descrita por Morin em “O Método”, é explicada por Fortin (2005, p. 181), que aponta a dualidade moriniana “*sapiens*” e “*demens*”:

A desordem, a loucura, o irracional são inerentes ao ser humano, não superestruturas ou epifenômenos, mas origem das contradições e das complexidades próprias do *homo sapiens*. Não ver no *homo* mais do que *sapiens* e *faber*, e por vezes *demens*, é desconhecer a natureza profunda do ser humano. *Homo* não é ora *sapiens* ora *demens*, *demens* quando é transportado pelos delírios e excessos, *sapiens* quando faz apelo à lógica, ao cálculo e à racionalidade. *Sapiens* e *demens* estão contidos simultaneamente e são prisioneiros um do outro, sempre ativos e sempre potencialmente criadores e potencialmente destruidores um do outro.

Pena-Vega (2010) alerta que não se pode pensar sociedade sem interrelacionar os conceitos de indivíduo e cultura, já oriundos de “enorme complexidade conceitual”. Da mesma forma, não se pode pensar isoladamente no homem sem relacioná-lo com “indivíduo, espécie, sociedade e cultura”.

Dessa forma, recordando o objeto de estudo, verifica-se que para pesquisar as relações entre políticas públicas e a incidência de homicídios no Aglomerado da Serra, necessita-se de profundas interpretações das múltiplas dimensões que envolvem os indivíduos, as relações interpessoais, o crime, a cultura, o ambiente, a gestão estatal, dentre outros aspectos.

Para tanto, ressalta-se que no percurso metodológico desta pesquisa descritiva e exploratória, será observado aquilo que Edgar Morin denominou de Método *in vivo*. Nesse método, originado por uma perspectiva da teoria da complexidade, o pesquisador está no campo.

Conforme explica Pena-Vega (2008, p. 40-41), no Método *in vivo* há uma “experiência viva, constituída de encontros não com os pesquisados, mas com seres ricos em particularidades outras que seu único pertencimento a uma categoria sócio-profissional”. Assim, em um paralelo intrincado entre teoria e prática, tendo o Método *in vivo* como estratégia metodológica, esta dissertação se baseará na etnografia e autoetnografia calcadas nos princípios da “observação fenomenográfica” ou “observação participante”, com a presença do pesquisador na vida local.

#### **1.4 O ator-pesquisador e a autoetnografia**

Em uma pesquisa cujo o caminho escolhido foi o etnográfico, buscou-se dialogar com aspectos da “observação participante” e da autoetnografia. Uma vez que essas

estratégias metodológicas possibilitam olhares que desnudam partes do real, das práticas cotidianas dos atores sociais em seu fazer-se. Acrescentam-se à observação, as “entrevistas e as narrativas”, que são “relatos das práticas e não as próprias práticas.” (FLICK, 2009).

Nesse sentido, em uma pesquisa sobre um fenômeno da Segurança Pública, o pesquisador-etnógrafo se debruça em como os integrantes de uma comunidade se portam perante a temática estudada. Conforme explica Perovano (2014, p. 111):

O pesquisador-etnógrafo pode centrar seu trabalho no estudo de determinado fenômeno na área da Segurança Pública e saber como membros de certa comunidade convivem com o seu advento, como constroem significados sobre o fato estudado, a descrição das características desta comunidade, realizados por intermédio do trabalho de campo, com exaustivo, intenso e prolongado com a cultura ou grupo em estudo.

De forma didática, Geertz (2008) apresenta como “procedimentos etnográficos” a “observação passiva” e a “observação participante ativa”. Para o autor, o ritual de observação expõe a necessidade de o “pesquisador-etnógrafo” ter a capacidade de visualizar determinado fenômeno social e refleti-lo na escrita, descrevendo de forma pormenorizada essa realidade.

Nesse enfoque, verifica-se que a pesquisa-participante é caracterizada pelo envolvimento existente entre o pesquisador e o pesquisado durante o “processo de pesquisa”, enfatizando o papel do observador. Para tanto, afasta-se dos conceitos de objetividade existentes na “pesquisa empírica clássica”, propondo sua substituição pela “relatividade observacional”, na qual, de acordo com Gil (2011, p. 31), “a realidade não é fixa e o observador e seus instrumentos desempenham papel ativo na coleta, análise e interpretação dos dados”.

De forma complementar, insta destacar a autoetnografia presente nesta pesquisa. Pela história, trajetória e saberes experienciais do ator-pesquisador, a autoetnografia torna-se preciosa e desafiadora, como ferramenta a ser empregada num universo complexo e paradoxal, durante o dia a dia profissional, vivenciando e realizando Segurança Pública *in loco* da pesquisa.

Santos (2017) ensina que a autoetnografia vem do grego: *auto* (“em si mesmo”), *ethnos* (“um povo ou grupo de pertencimento”) e *grapho* (“a forma de construção da escrita”). Quando o autor desta dissertação constrói os textos sobre o Aglomerado da Serra, mostra os homicídios ocorridos, expõe sobre as dinâmicas do crime organizado presente no aglomerado, apresenta o GEPAR 7 e o PROERD com seus números, há a inserção da ótica autoetnográfica. Ele está imerso no campo e não fora dele.

Acrescenta Santos (2017, p. 5) que:

[...] a autoetnografia é um método que se sustenta e se equilibra em um “modelo triádico” baseado em três orientações: a primeira seria uma orientação metodológica – cuja base é etnográfica e analítica; a segunda, por uma orientação cultural – cuja base é a interpretação: a) dos fatores vividos (a partir da memória), b) do aspecto relacional entre o pesquisador e os sujeitos (e objetos) da pesquisa e c) dos fenômenos sociais investigados; e por último, a orientação do conteúdo – cuja base é a **autobiografia aliada a um caráter reflexivo**. Isso evidencia que a reflexividade assume um papel muito importante no modelo de investigação autoetnográfico, haja vista que a reflexividade impõe a constante conscientização, avaliação e reavaliação feita pelo pesquisador da sua própria contribuição/influência/forma da pesquisa intersubjetiva e os resultados consequentes da sua investigação (Grifo e negrito nosso).

Nesse contexto, Certeau (2000, p. 65) ensina sobre as “particularidades do lugar de fala”. “O lugar de onde fala” reconhece que outras pessoas podem falar mais a respeito de situações que experienciam do que aquelas que as estudam teoricamente, para além de estigmas e estereótipos, tensões, conflitos, jogos de força, movimento que fez, trabalho que operou, métodos, questões, indícios etc. Essas experiências sociais possibilitam compreender situações sociais e teorizar sobre elas.

Logo, urge destacar o perfil do ator-pesquisador, figurando o papel de observador participante, somado ao papel de autoetnógrafo em determinados momentos da pesquisa. O conceito de ator-pesquisador se relaciona à dinâmica teórica-metodológica que privilegia a sua isenção profissional no campo de pesquisa e não fora dele. Um posicionamento que coloca, desde o início, a perspectiva dialética e dialógica de experiências e vivências compartilhadas, de forma sistematizada e crítica (COTTA, 2022a).

O ator-pesquisador possui uma trajetória de 20 anos como operador da Segurança Pública nas fileiras da PMMG. Inicialmente na graduação de Cadete, passando por várias promoções até o atual posto de Major. O pesquisador participou e participa como observador e ator no Aglomerado da Serra.

Por inúmeras vezes ao longo desses anos, atuou em ocorrências policiais na localidade, bem como no recorte temporal delimitado para o estudo. Como policial militar, interagindo com as pessoas no Aglomerado da Serra, já realizou prisões, se indignou com a vulnerabilidade social, socorreu pessoas, preveniu crimes, acompanhou rotinas, observou a cultura, proveu segurança, prestou assistência social, se sensibilizou, garantiu direitos e salvou vidas.

De 2005 à 2013, como Tenente, serviu por cinco anos no Batalhão de Rondas Táticas Metropolitanas (Batalhão ROTAM), unidade da PMMG responsável pelas intervenções policiais contra o crime organizado em Minas Gerais. Por outros três anos, trabalhou na unidade de elite da PMMG, o Grupamento de Ações Táticas Especiais (GATE) que originou o atual Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE).

Nessas funções, o ator-pesquisador comandou operações policiais exitosas no enfrentamento ao crime organizado na localidade, prendendo traficantes de drogas e homicidas, apreendendo armas de fogo e material entorpecente, propiciando segurança objetiva e subjetiva para a comunidade residente no Aglomerado da Serra. Também, viu e intercedeu em conflitos ocorridos entre polícia e comunidade, que estão cicatrizados na história, nas mentes e corações dos atores envolvidos.

Em cada operação, a todo instante, em um misto de coragem, responsabilidade e profissionalismo, o pesquisador buscou atuar de forma justa e respeitosa com as pessoas. Coragem, ao enfrentar as potentes armas dos traficantes que oprimiam (ainda oprimem) e usavam (ainda usam) a comunidade local; responsabilidade e profissionalismo, pois as ações precisavam ser cirúrgicas para não interferir na cidadania dos 99% de inocentes que observavam e se relacionavam com o ator-pesquisador.

Nos anos de 2013 e 2014, ainda como Tenente, o ator-pesquisador exerceu função estratégica no Governo do Estado de Minas Gerais, de onde observou o Aglomerado da Serra sob um outro enfoque – o político. Acompanhou e planejou visitas de autoridades públicas de alto escalão ao Aglomerado da Serra, seja para o lançamento, inauguração ou implementação de obras ou políticas públicas, dentre as quais cita-se o Programa Vila Viva.

Já em 2015 e 2016, promovido ao posto de Capitão, retornou à unidade de elite da Corporação, o BOPE. Na função de comandante da Unidade de Intervenção Tática (UIT) pode patrulhar e levar mais segurança à comunidade do Aglomerado da Serra, por meio de operações estratégicas e ocupações para cessar conflitos entre facções rivais, impedir homicídios e reduzir o tráfico.

Pode-se dizer, que de abril de 2016 ao final de 2017, foi o único período que o pesquisador deixou de atuar de forma presencial na Segurança Pública do Aglomerado da Serra, pois foi comandante da Companhia da PMMG em Ouro Preto, cidade berço da luta pelos direitos fundamentais e sociais mais basilares de nossa sociedade. Porém, a distância física não impediu que o ator-pesquisador continuasse a acompanhar, seja pelos jornais ou informativos de Inteligência da Instituição, os acontecimentos na comunidade da Serra.

Não obstante o longo período de observação apresentado, foi a partir de 02 de janeiro de 2018 até os dias de hoje, nos últimos cinco anos, que o ator-pesquisador imergiu na Segurança Pública do Aglomerado da Serra.

Ao se apresentar no 22º Batalhão de Polícia Militar (BPM), ainda no posto de Capitão, foi designado para comandar a 123ª Companhia Tático Móvel (TM). Essa subunidade é responsável pelo policiamento de recobrimento tático no Aglomerado da Serra e nas principais favelas (Morro das Pedras, Papagaio, Alto Vera Cruz, Granja de Freitas, Taquaril) da região centro-sul de Belo Horizonte. O ator-pesquisador permaneceu nesta função até 02 de janeiro de 2020, período que lhe conferiu profundo engajamento, experiência e conhecimento das estruturas sociais da favela objeto desse estudo.

Em progresso na carreira policial, desde 03 de janeiro de 2020, cita-se o período mais intenso e profundo de observação. Nesta data, o ator-pesquisador assumiu o comando da 127ª Companhia de Polícia Militar, subunidade subordinada ao 22º BPM, responsável pelo policiamento preventivo no Aglomerado da Serra.

Desde então, durante 24 horas por dia, de serviço ou de folga, o ator-pesquisador dorme e acorda pensando na Segurança Pública do Aglomerado da Serra. Dentre os portfólios de serviços que comanda e coordena, destacam-se as guarnições policiais do GEPAR e do PROERD, as quais são orientadas a atuar estrategicamente na segurança das pessoas e nos objetivos institucionais.

Da mesma forma, em todos os dias em que está policiando as ruas e supervisionando o policiamento, patrulha o Aglomerado da Serra, ajuda os moradores, aborda suspeitos e acena para as crianças que sorriem ao verem os policiais. Nesse recente período, prendeu traficantes e homicidas; coordenou campanhas de assistência com distribuição de cestas básicas e ações cívico sociais (ACISO); reuniu-se com representantes do Fica Vivo!, subordinado a SEJUSP, o Grupo de Intervenção Estratégica (GIE), coordenado pelo Ministério Público, ambas interações para debater estratégias de prevenção e repressão a homicídios; contribuiu para salvar mais vidas; ajudou e ajuda mais pessoas.

Por todo o trabalho desenvolvido de observação participante ativa e passiva, somada a formação acadêmica nas graduações de Direito e Ciências Militares, com Especializações *lato sensu* em Segurança Pública e em Direito Penal e Processo Penal Militar, o ator-pesquisador realiza notas etnográficas e autoetnográficas para estudar, descrever, explorar e refletir, obedecendo a metodologia definida, sob seu enfoque, a relação entre as políticas públicas, programas e serviços implementadas no Aglomerado da Serra, Fica Vivo!, GEPAR, PROERD e Programa Vila Viva, com a incidência criminal, principalmente, quanto aos homicídios consumados ocorridos na localidade.

Assim, verifica-se a nítida aderência desta pesquisa ao Programa de Mestrado Profissional em Segurança Pública e Cidadania. A figura do autor desta dissertação vai além do pesquisador, pois está imerso *in loco* como ator autoetnógrafo.

## 1.5 Estratégias para a coleta e tratamento de dados

Os dados foram solicitados ou coletados junto aos bancos de armazenamento de dados do DataSus do Ministério da Saúde, do Centro Integrado de Informações de Defesa Social (CINDS), da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (SEJUSP) e da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH).

A análise e interpretação de dados são processos que se relacionam, embora possuam conceitos distintos, e podem variar muito de uma pesquisa para outra. A análise organizou e sintetizou os dados coletados, promovendo possíveis respostas à pesquisa. A interpretação foi além, buscando estabelecer laços com outros conteúdos pré-captados (GIL, 2011).

Nesse sentido, após a coleta dos dados em cada órgão, os mesmos foram organizados por meio de tabelas e gráficos do *software* Microsoft Office Excel 2021, aplicando-se filtros relacionados ao lapso temporal, o recorte geográfico, rastreamento informacional, com base nas palavras-chave e numerais (com suas variações) buscando-se uma base de dados a ser transferida para uma matriz e armazenados em arquivos (PEROVANO, 2014).

Todos os dados foram organizados em tabelas, caracterizando-os mês a mês, ano após ano de interesse, seja de 1979-2021 ou 2006-2021, em frequência absoluta e relativa, com o intuito de entender o fenômeno, bem como acompanhar, de forma sistemática, a evolução criminal no período. Foram verificadas as frequências de envolvimento entre as ocorrências policiais, principalmente as relacionadas aos homicídios consumados, no Brasil, Minas Gerais, Belo Horizonte e no Aglomerado da Serra, bem como comparou-se as incidências, observando causa e efeito, alinhadas ao contexto do período.

Há que se ressaltar, que em virtude das divergências numéricas observadas, apesar da apresentação de todas as fontes, usar-se-á os dados do CINDS para a elaboração de planilhas e gráficos, por ser a única fonte que abrange todo o período estudado, 2006-2021, garantindo dessa forma um caminho metodológico sólido.

## Dados coletados no DataSus - Ministério da Saúde

A qualidade dos dados sobre homicídios sempre foi um desafio para os pesquisadores. Enquanto nos países da Europa há estudos com dados desde o século XV, no Brasil, o Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) começa a contabilizar os dados relativos a homicídios a partir de 1979 (SOARES, 2008).

Os dados provenientes do SIM trazem informações sobre o local de residência e do local do falecimento da vítima, já os dados das polícias fornecem informações acerca do local da ocorrência. Os dados do SIM separam as vítimas residentes e não residentes nos municípios, bem como apresentam informações da causa da morte (SOARES, 2008).

O Ministério da Saúde, órgão subordinado ao governo federal, possui um departamento de informática do Sistema Único de Saúde (SUS), conhecido como DataSus. O DataSus é um órgão da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do ministério que tem a responsabilidade de coletar, processar e disseminar informações sobre saúde em todo o país. Criado pelo Decreto nº 100, de 16 de abril de 1991, o DataSus possui as seguintes competências:

- I. fomentar, regulamentar e avaliar as ações de informatização do SUS, direcionadas para a manutenção e desenvolvimento do sistema de informações em saúde e dos sistemas internos de gestão do Ministério;
- II. desenvolver, pesquisar e incorporar tecnologias de informática que possibilitem a implementação de sistemas e a disseminação de informações necessárias às ações de saúde;
- III. definir padrões, diretrizes, normas e procedimentos para transferência de informações e contratação de bens e serviços de informática no âmbito dos órgãos e entidades do Ministério;
- IV. definir padrões para a captação e transferência de informações em saúde, visando à integração operacional das bases de dados e dos sistemas desenvolvidos e implantados no âmbito do SUS;
- V. manter o acervo das bases de dados necessárias ao sistema de informações em saúde e aos sistemas internos de gestão institucional;
- VI. assegurar aos gestores do SUS e órgãos congêneres o acesso aos serviços de informática e bases de dados, mantidos pelo Ministério;
- VII. definir programas de cooperação técnica com entidades de pesquisa e ensino para prospecção e transferência de tecnologia e metodologias de informação e informática em saúde;
- VIII. apoiar Estados, Municípios e o Distrito Federal, na informatização das atividades do SUS; e
- IX. coordenar a implementação do sistema nacional de informação em saúde, nos termos da legislação vigente.

Os dados administrados pelo DataSus são organizados com base na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde,

conhecido como Classificação Internacional de Doenças (CID). Tal classificação foi desenvolvida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) com o objetivo de padronizar mundialmente a incidência de doenças e problemas relacionados a saúde pública, sintomas, causas externas para ferimentos e outras circunstâncias sociais, com o objetivo de apresentar um panorama amplo da saúde de países e suas populações. Atualmente, os dados dispostos no DataSus compreendem o período de 1979 a 2020.

### **Homicídios consumados no Brasil e em Minas Gerais, 1979-2020**

Em 20 de junho de 2022, para pesquisar os dados relativos aos homicídios no Brasil e no estado de Minas Gerais, de 1979 a 2020, utilizou-se o seguinte percurso metodológico:

- 1) acessar o site do DataSus: <https://DataSus.saude.gov.br>;
- 2) ir para *Tablenet*: <https://DataSus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/>;
- 3) ir para *Estatísticas Vitais* que apresentará as informações de *Mortalidade*, dividida em dois períodos:
  - a) *mortalidade – 1979 a 1995, pela CID-9*: ressalta-se que o CID utilizado pelo DataSus para controlar e organizar a incidência de mortalidade, de 1979 a 1995, foi o CID-9. Dessa forma, para auferir os dados relativos as mortes decorrentes dos homicídios e lesões provocadas de forma intencional por outra pessoa, no respectivo período, no Brasil e em Minas Gerais, adotou-se o seguinte método: por meio do link <https://DataSus.saude.gov.br/mortalidade-1979-a-1995-pela-cid-9> buscou-se por *Mortalidade Geral, Abrangência Geográfica, Brasil por região e Unidades da Federação*; em seguida, pelo link <http://tabnet.DataSus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim/cnv/obt09uf.def>, foram estabelecidos os parâmetros: *Óbitos por Ocorrência, por Ano do Óbito, segundo Região/Unidade da Federação; Causa CID-BR-9: Homicídios e lesões provoc.intencion.outr.pessoas; Período: 1979-1995*.
  - b) *mortalidade – desde 1996 pela CID-10*: ressalta-se que o CID utilizado pelo DataSus para controlar e organizar a incidência de mortalidade, de 1996 em diante, foi o CID-10. Dessa forma, para auferir os dados relativos as mortes

decorrentes dos homicídios e lesões provocadas de forma intencional por outra pessoa, no respectivo período, no Brasil e em Minas Gerais, adotou-se o seguinte método: por meio do link <https://DataSus.saude.gov.br/mortalidade-desde-1996-pela-cid-10> buscou-se por *Mortalidade Geral, Abrangência Geográfica, Brasil por região e Unidades da Federação*; em seguida, pelo link <http://tabnet.DataSus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim/cnv/obt10uf.def>, foram estabelecidos os parâmetros: *Óbitos por Ocorrência, por Ano do Óbito, segundo Região/Unidade da Federação; Causa CID-BR-10, 110 – Agressões; Período: 1996-2020*.

### **Homicídios consumados em Belo Horizonte, 1979-2020**

Por sua vez, em 20 de junho de 2022, para pesquisar os dados relativos aos homicídios em Belo Horizonte, de 1979 a 2020, utilizou-se o seguinte percurso metodológico:

- 1) acessar o site do DataSus: <https://DataSus.saude.gov.br>;
- 2) ir para *Tablenet*: <https://DataSus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/>;
- 3) ir para *Estatísticas Vitais* que apresentará as informações de *Mortalidade*, dividida em dois períodos:
  - a) *mortalidade – 1979 a 1995, pela CID-9*: ressalta-se que o CID utilizado pelo DataSus para controlar e organizar a incidência de mortalidade, de 1979 a 1995, foi o CID-9. Dessa forma, para auferir os dados relativos as mortes decorrentes dos homicídios e lesões provocadas de forma intencional por outra pessoa, no respectivo período, na cidade de Belo Horizonte, adotou-se o seguinte método: por meio do link <https://DataSus.saude.gov.br/mortalidade-1979-a-1995-pela-cid-9> buscou-se por *Mortalidade Geral, Abrangência Geográfica, Brasil por municípios*; em seguida, pelo link <http://tabnet.DataSus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim/cnv/obt09uf.def>, foram estabelecidos os parâmetros: *Óbitos por Ocorrência, por Ano do Óbito, segundo Município, Belo Horizonte; Causa CID-BR-9: Homicídios e lesões provoc.intencion.outr.pessoas; Período: 1979-1995*.

b) *mortalidade – desde 1996 pela CID-10*: ressalta-se que o CID utilizado pelo DataSus para controlar e organizar a incidência de mortalidade, de 1996 em diante, foi o CID-10. Dessa forma, para auferir os dados relativos as mortes decorrentes dos homicídios e lesões provocadas de forma intencional por outra pessoa, no respectivo período, adotou-se o seguinte método: por meio do link <https://DataSus.saude.gov.br/mortalidade-desde-1996-pela-cid-10> buscou-se por *Mortalidade Geral, Abrangência Geográfica, Brasil por municípios*; em seguida, pelo link <http://tabnet.DataSus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sim/cnv/obt10uf.def>, foram estabelecidos os parâmetros: *Óbitos por Ocorrência, por Ano do Óbito, segundo Município, Belo Horizonte; Causa CID-BR-10, 110 – Agressões; Período: 1996-2020*.

Todos os dados coletados por meio do referido método estão apresentados e analisados no Capítulo 4 desta dissertação.

### **Dados coletados no CINDS**

Foi verificado que o DataSus não possui uma ferramenta de pesquisa que especifica o local (bairro, rua e número) dentro do município onde ocorreu o homicídio. Nesse sentido foi necessário estender a pesquisa junto ao CINDS na busca dos dados, principalmente dos homicídios consumados, relativos ao Aglomerado da Serra.

Implantado no final de 2007, o CINDS tem como objetivo produzir mensalmente as estatísticas e relatórios sobre a criminalidade no Estado de Minas Gerais. O banco de dados utilizado pelo CINDS parte das informações de Segurança Pública das Instituições do Sistema de Defesa Social - Polícia Militar, Polícia Civil de Minas Gerais (PCMG), Corpo de Bombeiros e Sistema Prisional (CINDS, 2022).

O fundamento do centro é munir as instituições do Sistema de Defesa Social com informações completas e analíticas, possibilitando o entendimento do fenômeno criminal, guiando as ações operacionais das instituições (CINDS, 2022).

A instalação do CINDS é meta basilar da política de Segurança Pública do Estado, que acredita na integração informacional existente na Defesa Social o caminho necessário para a redução dos índices de criminalidade do Estado (CINDS, 2022).

Nesse sentido, os dados acerca das ocorrências policiais foram solicitados em 04 de julho de 2022, mediante requerimento, com protocolo número 202207055252350-2207, enviado pelo Painel Administrativo da intranet da PMMG, por meio do site <https://principal.policiamilitar.mg.gov.br>, endereçado a chefia da Diretoria de Operações que gerencia o CINDS.

Dessa forma, foram requeridos junto ao CINDS os dados relativos aos Registros de Eventos de Defesa Social (REDS), conhecido como Boletim de Ocorrência, relativos as ocorrências policiais (tanto da PMMG quanto da PCMG), no período de 2006 à 2021, com as seguintes naturezas:

- a) homicídio consumado;
- b) homicídio tentado;
- c) tráfico de drogas;
- d) lesão corporal consumada;
- e) uso e consumo de drogas consumado;
- f) associação para o tráfico de drogas consumado;
- g) posse ou porte ilegal de arma de fogo ou munição de uso restrito;
- h) porte ilegal de arma de fogo/acessório/munição de uso permitido consumado;
- i) posse ilegal de arma de fogo/acessório/munição de uso permitido consumado;
- j) encontro de cadáver consumado;
- k) pessoa extraviada ou desaparecida consumado;
- l) autoextermínio (suicídio) tentado;
- m) autoextermínio (suicídio) consumado.

Com o objetivo de organizar a apresentação dos dados, inicialmente serão apresentadas as ocorrências cujos os envolvidos (autor e vítima) não são agentes públicos no exercício do dever. Ao final da respectiva seção, serão apresentados os dados das ocorrências decorrentes da ação policial, principalmente aquelas que resultaram mortes.

A metodologia de pesquisa do CINDS, utilizou como a “Definição de consulta”, os “objetos de resultado” e os “filtros”. Nesse sentido, conforme CINDS (2022), quanto aos “objetos de resultado”, obteve-se:

Quantidade de Envolvidos, Número REDS, Tipo Envolvimento, Prisão/Apreensão, Dia Numérico Fato, Mês Numérico Fato, Ano Fato, Município, Município - Código, Tentado/Consumado Nat Principal, Desc Longa Subclasse Nat Principal, Órgão Unidade Registro, Unidade Área Militar, Unid Área Militar - Código, Código Subclasse Nat Principal, Unid Registro Nível 6, Sexo, Nome Envolvido, Apelido, Nome Mãe, Documento Identidade, Tentado/Consumado, Código Subclasse Natureza, Descrição Subclasse Natureza, Data Fato, Horário Fato, Faixa 1 Hora Fato, Dia da Semana Fato, Bairro, Bairro Não Cadastrado, Latitude, Longitude, Idade Aparente, Cúpis, Envolvido Civil/Militar, Órgão Efetivo Operacional, Órgão Policial Não Cadastrado, Faixa Etária SENASP, Policial em Serviço, Grau Lesão, Logradouro Ocorrência - Tipo, Logradouro Ocorrência, Logradouro Ocorrência Não Cadastrado, Número Logradouro, Complemento Endereço, Grupo Tipo Envolvimento.

Quanto aos filtros, foram definidos pelo CINDS (2022):

Órgão Unidade Registro Na Lista { Policia Militar; Policia Civil}; Data Fato Entre {1/1/2006 00:00:00 } And {31/12/2021 00:00:00}; Grupo Tipo Envolvimento Na Lista {Autor; Co-Autor; Suspeito; Vítima}; Descrição Subclasse Natureza Na Lista {Homicidio; Auto Exterminio (Suicidio); Encontro De Cadaver; Comunicacao De Pessoa Extraviada Ou Desaparecida; Pessoa Extraviada/Desaparecida; Pessoa Extraviada Ou Desaparecida; Pessoa Extraviada/Desaparecida Em Local Inosp; Associacao Para O Trafico De Drogas; Trafico Illicito De Drogas; Uso Ou Consumo De Drogas; Uso E Consumo De Drogas; Posse Irregular De Arma De Fogo De Uso Permit; Posse/Porte Ilegal Arma Fogo/Municao Uso Restrito; Posse/Porte Ilegal Arma Fogo/Munic/Acesso Uso Proj; Posse/Porte Ilegal De Armadefogo/Uso Restrito; Porte Ilegal Arma De Fogo/Acessório/Munição De Uso; Porte Ilegal Arma De Fogo/Municao De Uso Permitido; Porte Ilegal De Arma De Fogo De Uso Permitido; Posse Ilegal Arma De Fogo/Acessório/ Munição De Uso; Posse Ilegal Arma De Fogo/Municao De Uso Permitido; Lesao Corporal Consumado}; Unidade Área Militar Na Lista {1 Pel/127 Cia Pm/22 Bpm/1 Rpm; 127 Cia Pm/22 Bpm/1 Rpm; 2 Pel/127 Cia Pm/22 Bpm/1 Rpm; 3 Pel/127 Cia Pm/22 Bpm/1 Rpm; 4 Pel/127 Cia Pm/22 Bpm/1 Rpm; 5 Pel Pm/127 Cia Pm/22 Bpm; 6 Pel Pm/127 Cia Pm/22 Bpm; 7 Pel Pm/127 Cia Pm/22 Bpm}; Município Na Lista Belo Horizonte And Bairro Na Lista {Chacara; Da Chacara; Das Chacaras}.

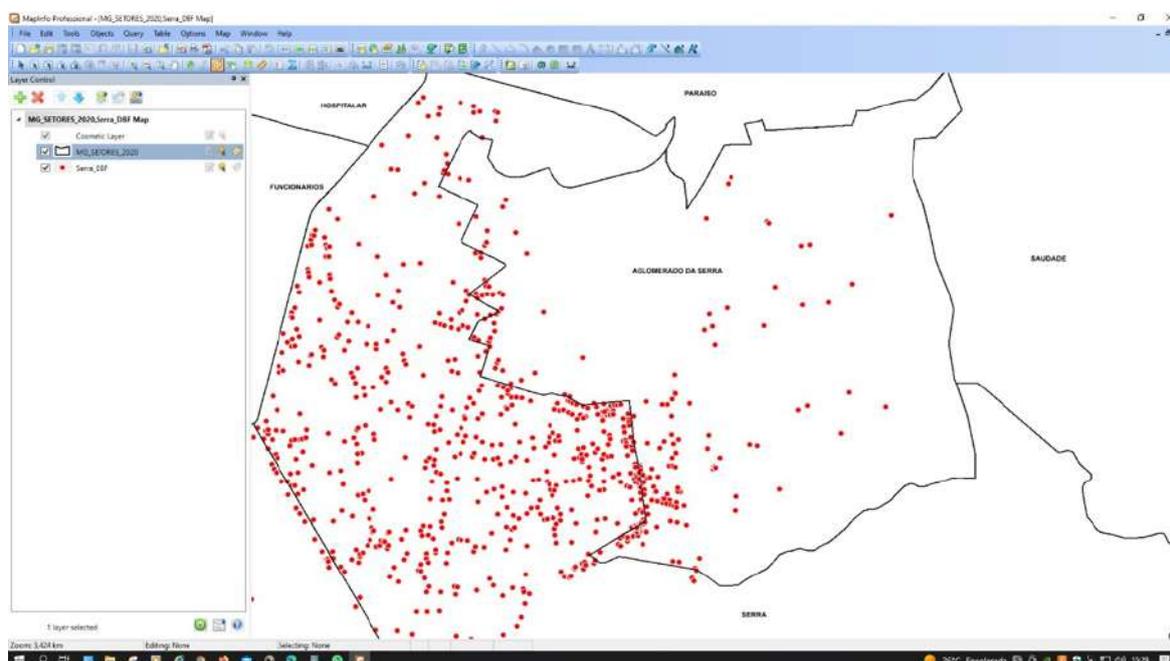
A busca se concentrou nos nomes das Vilas: Fazendinha, Marçola, Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Conceição, Nossa Senhora de Fátima, Novo São Lucas, Santana do Cafezal, Nossa Senhora do Rosário e nos bairros Serra, São Lucas e nos registros inválidos<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> São as ocorrências que foram registradas com endereços “forçados”, ou seja, o endereço de registro (becos, vielas) não estava cadastrado no SIDS (CINDS, 2022).

A busca das vilas que compõe o Aglomerado da Serra foi realizada na variável “Bairro e Bairro Não Cadastrado”, excluindo as denominações: Acaba Mundo, Anchieta, Baleia, Barragem Santa Lucia, Belvedere, Caju, Calafate, Carmo, Carmo2, Centro, Comiteco, Conjunto Taquaril, Cruzeiro, Esperança, Flor De Maio, Jaqueline, Lourdes, Mangabeiras, Morro Do Papagaio, Nossa Senhora Do Rosario, Nova Granada, Novo Aarão Reis, Olhos D’água, Paraíso, Pindura Saia, Pompeia, Rua Sergio Buarque, Santa Efigênia, Santa Isabel, Santa Lucia, Santa Rita De Cassia, Santa Teresa, Santo Agostinho, São Pedro, Savassi, Sion, Sion - Vila Acaba Mundo, Taquaril, Ventosa, Vila Acaba Mundo, Vila Barragem Santa Lucia, Vista Alegre, Funcionários.

Por meio do georreferenciamento, os registros inválidos que possuíam coordenadas geográficas válidas foram lançados no mapa, possibilitando a seleção dos registros que ocorreram no Aglomerado da Serra e descartando aqueles registros que ocorreram nos bairros fora do aglomerado (FIG. 1).

Figura 1 - Seleção das ocorrências inválidas por georreferenciamento, 2006-2021



Fonte: CINDS, 2022.

Notas: As ocorrências inválidas são aquelas que foram registradas com endereços “forçados”, ou seja, o endereço de registro (becos, vielas) não estava cadastrado no Sistema Integrado de Defesa Social (SIDS). Dessa forma, por meio das coordenadas geográficas, foram selecionadas aquelas, cuja a localização se deu em uma das oito vilas do Aglomerado da Serra.

Conforme o CINDS (2022), esses registros foram classificados em uma das oito vilas que compõem o Aglomerado da Serra, analisando os campos, “Logradouro

Ocorrência - Tipo, Logradouro Ocorrência, Logradouro Ocorrência Não Cadastrado, Número Logradouro, Complemento Endereço”. A mesma metodologia de classificação foi utilizada para os registros inválidos que não possuíam coordenadas geográficas válidas.

Todos os dados coletados por meio do referido método estão apresentados e analisados no Capítulo 4 desta dissertação.

### **Dados coletados na SEJUSP**

Dentre as pastas subordinadas a SEJUSP, esta pesquisa demandou dados junto à Subsecretaria de Inteligência e Atuação Integrada e a Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade. A primeira sobre dados de homicídios consumados em Minas Gerais, Belo Horizonte e no Aglomerado da Serra; já a segunda no que se refere aos dados do Programa Fica Vivo!.

### **Dados sobre homicídios consumados em Minas Gerais, Belo Horizonte e no Aglomerado da Serra, 2006-2021**

Mesmo com os dados dos homicídios consumados em Minas Gerais, Belo Horizonte e no Aglomerado da Serra obtidos tanto por meio do DataSus quanto pelo CINDS, a fim de comparar os números, solicitou-se os dados da SEJUSP.

Em 26 de julho de 2022, foi solicitado à SEJUSP por meio da Lei de Acesso a Informação, pelo site <https://www.transparencia.mg.gov.br>, com protocolo número 01451000287202246, informações relativas aos homicídios consumados ocorridos em Minas Gerais, Belo Horizonte e no Aglomerado da Serra, no período de 2006-2021.

No dia 05 de agosto de 2022, os dados solicitados foram encaminhados parcialmente pelo Diretor de Informações de Segurança Pública, da Subsecretaria de Inteligência e Atuação Integrada da SEJUSP, por meio de uma planilha de Excel para ser trabalhada pelo pesquisador.

Conforme informado pela SEJUSP (2022), os dados dos homicídios consumados, no período de 2006 a 2011 não foram disponibilizados, pois a SEJUSP não teria tais informações em seu banco de dados.

Ressalta-se que a planilha enviada pela SEJUSP sobre os homicídios em Belo Horizonte apresenta dados incompletos e confusos, fato que dificultou o alcance do objetivo em comparar os dados da SEJUSP e do CINDS. Em contra partida, os dados do CINDS foram encaminhados com extremo zelo, o que propiciou um excepcional banco de dados que foi utilizado nesta dissertação.

Todos os dados coletados por meio do referido método estão apresentados e analisados no Capítulo 4 desta dissertação.

### **Dados sobre o Fica Vivo!**

Em 15 de maio de 2022, foi solicitado à SEJUSP por meio da Lei de Acesso a Informação, pelo site <https://www.transparencia.mg.gov.br>, com protocolo número 01451000195202266, informações relativas ao Fica Vivo! no Aglomerado da Serra, no período 2006-2021, enfatizando:

- a) histórico;
- b) quantidade de pessoas atendidas;
- c) quantidade e tipos de oficinas realizadas;
- d) resultados alcançados ao longo dos anos;
- e) investimento financeiro realizado no programa ao longo dos anos.

No dia 06 de junho de 2022, os dados solicitados foram encaminhados pela Superintendente de Políticas de Prevenção à Criminalidade, da Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade da SEJUSP, incluindo quatro tabelas contendo os dados demandados.

Todos os dados coletados estão apresentados e analisados no Capítulo 5 desta dissertação.

## 1.6 Organização e apresentação da pesquisa

Esta dissertação está organizada em quatro capítulos, além desta introdução, considerações finais e referências bibliográficas.

Ao estabelecer o referencial teórico-metodológico utilizado pela dissertação, tendo a Teoria da Complexidade como linha mestra, optou-se por uma estruturação própria de organização dos capítulos. Em cada capítulo, considerando a particularidade do objeto de pesquisa, composto por causas e efeitos multidimensionais, abordar-se-á uma escrita organizada, balizando-se na relação intrincada entre a teoria, o método e a interpretação dos dados coletados.

O Capítulo 2 aborda as relações entre crime, espaços urbanos e cidadania. Inicialmente apresentam-se as teorias relacionadas a (des)organização dos espaços urbanos e sua influência criminal, destacando a instalação da cidade de Belo Horizonte com reflexões sobre o “belo horizonte” físico-espacial, social, econômico e político proporcionado. Posteriormente, perpassa-se pela historiografia das favelas no Brasil, perfazendo um recorte social, cultural, político e criminal. Por fim, destacam-se as definições e formações dos territórios do crime e a ameaça que representam a cidadania.

No Capítulo 3 os faróis iluminam o Aglomerado da Serra. Por ser um ambiente plural, repleto de particularidades, buscou-se inicialmente uma abordagem quanto a (des)estruturação geográfica das oito vilas que compõem o aglomerado e sua população cheia de valores e carências. Em seguida, tem-se uma noção sobre as principais atividades culturais existentes, com destaque para o baile funk que é um paradoxo entre representatividade local permeada pelo crime. Finaliza-se expondo a clandestinidade, ou não, das organizações criminosas existentes e atuantes no Aglomerado da Serra, com destaque para a iconografia do crime observada na favela.

No Capítulo 4 se adensará a caracterização do objeto de estudo – homicídio – envolto ao tecido entrelaçado da complexidade de Edgar Morin. Inicia-se o capítulo contextualizando a complexidade deste fenômeno social, ilustrando com teorias que emolduram os diversos fatores causadores do crime. Em seguida, mergulha-se no

mar multidimensional dos homicídios em meio aos dados, perfil dos autores e das vítimas, prevenção e elucidação, as mudanças e a influência do tráfico de drogas como o principal fator dos homicídios no país. O capítulo continua com a apresentação do panorama histórico dos homicídios no Brasil, no estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte e no Aglomerado da Serra. Por fim, busca-se apresentar um enfoque qualitativo e fenomenológico dos homicídios consumados ocorridos no Aglomerado da Serra, de 2006 a 2021, explicando o porquê, quando, como, onde e quem, dentro da perspectiva do pesquisador em campo, complementando com as ocorrências relacionadas ao tráfico de drogas, homicídios tentados, lesões corporais, apreensões de armas de fogo, dentre outras selecionadas metodologicamente no Aglomerado da Serra.

Face ao diagnóstico traçado nos capítulos anteriores, o Capítulo 5 busca apresentar a materialização da existência do poder público na vida das pessoas que anseiam a cidadania. Inicialmente, fundamenta-se de forma teórica as políticas públicas, programas e serviços. Em seguida, chama atenção para as definições de “efetividade”, aliando esta, como o objetivo almejado pelas políticas públicas, promotoras de uma vida cidadã, principalmente para aquelas pessoas residentes nas favelas. Adensa-se aos conceitos de políticas de Segurança Pública e políticas públicas de segurança, ilustrando *cases* pelo Brasil e pelo mundo. Ao final da seção, traz as políticas públicas, programas e serviços elencados como foco desta pesquisa, implementados no Aglomerado da Serra, quais sejam, Fica Vivo!, GEPAR, PROERD e Programa Vila Viva, mencionando sua instalação, consolidação e resultados obtidos.

Por derradeiro, serão realizadas as considerações finais da pesquisa, correlacionando o contexto teórico e as observações *in loco*, os dados analisados, as políticas públicas, programas e serviços demonstrados e sua influência na incidência criminal, destacando-se os homicídios consumados no período pesquisado. Encerra-se com percepções e prospecções fundamentadas neste estudo etnográfico, autoetnográfico e na experiência do ator-pesquisador, observador-participante, com o escopo de auxiliar na busca por resultados cada vez mais efetivos no enfrentamento do fenômeno criminal - homicídio - para que as populações atingidas, direta ou indiretamente, continuem pujantes no processo de construção da cidadania.

## 2 OS CRIMES NAS CIDADES: AMEAÇAS À CIDADANIA

Contemporaneamente, “cidade” e “*urbe*” são percebidas como sinônimas. Entretanto, ao interpretar seus processos de constituição, sob as ópticas multidimensionais históricas, sociais, geográficas e culturais, é possível perceber especificidades dos conceitos, que lançam luz sobre mudanças e permanências.

A cidade, do latim *civitas, civitatem*, era, originalmente, “a **associação** religiosa e política das famílias e das tribos.” Posteriormente, representou a **reunião** dos cidadãos. Por sua vez, a *urbe*, do latim *urbs*, era o “**lugar** de reunião, o domicílio e, sobretudo, o santuário dessa associação (COULANGES, 2021, p. 168, grifos nosso). Dessa leitura, depreende-se duas dimensões: a reunião (vontade política daqueles cidadãos que se associam) e o lugar (espaço físico destinado à associação, portanto, de uma área geográfica circunscrita) (COTTA, 2020).

De acordo com Freitas (2002), as cidades, desde a Antiguidade, possuíam algumas características comuns: 1) a estratégia militar defensiva e da segurança, traduzida na construção de muros altos e fortes, bem como no controle interno das pessoas; 2) no centro da cidade, a presença de uma área “pública”; 3) os mais ricos moravam no centro e os mais pobres nas periferias; 4) as ruas eram estreitas e em pouca quantidade; 5) as pessoas trabalhavam em suas próprias casas. Muitas dessas características possuem permanências, na longa duração histórica.

Muitas dessas características, respeitadas as especificidades socioculturais e históricas, atravessaram o medievo, a Era Moderna e chegaram à Era Contemporânea. Essas permanências, de acordo com Braudel (1965), são estruturas de longa duração histórica<sup>3</sup>. Percebe-se que as cidades são engendradas em meio de processos de estratificação e de exclusão socioespacial.

No final do século XIX e primeiras décadas do século XX, com os processos sociais tais como a industrialização, o desenvolvimento capitalista e os movimentos de

---

<sup>3</sup> Esse é o tempo das estruturas, das relações estáveis que se observam na vida social. A história estrutural seria uma história daquilo que tem uma permanência secular. Daquilo, que custa a se modificar (BRAUPEL, 1965).

imigração, as cidades se tornam cada vez mais complexas. Novos atores sociais, instituições, fenômenos e objetos necessitam ser compreendidos. Esse contexto proporciona a especialização das Ciências Sociais e a emergência de campos como a Antropologia e a Sociologia das Cidades. O fenômeno urbano e as cidades são alvo de estudos de teóricos clássicos das Ciências Sociais como os sociólogos alemães Georg Simmel e Max Weber; representantes da Escola de Chicago como Robert E. Park, Ernest Burgess e Roderick McKenzie, Louis Wirth; o sociólogo urbano francês Paul-Henry Chombart de Lauwe e o antropólogo sueco Ulf Hannerz (COTTA, 2020).

Louis Wirth<sup>4</sup> (1938 *apud* HANNERZ, 2015, p. 71) percebe a cidade como “um assentamento relativamente grande, denso e permanente de indivíduos socialmente heterogêneos”. Percebe-se no estudo do sociólogo urbano, que foi influenciado pelos pensamentos de Simmel e de Robert Park, o destaque na inserção conceitual de apontamentos que remetem a questão física, espacial (“assentamento denso e grande”) e social (“indivíduos heterogêneos”).

As cidades se formaram de maneiras distintas. A ideia de que as cidades cresceram de forma a se estenderem, pouco a pouco, nos arredores de um círculo, referenciado pelo seu centro, não é dominante. Pelo contrário, pequenos grupos se agregaram, mantendo a particularidade de cada grupo, seja no culto, reuniões, chefia ou festas. Um membro de uma cidade, juntamente com outros integrantes, poderia sair desta sociedade e criar uma nova, já constituída como uma cidade de forma imediata, assim como procedeu o próprio Platão ao idealizar sua “cidade modelo”<sup>5</sup>, bem como outras cidades foram criadas ao longo da história (COULANGES, 2021).

A formação e organização das cidades com seus povos, territórios, ritos, cultos e regras, remete a formação dos Estados Nação (países). Um Estado é definido a partir da congregação de três elementos fundamentais: soberania, povo e território. Em cada Estado há uma constituição de normas mínimas de organização dos cidadãos, estabelecendo os direitos (prerrogativas) e deveres (obrigações) na relação com os

---

<sup>4</sup> WIRTH, Louis. Urbanism as a Way of Life. **American Journal of Sociology**, 1938.

<sup>5</sup> Platão, em sua obra República, descreve a cidade ideal desde a sua fundação, com a divisão de trabalho, a definição de função de cada habitante, como deveriam ser educadas as crianças (...) (MONTEIRO, 2019).

outros e com o próprio Estado. A essa interação e gozo de direitos, nominou-se “cidadania” (MORAES, 2018).

Na busca por um conceito de cidadania, o termo cidadão é revisitado. Originado na antiguidade, vem do latim *civitas*, abarcando para os gregos em seu significado: liberdade, igualdade e valores da república. Nesse sentido, para um melhor entendimento, Aristóteles apresenta dois questionamentos: “quem é o cidadão?” e “quem deve ser chamado de cidadão?”. O filósofo responde que cidadão “significa ser titular de um poder público não limitado e participar de modo estável do poder de decisão coletiva”. Quanto ao segundo questionamento, remete a “um pequeno número de homens, excluídos aqueles que viviam do próprio trabalho, as mulheres, os escravos e os estrangeiros” (BOTELHO e SCHWARCZ, 2012).

Diferentemente de Botelho e Schwarcz (2012), mesmo sem uma definição conceitual, Saes (2016) busca o entendimento de cidadania sob a perspectiva de uma sociedade contemporânea. Para tanto, reflete de forma crítica ao ensaio clássico do sociólogo inglês Thomas Humphrey Marshall, em sua obra *Cidadania e Classe Social*. Para Marshall<sup>6</sup> (1967 *apud* SAES, 2016, p. 10-11), cidadania:

[...] é a participação integral do indivíduo na comunidade política, tal participação manifestando-se, por exemplo, como lealdade ao padrão de civilização aí vigente e à sua herança social e como acesso ao bem-estar e à segurança materiais aí alcançados.

Saes (2016) aponta o escalonamento e a classificação marshalliana de obtenção da cidadania pelos indivíduos: 1) começando no século XVIII com os direitos civis (liberdades individuais de movimentar e pensar, celebrar contratos, direito a propriedade e a justiça); 2) alcançando no século XIX, os direitos políticos (participar do poder político por meio do voto e da possibilidade de ser eleito); 3) atingindo no século XX os direitos sociais (acesso ao mínimo de bem-estar e segurança ao padrão da civilização existente). Saes (2016) afirma que não basta apenas a previsão normativa de tais direitos na “letra da lei”, mas sim a sua concretização por meio do gozo na “vida real”.

---

<sup>6</sup> MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania e Classe Social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

Torres (2004) referenda a obra de Marshall como a clássica análise sobre as transformações da sociedade e da cidadania. Por sua vez, complementa que as revoluções Americana (1776) e Francesa (1789) coroaram os direitos fundamentais da humanidade, marcando a conquista dos direitos civis. Contemporaneamente, as sociedades democráticas têm positivado em seu aparato legislativo um rol de normas que englobam os direitos civis, sociais e políticos, almejando o bom convívio entre cidadãos e Estado.

Há críticas que apontam “o equívoco” de Marshall na rapidez em caracterizar os direitos como um processo “natural e evolucionista” na estruturação da cidadania inglesa. Marshall não teria destacado as ações de indivíduos que ao longo da história, em outras sociedades capitalistas, buscaram o reconhecimento do Estado a seus direitos por meio da luta (SAES, 2016).

É comum à existência humana os conflitos entre os indivíduos. Para regular o convívio social buscando harmonia, as sociedades estabeleceram normas de conduta para os cidadãos. Nessa relação entre indivíduos pode ocorrer a invasão do direito alheio, interferindo no gozo da cidadania da outra parte. Por vezes, o infrator ao direito do próximo, ao ofender um bem jurídico protegido por lei, comete um determinado crime.

Muitas são as teorias que buscam as causas que contribuem para a incidência dos crimes, podendo estar relacionados a esfera antropológica, sociológica, criminológica ou psicológica. Nesse sentido, em um enfoque discursivo sobre o prejuízo do crime para a cidadania das pessoas, apresentam-se os seguintes questionamentos: qual a influência dos espaços urbanos na incidência criminal? Quais os mecanismos do Estado no processo de construção da cidadania? Na busca por uma resposta aos questionamentos postos, esta seção se dedicará aos vetores teóricos relacionados a (des)organização espacial, formação das cidades, favelas, territórios, crime e a interação social, política e cultural nesses ambientes.

## **2.1 A (des)organização dos espaços urbanos como vetor criminal**

Dentre as teorias que buscam a fundamentação para justificar a incidência criminal, existem aquelas que relacionam o crime com a organização (ou não) dos espaços

urbanos. Tais espaços foram, e ainda são, influenciados pela industrialização<sup>7</sup>. Várias cidades passaram pelo processo de industrialização, entretanto, foi em Chicago, nos Estados Unidos, que uma corrente das Ciências Sociais, conhecida como Escola de Chicago, acompanhou e estudou a cidade e as relações sociais da época. Considera-se que a industrialização foi responsável por transformar a vida das pessoas e a forma de se relacionarem.

Nas últimas décadas do século XIX, influenciados pela Inglaterra, os Estados Unidos modificaram e revolucionaram a forma de trabalho existente em suas cidades. De um país agrícola na primeira metade do século, voltou-se para a produção em massa de produtos industrializados, indústrias de petróleo, aço e energia, consolidaram o modelo econômico liberalista, fazendo dos Estados Unidos a maior potência industrial do mundo no início do século XX (FREITAS, 2002). No mesmo sentido ensina Eufrásio (1999, p. 16):

Na segunda metade daquele século, entretanto, a situação mudou completamente: entre 1860 e 1900, os Estados Unidos passaram da condição de pequeno país agrícola para a de uma grande nação industrial, com a principal economia do mundo. Com menos de 3,9 milhões de habitantes e 2,7 milhões de km<sup>2</sup> em 1783, o país passou a ter 8,1 milhões de km<sup>2</sup> em 1854 – então ocupados em menos de um terço – e mais de 75 milhões de habitantes em 1900. O crescimento demográfico num período de intensa industrialização redundou num processo de urbanização acelerada e sem precedentes que, aliado à construção de vastas redes ferroviárias e ao desenvolvimento do comércio interno e de exportação, rapidamente avançou em direção ao oeste, atravessando o continente; tais transformações indicam o vigor que aí assumiu o desenvolvimento capitalista e a complexidade de que se revestiu a sociedade americana.

Conforme explica Freitas (2002), o grande centro urbano inaugurado pela industrialização favoreceu a base das novas interações sociais e serviu como ignição aos estudos de interesse dos sociólogos, pois foram inúmeros os efeitos sociais decorrentes da industrialização.

Como endossa Hannerz (2015, p. 87):

---

<sup>7</sup> Iniciada na Inglaterra no século XVIII, a Industrialização foi o processo de modernização dos meios de produção de uma sociedade, promovendo o cercamento dos campos e lançando os trabalhadores rurais para as áreas que se urbanizavam com a produção industrial. As técnicas mais aprimoradas de agricultura, artesanato e manufatura contribuíram para o desenvolvimento da indústria (POLANYI, 2021).

A revolução industrial fez surgir centros urbanos de um tamanho jamais conhecido antes, deu forma a novas maneiras de ver o trabalho humano e aglutinou as pessoas em novas formas de relacionamentos. Como Manchester, Chicago e outras, entre seus produtos, mostram, ela criou uma nova paisagem urbana.

Dessa forma, com cenário fértil para intensas modificações sociais, no início do século XX surgiu um grupo de pesquisadores da Universidade de Chicago que desenvolveu estudos afetos à Sociologia, Antropologia e Criminologia, relacionando a criminalidade com a organização dos espaços urbanos (EUFRÁSIO, 1999).

Até então, a corrente predominante era a do determinismo biológico defendido pelas ciências biológicas, argumentando que criminosos e moradores das periferias urbanas eram fruto da junção de genes defeituosos. Como contraponto, os teóricos da Escola de Chicago defendiam que a miséria e a criminalidade presentes em certas localidades seriam fruto da desorganização social ali existente (FREITAS, 2002).

A Teoria Ecológica da Escola de Chicago partiu do pressuposto que a cidade era um grande laboratório de análise social, valendo-se do postulado ecológico e da posição interdisciplinar analisada. Renomado sociólogo da época, Park<sup>8</sup> (1918 *apud* EUFRÁSIO, 1999, p. 57) relaciona uma comunidade vegetal (ecologia vegetal) com uma comunidade animal (ecologia animal):

Nessas comunidades a relação entre as espécies individuais que as compõem parece à primeira vista totalmente fortuita e externa. A cooperação e a comunidade, na medida em que existem, consistem meramente no fato de que dentro de uma dada área geográfica, certas espécies se encontram meramente porque acontece a cada uma proporcionar, por sua presença, um meio ambiente no qual a vida da outra é mais fácil [...] uma série típica de mudanças que correspondem a crescimento, decadência e morte. A comunidade das plantas adquire existência, amadurece, envelhece e eventualmente morre [...] um meio ambiente em que outra forma de comunidade encontra seu habitat natural [...] cada comunidade precede e prepara o caminho para sua sucessora.

Para Eufrásio (1999) a formação das novas sociedades segue rito semelhante ao ilustrado por Park (1999). Por um lado, as plantas que morrem auxiliam com os compostos orgânicos para as outras viverem. Por outro lado, as novas sociedades podem herdar os hábitos, cultura e padrões de vida das gerações anteriores, inclusive

---

<sup>8</sup> PARK, Robert E.. Education in Its Relation to the Conflict and Fusion of Cultures. **American Sociological Society**, v.13, p. 38-63. 1918.

os conflitos pré-existentes. Ainda, existem aquelas comunidades formadas por imigrantes ou colonizações, “fragmentos de culturas diferentes”, sendo que nesse caso, o processo de assimilação é lento e “frequentemente doloroso”.

Park e Burgess<sup>9</sup> (1921 *apud* Eufrásio, 1999, p.103) associam a ideia da ecologia humana ao “processo de interação humana da competição: dentre os quatro grandes tipos de interação - competição, conflito, acomodação e assimilação -, a competição é a forma elementar, universal e fundamental”. Os autores destacam as particularidades da ecologia humana com relação a “comunidade vegetal”, pois nesta, a competição pode ser vista de forma isolada. Já a competição na “sociedade humana” é “complicada”, pois está junto com os outros processos de interação, convertendo-se em rivalidade e conflito que na maioria das vezes evocam “emoções, paixões e luta”.

A ecologia humana é caracterizada por McKenzie<sup>10</sup> (1924 *apud* EUFRÁSIO, 1999, p.126) como “o estudo das relações espaciais e temporais dos seres humanos, na medida em que são afetadas pelas forças seletivas, distributivas e acomodativas do meio ambiente”.

Conforme pode ser observado pela descrição dos autores, a grande urbanização das cidades apresenta mudanças não apenas de ordem econômica, demográfica e espacial, mas atinge os costumes, as interações sociais e as formas de controle social (segregação).

Nesse contexto, para Park<sup>11</sup> (1952 *apud* HANNERZ, 2015, p. 36), o processo de segregação:

[...] geram distâncias morais que fazem da cidade um mosaico de pequenos mundos que se tocam, mas não se interpenetram. Isso torna possível aos indivíduos passarem, rápida e facilmente, de um ambiente moral para outro e encoraja a experiência fascinante, mas perigosa, de viver ao mesmo tempo em vários mundos diferentes e contíguos que, sob outros aspectos, são extremamente separados.

---

<sup>9</sup> PARK, Robert E. e BURGESS, Ernest W.. **Introduction to the Science of Sociology**. Chicago: University of Chicago Press, 1921.

<sup>10</sup> MCKENZIE, Roderick D.. The Ecological Approach to the Study of The Human Community. **American Journal of Sociology**, v. 30, n. 3, p. 287-301, 1924.

<sup>11</sup> PARK, Robert E. **Human Communities**. Glencoe, Ill.: Free Press, 1952.

A segregação social (minorias) é acompanhada pela segregação espacial (guetos). Becker (1996) reforça a percepção de Park e Freitas acrescentando que Chicago apresentava no período altas taxas de desemprego, a marginalização de comunidades de imigrantes e trabalhadores, que em geral foram transformados nas minorias locais, vivendo uma constante luta por espaço e moradia.

Nesse prisma, sobre a marginalização das minorias, Freitas (2002, p. 29) expõe a realidade dos guetos em Chicago, onde:

[...] pessoas de uma mesma nacionalidade ou grupo étnico se agrupassem, o que, por se tratarem de grupos desprivilegiados, acarretava na formação de guetos étnicos ou culturais, como, por exemplo, o bairro dos italianos, dos negros e dos judeus. A língua e a cultura de cada grupo representavam mais uma barreira na sua adaptação à nova terra, não só com relação à língua e cultura da sociedade que os recebia, mas também quanto às dos demais grupos de outras nacionalidades. Uma reação de grupos imigrantes ao processo de aculturação era se fechar em relação à sociedade americana, procurando preservar seus costumes e sua língua, resultado de uma alta segregação, a beirar o isolamento.

A analogia com a ecologia vegetal feita por Park proporcionou a emergência de conceitos como a “dominância, a simbiose e a sucessão”, onde ressaltou “a disputa”, notadamente, “uma disputa por espaço”. Os indivíduos mais fortes se apossariam dos lugares mais vantajosos, sendo que os demais se adaptariam com o que sobrasse (guetos). No caso da expansão dos primeiros, os mais fracos eram comprimidos e teriam que mudar de local (HANNERZ, 2015).

Esse ambiente densamente povoado, heterogêneo, caracterizado por desigualdades, apresenta-se um terreno fértil aos desvios de conduta e são reputados como crimes, exigindo dos governantes, as chamadas políticas públicas de segurança. Nesse contexto, Freitas (2002, p. 47-48) explica que:

O aumento da criminalidade foi acompanhado por uma política pública de segurança voltada para a repressão, levada a cabo pelo aparelho policial. Eram altas as estatísticas criminais em determinadas áreas, como também era alto o número de prisões efetuadas. No ano de 1893, por exemplo, numa área de aproximadamente oito quilômetros quadrados, 25% da população que ali vivia tinha estado presa pelo menos uma vez naquele ano. De acordo com o Relatório Anual de 1900, do Departamento de Polícia de Chicago, a Polícia de Chicago, naquele ano, efetuou 70.438 prisões, sendo que 422 prisões foram por crime de tóxico, no caso o ópio, aproximadamente 1.600 prisões por infrações penais relativas a jogo e mais de 2.000 prisões por delitos relacionados com a prostituição. Chicago se apresenta como paradigma de cidade americana a combinar explosão demográfica e

heterogeneidade. Chicago, cidade dos imigrantes, dos migrantes, da indústria, das oportunidades, da diversidade e do caos. Chicago da rebeldia, das gangues, do crime organizado, de Al Capone, dos movimentos sociais, das greves, do Primeiro de Março. Chicago, cidade da Atenas do meio-oeste: a Universidade de Chicago.

Como visto, o postulado ecológico de Park (1999), utilizado para justificar esse aumento criminal descrito por Freitas (2002), tem como bases teóricas a “desordem física e social” para explicar os motivos das altas taxas de criminalidade em algumas regiões. A desordem física relaciona o crime às características físicas das localidades, como prédios degradados, moradias desordenadas, acessos viários improvisados, lotes vagos e abandonados, lugares mal iluminados etc. No que tange a desorganização social, estaria relacionada aos conflitos envolvendo gangues, a delinquência juvenil, uso de drogas, desemprego, além do alto nível de migração e imigração que reunia em um mesmo ambiente diferenças culturais.

Em termos pragmáticos, Freitas (2002, p.46) complementa:

Nessa fase de crescimento exponencial, Chicago enfrentava diversos problemas sociais: altas taxas de crime e delinquência, alcoolismo, prostituição e corrupção. A abrupta mistura de culturas aliada às péssimas condições de vida contribuíram para o aumento da criminalidade. A taxa de crime em Chicago cresceu rapidamente depois de 1880. Muitas ruas eram dominadas por gangues. Frederic Trasher, autor de *The Gang: a Study of 1.313 Gangs in Chicago (1927)*, estimava que as gangues existentes naquela cidade agrupavam pelo menos 25 mil adolescentes e jovens adultos no início dos anos 1920. A corrupção estava presente em vários níveis. Os políticos locais serviam aos interesses de grandes companhias, como, por exemplo, os trustes das ferrovias. Havia também figuras que eram especialistas na arte da apropriação combinada com aceitação social, como Charles T. Yerkes, que comandava o sistema ferroviário da cidade em favor de seu lucro particular.

Nas pesquisas de Park (1999) ficou evidenciado que a formação das gangues estava imbricada com a questão territorial. Surgidas no “submundo do crime”, as gangues são resultado das “fissuras e rupturas na estrutura da organização social” das cidades, sendo vistas como “parte integral da desorganização social”, ao mesmo tempo desempenhando um papel de “socialização informal” (HANNERZ, 2015).

No processo de formação das cidades contemporâneas durante a industrialização, seja nos Estados Unidos ou no Brasil, os pressupostos de Park podem ser observados. As similitudes relacionadas a organização espacial e social contribuem para o entendimento do fenômeno criminal atual. Com isso, aproximando do objeto

de estudo desta dissertação, faz-se necessário conhecer a instalação de uma das metrópoles do Brasil, Belo Horizonte.

### 2.1.1 O belo horizonte de Minas Gerais: será?

A capital de Minas Gerais, Belo Horizonte, possui uma história que precisa ser (re)visitada, para tentar entender o presente, quem sabe prospectar o futuro, mas de toda forma, é condição *sine qua non* na busca dos objetivos desta pesquisa.

Para tanto, é importante realizar indagações sobre a cidade de Belo Horizonte: Quando foi criada? Onde está localizada? Qual sua origem? Como foi instalada? As respostas auxiliarão na compreensão dos aspectos relacionados as temáticas: espaço urbano, economia, cultura, política e sociedade.

O caráter interrogativo apresentado, tem uma perspectiva crítica para a busca do objeto dessa dissertação. Se trataria realmente de um belo horizonte? Pode haver uma perspectiva visual para a definição do nome, pois horizonte é o que se vê lá na frente, ao se perder no olhar. Mas em uma perspectiva futura, num espectro de desenvolvimento espacial (físico) e social, o horizonte se confirmaria belo? O que foi almejado à época para a instalação da cidade é resultado do que se tem hoje?

Tais perguntas nortearão esta parte da pesquisa para estabelecer um raio-x da capital dos mineiros. Buscar-se-á o entendimento do desenvolvimento espacial e social por meio da historicidade, destacando o processo de escolha da capital, sua construção e os impactos de sua criação.

Na sua origem, Belo Horizonte era um arraial conhecido como Curral del Rei<sup>12</sup>, servindo como zona de apoio para os grandes centros da época, Vila Rica (Ouro Preto), Ribeirão do Carmo (Mariana) e Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de

---

<sup>12</sup> A expressão “curral” era usada com o significado de “fazenda”, “del Rei” significaria “do Rei”- Curral do Rei. O gado que era comercializado junto aos centros de mineração permanecia estacionado nesses currais para que fosse realizado o pagamento dos tributos do Rei, recuperar o peso perdido nas caminhadas, seguindo posteriormente para a região de Vila Rica (RABÊLO, 2013).

Sabará (Sabará). Com grande demanda por alimentos, as cidades do ouro passavam por graves problemas de abastecimento (RABELO, 2013).

Em uma perspectiva geográfica, a região era um imenso planalto entre o Rio Paraopeba (Oeste), Rio das Velhas (Norte e ao Leste) e a Serra do Curral, que integra a Serra do Espinhaço (Sul), que seria o palco para a instalao da futura capital mineira. Tal geografia, somada aos grandes leitos dos rios que alimentavam as grandes lagoas na localidade, favoreceram a funo inicial que foi dada a região (ÁVILA, 2021).

Os primeiros relatos sobre esse grande planalto remontam o início do século XVIII quando forasteiros de todos os rincões do Brasil e de Portugal chegavam  localidade a procura do ouro. No entanto, os recém chegados não obtiveram muito sucesso com os minerais na região. Todavia, verificou-se uma alternativa que fazia dessas terras um grande polo de “fornecimento de víveres” para as chamadas “zonas auríferas” (RABELO, 2013).

Muitos comerciantes de gado (boiadeiros) e negociantes em geral, vindos do Norte, percorriam as margens do Rio São Francisco e do Rio das Velhas em direo a região de Vila Rica para realizar suas vendas. Em meio a esse percurso, usavam o Curral del Rei como ponto de apoio e parada (ÁVILA, 2021).

Sobre a sombra do ouro, ressalta-se que a agricultura e a criao de gado foram os esteios que nortearam o desenvolvimento do arraial. Em 1723, a localidade pertencia a Sabará que lhe concedeu o título de “freguesia” - Freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral del Rei (RABELO, 2013).

Ao final do século XVIII o grande centro minerador passou por uma forte crise. Com isso, houve uma grande migrao populacional para a região de Curral del Rei na procura por emprego e uma melhor condio de vida. Desde então, a economia produtiva passou a contar com engenhos de mandioca, aocar e aguardente, somados a manufatura de couro e algodão, olarias de tijolos, telhas e utensílios domésticos, uma modesta lavoura de café, pedreiras de granito e calcário (ÁVILA, 2021).

No século XIX, especificamente em 1834, a *St. John del Rey Mining Company*, mineradora inglesa mais rica do estado, localizada onde hoje é a cidade de Nova Lima, atraiu e empregou mais pessoas na freguesia. No entanto, com o fim do progresso mineral, a população foi se desconcentrando e se expandindo para o entorno da região. Esse processo ocasionou uma redução da área geográfica de Curral del Rei e um retrocesso na economia, porém, auxiliou na formação dos municípios de Contagem, Betim, Ibitaré, Sete Lagoas, Mateus Leme, Pará de Minas, Esmeraldas, Jaboticatubas, Ribeirão das Neves, dentre outros (AVILA, 2021).

Em termos de manifestações populares, há relatos de manifestação incipiente do controverso carnaval, tido pela igreja como “festa profana”, inconveniente e promovido por devassos. Para os clérigos, a festividade era vista com o objetivo de aumentarem as paixões criminosas, com “afetos indignos e imorais”. Já o circo que periodicamente se instalava na região, era esperado com “ansiedade” pelas pessoas. Destaca-se como hábito noturno a época, a realização das conhecidas “serenatas” (RABÊLO, 2013).

Com a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, marcando o fim da monarquia, a população efusiva demandou mudança do nome Curral del Rei, o qual remetia ao período monárquico. Autoridade e personalidades se reuniram e debateram o melhor nome. Nos debates vigorou o nome que remetia ao sentimento das pessoas que conheciam a localidade - o “belo horizonte”. No entanto, o nome escolhido foi “Novo Horizonte”. Entretanto, o governador João Pinheiro não aceitou e definiu o nome “Belo Horizonte”, por meio do Decreto nº 36, de 12 de abril de 1890. Porém, em 1893, outro decreto mudou o nome para “Cidade de Minas”. Por fim, em 1901, a cidade volta a ser chamada oficialmente por Belo Horizonte (RABÊLO, 2013).

O republicanismo buscava uma capital moderna que seria símbolo do início de uma nova era para Minas Gerais e para o Brasil. Ainda como uma freguesia, Belo Horizonte já ostentava os símbolos da república recém assumida ao poder. Mas, sua escolha como a capital do estado não foi fácil e nem de decisão unânime, pois a escolha permearia por diversos interesses e conveniências regionais. A topografia de Belo Horizonte, situada em um grande planalto, favorecia a escolha (RABÊLO, 2013).

Em meio a discursão e interesses, em 7 de abril de 1891, o governador Antônio Augusto de Lima provocou formalmente o poder Legislativo estadual sugerindo “dotar o Estado de uma nova capital, um novo centro de atividade intelectual, industrial e financeira, e ponto de apoio para a integridade de Minas Gerais (...)” (RABÊLO, 2013).

Na mensagem enviada, o governador completa sugerindo o local da preferência de sua administração para a instalação da nova capital, conforme relatado por Rabêlo (2013, p. 45):

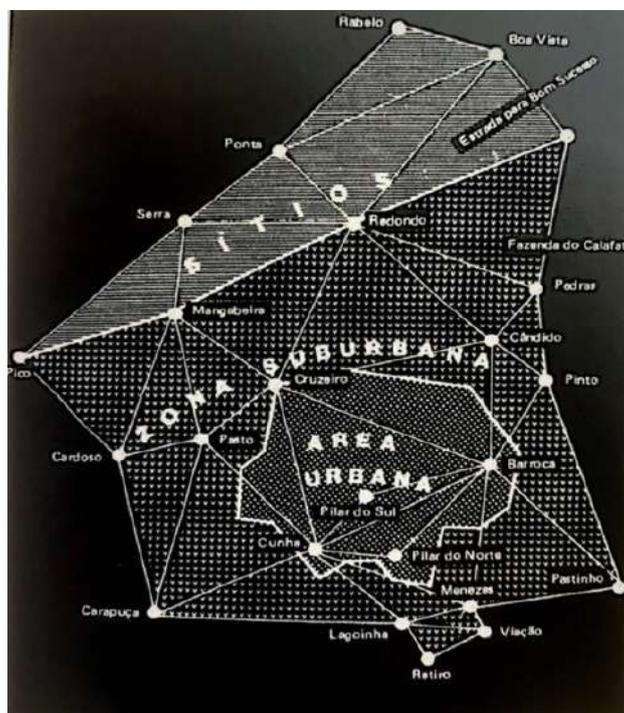
[...] no intuito de concorrer para a solução desta magna questão, depois de estudá-la em todas as suas faces (...) chegou à conclusão de que nenhum outro lugar reúne maior soma de condições (...) do que o planalto denominado Belo Horizonte.

Para a construção da capital Belo Horizonte, o governador Afonso Pena convidou como engenheiro chefe, o renomado, experiente e positivista Aarão Reis que liderou a Comissão Construtora. Instalada formalmente em 1º de março de 1894, foi composta por cerca de 200 técnicos e funcionários (ÁVILA, 2021).

A decisão executiva para a construção da nova capital, conforme apresenta Rabêlo (2013, p. 49), determinava que as obras “deveriam obedecer às mais severas indicações e exigências modernas de higiene, conforto, elegância e embelezamento, sem exageradas preocupações com suntuosidades dispensáveis”.

A Figura 2 ilustra o mapa da futura Belo Horizonte apresentado pela Comissão Construtora. Inspirado em linhas cartesianas e positivistas, a área urbana de Belo Horizonte é circundada por um polígono com linhas retas (Avenida do Contorno), compostas por ruas largas e regulares em seu interior, objetivando não remeter as ruas estreitas, desajustadas e sinuosas de Ouro Preto.

Figura 2 - Mapa da futura Belo Horizonte apresentado pela Comissão Construtora na fase de planejamento das obras em 1894



Fonte: RABÊLO, 2013, p. 51.

Muitos foram os problemas durante a construção de Belo Horizonte: 1) falta de abastecimento de alimentos (pouca quantidade e péssima qualidade); 2) falta de medicamentos e assistência à saúde (os doentes eram atendidos em Sabará ou em barracas e macas improvisadas pelas ruas); 3) dificuldade nos sepultamentos (não havia cemitérios para atender a nova demanda); 4) correios (soltava-se um rojão para informar a população a chegada de correspondência); 5) comércio incipiente (poucas lojas com poucos produtos) (RABÊLO, 2013).

Parte das dificuldades e a potencialização das obras foi solucionada com a instalação, em 07 de setembro de 1895, de uma malha ferroviária que se estendia ao Rio de Janeiro, capital do Brasil, à São Paulo, bem como ao longo de Belo Horizonte. A chegada de imigrantes auxiliou na garantia da continuidade das obras, pois foram trazidos técnicos e operários de diversas localidades do país (RABÊLO, 2013).

Em uma luta contra o tempo, com muitas necessidades deixadas de lado, improvisos, contrariando todos prognósticos, em 12 de dezembro de 1897, Belo Horizonte era

inaugurada. Para cumprir com a exigência legal, o governador Bias Fortes transfere a sede do governo do Estado para a nova capital “tornando irreversível o processo de mudança” (RABÊLO, 2013).

Mas, desde a instalação de Belo Horizonte os menos afortunados não viram o belo horizonte. Inicialmente, os pobres moradores de Curral del Rei tiveram suas casas desapropriadas para a construção de bairros nobres como o bairro de Lourdes e Funcionários. Os pagamentos que recebiam como indenizações eram insuficientes para comprar um pedaço de terra (ÁVILA, 2021).

O projeto de Aarão Reis não contemplou a acomodação dos trabalhadores e pessoas menos favorecidas. Pessoas de todo o país buscavam a cidade como uma oportunidade. Com a abolição da escravatura em 13 de maio de 1888, muitos ex-escravos buscavam uma oportunidade de sobreviver junto a suas famílias. Entretanto, tais classes foram desprovidas de quaisquer assistências (ÁVILA, 2021).

Nesse contexto, Rabêlo (2013, p. 52) explica o destino dos desafortunados alijados do planejamento urbanístico e social pelo estado:

Surgiam, em consequência, as primeiras favelas belo-horizontinas, como as do Barro Preto, nas margens do Córrego do Leitão, e da Floresta, nos altos da Estação da Central do Brasil, a última justamente com o nome de Favela, inspirado no do primeiro morro do Rio de Janeiro com essa denominação. Ali, fixavam-se os sem-teto da época – a mão de obra estrangeira com pouca ou nenhuma qualificação e os trabalhadores procedentes de diversos pontos do Brasil, em grande parte ex-escravos.

Rabêlo (2013) aponta que “a origem do desordenamento urbano do município” (Belo Horizonte), foi herança do abandono do poder público na instalação das primeiras famílias de trabalhadores, sobretudo nas periferias do projeto positivista da nova capital, tendo “alcançando hoje proporções dramáticas”. Inclusive, destaca-se que algumas áreas periféricas de onde eram retiradas as pedras para a construção da cidade, pedreiras Prado Lopes<sup>13</sup> e Morro das Pedras, deram origem a duas principais favelas de Belo Horizonte.

---

<sup>13</sup> Pedreira explorada no período de construção da capital pelo empresário Antônio do Prado Lopes, situada no Bairro Lagoinha. Entre 1910 e 1920, a localidade deu lugar a favela Pedreira Prado Lopes, mais antiga das favelas na Cidade (RABÊLO, 2013).

Verifica-se uma similaridade entre Rabêlo (2013) e Park (1999) sobre o surgimento de áreas desorganizadas. Conforme apresentado, o primeiro estuda a formação da capital Belo Horizonte no final do século XIX; o segundo, imerge na cidade de Chicago, também no final do século XIX. Apesar de as pesquisas serem realizadas em lugares distintos, os autores apontam a origem dos guetos (Park) em Chicago e das favelas (Rabêlo) em Belo Horizonte. Ambos ambientes, com pouca ou nenhuma estrutura física ou social, ocupados por pessoas menos favorecidas, trabalhadores mal assalariados, pessoas subempregadas ou desempregadas.

## **2.2 Favelas: espaço de desordem física e social?**

O Brasil se destaca quando o assunto é favela. Conforme Davis<sup>14</sup> (2006 *apud* VALENTE, 2016, p. 9), “estima-se que o Brasil tenha a terceira maior população favelada do mundo, 36,6% da população urbana, perdendo apenas para a China e a Índia”.

As favelas são consideradas por muitos autores como o resultado do descaso do poder público com os desabastados. Como pode ser observado, esta pesquisa, apresentou até então dois exemplos de crescimento populacional desassociado de um planejamento suficiente para atender as demandas espaciais e sociais de todas as pessoas: Chicago e Belo Horizonte.

Desta maneira, em outros contextos semelhantes a estes, notadamente nos grandes centros urbanos, cada qual com sua história e particularidade, surgem novas e novas favelas.

### **2.2.1 O paradoxo urbanização e favelas em Belo Horizonte**

No final do século XIX, enquanto países como a Argentina e os Estados Unidos já elegiam seus governantes, o Brasil era governado por um Imperador e a escravidão persistia.

---

<sup>14</sup> DAVIS, Mike. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

Estima-se que à época, 40% da população do Rio de Janeiro era de pessoas escravizadas, o que correspondia a 80 mil indivíduos. Com o abolicionismo crescente, as fugas de pessoas escravizadas originavam aglomerações com condições precárias, já conhecidas desde o período colonial como “quilombos” (GLAESER, 2011).

Nesse contexto, Valente (2016, p. 9) apresenta sua visão política e social do surgimento das favelas no Brasil:

No ano de 1897, em um contexto de escassez de habitações de baixa renda, acentuada com a migração em larga escala e a abolição da escravatura em 1888, surgiu a primeira favela brasileira, no Morro de Santo Antônio e, meses depois, a segunda no Morro da Providência, quando soldados da guerra de Canudos ali se instalaram após não receberem o soldo prometido, aos quais se somaram os desalojados do cortiço Cabeça de Porco, destruído em 1893.

Os estudos de Oliveira<sup>15</sup> (1985 *apud* BRULON e PECI, 2013) remetem ao surgimento das favelas no Brasil para o final do século XIX, na cidade do Rio de Janeiro, onde teria surgido tal nomenclatura para referenciar as aglomerações de pessoas de forma precária nos altos dos morros. Conforme ensina o autor, o termo favela<sup>16</sup> faz referência a uma espécie de vegetação típica do sertão baiano, utilizado para nominar o recém criado Morro da Providência.

Os autores complementam que a comunidade da Providência foi criada por antigos combatentes do Exército brasileiro que lutaram na Guerra de Canudos contra os seguidores de Antônio Conselheiro<sup>17</sup>. As características do alto do morro e o nome da vegetação encontrada na localidade baiana, onde os seguidores de Conselheiro ficavam, motivaram a adoção da nomenclatura “favela” no morro carioca.

---

<sup>15</sup> OLIVEIRA, Jailson S. Repensando a questão das favelas. **Revista Brasileira de Estudo de População**, Campinas, v. 2, n. 1, p. 9-30, jan./jun. 1985.

<sup>16</sup> Planta típica da caatinga brasileira, comumente vista no semiárido baiano, encontrada nas encostas do arraial de Belo Monte, em Canudos. A favela é um arbusto com espinhos medindo entre 3 a 7 metros. Com flores brancas, a planta produz frutos com sementes oleosas, madeira pesada e de fácil apodrecimento (SILVA, 2017).

<sup>17</sup> Líder religioso que reuniu 30 mil seguidores no arraial de Canudos, na Bahia, entre 1896 e 1897. Revoltado com o governo central que passou a cobrar impostos do interior, Antônio Conselheiro liderou uma insurreição popular. Como reação, o governo federal usou a força com o Exército brasileiro, tendo “A Guerra de Canudos” deixado 15 mil mortos (FRAZÃO, 2020).

Conforme explica Glaeser (2011), curiosamente, os soldados vitoriosos em Canudos não teriam recebido seus proventos do Exército brasileiro após a campanha. Em meio a necessidade de se sustentarem, “inconscientemente imitando o Conselheiro”, esses soldados fundaram sua própria vila com um “aglomerado de barracos” no alto do morro da Providência.

Desde então, as localidades semelhantes, com aglomerações populares em condições precárias, notadamente em terrenos desfavoráveis a instalação de edificações, passaram a ser chamadas de favela. Em um pequeno, mas necessário avanço histórico, foi na década de 1920, segundo Perlman<sup>18</sup> (2010 *apud* VALENTE, 2016, p. 9) que favela:

(...) teria se tornado o termo genérico para os assentamentos precários ou irregulares, ou aglomerações anormais (...) mas o primeiro reconhecimento legal foi no final da década de 1930, quando o governo as caracterizou como uma aberração e Código de Obras proibiu a construção de novas favelas, vedando a expansão das existentes ou o uso de materiais de construção permanente.

De forma coerente com o período, Rocha (2017) aponta o ano de 1887 como o marco do surgimento das favelas no Rio de Janeiro. Já em Minas Gerais, conforme Cotta e Silva (2015), com o processo de construção da cidade de Belo Horizonte, em meados de 1895, tem-se a formação das primeiras favelas na nova capital mineira.

Para Guimarães (1992, p. 12) corrobora com Cotta e Silva (2015) e complementa que as favelas em Belo Horizonte remontam a fase de construção e urbanização da cidade, em 1895, sendo que “dois anos antes de ser inaugurada, já contava com duas áreas de, aproximadamente, 3.000 pessoas”.

No mesmo contexto analisado por Cotta e Silva (2015), Rabêlo (2013, p. 242) expõe o extrato social das pessoas que formavam a massa ocupante das favelas mineiras no início de sua formação:

Não dispondo de um lugar apropriado para morar, o destino dos ex-escravos, bem como dos demais trabalhadores nacionais e estrangeiros menos qualificados, foram as favelas que surgiram fora do então centro urbano,

---

<sup>18</sup> PERLMAN, Janice. **Favela: four decades of living on the Edge in Rio de Janeiro**. Oxford: University Press, 2010.

como a do Leitão, no atual Bairro Barro Preto, e a do Alto da Estação, atrás da Estação da Central do Brasil, no Bairro Floresta. Ali viviam em condições extremamente desfavoráveis, numa antecipação do cenário que vemos ainda hoje nas coletividades mais pobres.

Em âmbito geral, a maior parte das favelas circundam os grandes centros urbanos em um misto de precariedade e “boa localização”, perfazendo uma melhor opção, segundo pesquisadores, do que morar embaixo de uma marquise nas ruas. Freitas (2002, p. 126) aborda essa perspectiva paradoxal:

O grupo dos residentes em favelas, a despeito de toda ordem de problemas que vivenciam, o que envolve infraestrutura precária e escassez de serviços, está melhor situado na estrutura urbana do que as populações chamadas de rua, que inclui os sem-teto, mendigos e meninos e adolescentes de rua. É que o morador da favela possui uma moradia, um endereço, um teto sobre sua cama e que não é nem a marquise e nem o tempo.

Nessa perspectiva, Glaeser (2011) vê nas favelas uma vida melhor do que a “embrutecida pobreza rural”. As “oportunidades econômicas, serviços públicos e diversão” foram atrativos para o êxodo rural observado no período. Salienta o autor, que os morros do Rio, mesmo em meio a concentração de pobreza, possuem “algumas das melhores vistas do mundo”.

Já em Belo Horizonte, no início das ocupações irregulares, percebe-se que o poder público não se importou, pois precisava de mão-de-obra para a construção da cidade. Inclusive, autoridades estimulavam para que fossem ocupadas áreas próximas aos canteiros de obras. Porém, em 1902, com a cidade tomando forma, a Prefeitura começa a regulamentar as invasões, pois estava incomodada com a presença da população pobre na área nobre da cidade (GUIMARÃES, 1992).

A regulamentação mencionada por Guimarães (1992) veio junto com a remoção das favelas. Tal movimento pode ser percebido por meio da Figura 3, observando o nome da favela, sua localização, criação e situação.

Figura 3 - As favelas mais antigas de Belo Horizonte: criação e situação

## AS MAIS ANTIGAS FAVELAS DE BELO HORIZONTE

NOME	LOCALIZAÇÃO	CRIAÇÃO	SITUAÇÃO
Fazenda do Leitão	Santo Antônio	1895	1902 - removida
Alto da Estação (Favela)	Floresta	1895	1902 - removida
Córrego do Leitão	Barro Preto	1895	1902 - removida
Barroca <sup>1</sup>	Barro Preto	1902	1942 - removida
Praça Raul Soares	Barro Preto	1910	1935 - removida
Pedreira Prado Lopes <sup>2</sup>	Lagoinha	1910-1920	permanece
Buraco Quente, hoje			
Senhor dos Passos	Lagoinha	1914	permanece
Parrela (Vila dos Urubus)	Santa Efigênia-Santa Tereza	1920	1982 - removida
Morro do Papagaio, hoje			
Vila Santa Rita de Cássia	Aglomerado Santa Lúcia	1920-1930	permanece
Morro das Pedras, hoje			
São Jorge	Jardim América	1922	permanece
Pindura Saia <sup>3</sup>	Cruzeiro	1930	permanece
Acaba Mundo	Sion	1935	permanece
Pé Vermelho, hoje			
Alto Vera Cruz	Vera Cruz	1935	permanece
Universidade <sup>4</sup>	Santo Agostinho	1935	1960 - removida
Santo André	Lagoinha	1935	hoje bairro
Cabana do Pai Tomáz <sup>5</sup>	Região Oeste	1941	hoje bairro
Mato da Lenha, atualmente Salgado Filho	Salgado Filho	1941	hoje bairro
Marmiteiros (São Vicente)	Padre Eustáquio	1942	permanece
Morro do Querosene	Luxemburgo	1942	permanece

Fonte: RABÊLO, 2013, p. 121.

Em um outro prisma, desde o início de sua concepção, as favelas são vistas por alguns autores como locais onde moram pessoas marginalizadas, envolvidas com a criminalidade. Rocha (2017, p. 10), apresenta publicação na *Revista Careta*, em 04 de dezembro de 1909, com fala, de maneira estigmatizada, sobre o público residente nas favelas da então capital do Brasil: “[...] apesar de possuir elementos honestos, a ‘Favella’ é um antro de ‘faccinoras’ e deve ser arrasado para decência e ‘hygiene’ da Capital Federal”.

A percepção das favelas em Belo Horizonte não foi diferente da descrita por Rocha (2017). Inicialmente, as favelas foram se amontoando nas periferias, porém, à medida que a cidade crescia e se organizava, eram removidas e novamente buscavam áreas mais afastadas, sempre margeando os centros urbanos. Na década de 1930, o discurso oficial da administração pública de Belo Horizonte, associava as favelas a “periculosidade”, seja na esfera criminal ou sanitária (COTTA e SILVA, 2015).

Ao longo das décadas de 1940 e 1950 as favelas foram se consolidando como espaços de “carência, da falta, o lugar por excelência da desordem”, como destacam Alvito e Zaluar<sup>19</sup> (2006 *apud* ROCHA, 2017, p. 12).

No que tange a informalidade, típica das favelas, principalmente no início de sua concepção, Maricato (2001) ressalta a ilegal ocupação do solo por parte dos moradores, ocasionando a ausência de direitos sobre aquele pedaço de terra, vivendo sob o risco constante de despejo. Soma-se a ilegalidade, a falta de infraestrutura e serviços básicos como água, esgoto e transporte.

Nesse contexto, Guimarães (1992, p. 4) narra como foram as rotinas relativas à ocupação e remoção de áreas em Belo Horizonte, nos seus 30 primeiros anos:

À medida que eram expulsos de uma área, parte da população conformava-se em mudar para o lugar destinado pelo poder público, em geral locais mais distantes, sem infraestrutura urbana e equipamentos, e parte rebelava-se indo formar novas favelas em área próxima a que moravam e de onde mais tarde, eram novamente expulsos.

A Figura 4 mostra a quantidade e a disposição geográfica das favelas em Belo Horizonte no ano de 1940, corroborando a ideia de que as favelas, em sua maioria, se localizam no entorno dos centros urbanos. A imagem publicada no estudo de Rabêlo (2013) corrobora com a pesquisa de Guimarães (1992) e Cotta e Silva (2015).

Figura 4 - Mapa da distribuição das favelas em 1940 em Belo Horizonte



Fonte: RABÊLO, 2013, p. 119.

<sup>19</sup> ALVITO, Marcos; ZALUAR, Alba. **Um século de favela**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

Verifica-se pela Figura 4 que as favelas circundam a área planejada de Belo Horizonte, estando as margens da urbanização e modernização idealizada no projeto de Aarão Reis. Destaca-se na imagem para esta pesquisa, a menção à favela da Serra e do “Pao Comeu”, localidades que constituem o objeto desse estudo.

Apenas na segunda metade do século XX o poder público passou a se preocupar com a questão das favelas, muito pela organização dos moradores e pelo populismo existente à época. Como explica Guimarães (1992, p. 5):

[...] em 1955 é criado o Departamento de Bairros Populares - DBP, órgão da Prefeitura municipal encarregado da questão, definindo-se que as remoções só ocorreriam mediante a construção de conjuntos de casas para onde seria transferida a população desalojada das favelas. Em realidade, foi construído um único conjunto e teve continuidade o processo de remoção nos moldes antigos.

Na década de 1960, com o contexto político conturbado observando-se o aumento dos movimentos sociais, há um recrudescimento das invasões de áreas de favelas, agora apoiadas pelos partidos de esquerda e pela igreja católica. Contrário as ações do governo municipal, o poder público estadual reage e cria, em 1963, um programa habitacional para os moradores de favelas, atendendo aproximadamente 120 mil pessoas, com 25.076 novos domicílios. Além das novas moradias, o governador do Estado prevê a urbanização de quatro favelas de Belo Horizonte, porém o golpe civil-militar de 1964 paralisa a conclusão do projeto (GUIMARÃES, 1992).

Na década de 1970, o município de Belo Horizonte possuía um órgão oficial para a remoção das favelas na capital. Cotta e Silva (2015, p. 89) relatam que “a Coordenação de Habitação de Interesse Social (CHISBEL) atuou em 423 áreas da cidade, de onde removeu 10.000 barracos, cerca de 44.000 pessoas”. Os autores complementam que após serem removidas, as famílias recebiam “indenizações insuficientes”, o que fazia com que elas novamente se adensassem e formassem outras favelas.

Salienta-se que a remoção das famílias não implica somente na perda da moradia. Soma-se a dificuldade social para a obtenção de emprego que é potencializada pela remoção das pessoas das favelas, conforme relatado por Freitas (2002, p.126):

Quando um morador de favela é desalojado de sua casa, o que acontece com muitos em razão de desocupação forçada (administrativa ou judicial), perde um aspecto relevante de sua identidade e posição sociais, perde seu local de referência (...) terá maior chance de perder seu emprego, seja pela ausência de endereço, seja pelo seu asseio pessoal que fica comprometido.

Na década de 1980, com o processo de abertura democrática, o governo do Estado busca uma reaproximação com a população residente nas favelas que tinha sido bastante reprimida no governo militar. Conforme expõe Guimarães (1992, p. 8):

[...] o Programa de Desenvolvimento de Comunidades - PRODECOM - da Secretaria de Estado do Planejamento, pautava-se por uma proposta de planejamento participativo implementado juntamente com as associações comunitárias. Possuía cinco linhas de programas destinados as favelas e áreas periféricas, entre os quais o de urbanização e legalização da posse da terra, atividades em que era auxiliado pela CHISBEL para fazer os deslocamentos de população necessários as obras, mantendo, entretanto, as famílias na mesma área.

As atividades desenvolvidas pelo PRODECOM são consideradas como um marco da política em favelas em Belo Horizonte conforme é apresentado na Figura 5. Tal programa teria assistido e beneficiado mais de 70 mil pessoas na cidade.

Figura 5 - Favelas urbanizadas pelo PRODECOM em Belo Horizonte

FAVELA	ÉPOCA	POPULAÇÃO ATINGIDA	OBRAS REALIZADAS <sup>1</sup>
Antena	1981	2.000	chafarizes, caixa d'água, acesso viário, calçamento, praça, muro arrimo, drenagem
Barragem Santa Lúcia	1981	5.500	calçamento, acesso viário, muro arrimo
Cabana Pai Tomaz	1982	6.000	canalização riacho
Cafezal	1979/82	6.000	chafarizes, acesso viário, drenagem, calçamento, rede água, luz, iluminação pública, posto policial, limpeza pública, escola, muro arrimo, praça
Cemig	1980/82	3.400 <sup>2</sup>	praça, drenagem, calçamento, água, esgoto, ilum. pública, acesso viário, escada, muro arrimo
Conceição	1981	5.000 <sup>2</sup>	calçamento, área serv. com. esgoto e drenagem
Fátima	1981	6.600	drenagem, calçam., acesso viário, escada, muro arrimo, água, praça, creche
Marçola	1979/82	15.600	chafarizes, escada, calçam., caixa água, acesso viário, muro arrimo, esgoto, praça
Papagaio	1980	7.450 <sup>2</sup>	chafarizes, creche, água
Pedreira Prado Lopes	1980	7.000	acesso viário, calçam. canaliz. esgoto, dren. ar. verde
Senhor dos Passos	1980/82	4.000	canal., águas pluviais, esg. acesso viário, muro arrimo, calçam., água, praça
TOTAL FAMÍLIAS BENEFICIADAS		68.550	

Fonte: GUIMARÃES, 1992, p. 10.

## 2.2.2 A expressão cultural e política nas favelas

Em mais de 100 anos de história das favelas no Brasil, considera-se que o lugar de vazio, falta e pobreza, é o lugar preenchido com a riqueza dos sentimentos humanos. A capacidade de superação e luta das pessoas residentes nas favelas, pejorativamente chamados de “favelados”, é demonstrada pela “criatividade cultural” da capoeira, das festas populares, da política, das diversas formas e gêneros musicais, especialmente o samba (OLIVEIRA e MARCIER, 2006).

Originada nos quilombos do período colonial brasileiro, a capoeira, um misto de luta e dança, passou de geração em geração, até chegar as favelas do século XX. Trata-se de uma expressão cultural, hoje vista como um esporte afro-brasileiro. Embalada pelo ritmo musical do berimbau, pandeiro, atabaque e agogô, as rodas de capoeira ainda são vistas nas praças dos grandes centros e nas periferias (TRAVASSOS, 2006).

No que tange a música popular da favela, remonta-se aos anos de 1928 com o marco inicial do compositor “Sinhô”, com “A favela vai abaixo”. A letra da música faz críticas e lamenta a “destruição do morro da Favela”, após previsão do Plano Agache na cidade do Rio de Janeiro. Já fica nítida a reflexão, por meio da música, dos “conflitos” e “estigmas” relacionados a favela na “tematização” musical dos artistas (OLIVEIRA e MARCIER, 2006).

Outras letras musicais refletem as dificuldades, rotinas e aflições vividas pelos moradores das favelas, como demonstradas por Oliveira e Marcier (2006, p. 65):

### A FAVELA VAI ABAIXO (1928)

J.B. da Silva (Sinhô)

(..) Isso deve ser despeito dessa gente/ Porque o samba não se passa  
Favela! (...) para ela/ Porque lá o luar é diferente / Não é como o luar que se  
vê desta (...)

### NEM EU, NEM ELA (1931)

G. Iteperê

Nem eu, nem ela/ Vamos deixar de divertir/ Pra pandegar./ Cada um no seu  
lugar/ Eu vou sambar / Lá no morro da Favela/ Pois eu quero esquecer dela/  
Quando chega o carnaval (...)

### SAMBA NOSSO (REZA DE MALANDRO) (1932)

Benoit Certain e E. Souto

Samba nosso, muito amado/ Que desceste lá do morro/ de cavaco, de cuíca/  
repicando no pandeiro/ sejam sempre respeitados/ se isso for do teu desejo./

Na Favela, na Pavuna/ Na Gamboa, no Salgueiro./ O batuque de cada dia/  
Dá-nos hoje por favor (...)

FEITIO DE ORAÇÃO (1933)

Noel Rosa

(...) O samba na realidade/ Não vem do morro nem de lá da cidade/ E quem  
suportar uma paixão/ Saberá que o samba então nasce no coração (...)

MINHA EMBAIXADA CHEGOU (1934)

Assis Valente

(...) O violão deixou o morro/ E ficou pela cidade/ Onde o samba não se faz  
(...)

SAMBISTA DA CINELÂNDIA (1936)

Custódio Mesquita e Mário Lago

Sambista/ Desce o morro/ Vem pra Cinelândia/ Vem sambar / A cidade já  
aceita o samba (..)/ O morro já foi aclamado/ Com um sucesso colossal/ E o  
samba foi proclamado/ Sinfonia nacional (...)

O samba ganhou sua maior visibilidade com carnaval que é a expressão cultural mais privilegiada das favelas. No evento que é conhecido mundialmente, a favela ganha voz. A maioria das escolas de samba, pra não dizer todas, nasceram nas favelas cariocas. O lúdico se mistura em contraponto com as tristezas do cotidiano (OLIVEIRA e MARCIER, 2006).

Noutro sentido, aliando a imagem da favela “ao samba, à música, ao botequim e ao jogo”, interligam a figura do “malandro”. Este, por sua vez, é confundido com o “valentão” ou o “brigão”. Logo, a violência física que decorre dos conflitos na favela, desde sua origem, recrimina a “delação” e a ação da polícia nas relações locais, “malandro não denuncia malando, espera a vingança” (OLIVEIRA e MARCIER, 2006).

O samba dos anos 1920, perpassando pela MPB dos anos 1970, cede espaço para o RAP, embrião do funk, do final dos anos 1980 e início dos anos 1990. Na mesma lógica do início do século, onde é representada na música a vivência social da favela, no final do século, porém com outro estilo musical, representa-se, novamente, parte da realidade das comunidades.

Oliveira e Marcier (2006, p. 102-103) citam as letras de RAP (funk) que ilustram a questão social no final do século XX:

RAP DA FELICIDADE (1994)

Julinho Rasta e Katia

Eu só quero é ser feliz/ Andar tranquilamente na favela onde eu nasci, é/ E  
poder me orgulhar/ E ter a consciência que o pobre tem seu lugar (...)/ Pois

moro numa favela e sou muito desrespeitado/ A tristeza e a alegria aqui caminham lado a lado./ Eu faço uma oração para uma santa protetora/ Mas sou interrompido a tiros de metralhadora (...)/ Pessoas inocentes que não têm nada a ver/ Estão perdendo hoje o seu direito de viver (...)

RAP DO BOREL (1994)

William e Duda

(..) Foram muitos amigos que foram para o céu/ Por isso William e Duda pedem a paz pro Morro do Borel/ Viemos cantar para poder lembrar/ Um pouco dos amigos que se foram / pra nunca mais voltar (...)

RAP DA FELICIDADE (1994)

Julinho Rasta e Katia

(...) Já não aguento mais essa onda de violência/ Só peço à autoridade um pouco mais de competência (..)/ Trocada a presidência, uma nova esperança/ Sofri na tempestade, agora quero a bonança/ O povo tem a força só precisa descobrir/ Se eles lá não fazem nada, faremos tudo daqui (...)

Algumas letras falam do amor, outras demonstram a violência presente nas favelas, já outras fazem cobranças ou demonstram esperança na política. As músicas representadas nas vozes dos artistas das comunidades narram o desrespeito do poder público, o uso de armas potentes (metralhadora), a morte de pessoas inocentes, dentre outras realidades vividas nas décadas de 1980 e 1990 nas favelas cariocas.

Os RAP's apresentados ganham força com as edições dos bailes funk, descrito pelos autores como um misto de representação cultural e violência. Ao apresentar os bailes funk, Cecchetto (2006, p. 145) diz que “é preciso ter disposição para percorrer praças e recantos e até frequentar lugares não muito seguros da cidade.”

Os bailes funk seriam divididos em três categorias distintas: “baile de corredor”, “baile normal” e “baile de comunidade”. Cecchetto (2006, p. 146):

Entre o "baile normal" e o "de corredor", a diferença reside na articulação entre o binômio espaço e tempo para o confronto. No primeiro, ele é controlado e limitado mais severamente pelos organizadores. No segundo, como assinalou um DJ, “a briga é organizada”, isto é, o baile é dividido em territórios, para que as galeras se confrontem abertamente. Nos dois tipos de bailes existem também as áreas consideradas neutras (acessos e bares, por exemplo). Diferentemente das modalidades anteriores, no baile "de comunidade", como veremos, esses confrontos simplesmente não existem.

Nesse cenário, o autor destaca algo intrigante no “baile de comunidade”. Apesar de não haver confrontos entres os presentes, Cecchetto (2006, p. 157) destaca que:

Paradoxalmente, a segurança é proporcionada pelos grupos armados do tráfico que ocupam as comunidades pobres. Além da segurança, os patrocinadores fornecem os ônibus para transporte das igualmente a única oportunidade para a "galeras amigas". O "baile de comunidade" seria diversão para a "rapaziada do morro curtir uma e mesmo mostrar seus dotes fora do mundo do crime. Nesse tipo de baile, a violência entre as galeras é controlada pelos traficantes, mas existe uma preocupação dos frequentadores com a possibilidade de invasão da polícia e irrupção de confrontos com outros grupos rivais do crime organizado. Chamam a atenção a exibição e o desfile de armas de fogo que os jovens empunham. Além disso, não há restrições quanto à frequência de crianças menores de 12 anos e até de colo. O ambiente é licencioso. Nesse baile é que são cantadas as versões proibidas dos raps. Alguns MCs chegam a ficar duas horas cantando a mesma música em homenagem aos traficantes presos ou mortos. Se no "baile de corredor" não tem regras explícitas, nos "bailes de comunidade" o espaço é regulado e disciplinado de outra forma: os confrontos não existem, mas a convivência com as armas de fogo ostentadas pelos traficantes impõe uma outra lógica igualmente impregnada de códigos de disputa e de guerra.

Conforme apresentado pelos autores, a presença do tráfico de drogas nas favelas, impõe os atuais contornos dessa manifestação cultural. As "músicas proibidas", a organização das pessoas, quem cantará no evento, o local do evento, tudo é definido e controlado pelo tráfico de drogas. Entre estes e outros motivos, a tensão dos presentes é grande para os casos de possíveis intervenções da polícia ou uma invasão de criminosos de facções rivais aquela localidade.

Como visto, não estão presentes nas favelas apenas a carência e a precariedade. A cultura forte e a política também fazem parte da vida dos moradores. No final dos anos 1980, o tráfico de drogas ganhou mais força com a inserção da cocaína nas favelas, fazendo com que o lucro dos traficantes aumentasse, e por conseguinte, a qualidade das armas adquiridas pelo crime organizado se tornou cada vez melhores e mais potentes.

Burgos (2006, p. 43) explicita a nova realidade das favelas:

Nos anos 80, o problema favela iria conhecer uma nova complexidade, com a maior presença de grupos paraestatais no mundo dos excluídos: de um lado, os banqueiros do jogo do bicho, que, embora presentes desde o início dos anos 70 na vida das favelas e conjuntos habitacionais, ganham maior evidência a partir dos anos 80; de outro lado, grupos dedicados ao tráfico de entorpecentes.

No mesmo sentido, Rocha (2017) corrobora com Burgos (2006) que a partir da década de 1980 as favelas do Rio de Janeiro sofreram uma repaginação com a chegada da

cocaína, e complementa que tal fenômeno, aos poucos, foi se estendendo para as favelas de todo o país.

Percebe-se que o problema do tráfico nas favelas, somado com a exposição massiva pela imprensa dos casos de violência provocados em sua maioria por traficantes de drogas, bem como a potencialização da criminalidade no entorno das favelas, por meio de furtos e roubos, renova a imagem histórica “entre a parte civilizada da cidade e a barbárie”, ou seja, “do asfalto” e “do morro” (VALENTE, 2016).

Esse “pânico moral provocado pela mídia”, chama mais atenção para os acontecimentos no entorno e no interior das favelas. Dessa forma, sob o enfoque da Segurança Pública, sem desprezar a origem cultural, a abordagem que Cecchetto (2006) faz sobre os bailes funk salta aos olhos. Ao mencionar que “a segurança é proporcionada pelos grupos armados do tráfico que ocupam as comunidades pobres”, “além da segurança, os patrocinadores (...)”, “violência controlada pelos traficantes”, “desfile de armas de fogo”, “cantam música em homenagem aos traficantes presos ou mortos”, remete a um conceito importante da geografia: a territorialização. Tal conceituação liga intimamente espaço e poder, perceptível no excerto apresentado pelos autores referenciados e merece ser ampliada por esta pesquisa.

### **2.3 A territorialização pelo crime: a ameaça para a cidadania**

Muitos estudiosos passam despercebidos quando empregam os conceitos de espaço e território. Para as Ciências Sociais há características que necessitam ser consideradas diferenciando cada termo (CARA, 2002).

Santos<sup>20</sup> (2009 *apud* BRULON e PECI, 2013, p. 8) entende que “espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas, objetos e ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”.

---

<sup>20</sup> SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

Noutro giro, para Raffestin (1993, p. 143) “o território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível”.

Santos *et al.* (1998, p. 182) aprofundam na conceituação de território:

Nas ciências naturais o território seria a área de influência e dominação de uma espécie animal que exerce o domínio da mesma, de forma mais intensa no centro e que perde esta intensidade ao se aproximar da periferia, onde passa a concorrer com domínios de outras espécies. Em Ciências Sociais, a expressão território vem sendo muito utilizada, desde o século passado, por geógrafos como Frederico Ratzel, muito preocupado com o papel desempenhado pelo Estado no controle do território, e por Elisée Reclus que procurava estabelecer as relações entre as classes sociais e espaço ocupado e dominado.

Dessa forma, em uma breve análise, verifica-se que espaço seria uma área sem significação, porém, já no território haveria regras, dominação, posse, influência entre os seres que ocupam o mesmo espaço, poder<sup>21</sup>. Andrade (2002) explica que território está relacionado à ideia de domínio ou de “gestão de uma determinada área” por membros dos indivíduos que ocupam estas áreas, desempenhando ações ligadas ao poder.

Brulon e Peci (2013) relacionam os dois termos, sendo que os territórios seriam os espaços apropriados por indivíduos que os “territorializam”, exercendo domínio, posse, gestão, poder e força. Para Saquet e Silva<sup>22</sup> (2008 *apud* VALENTE, 2016, p. 111) “o território, então, é usado, reorganizado, configurado, normatizado, racionalizado pelo homem”.

Ao partir por uma perspectiva pragmática e focada no objeto dessa dissertação, pode-se inferir que entre os limites geográficos de uma favela está o seu espaço. Entretanto, a mesma área geográfica da favela, sob o domínio ou poder de um indivíduo ou um grupo de indivíduos, seria um território.

---

<sup>21</sup> Significa toda probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra resistências, seja qual for o fundamento dessa probabilidade (WEBER, 2000, p. 33).

<sup>22</sup> SAQUET, Marcos Aurélio; SILVA, Sueli Santos. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. *Revista Geo UERJ*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 18, p. 24-42, 2º semestre de 2008.

No processo de territorialização das favelas, especialmente no Rio de Janeiro, Souza<sup>23</sup> (2008 *apud* VALENTE, 2016, p. 115) explica:

A respeito das favelas, a territorialização por parte dos traficantes foi reforçada com a expansão e o fortalecimento do tráfico de varejo nas décadas de 80 e 90 e a diversificação de suas atividades para além do tráfico propriamente dito desde fins dos anos 90. O tráfico estabelece um “nómos paralelo” nos espaços por ele territorializados, com regras e normas ditadas pelos chefes locais, visando garantir a segurança e a tranquilidade dos negócios.

Nesse contexto ensinam Barcelos e Zaluar (2013) que as favelas se tornaram o refúgio de grupos criminosos, unidos por facções, que buscaram “segurança” (pela ausência de intervenção do Estado) e o exercício do poder, estabelecendo uma justiça particular naqueles espaços, tornando-os seus territórios.

Em um paralelo entre as favelas brasileiras do final do século XX e os guetos de Chicago no início do mesmo século, em um cenário de desorganização espacial apresentado pela Teoria Ecológica da Escola de Chicago, o que hoje conceitua-se facção, tinha-se a época o conceito de gangue. No contexto da Escola de Chicago, Freitas (2002, p. 78) apresenta o conceito de gangue como:

Um grupo de jovens, todos rapazes e residentes na mesma vizinhança, reunidos em uma esquina de um bairro pobre situado próximo ao centro comercial da cidade. A maioria deles filhos de imigrantes. Este grupo informal de indivíduos se encontra regularmente para a prática de várias atividades, algumas delas infrações penais que podem ir de pequenas contravenções a crimes maiores.

Historicamente, como apresentado por Rocha (2017) e Cotta e Silva (2015), em meio a pessoas necessitadas e fragilizadas socialmente, diversos “facínoras” se reuniram nas favelas. Com o passar dos anos, esses criminosos evoluíram no mundo do crime para o que os estudiosos da Universidade de Chicago chamavam de “gangsters”. Hoje, seriam os chefes de organizações criminosas ligados ao tráfico de drogas, tráfico de armas, homicídios e outros crimes. Essas lideranças no “exercício do seu poder”, usam seus territórios para se consolidarem as espécies dominantes desse ecossistema.

---

<sup>23</sup> SOUZA, Marcelo Lopes de. **Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

As ações desses criminosos não ficaram apenas escondidas em seus limites territoriais. Ano após ano, por meio de uma exposição diária, a imprensa brasileira reforçou a imagem e o domínio das facções criminosas junto ao inconsciente coletivo e involuntário das pessoas. Como se fossem times de futebol, parcela da sociedade brasileira sabe o nome das principais facções criminosas do Rio de Janeiro: Comando Vermelho (CV), Amigos dos Amigos (ADA), Terceiro Comando (TC), Terceiro Comando Puro (TCP), dentre outras. Mas por quê? Rolim (2006, p. 86) explica:

Se observarmos a atenção que as pessoas costumam dedicar ao crime - nos noticiários, nos filmes de ficção ou mesmo na literatura - chegaremos à conclusão de que o crime e, especialmente, a violência fascina. Há uma tendência de se atribuir esse fenômeno ao papel desempenhado pelos meios de comunicação, mas a verdade é que as pessoas têm encontrado algum tipo de recompensa diante de histórias sobre crimes e violência desde muito antes do aparecimento da TV ou do rádio.

Independente do que origina essa atração, como consequência da massificação, muitas crianças, jovens e adultos (homens e mulheres) referendam o domínio das facções sobre os territórios, seja por medo ou enaltecendo. É comum ver as pessoas formando as siglas das organizações criminosas com as mãos e dedos durante reportagens (por exemplo, CV), ou pichando as siglas nos muros da região onde moram, ou dançando ao som do funk que faz apologia ao crime e a esses grupos criminosos.

Nesse sentido, observando-se o sentimento de pertencimento que as pessoas têm por uma localidade, sobressai os ensinamentos de Valente (2016, p. 111): “o território é mais que um conjunto de objetos mediante os quais trabalhamos, circulamos, moramos: é também um dado simbólico”.

Da mesma forma, Santos *et al.* (1998, p. 182) corroboram ao dizer que “a formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentimento da territorialidade que, de forma subjetiva, cria uma consciência de confraternização entre as mesmas”.

Nessa seara, Valente (2016, p. 111) complementa o entendimento de território ressaltando a relação de poder entre os espaços:

O território é delimitado, construído e desconstruído a partir das relações de poder que se estabelecem no tempo e no espaço e, portanto, a definição de território é política, envolve espaços que mandam e espaços que obedecem, o que é o fundamento de uma geografia da desigualdade.

Essa relação de poder vista nas favelas do Rio de Janeiro, bem como a divisão territorial das facções criminosas, já é amplamente conhecida pelos acadêmicos. Em um estudo sobre homicídios e disputas territoriais entre as facções criminosas no Rio de Janeiro, Barcelos e Zaluar (2013, p. 7) ilustram a divisão territorial em uma parte da cidade, na localidade conhecida como Fazenda Botafogo, exemplificando o domínio de cada facção ligada ao tráfico de drogas, bem como a milícia, conforme observa-se na Figura 6.

Figura 6 - Locais de ocorrência de homicídios e domínios de favelas em torno da Fazenda Botafogo, entre 2006 e 2009



Fonte: BARCELOS e ZALUAR, 2013, p. 7.

Não obstante a influência do crime não se limitar geograficamente, verifica-se que o poder das organizações criminosas, principalmente aquelas ligadas ao tráfico de drogas, se dá, sobremaneira, nas áreas de favelas. Mas seria preconceituoso por parte de qualquer pesquisador, simplesmente inferir que o crime e o criminoso se encontram nas favelas, sem apontar uma fundamentação que embase a afirmativa.

Nesse sentido, de forma inquietante, questiona-se: qual seria o real motivo para a instalação das facções criminosas nas favelas?

Em seu estudo sobre a ascensão do Comando Vermelho com a “democratização da cocaína”, Leeds (2006, p. 239) defende que “os chefes da Falange viam as favelas como um reduto relativamente seguro, onde contavam com algum apoio da comunidade.” Já na visão sociológica de Soares (2006), o tráfico “varejista” das periferias se vale de uma “juventude ociosa e sem esperança” que é cooptada pelos “agenciadores”, que se utilizam das vantagens pecuniárias desproporcionais ao salário oferecido no mercado de trabalho, bem como da valorização da “autoestima” dada aqueles que seriam os excluídos e os segregados da sociedade.

Nesse prisma, em mais uma nítida relação existente entre as favelas brasileiras de hoje e os guetos americanos em Chicago no início do século XX, Freitas (2002, p. 81) descreve o nascedouro e a evolução dos criminosos nas gangues, sob a ótica da Escola de Chicago:

[...] diversas crianças ingressam na gangue com idade de até 7 ou 8 anos e, iniciada esta associação, vivenciam uma evolução dramática, que as transforma, inicialmente, em gazeteiros, depois em menores infratores, posteriormente, em criminosos ocasionais e, caso nada intervenha, chegam à vida adulta como criminosos profissionais ou gangsters. A gangue, portanto, é a gênese de muitos adultos que desenvolvem uma carreira criminosa.

Por outro prisma, sob uma perspectiva operacional das forças policiais e militares brasileiras, Visacro (2018, p. 20) esclarece as dificuldades de se atuar contra o tráfico de drogas em um ambiente de favela. Para o autor, os criminosos ligados ao tráfico de drogas se valem da “dissimulação dentro de um enorme contingente populacional”, tornando-se “invisível” aos olhos dos profissionais de Segurança Pública. O autor completa que seria o traficante um subproduto daquele meio “pernicioso”, gerado por um “triste conjunto de chagas sociais e dívidas históricas não quitadas”.

Tanto Visacro (2018) quanto Soares (2006), ao exporem uma visão técnica sobre a ação do tráfico nas favelas, não deixam de citar a influência da herança social marcada no ambiente. Além da questão econômica e social mencionadas por Soares (2006), somadas ao viés tático, militar e estratégico ressaltados por Visacro (2018),

há um campo delicado que não pode ser descartado e deixado de lado nesse processo de territorialização das favelas pelo crime organizado: a política.

Denota-se pelo cenário descrito que há o conjunto ideal para essa interação “democrática”: pessoas em vulnerabilidade e fragilidade social (eleitores), dominância territorial pelo tráfico de drogas (poder, coerção e domínio) e políticos (em busca de eleitores “fiéis”).

Os estudos de Valente (2016) apontam que a forma embrionária de associação do crime com a política toma maior corpo no início da década de 1980, quando o tráfico de drogas se alia as associações de moradores. Nesse sentido, Zaluar (2006, p. 212) expõe que “os grupos do tráfico ou as quadrilhas, como são chamados pelos moradores da vizinhança, começaram a se interessar pelas eleições das associações de moradores, apresentando candidatos ligados a eles”.

Na mesma linha, Zaluar (2006, p. 218) complementa que:

Por volta de 1985, as associações de moradores passaram a despertar o interesse dos traficantes; igrejas católicas ficaram cercadas por casebres e casas comprados pelos traficantes, que se tornaram ouvintes atentos do que o padre dizia nos sermões; alguns templos evangélicos foram obrigados a aceitar a existência de “paióis” ou esconderijos de armas e, junto destes, de pessoas ligadas ao tráfico. É claro que quaisquer críticas às suas atividades no bairro não eram bem-vindas, e essas tensas relações entre os traficantes e os líderes comunitários ou meros vizinhos várias vezes terminaram com a morte ou a expulsão destes últimos. Em compensação, os traficantes já vinham há tempos fazendo o papel de segurança do local, eliminando ou expulsando os que roubassem trabalhadores ou estuprassem suas filhas. Mas a sua mera presença e a maneira de lidarem com os jovens viciados em drogas estimularam esses jovens a cometer crimes violentos. Consequentemente, a imagem dos traficantes sempre foi ambivalente e amedrontadora, para não dizer aterrorizadora.

Sobre a dimensão política, outros autores mencionam a relação entre crime e política. Hannerz (2015, p. 48) foca sua análise na interação com a facção: “muitas vezes, no entanto, ela estará ligada à política, quando um membro da máquina política der seu patrocínio em troca de vários tipos de apoio, como conseguir votos em dia de eleição”. Da mesma forma, o próprio crime organizado pode lançar o candidato e determinar que os moradores do seu território votem no escolhido.

Ressalta-se de forma mais explícita a relação perniciosa demonstrada dentro do processo da territorialização realizado pelo tráfico de drogas nas áreas de favelas: comunidade, associações comunitárias, tráfico de drogas e agentes políticos. Leeds (2006, p. 239) corrobora com o pensamento ao dizer que “o poder propiciado pelos ganhos financeiros obtidos com a cocaína conferiu ao narcotráfico uma importância sem precedente na vida econômica e política da comunidade.”

Nesse jogo nem sempre obscuro, a comunidade, como elo mais fraco desse sistema informal, além do medo, está vulnerável e fragilizada socialmente. Essas pessoas estão submetidas ao perverso clientelismo que se acentua sempre na época das eleições, “num circuito de trocas de bens e serviços”. Nesses casos, seja pela opressão em escolher o candidato ou pela compra do voto, há um atentado claro contra um dos maiores pilares de nossa sociedade, a democracia (ZALUAR, 2006).

Portanto, nesse cenário caótico e de quase anomia<sup>24</sup> ilustrado pelos autores referenciados, onde o crime organizado se instala e controla os movimentos cotidianos, interferindo nos direitos das pessoas, são prementes as ações efetivas do poder público na busca por reassumir esses territórios com foco na cidadania dessas pessoas.

Ainda na seara cidadã, Santos<sup>25</sup> (2012 *apud* VALENTE, 2016, p. 113) explica:

Mais do que um direito à cidade, o que está em jogo é o direito a obter da sociedade aqueles bens e serviços mínimos, sem os quais a existência não é digna. Esses bens e serviços constituem um encargo da sociedade, por meio das instâncias do governo, e são devidos a todos. Sem isso, não se dirá que existe o cidadão.

Verifica-se que os cidadãos estão segregados dos direitos mais básicos nesses territórios, seja pela omissão estatal ao longo dos anos ou pelo domínio das facções criminosas. É premente a necessidade destas pessoas em retomarem o exercício de seus direitos fundamentais de ir e vir, votar, de garantia da integridade física e moral, saúde, moradia, segurança e vida.

---

<sup>24</sup> Ausência de lei ou regra; anarquia; estado da sociedade no qual os padrões normativos de conduta e crença têm enfraquecido ou desaparecido (MICHAELIS, 2022).

<sup>25</sup> SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Ed. USP, 2012.

A formação e consolidação dos grandes centros urbanos tiveram como consequência o adensamento das favelas e o aumento dos problemas sociais, potencializados com a inserção e a “democratização” da cocaína nas favelas, promovendo alto lucro e ampliando o poder do tráfico.

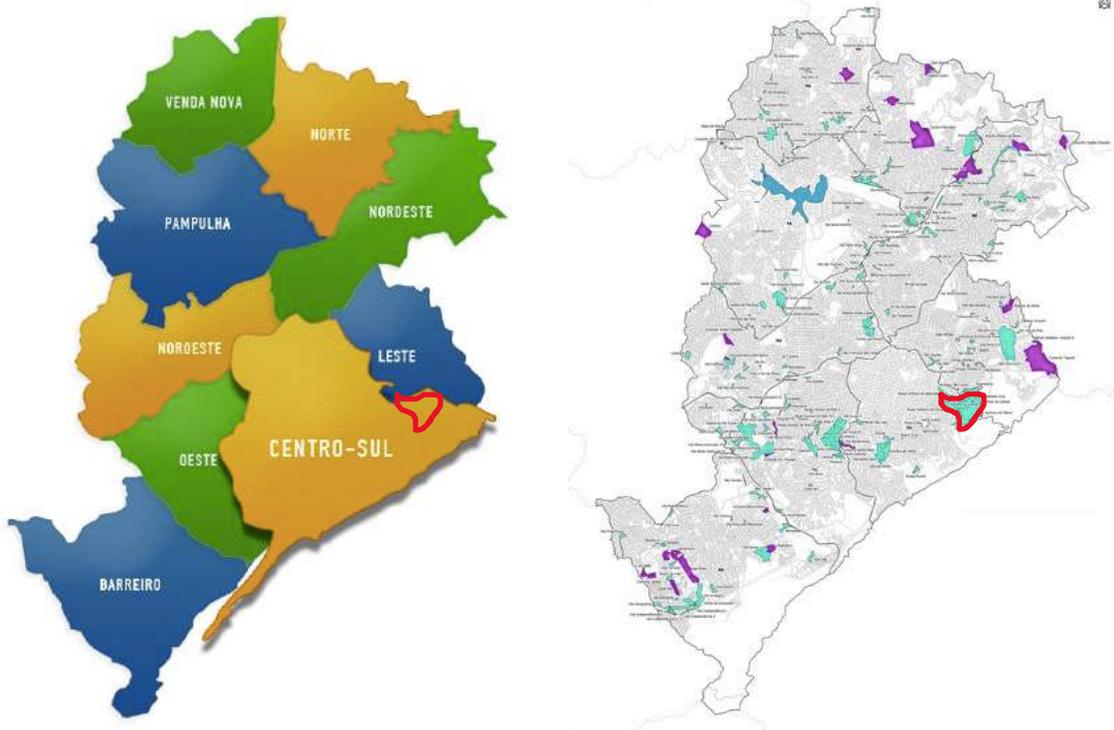
É consenso entre os autores, que a maioria das favelas do país seguiram esse rito, ressalvadas as proporções e historicidade de cada uma. Portanto, com base no objeto de estudo dessa dissertação, faz-se necessário conhecer os meandros do maior conjunto de favelas do estado de Minas Gerais, o Aglomerado da Serra.

### 3 OLHARES AUTOETNOGRÁFICOS SOBRE O AGLOMERADO DA SERRA

#### 3.1 A (des)estruturação geográfica e sociodemográfica

O Aglomerado da Serra está localizado na região centro-sul da cidade de Belo Horizonte. Ocupa uma área de 150,93 hectares e faz limite com o Parque Municipal das Mangabeiras, Parque Estadual do Baleia e com os bairros Serra, São Lucas, Santa Efigênia e Paraíso. De forma mediata, está próximo a bairros de alto padrão, como, Mangabeiras, Anchieta, Cruzeiro, Funcionários, Comiteco etc. (FIG. 7).

Figura 7 - Localização geográfica do Aglomerado da Serra em Belo Horizonte



Fonte: URBEL, Mapeamento Vila\_Favela, agosto/2020. Disponível em: [https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/urbel/2021/mapa\\_vila\\_favela\\_2020\\_a1\\_2021.05.pdf](https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/urbel/2021/mapa_vila_favela_2020_a1_2021.05.pdf) . Acesso em: 19 jul. 2022.

Nota: Marcação do perímetro do Aglomerado da Serra (vermelho) realizada pelo autor.

Há divergências sobre a quantidade de vilas que compõem o aglomerado. Para Brandenberger (2010), gerente de projetos da Urbel<sup>26</sup>, existem seis vilas no Aglomerado da Serra (FIG. 8).

Figura 8 - Mapa com a distribuição de seis vilas no Aglomerado da Serra



Fonte: URBEL<sup>27</sup>, 2000 *apud* SILVA, 2014.

Nota: Seis vilas: Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Conceição, Novo São Lucas, Santana do Cafezal, Marçola e Nossa Senhora de Fátima.

Já para Rosa, Santos e Pereira (2010), sete vilas fazem parte do “Complexo de Favelas da Serra”: além das vilas consideradas pela Urbel, os autores acrescentaram em sua pesquisa a Vila Fazendinha.

Por outro lado, a enciclopédia virtual *Wikipedia* cita oito vilas<sup>28</sup>, acrescentando a Vila Chácara, além das sete vilas listadas por Rosa, Santos e Pereira (2010). No mesmo sentido em que a enciclopédia virtual, Nonato e Alves (2019) consideram oito vilas

<sup>26</sup> Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte: empresa de economia mista, criada em 1983, responsável pela implementação da Política Municipal de Habitação Popular (BELO HORIZONTE, 2022).

<sup>27</sup> URBEL. Aglomerado da Serra. Transformação no Aglomerado da Serra. Disponível em: [http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&lang=pt\\_BR&pg=5580&tax=43418](http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPortal&app=urbel&lang=pt_BR&pg=5580&tax=43418). Acesso em: 10 set. 2014.

<sup>28</sup> *Wikipedia* (2022). Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Aglomerado\\_da\\_Serra#cite\\_note-1](https://pt.wikipedia.org/wiki/Aglomerado_da_Serra#cite_note-1). Acesso em: 10 set. 2014.

que compõem o Aglomerado da Serra, entretanto, no lugar de Chácara, usam o nome Nossa Senhora do Rosário. O mapa com a distribuição das oito vilas no Aglomerado da Serra foi ilustrado por meio da Figura 9.

Figura 9 - Mapa com a distribuição de oito vilas no Aglomerado da Serra



Fonte: NONATO e ALVES, 2019.

Nota: Oito vilas: Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Conceição, Novo São Lucas, Santana do Cafezal, Marçola, Nossa Senhora de Fátima, Fazendinha e Nossa Senhora do Rosário.

Ao ampliar a pesquisa junto a prefeitura municipal de Belo Horizonte, por meio de seu site oficial, [https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/urbel/2021/dados\\_vila\\_favela\\_2020\\_2021.05.pdf](https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/urbel/2021/dados_vila_favela_2020_2021.05.pdf), verificou-se que o poder público municipal considera a existência de seis vilas no Aglomerado da Serra, conforme observa-se em destaque na Figura 10.

Figura 10 - Distribuição de vilas, favelas e loteamentos públicos de interesse social pela PBH, 2021



### Vilas, Favelas e Loteamentos Públicos de Interesse Social (2020)

CadUrbel

20/05/2021 17:39

Página: 3/12

#### Regional Centro-Sul

ID	V	L	Nome	Nome popular	Nome aglomerado	Dom	Fonte	Data	Est	Fonte	Data	Pop	Fonte	Data	Area	Notas
26			Acaba Mundo			332	013	12/2014	23	013	12/2014	1.173	013	12/2014	34.057,00	
24			Conjunto Santa Maria	Ápia		470	014	12/2014	81	014	12/2014	1.508	014	12/2014	69.424,00	
39			Estrela		Santa Lúcia	457	014	12/2014	23	014	12/2014	1.616	014	12/2014	63.626,00	
41			Fazendinha	América / João Pio de Souza		1.166	014	12/2014	58	014	12/2014	3.620	014	12/2014	205.031,00	
25			Mala e Cuia			18	013	12/2014	1	013	12/2014	60	013	12/2014	2.379,00	
40			Marçola	Cabeça de Porco	Serra	1.927	014	12/2014	177	014	12/2014	6.558	014	12/2014	236.001,00	
29			Monte São José	Morro do Querosene		330	013	12/2014	27	013	12/2014	1.111	013	12/2014	33.969,00	
30			Nossa Senhora da Aparecida	Pau Comeu	Serra	1.307	014	12/2014	119	014	12/2014	4.308	014	12/2014	144.587,00	
31			Nossa Senhora da Conceição		Serra	1.975	014	12/2014	167	014	12/2014	6.283	014	12/2014	200.041,00	
32			Nossa Senhora de Fátima		Serra	2.766	013	12/2014	253	013	12/2014	9.640	013	12/2014	607.547,00	
34			Pindura Saia			51	013	12/2014	10	013	12/2014	153	013	12/2014	3.379,00	
530			Pomar do Cafezal	Sustenido		330	004	12/2018	0			858	004	12/2018	42.230,00	
35			Santa Isabel			39	013	12/2014	2	013	12/2014	139	013	12/2014	3.462,00	
37			Santa Rita de Cássia	Papagaio	Santa Lúcia	1.485	014	12/2014	144	014	12/2014	5.029	014	12/2014	151.679,00	
38			Santana do Cafezal	Cafezal	Serra	1.152	013	12/2014	126	013	12/2014	4.078	013	12/2014	174.499,00	
531			Teodomiro Cruz			228	004	12/2017	0			535	004	12/2017	13.337,00	
27			Vila Bandeirantes			148	014	12/2014	13	014	12/2014	507	014	12/2014	15.019,00	
28			Vila Fumec			23	013	12/2014	8	013	12/2014	72	013	12/2014	2.234,00	
33			Vila Novo São Lucas		Serra	980	014	12/2014	64	014	12/2014	3.436	014	12/2014	134.136,00	
36			Vila Santa Lúcia	Barragem	Santa Lúcia	2.503	014	12/2014	229	014	12/2014	8.627	014	12/2014	231.296,00	
513			Vila São Bento		Santa Lúcia	121	014	12/2014	12	014	12/2014	425	014	12/2014	32.995,00	
Subtotal 20 1						17.808			1.537			59.736			2.400.928,00	

Fonte: URBEL, Vilas, Favelas e Loteamentos Públicos de Interesse Social (2020). Disponível em: [https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/urbel/2021/dados\\_vila\\_favela\\_2020\\_2021.05.pdf](https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/urbel/2021/dados_vila_favela_2020_2021.05.pdf). Acesso em: 19 jul. 2022.

Nota: Marcação (vermelho) realizada pelo autor para sinalizar as vilas que compõem o Aglomerado da Serra, consideradas pela URBEL/PBH.

Em uma análise qualitativa, verifica-se que as vilas do Aglomerado da Serra possuem, ao mesmo tempo, características comuns e divergentes. Para Rosa, Santos e Pereira (2010, p. 31) os aspectos sociais distintivos entre as vilas são: “tempo de ocupação, nível de identidade com o espaço físico e social, nível de organização interna e condições socioeconômicas”.

Destaca-se que com o tempo, ao longo da história, certos locais das vilas do aglomerado foram recebendo toponímias<sup>29</sup>. Nonato e Alves (2019, p. 2798) citam algumas das mais conhecidas no Aglomerado da Serra: “Arara, Pau Comeu, Caixa d’água, Del Rey, Café, Favelinha, Baixada e muitos outros.”

Com base nas observações em campo deste ator-pesquisador, verifica-se que as nomenclaturas ilustradas por Nonato e Alves (2019) se relacionam com pontos das vilas do aglomerado: 1) Arara está relacionada a certa região da Vila Marçola; 2) Pau Comeu está relacionado à Vila Nossa Senhora Aparecida; 3) Caixa d’água refere-se a parte alta da Vila Nossa Senhora da Conceição, especificamente na rua Doutor Camilo, no entorno do nº 507, onde existe um grande reservatório de água; 4) Del Rey liga-se a parte da Vila Nossa Senhora do Rosário, fazendo referência a antiga rádio de nome Del Rey que existia na localidade, localizada na esquina da rua Doutor Camilo com rua Coronel Pereira; 5) Café ou Cafezal está relacionada à Vila Santana do Cafezal, onde segundo relatos havia um cafezal no século XIX; 6) Favelinha relaciona-se a localidade próxima da rua Argemiro Resende Costa, na Vila Novo São Lucas; 7) por fim, Baixada relaciona-se a região da antiga Chácara ou a parte baixa da Vila Nossa Senhora da Conceição.

Para este ator-pesquisador, por um enfoque mais abrangente, completo e pragmático, tomando por base à realidade contextual observada no dia a dia operacional e participante, se considerará para este estudo a composição de oito vilas no Aglomerado da Serra: Nossa Senhora Aparecida, Nossa Senhora da Conceição, Novo São Lucas, Santana do Cafezal, Marçola, Nossa Senhora de Fátima, Fazendinha e Nossa Senhora do Rosário (WIKIPEDIA, 2022).

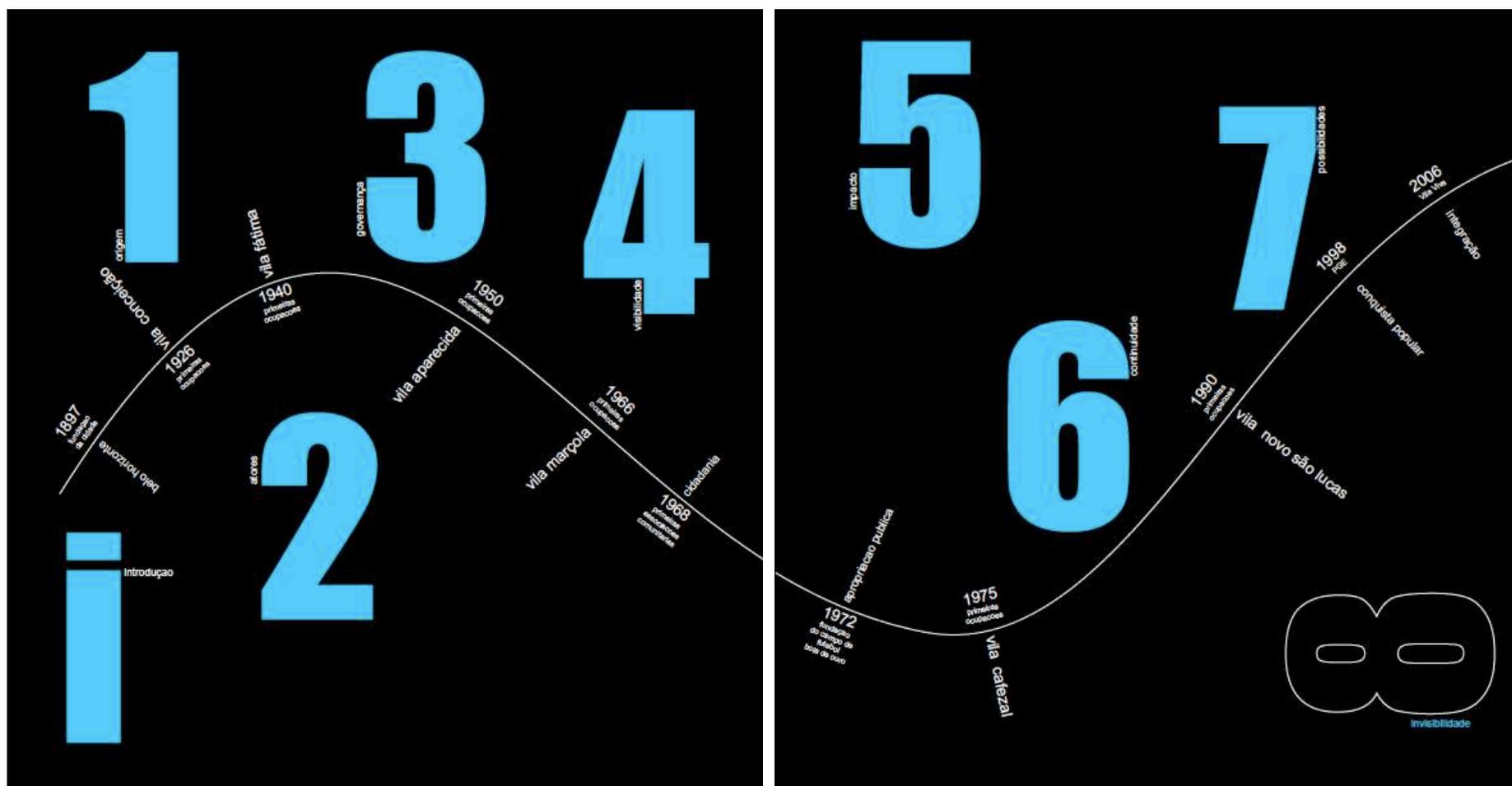
---

<sup>29</sup> Se encarrega do estudo do nome de lugares, levando em consideração a influência e a importância da origem e do processo de evolução que causa as devidas alterações (GASPARETTO JUNIOR, 2013).

Nonato e Alves (2019) apontam o Aglomerado da Serra como o maior complexo de vilas ou favelas de Minas Gerais, sendo considerado um dos maiores aglomerados urbanos do país. A história de criação e formação das vilas caminha lado a lado com a história de instalação e expansão da capital mineira. Cada vila foi se formando com o assentamento das famílias que vinham originadas de diversas localidades do estado e do país a procura de oportunidade de trabalho.

A história das vilas nem sempre foi ilustrada, detalhada ou descrita. Entretanto, de acordo com a Figura 11, as primeiras ocupações se deram em 1926 na Vila Nossa Senhora da Conceição. Em 1940 se iniciaram os assentamentos na Vila Nossa Senhora de Fátima. Em seguida, em 1950, iniciaram as ocupações na Vila Nossa Senhora Aparecida. Já a Vila Marçola, há relatos do início da ocupação em 1966. Em 1975 marcou o início dos assentamentos na Vila Santana do Cafezal. Por fim, em 1990 iniciaram as ocupações na Vila Novo São Lucas (CIDEU, 2022).

Figura 11 - Linha do tempo das primeiras ocupações nas vilas do Aglomerado da Serra, segundo CIDEU (2022)



Fonte: Centro Iberoamericano de Desarrollo Estratégico Urbano - CIDEU (2022). Disponível em: <https://www.cideu.org/wp-content/uploads/2019/12/analisisambientaldelprogramavilaviva.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2022.

Nota: O CIDEU considera em seus estudos apenas seis vilas compondo o Aglomerado da Serra. Não a Vila Nossa Senhora do Rosário, entretanto menciona o ano de 1972 com a apropriação pública do Campo Bola de Ouro, localizado na referida vila. Da mesma forma, o estudo não considera a Vila Fazendinha com uma das vilas do aglomerado.

No que se refere a população residente no Aglomerado da Serra, não há consenso. Entretanto, segundo Corrêa (2010), em 1996, haviam 36.974 pessoas no Aglomerado da Serra. Já em 2008, a PBH, por meio de levantamentos realizados pela URBEL, conforme dados apresentados pelo Plano Geral Específico<sup>30</sup> (PGE), atualizou os dados sobre a população residente no Aglomerado da Serra para 46.086.

De forma relacional, nesse mesmo período, segundo o IBGE (2022), a população brasileira saltou de 192 milhões para quase 215 milhões. Hoje, 14 anos após a última aferição realizada pela PBH, considerando-se as oito vilas, estima-se que a população do Aglomerado da Serra esteja entre 55 e 65 mil habitantes.

É importante destacar, uma vez que esta dissertação discorrerá sobre o crime no Aglomerado da Serra, que a localidade, assim como qualquer outro aglomerado urbano, tem a esmagadora maioria de sua população composta por pessoas honestas, trabalhadoras e honradas, que vivem com o sustento próprio oriundo de atividades lícitas, sejam formais ou informais.

Em campo, vislumbrou-se nitidamente por este ator-pesquisador esta rotina laboral da grande massa de moradores da comunidade. Rotineiramente, durante a realização do policiamento ostensivo, principalmente em dias úteis pela manhã entre 06h e 08h, e no início da noite entre 19h e 21h, se observou o grande fluxo de pessoas se deslocando para seus trabalhos ou retornando para suas casas, seja caminhando pelas calçadas, transitando com seus veículos pelas vias, parados nos pontos de ônibus ou utilizando o transporte público.

Por outro lado, é notório que há uma pequena parcela perigosa de moradores que são envolvidos com o crime, principalmente com o tráfico de drogas e crimes correlacionados, bem como crimes contra o patrimônio, que acaba influenciando e interferindo na vida da maioria da comunidade.

---

<sup>30</sup> O PGE é um instrumento de planejamento para intervenção estrutural, que busca integrar vilas, favelas e conjuntos habitacionais existentes à cidade formal, após regularizadas e recuperadas ambientalmente. Sua principal função é a de traçar diretrizes para as ações que promovam uma elevação do padrão urbanístico e habitacional destes assentamentos (BRANDENBERGER, 2010).

Na busca por um raio-x do Aglomerado da Serra, é extremamente importante a observação por uma perspectiva sociodemográfica. Nesse sentido, os estudos de Souza e Riani (2010) apresentam indicadores sociodemográficos do Aglomerado da Serra e de outros aglomerados, comparando-os com Belo Horizonte. A Figura 12 ilustra os resultados da pesquisa.

Figura 12 - Indicadores sociodemográficos de favelas de Belo Horizonte, 2010

Regiões	IDHM (1)	Mortalidade de infantil (1)	Proporção de pessoas (1):			Percentual de mães chefes com baixa escolaridade e com filho menor de 15 anos de idade (1)	Percentual de negros na população jovem
			Extremamente pobres	Pobres	Vulneráveis à pobreza		
Belo Horizonte	0,810	12,95	0,79	3,80	13,89	11,03	54,80
Aglomerado Santa Lúcia	0,683	16,10	4,22	13,70	33,27	60,49	39,54
Aglomerado da Serra	0,665	19,90	1,05	8,28	33,01	64,75	76,18
Aglomerado Alto Vera Cruz (1)	0,682	19,60	1,54	8,62	28,38	50,86	74,75
Jardim Felicidade	0,664	20,90	2,79	11,14	35,73	49,58	73,88
Morro das Pedras (2)	0,676	19,10	1,61	7,56	26,84	49,78	64,54

Regiões	Taxa de analfabetismo por grupo etário (1)			Percentual da população com fundamental completo por faixa etária (1)			Percentual da população jovem na população total
	15 anos ou mais	15 a 17 anos	18 a 24 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	18 anos ou mais	
Belo Horizonte	2,87	0,85	0,62	65,35	85,60	70,15	16,90
Aglomerado Santa Lúcia	8,71	2,16	1,69	49,79	69,08	43,16	17,29
Aglomerado da Serra	8,66	1,59	1,14	46,43	67,54	42,94	20,62
Aglomerado Alto Vera Cruz (1)	7,81	1,57	1,44	60,08	79,49	49,75	20,52
Jardim Felicidade	7,01	2,07	1,18	56,53	73,49	46,47	19,00
Morro das Pedras (2)	7,10	1,71	1,73	53,05	67,23	43,60	18,01

Fonte: SOUZA e RIANI, 2010, p. 4.

Em relação a Figura 12, o Aglomerado da Serra posiciona-se como: 1) o 2º pior no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH); 2) o 2º pior em Mortalidade Infantil; 3) o 2º pior em Vulnerabilidade à pobreza; 4) o pior no Percentual de mães chefes com baixa escolaridade e com filho menor de 15 de idade; 5) o maior Percentual de negros na população jovem; 6) o 2º pior na Taxa de analfabetismo no grupo etário de 15 anos ou mais; 7) o maior Percentual da população jovem na população total.

No mesmo contexto, Santos (2010, p. 16-21), em análise quanto ao Índice de Vulnerabilidade à Saúde (IVS), no período de 2001-2008, ao estudar os dados dos

cinco Centros de Saúde (CS) do Aglomerado da Serra<sup>31</sup>, em uma escala de “muito elevado, elevado, médio e baixo”, concluiu que: 1) 100% das pessoas atendidas pelo CS São Miguel Arcanjo vivem em situação de vulnerabilidade social “muito elevada”; 2) 64,5% das pessoas atendidas pelo CS Cafezal vivem em situação de vulnerabilidade social “muito elevada” e 35,2% em “elevada”; 3) as pessoas atendidas pelo CS NS Aparecida e CS NS de Fátima contrapõem o índice dos demais centros, pois 79,2% e 60,3%, respectivamente, apresentam “baixa” situação de vulnerabilidade social; 4) redução de 26% do número de “nascidos vivos”; 5) redução de “nascidos vivos com baixo peso” para 12%; 6) redução do “nascimento de crianças prematuras com menos de 37 semanas” para a média de 3,62%; 7) apesar de alta, houve uma redução de 13% na proporção de gravidez na adolescência (de 188 casos em 2001 para 162 casos em 2008); 8) redução de 38,4% de “mortes de crianças menores de um ano”.

### **3.2 Manifestações culturais e o baile funk: paradoxo entre significado e ordem**

A pesquisa ora conduzida estuda a relação entre a implementação de políticas públicas com a incidência de homicídios no Aglomerado da Serra. Apesar de apontar a questão criminal existente, bem como apresentar as vulnerabilidades sociais e estruturais do aglomerado, insta salientar que é sabida, perceptível e reconhecida pelo ator-pesquisador, toda a gama de importante manifestação cultural existente na localidade.

Para ilustrar apenas uma pequena parte dessa significativa cultura do Aglomerado da Serra, para não fugir da temática debruçada, no decorrer da pesquisa foram evidenciadas inúmeras manifestações culturais, que foram sintetizadas na obra de Nonato e Alves (2019). Os autores destacam:

- a) *Breaking* na quebrada: oficina de dança que promove a cultura hip-hop, existente desde 2015 quando foi iniciada pelo Programa Fica Vivo!. Surgiu por meio da ação de um integrante do grupo “Amplós Crew” que já esteve vinculado a uma igreja do Aglomerado da Serra.

---

<sup>31</sup> CS Cafezal, CS NS Aparecida, CS NS Conceição, CS NS de Fátima e CS São Miguel Arcanjo (SANTOS, 2010).

- b) Capoeira origem: existente há mais de 20 anos, o grupo promove aulas de capoeira para todos os tipos público, moradores ou não, por meio de vários núcleos dentro do Aglomerado da Serra. Os idealizadores do grupo acreditam que por meio da capoeira, além da “socialização, saúde e lazer”, há a “possibilidade de profissionalização” dos beneficiários do projeto.
- c) Cia dos anjos: grupo que desenvolve diversos tipos de danças. Foi originado em 1999 por intermédio de amigos que frequentavam uma igreja do aglomerado, sendo um dos responsáveis por fortalecer a cultura do hip-hop na localidade.
- d) Lá da favelinha: conhecido como “Centro Cultural Lá da Favelinha”, esta manifestação cultural é vista como “um ponto de resistência, criatividade e empreendedorismo” da região. Atuam como uma oficina de MCs (cantores de funk e rap) para os jovens da comunidade. Além de contar com “biblioteca, inúmeras aulas, grupos de atividades artísticas diversas”, além de fazerem o “gerenciamento de carreira de artistas locais”.
- e) Banda desajustados: banda formada por pessoas de uma igreja da comunidade que produzem atividades religiosas por meio da música dentro do Aglomerado da Serra.
- f) Grupo de artes da Comunidade Evangélica da Serra: grupo composto por religiosos que desempenham atividades dentro de uma igreja por meio da “dança, música e artes cênicas”.
- g) Grupo identidade: existente a 10 anos, o grupo é composto por jovens do Aglomerado da Serra, praticam “danças urbanas e artes cênicas”. As obras criadas tem como objetivo apresentar outro enfoque para as periferias, “pautando questões ligadas à identidade e às variadas desigualdades sociais, raciais, de gênero, entre outras”.
- h) Projeto Itamar: existente desde 2005, o projeto tem como foco a inserção de crianças, adolescentes e jovens da comunidade no esporte, reforçando a disciplina pessoal por meio das oficinas de tae-kwon-do.
- i) Morro encena: grupo de teatro composto por “mulheres e pessoas negras” da comunidade, atuante nas discussões de três eixos: “gênero, direitos humanos e valorização das culturas das periferias”.
- j) Movimento seu vizinho: foi iniciado em 2014 por meio de um bloco carnavalesco, “Bloco Seu Vizinho”. Com o tempo, o grupo foi evoluindo para

uma escola de percussão e uma escola de artes, sendo bastante atuante no carnaval buscando ligar o “asfalto ao morro”.

- k) *Spyce dance*: iniciado em 2017, trata-se de um grupo de dança com estilo *pop*, que busca a produção de “coreografias e performances” junto aos jovens da comunidade.
- l) *Passistas dancy*: É um grupo de dança que surgiu no Aglomerado da Serra, criado por jovens admiradores da cultura do funk. Além do funk, o grupo agrega em seus trabalhos o Passinho Foda, *House*, *Dance Hall*, *Vogue*, *Afro House*, *Axé*, entre outros.

Em meio a esse cenário cultural de pluralidades, merece destaque para este trabalho, que é voltado a linha de pesquisa em Segurança Pública e Cidadania, os bailes funk.

Em um nítido paradoxo, de um lado, argumenta-se que o baile funk é uma manifestação cultural, voltada para jovens negros de periferia que não possuem opções de lazer, a não ser se reunirem nas ruas, com baixo custo (ALESSI, 2019). Por outro lado, pesquisadores apontam que o baile funk em comunidades onde há a presença do tráfico de drogas é patrocinado e tem a “segurança” fornecida por criminosos armados (CECCHETTO, 2006).

Em meio a essas e outras contradições, ao longo dos anos, o Aglomerado da Serra se consolidou como um dos palcos principais da capital mineira em relação aos bailes funk. Na maioria dos fins de semana, iniciando nas noites das sextas-feiras, seguindo pelos sábados, domingos e terminando nas madrugadas das segundas-feiras, milhares de adolescentes e jovens adultos se aglomeram pelas ruas, becos e vielas do aglomerado, dançando ao som do funk.

A experiência como policial, corroborada por reportagens, mostram jovens fazendo o uso exagerado de bebidas alcoólicas e drogas ilícitas, dançando em meio ao som ensurdecido do funk, por muitas vezes armados. As músicas reproduzem letras que vão desde romances não correspondidos entre os jovens, à sexualidade explícita, uso de armas de fogo, narram crimes e fazem apologias a práticas criminosas.

Parte dos bailes são temporários, vem e vão com o passar dos anos. Entretanto, foram catalogados pela inteligência da PMMG os bailes funk mais frequentes, que ao longo dos últimos anos vêm se perpetuando:

- a) Baile da Cardoso – Praça do Cardoso;
- b) Baile da RDA (Rua da Água) – Rua da Água (Bar do Trabalho);
- c) Baile da RDO ou 9030 – Rua Nossa Senhora de Fátima, nº 1235 e imediações (Final do ônibus 9030);
- d) Baile do Campim – Rua Flor de Maio com Rua Liberdade;
- e) Baile da Del Rey – Rua Geraldino Torres;
- f) Baile do Mandela/Mariano – Rua Nova Esperança com Rua Vista Alegre;
- g) Baile do P.C (Pau Comeu) – Praça Arauto com Rua Vera Cruz;
- h) Baile da Caixa D'água – Rua Doutor Camilo, nº 507;
- i) Baile da Binário – Rua Binário;
- j) Baile Vem Tranquilo – Rua Alípio Goulart;
- k) Baile da Argemiro Rezende Costa – Rua Argemiro Rezende Costa com Rua Regência.

Alguns bailes possuem perfis nas mídias sociais onde divulgam os bailes funk. As Figuras 13, 14, 15, 16, 17 e 18 mostram os principais perfis hospedados no Instagram para a divulgação dos bailes funk no Aglomerado da Serra. Verifica-se grande adesão de seguidores a esses perfis: 5,7 mil, 15,4 mil, 7,0 mil, 20,6 mil, 15,4 mil e 4,7 mil.

Figura 13 - Perfil no Instagram do Baile da R.D.O

< **\_baile\_da\_r.d.o** ...



**17** Publicações   **5,726** Seguidores   **4,835** Seguindo

**R.d.o**  
 #bailederua 🌟  
 #Famosobailedo90  
 @\_boroga1.7.1

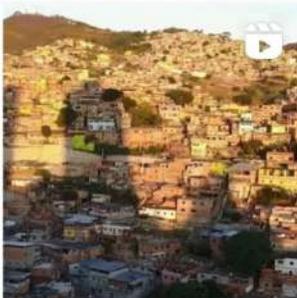
 Seguido(a) por **gepar7serrabh**

**Seguir**   **Mensagem**   

  
 Eu dps do suco de abacaxota e cubos de grello que ela me deu

  
 Marque sua amiga do bundao 🍷

  
 procurando

  
 quem tava comigo no suroco 🍷

  
 -Eu na favela sem 1 real no bolso kk









Fonte: Instagram (2022). Disponível em: [https://instagram.com/\\_baile\\_da\\_r.d.o?igshid=YmMyMTA2M2Y=](https://instagram.com/_baile_da_r.d.o?igshid=YmMyMTA2M2Y=). Acesso em: 24 jul. 2022.

Nota: 1) Baile da R.D.O ou Baile do 90 como é conhecido. Realizado normalmente de sexta para sábado na rua Nossa Senhora de Fátima na Vila Nossa Senhora de Fátima; 2) Apesar de perfil público, foram inseridas tarjas para preservar a imagem das pessoas.

Figura 14 - Perfil no Instagram do Baile do Campim

< **baile\_do\_campim\_ofc** ...



22 Publicações 15.4 mil Seguidores 22 Seguindo

**Baile do Campim Ofc** 🐾🇧🇷🇫🇷  
Comunidade  
📍Rua Flor De Maio  
📍Segue os organizadores do Baile 🐾📲📲📲📲  
@djchinadaserra\_ 📲📲📲📲📲 @richardls\_17 📲  
📲... mais  
[chat.whatsapp.com/COZXomNu4oIEY1mPGBIt99](https://chat.whatsapp.com/COZXomNu4oIEY1mPGBIt99)  
**Ver tradução**

 Seguido(a) por **gepar7serrabh**

**Seguir** Mensagem +

📁 📺 📷



Fonte: Instagram (2022). Disponível em: [https://instagram.com/baile\\_do\\_campim\\_ofc?igshid=YmMyMTA2M2Y=](https://instagram.com/baile_do_campim_ofc?igshid=YmMyMTA2M2Y=). Acesso em: 24 jul. 2022.

Nota: Baile do Campim. Realizado normalmente de sábado para domingo na rua Flor de Maio na Vila Nossa Senhora de Fátima.

Figura 15 - Perfil no Instagram do Baile do P.C

< **baile\_do\_pc\_oficial** ...



**8**      **7,090**      **30**  
 Publicações   Seguidores   Seguindo

**Evandro Nunes**  
 #BaileDoPCMelhorQueParis 🇫🇷 🚀 ✨  
 #BaileDaSerraMelhorDeBH 🤑 🔥 ✨  
 Informações Direto Dos 🕶️ , Tudo Postado Aqui é Verídico  
 Ver tradução

Seguir

Mensagem

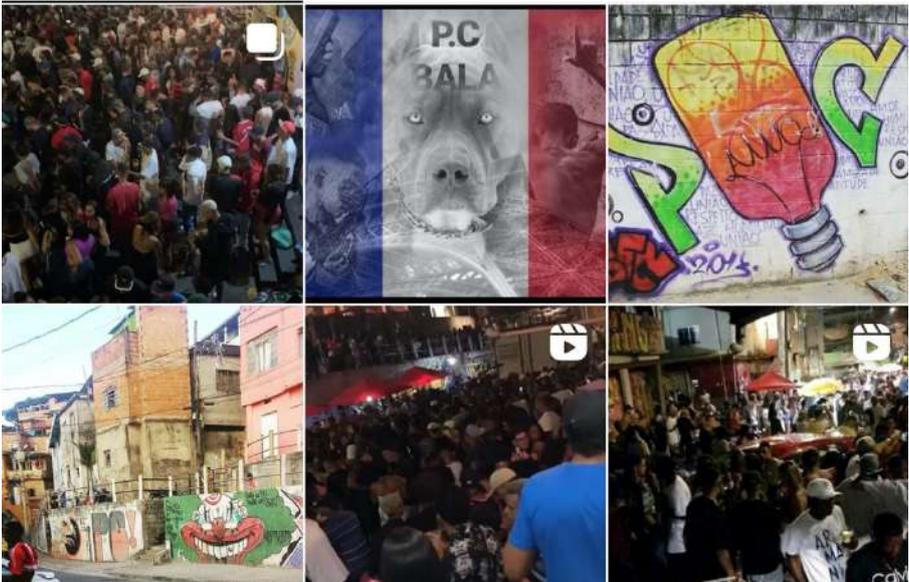
+o



Baile do PC ...







Fonte: Instagram (2022). Disponível em: [https://instagram.com/baile\\_do\\_pc\\_oficial?igshid=YmMyMTA2M2Y=](https://instagram.com/baile_do_pc_oficial?igshid=YmMyMTA2M2Y=). Acesso em: 24 jul. 2022.

Nota: Baile do P.C (Pau Comeu). Realizado de forma esporádica de sábado para domingo na Praça Arauto na Vila Nossa Senhora Aparecida.

Figura 16 - Perfil no Instagram do Baile da Del Rey

< **bailes\_de\_bh\_serrao\_ofc\_** ...



**51**  
Publicações

**20.6 mil**  
Seguidores

**294**  
Seguindo

**BAILE DA DEL REY OFC** 🚧  
Comunidade  
#bailedoscria 🤩 🤖 ⚡

 Seguido(a) por **ubiratantiago**

Seguir

Mensagem

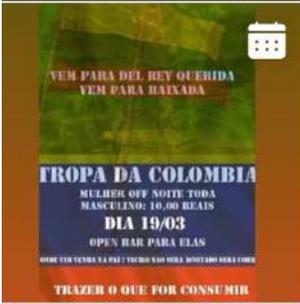
+👤



Bailão D.R....





 <p><b>TROPA DA COLOMBIA</b> MULHER OFF NOITE TODA MASCULINO: 10,00 REAIS <b>DIA 19/03</b> OPEN BAR PARA ELAS TRAEZ O QUE FOR CONSUMIR</p>	 <p><b>RESENHA DOS CRIA</b> 29/02 AS 20:00 HRS CHURRASCO LIBERADO!!! RUA NOVA DA GAIANA - DEL REY</p>	 <p><b>SÁBADO</b> <b>AS 19:00</b> VEM PRA DELRY QUERIDA</p>
 <p><b>PAGODE DA SERRA</b> A PARTIR DAS 19 HORAS ENTRADA 0800 <b>NOSSA RESENHA</b></p>	<p>baile do Campim é baile do 90 é para divulgar que não haverá bailes na serra por tempo indeterminado. Não é para posta em Instagram nenhum que haverá bailes nesses locais mencionado acima. Pedimos que acatem às ordens por favor e evitem fica na praça do</p>	 <p><b>PLANO B</b></p>

Fonte: Instagram (2022). Disponível em: [https://instagram.com/bailes\\_de\\_bh\\_serrao\\_ofc\\_?igshid=YmMyMTA2M2Y=](https://instagram.com/bailes_de_bh_serrao_ofc_?igshid=YmMyMTA2M2Y=). Acesso em: 24 jul. 2022.

Nota: Baile da Del Rey. Realizado de forma esporádica de sábado para domingo na rua “Nova”, antiga Chácara, na Vila Nossa Senhora da Conceição.

Figura 17 - Perfil no Instagram do Baile Funk da Serra



Fonte: Instagram (2022). Disponível em: <https://instagram.com/bailefunkdaserra?igshid=YmMyMTA2M2Y=>. Acesso em: 24 jul. 2022.

Nota: Baile da Serra. Realizado de forma esporádica com data e local pré-determinado; 2) Apesar de perfil público, foram inseridas tarjas para preservar a imagem das pessoas.

Figura 18 - Perfil no Instagram do Baile da Serra nas Quebradas

The image shows the Instagram profile page for 'bailedaserranasquebradas'. At the top, there is a back arrow, the profile name, and a three-dot menu. Below this is the profile picture, which is a circular logo with the text 'BAILE DA SERRA Nas Quebradas'. To the right of the profile picture, the statistics are displayed: 110 Publicações, 4,797 Seguidores, and 106 Seguindo.

The bio section includes the name 'Baile da Serra nas Quebradas', the category 'Evento', and a registered trademark symbol followed by 'Perfil Oficial do Baile da Serra'. It also lists organizers '@kikabailedaserra' and '@djmarcelomattos', an email address 'bailedaserranasquebradas@gmail.com', and a YouTube channel link 'www.youtube.com/channel/UC1P66vskgW\_ZWFMuf3...'. A 'Ver tradução' link is also present.

Below the bio are three action buttons: 'Seguir' (blue), 'Mensagem', and 'Contato', along with a '+9' icon for additional actions. Underneath these are two featured posts: 'Bailes' and 'Destaques', each with a circular thumbnail.

At the bottom, there are three navigation icons: a grid, a video camera, and a profile icon. Below these icons is a grid of six image thumbnails. The first row contains three images: a person in a dark shirt pointing, a person with a beard and tattoos, and a purple poster with the text 'NÃO EXISTE ESTUPRO CULPOSO'. The second row contains three images: a poster for 'QUE TAL UMA LIVE DO BAILE DA SERRA?', a poster for 'RENMAN DA PENHA' dated '15 FEV 2022', and a poster for 'Festival Beneficente da Serra'.

Fonte: Instagram (2022). Disponível em: <https://instagram.com/bailedaserranasquebradas?igshid=YmMyMTA2M2Y=>. Acesso em: 24 jul. 2022.

Nota: Baile da Serra nas Quebradas. Realizado de forma esporádica com data e local pré-determinado; 2) Apesar de perfil público, foram inseridas tarjas para preservar a imagem das pessoas.

Para Neos (2018), juntamente com a grande mobilização social, os bailes funk do Aglomerado da Serra simbolizam luta política. Uma semana após o 10 julho de 2017, data da morte de um adolescente no Baile da Binário, foi criado o Observatório do Funk com o objetivo de apresentar e debater o baile funk como uma manifestação cultural. O Observatório do Funk teve apoio político das vereadoras Áurea Carolina (eleita Deputada Federal em 2018) e Cida Falabella, que apoiavam os bailes e intermediaram ações junto aos órgãos públicos.

Após a morte do jovem “X” no Baile da Binário<sup>32</sup>, a PMMG buscou impedir todos os bailes funk clandestinos no Aglomerado da Serra. Tal medida, fez com que os organizadores dos eventos buscassem uma saída política para continuar com os bailes. Enquanto os organizadores do baile onde o jovem morreu colocavam a culpa na PM, uma testemunha, “Y”, que estava junto com o jovem executado, afirma que o homicídio de seu amigo foi cometido por traficantes do Aglomerado da Serra.

A morte de “X” no Baile da Binário, cometida por traficantes de drogas do Aglomerado da Serra, foi amplamente divulgada pelos canais de imprensa, inclusive o jornal MG1 da Rede Globo, entrevistou a testemunha “Y” que narrou todos os fatos (MG1, 2017).

Em meio a um ambiente inadequado para a realização de eventos com grande público, onde há a interação com o tráfico de drogas, somado a grande dificuldade para a realização de um policiamento ostensivo, a manifestação cultural e o lazer se misturam em meio a ilicitude e os transtornos sociais causados.

Nesse cenário, os bailes funk clandestinos produzem uma imensurável quantidade de reportagens jornalísticas narrando os crimes e as desordens sociais provocadas pelos bailes. Em algumas vezes, quando as vítimas de crimes ocorridos no interior dos bailes superam o temor de serem retaliadas pelo tráfico, acionam a PMMG, fora do aglomerado, buscando providências e o registro de ocorrências.

---

<sup>32</sup> REDS nº 2017-015255246-001: homicídio consumado em baile funk no Aglomerado da Serra, com vítima atingida por disparos de arma de fogo.

Para ilustrar, as Figuras 19, 20, 21, 22, 23 e 24 são uma amostra de algumas matérias publicadas nos jornais da capital mineira, relatando crimes e desordem social ocorridos durante a realização dos bailes funk no Aglomerado da Serra.

Figura 19 - Um morto e 13 feridos em baile funk no Aglomerado da Serra, jun. 2014

BRIGA ENTRE GANGUES

## Tiroteio em baile funk deixa um morto e 13 feridos no aglomerado da Serra

A festa tinha um público estimado de aproximadamente duas mil pessoas



Por JULIANA BAETA

Publicado em 18 de março de 2013 | 06h23 - Atualizado em 8 de junho de 2014 | 08h32



Fonte: Jornal O Tempo (2014). Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/tiroteio-em-baile-funk-deixa-um-morto-e-13-feridos-no-aglomerado-da-serra-1.384430>. Acesso em: 20 jul. 2022.

Nota: No Baile da Cardoso, realizado na Praça do Cardoso no Aglomerado da Serra, evento clandestino com a presença de mais de 2.000 mil pessoas, 14 pessoas foram baleadas, sendo que uma delas morreu. Uma briga entre integrantes de organizações criminosas teria motivado o tiroteio.

Figura 20 - Adolescente morre em baile funk no Aglomerado da Serra, jul. 2017

## Adolescente morre baleado durante tiroteio em baile funk de BH

Outros dois jovens ficaram feridos; veja vídeo

MINAS GERAIS | Do R7 com RecordTV Minas  
10/07/2017 - 15H11

COMPARTILHE:    

Fonte: Portal R7 (2017). Disponível em: <https://noticias.r7.com/minas-gerais/adolescente-morre-baleado-durante-tiroteio-em-baile-funk-de-bh-10072017>. Acesso em: 20 jul. 2022.

Nota: Durante Baile Funk da Binário, realizado na Vila Santana do Cafezal no Aglomerado da Serra, um adolescente de 14 anos foi morto por disparos de arma de fogo. Testemunha aponta que o jovem foi morto por traficantes. REDS nº 2017-015255246-001.

Figura 21 - Homens armados em baile funk no Aglomerado da Serra, abr. 2019

## Vídeo mostra homens armados até com fuzil em baile funk no Aglomerado da Serra, em BH

Por Redação

08/04/2019 às 18:02

Compartilhar



Fonte: Jornal Itatiaia (2019). Disponível em: <https://www.itatiaia.com.br/noticia/video-mostra-homens-armados-ate-com-fuzil-em>. Acesso em: 20 jul. 2022.

Nota: No Baile funk do P.C três marginais foram filmados armados em meio ao público, sendo um com fuzil e dois com pistolas. Os marginais são traficantes conhecidos da polícia militar.

Figura 22 - Baile funk no Aglomerado da Serra tira o sono da vizinhança, set. 2020

**Bailes funk ilegais desafiam polícia e saúde pública, tirando o sono da vizinhança**

Só neste último fim de semana os bailes funk clandestinos desafiam a saúde pública e a polícia na sexta-feira, no sábado e no domingo, chegando a reunir mais de 3 mil pessoas até as 4h

MP Mateus Parreiras  
21/09/2020 15:44 atualizado 21/09/2020 17:08

COMPARTILHE f t w

Anúncios Google  
Enviar comentários

Fonte: Estado de Minas (2020). Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/09/21/interna\\_gerais,1187459/bailes-funk-ilegais-desafiam-policia-e-saude-publica-tirando-o-sono-d.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2020/09/21/interna_gerais,1187459/bailes-funk-ilegais-desafiam-policia-e-saude-publica-tirando-o-sono-d.shtml). Acesso em: 20 jul. 2022.

Nota: Bailes funk realizados no período de pandemia geram transtornos para a comunidade.

Figura 23 - Traficantes presos durante baile funk no Aglomerado da Serra, dez. 2020

## Após denúncia de aglomeração em baile funk, três homens são presos suspeitos de tráfico de drogas em BH

A prisão foi feita na noite deste sábado (19) em um local conhecido por pertencer ao grupo Gangue da Igrejinha, no Aglomerado da Serra, Região Centro-Sul de Belo Horizonte.

Por G1 Minas — Belo Horizonte  
20/12/2020 09h27 · Atualizado há um ano



Fonte: Portal G1 (2020). Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/12/20/apos-denuncia-de-aglomeracao-em-baile-funk-tres-homens-sao-presos-suspeitos-de-trafico-de-drogas-em-bh.ghtml>. Acesso em: 20 jul. 2022.

Nota: Em operação realizada pela PM durante um baile funk no Aglomerado da Serra, foram presos três traficantes, apreendida uma pistola 9mm, que um dos jovens jogou no chão ao fugir, 853 buchas de maconha, 22 pedras de crack, um celular e uma motocicleta.

Figura 24 - Adolescente é baleado em baile no Aglomerado da Serra, dez. 2020



### Adolescente é baleado em baile funk no Aglomerado da Serra, em Belo Horizonte

Um adolescente de 15 anos foi baleado em um baile funk, no Aglomerado da Serra, na madrugada desta terça-feira (8). De acordo com a Polícia...

8 de dez. de 2020



Fonte: Portal G1 (2020). Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/12/08/adolescente-e-baleado-em-baile-funk-no-aglomerado-da-serra-em-belo-horizonte.ghtml>. Acesso em: 20 jul. 2022.

Nota: Adolescente de 15 anos foi baleado no Baile do Campim, na Vila Nossa Senhora de Fátima, Aglomerado da Serra. Ele conta que diversos indivíduos armados estavam no baile quando uma das armas disparou e o atingiu.

Os fatos registrados pela imprensa são vivenciados por este ator-pesquisador por pelo menos há 17 anos. Ao exercer nos últimos dois anos a função de comandante da 127ª Companhia da PMMG, fração responsável pelo policiamento ostensivo no Aglomerado da Serra, o ator-pesquisador pôde testemunhar que a PMMG não possui preferência por qualquer estilo musical. Se um evento é de funk, rock ou sertanejo, não interessa ao servidor público. Cabe apenas ao agente público seguir as leis e as normas que regulam a organização desses eventos, para garantir a segurança, a preservação da vida, a manutenção da integridade física e garantia dos direitos da coletividade.

O ator-pesquisador já participou de inúmeras intervenções policiais nesses tipos de eventos clandestinos e pôde flagrar crimes e os enormes impactos sociais provocados. Cabe destacar os prejuízos na mobilidade urbana e na qualidade de vida das pessoas que residem na comunidade e no entorno, pois são afetadas direta e indiretamente pelos bailes, sendo tolhidas do direito fundamental de ir e vir.

Da mesma forma, principalmente os moradores têm prejudicado o atendimento dos serviços públicos - polícia militar, bombeiros, SAMU - que não conseguem acessar a localidade, pois as estreitas vilas ficam tomadas pelos frequentadores do evento clandestino. Ainda, a falta de sossego e tranquilidade é o fato que mais afeta os moradores da comunidade e do entorno que são atingidos pelo alto som utilizado.

Fato que merece destaque são os relatos “anônimos” de moradores do aglomerado, temerosos em se identificar por medo do tráfico, que têm seus carros danificados por “funkeiros” que dançam sobre o teto e o capô de seus veículos estacionados em frente de suas casas, bem como amanhecem com a porta de suas casas imundas com urina e fezes humanas. Há informações que o tráfico, organizador e patrocinador do evento, se encarregou de consertar os veículos. No mesmo sentido, os traficantes têm inserido nos *flyer* digitais dos eventos (FIG. 25), “pedidos” para que os frequentadores do baile não urinem na porta da casa dos moradores.

Figura 25 - *Flyer* do Baile do Campim



Fonte: Instagram (2022). Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CUi-Nx5M5ow/?igshid=YmMyMTA2M2Y=>. Acesso em: 24 jul. 2022.

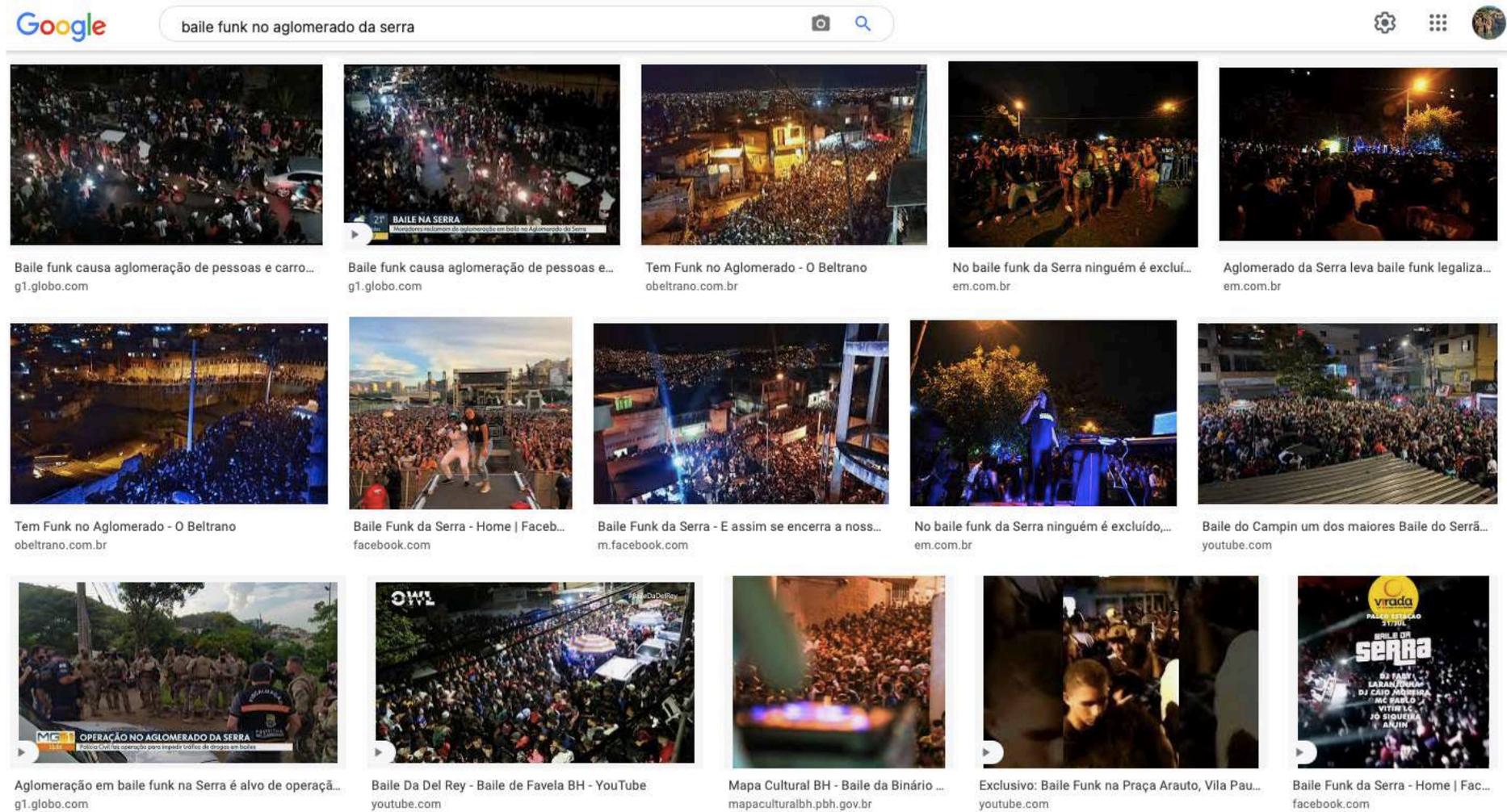
A maioria do público que frequenta os bailes funk no Aglomerado da Serra não reside na localidade, fato observado pelo ator-pesquisador durante as operações policiais em dias de bailes funk, nas abordagens as pessoas na localidade.

Uma organizadora dos bailes funk clandestinos no Aglomerado da Serra advoga que os eventos clandestinos movimentam a economia local e ajudam no sustento dos moradores que vendem bebidas e alimentos; que os eventos são seguros, principalmente para as mulheres, pois os homens que são a maioria de fora do

aglomerado evitam mexer ou passar a mão nas meninas, pois imaginam que podem “sofrer algum mal” ou apanhar dos “meninos do aglomerado”, prática conhecida na localidade como “pau no gato” (NEOS, 2018).

A Figura 26 ilustra uma simples pesquisa por meio da plataforma Google sobre os bailes funk no Aglomerado da Serra, no *link* <https://www.google.com/?client=safari>. Pela observação das imagens, percebe-se claramente a dimensão desses eventos, bem como a quantidade de participantes nas estreitas ruas, vielas e becos do aglomerado.

Figura 26 - Imagens dos bailes funk realizados no Aglomerado da Serra



Fonte: Google (2022). Disponível em: [https://www.google.com.br/search?q=baile+funk+no+aglomerado+da+serra&authuser=0&sxsrf=ALiCzsZT4jW5Nql0AgvAvtCJdRh6e5xpQg:1658866098092&source=Inms&tbm=isch&sa=X&ved=2ahUKEwibqlbkrZf5AhWht5UCHZ2sDkkQ\\_AUoAnoECAEQBA&biw=1440&bih=820&dpr=1](https://www.google.com.br/search?q=baile+funk+no+aglomerado+da+serra&authuser=0&sxsrf=ALiCzsZT4jW5Nql0AgvAvtCJdRh6e5xpQg:1658866098092&source=Inms&tbm=isch&sa=X&ved=2ahUKEwibqlbkrZf5AhWht5UCHZ2sDkkQ_AUoAnoECAEQBA&biw=1440&bih=820&dpr=1). Acesso em: 20 jul. 2022.

Nota:

Conforme evidenciado pelas reportagens, pela vivência *in loco* do ator-pesquisador e pelas ocorrências policiais registradas, muitas particularidades criminosas estão imersas nas entranhas dos bailes funk realizados nas comunidades, inclusive aqueles realizados no Aglomerado da Serra: 1) patrocínio dos eventos clandestinos por organizações criminosas; 2) traficantes armados em meio ao público; 3) uso de bebida alcoólica por crianças e adolescentes; 4) corrupção de menores; 5) perturbação do sossego dos moradores; 6) homicídios; 7) lesões corporais; 8) estupros; 9) danos ao patrimônio público e particular; 10) lesão do direito de ir e vir; 11) dentre outras infrações.

Nesse sentido, é importante ressaltar a percepção deste ator-pesquisador que: um baile funk, sem as ilicitudes mencionadas, com a devida ciência e aprovação prévia dos órgãos públicos, ao cumprir com todos os quesitos normativos para a realização e organização de um evento, sem dúvida nenhuma, representaria uma manifestação cultural das periferias.

Entretanto, em um evento clandestino, ou seja, aquele realizado sem a aquiescência e aval prévio dos órgãos públicos, que se encontra em desacordo com as normas administrativas estabelecidas, em local inapropriado, comprometendo a segurança das pessoas frequentadoras, somado a todas as ilicitudes apresentadas, prejudicam a defesa e o entendimento dos bailes funk ou de qualquer evento de outro gênero musical como uma manifestação cultural.

### **3.3 A influência das organizações criminosas: um conviver clandestino?**

O termo em latim *clandestinus*<sup>33</sup> significa aquilo que é feito em segredo ou não possui elementos necessários para se amoldar a lei. Presume-se que toda modalidade criminosa busque a clandestinidade para evitar que os órgãos públicos, notadamente as polícias, flagrem a prática delituosa, identifiquem e responsabilizem os envolvidos na prática infracional. Nesse cenário se encontra o tráfico de drogas, onde os traficantes procuram as sombras para auferir seus lucros e se manterem impunes.

---

<sup>33</sup> O que é planejado ou realizado em segredo, sem o conhecimento das pessoas; o que não apresenta condições de publicidade previstas em lei; coisa ou pessoa que viaja escondido, sem os documentos legais em avião, navio, trem etc. (MICHAELIS, 2022).

Em meio ao cenário escolhido para a instalação do crime organizado, notadamente nos aglomerados urbanos, um imenso contingente de pessoas inocentes que busca sua sobrevivência e de sua família, seja por meio dos subempregos, doações, reciclagem, esmolas, convivem obrigatoriamente com as ilicitudes perpetradas pelo tráfico de drogas. No Aglomerado da Serra isso não é diferente.

### 3.3.1 As organizações criminosas do Aglomerado da Serra

Ao observar a dinâmica do crime, principalmente a do tráfico de drogas, conduzido pelas organizações criminosas no Aglomerado da Serra, percebe-se um misto de clandestinidade e necessidade de se afirmar, para consolidar o seu poder. E isso, já vem de algum tempo.

Após o fortalecimento e consolidação do tráfico de drogas nas favelas do Rio de Janeiro na década de 1980, pode se dizer que nos aglomerados de Belo Horizonte esse fenômeno ocorreu ao longo da década de 1990, mais efetivamente na segunda metade, período que corresponde, não por coincidência, a grande explosão da incidência de homicídios na capital mineira, como será demonstrado no Capítulo 4 desta dissertação.

Pouco se sabe ou se escreveu sobre as organizações criminosas atuantes no Aglomerado da Serra. Entretanto, a dinâmica do crime organizado, especialmente a existente no Aglomerado da Serra, sempre foi alvo de atenção por parte deste ator-pesquisador. Em consulta ao acervo particular de notícias, ocorrências ou fatos de destaque da Segurança Pública mineira nos últimos 20 anos, foram localizados recortes jornalísticos datados de 06 de setembro de 2006, relatando casos de homicídios decorrentes da guerra entre gangues no Aglomerado da Serra, conforme se observa na Figura 27.

Observa-se que já em 2006, há 16 anos, a reportagem do Jornal Aqui mencionou seis gangues que estariam em guerra no Aglomerado da Serra: Organização Terrorista Arara (OTA); Gangue da Sacramento; Organização Terrorista da Passagem (OTP); Gangue da Del Rey; Gangue da Chácara; Gangue da Igrejinha. A época, tais grupos

criminosos estariam demarcando seus territórios pichando suas siglas em muros e portões da região (FIG. 27).

Figura 27 - Recorte jornalístico sobre a guerra no Aglomerado da Serra, set. 2006

**POLÍCIA** **AQUI**  
EM C-17/2006

▶ CAFEZAL ◀

# GANQUES EM GUERRA

Cinco grupos rivais lutam pelos pontos de vendas de drogas e deixam a população em clima de pavor

Três jovens foram assassinados e outros três ficaram feridos, desde sexta-feira, na disputa entre cinco gangues pelo comando do tráfico de drogas no Aglomerado da Serra, maior favela de BH, na região Centro-Sul. Na manhã de ontem, três homens abordaram Leonardo Souza Tavares, de 19 anos, e um deles, identificado como "Lequinha" — que seria líder de uma gangue identificada como Organização Terrorista das Araras (OTA) — disparou cinco tiros contra a vítima.

O crime ocorreu 15 horas depois de um outro homicídio e uma tentativa, atribuídos à OTA e à gangue Sacramento. Na tarde de segunda-feira, J.F.N.J. 16, foi morto com três tiros. No mesmo boteão, Leandro Júnior de Jesus Gomes, de 20, foi baleado nas nádegas e socorrido no Hospital de Pronto-Socorro João XXIII.

No aglomerado, as gangues marcam território pichando muros com as suas iniciais, como a OTA e a Organização Terrorista da Passagem (OTP), da Rua da Passagem. De acordo com a Polícia Civil, na guerra também estão envolvidas as gangues da Antena del Rey, da Chácara e da Igrejinha (da Rua Bandoneon), que seriam facções aliadas.

No aglomerado, ninguém comenta os crimes, temendo represálias. O medo ultrapassou os limites da favela e até moradores das imediações, no Bairro Serra, temem pela segurança.

Segundo o capitão Juarez Lucas, assessor de imprensa do 22º Batalhão da PM, responsável pela área da Serra, há uma determinação do Comando de Policiamento da Capital (CPC) para que as ações sejam intensificadas na região. "O serviço de inteligência da PM está identificando os integrantes de todas as facções e a situação no aglomerado já está voltando à normalidade", disse.



PICHAÇÕES SÃO PARTE DA DISPUTA DE GANGUES POR PONTOS DE VENDA DAS DROGAS

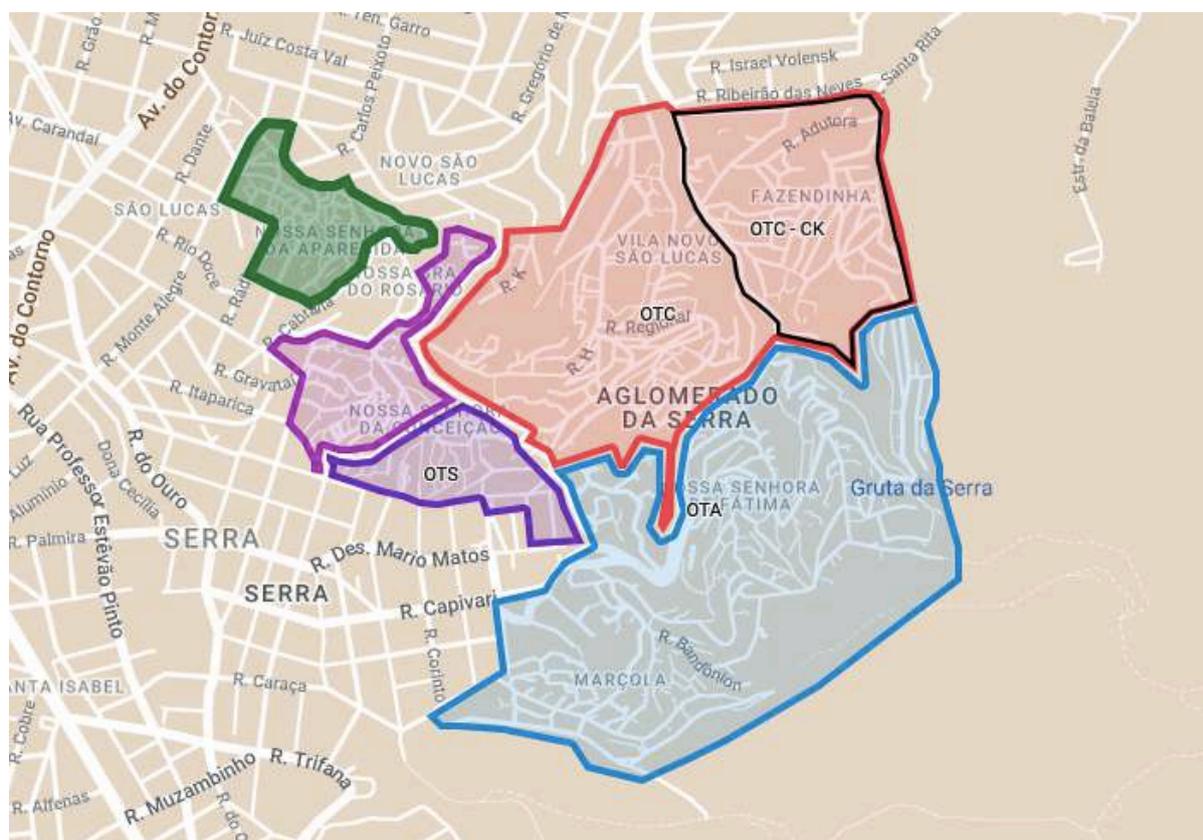
Fonte: Arquivo particular do autor. Jornal Aqui (2006).

Nota: Reportagem de 06 setembro de 2006 narrando a guerra de gangues no Aglomerado da Serra. A reportagem aponta uma série de homicídios decorrentes da disputa pelo comando do tráfico de drogas entre cinco gangues do aglomerado. O repórter cita a demarcação de territórios pelas organizações criminosas presentes no aglomerado.

Com o passar dos anos os grupos criminosos foram se organizando, expandindo territórios por meio de acordos ou pela violência e, atualmente, como foi apurado pela inteligência da 127ª Companhia da PMMG e por este ator-pesquisador, cinco principais organizações criminosas controlam o tráfico de drogas nas oito vilas do Aglomerado da Serra: 1) Pau Comeu (PC); 2) Del Rey Bala (DRB); 3) Organização Terrorista da Sacramento (OTS); 4) Organização Terrorista do Cafezal (OTC); 5) Organização Terrorista do Arara (OTA).

Atualmente no Aglomerado da Serra, cada organização criminosa possui um território definido onde instala seus pontos de vendas de drogas, tem uma liderança conhecida não havendo disputas internas pelo controle da organização e existe um organograma informal bem definido, com a divisão das funções entre seus integrantes. Ressalta-se, que o “mundo do crime” é multidimensional e por essa dinamicidade, a qualquer momento algo pode desencadear uma fricção entre os integrantes gerando uma instabilidade entre a organização ou entre as organizações.

Figura 28 - Divisão territorial das Organizações Criminosas do Aglomerado da Serra



Fonte: Subagência de Inteligência da 127ª Companhia do 22º BPM da PMMG.

Nota: OTA (perímetro em azul); OTC (perímetro em vermelho); OTS (perímetro em lilás); DRB (perímetro em rosa); PC (perímetro em verde).

Legenda: Pau Comeu (PC); Del Rey Bala (DRB); Organização Terrorista da Sacramento (OTS); Organização Terrorista do Cafezal (OTC); Organização Terrorista do Arara (OTA).

Observa-se que o nome autointitulado pelas organizações criminosas do Aglomerado da Serra, normalmente, está relacionado com o nome da localidade (toponímia) onde a organização exerce sua influência e atividade criminosa.

Tal metodologia utilizada no Aglomerado da Serra e nos demais aglomerados em Belo Horizonte, difere da metodologia utilizada pelo tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Verifica-se que as principais organizações criminosas fluminense, Comando Vermelho, Terceiro Comando e Amigos dos Amigos, lutam para conquistar novos territórios e novas favelas.

Já no Aglomerado da Serra e nos demais aglomerados em Belo Horizonte, ainda não se verificou, repetindo, ainda, que uma organização criminosa como a OTA assuma o controle e expanda seus domínios para outros aglomerados (Pedreira Prado Lopes, Morro das Pedras, por exemplo) em regiões diversas de Belo Horizonte, chancelando o seu nome, OTA, nesta outra localidade.

Ressalta-se, porém, que não obstante as organizações criminosas do Aglomerado da Serra não “carimbarem” seus nomes em outras localidades da capital, é sabido pelos órgãos policiais e por este ator-pesquisador que em diversos outros pequenos aglomerados ou bairros da capital, há a participação e influência direta das organizações criminosas atuantes no Aglomerado da Serra.

Por ser uma atividade ilícita e clandestina, não se conhece as ramificações de cada organização criminosa. É sabido por este ator-pesquisador, observando ocorrências e conexões dos integrantes das organizações criminosas, que tais organizações estejam conectadas a maioria das regiões da capital, em toda a região metropolitana de Belo Horizonte, no interior do Estado e em outros estados do país. Por meio das prisões realizadas e do cruzamento de informações privilegiadas, já foi verificada e comprovada a influência das organizações criminosas atuantes no Aglomerado da Serra em diversas localidades fora do aglomerado.

Para exemplificar tal afirmação, o tráfico de drogas existente na Vila Ponta Porã, localizada próxima ao Shopping Boulevard, no bairro Santa Efigênia, é coordenado pela organização criminosa do PC. Da mesma forma, a OTC tem o domínio do tráfico de drogas em pequenos aglomerados, como: “Gogó da Ema”, localizado as margens da avenida dos Andradas, no bairro Pompéia; o “Pindura Saia”, localizado atrás da Faculdade FUMEC, na rua Opala no bairro Cruzeiro; a Vila Santa Isabel, localizada na Avenida Afonso Pena, entre as ruas Trifana e Bernardo Figueiredo, no bairro Serra.

Já a OTA exerce influência no tráfico de drogas da Vila Acaba Mundo, localizada as margens da praça JK, no bairro Sion. Por fim, a OTS possui conexões estreitas com o tráfico de drogas no bairro São Geraldo e Taquaril.

É conhecida a conexão das organizações criminosas do Aglomerado da Serra com o tráfico de drogas que é realizado em outros municípios mineiros, como: Santa Bárbara; Nova Lima; Vespasiano; Juatuba; dentre outros.

Internamente no aglomerado, percebe-se que algumas organizações criminosas possuem subdivisões territoriais com nomenclaturas próprias, sendo a maioria delas com base em toponímias que estão relacionadas a determinados pontos do aglomerado onde realizam a venda de drogas, no entanto, estas gerências se mantêm subordinadas à liderança central de cada organização.

Por exemplo, a OTA possui subdivisões territoriais organizadas por pontos de venda de drogas: Gangue da Igrejinha (GDI); Rua da Água (RDA); Organização Terrorista da Bandonion (OTB); Paiva (PV); Rua do Ouro (RDO); Aldeia; Campim; dentre outros.

Da mesma forma, a OTC possui sua estruturação por meio de subdivisões territoriais, como: Coqueiros (CK); Primeiro Comando da Binário (PCB); Organização Terrorista do Naja (OTN); Favelinha (FVL); dentre outros. Este ator-pesquisador chama atenção para ao braço da OTC, conhecido como CK, que devido a sua localização estratégica (marginal do principal acesso ao aglomerado e fundos com o Parque das Mangabeiras), vide Fig. 28, tem auferido grande lucro com a venda de cocaína. Com isso, tem se observado o grande aumento do poder econômico e bélico por parte dos integrantes desse grupo criminoso.

Já a OTS, DRB e PC, não se subdividem de forma nominal em subgrupos, mas se organizam em pontos de vendas de drogas referenciados por becos ou ruas onde instalam suas “biqueiras”. A OTS possui pontos de tráfico ao longo da extensão da rua Sacramento, nos acessos dos becos Dirão, Mendes e rua São Sebastião, bem como na parte alta do aglomerado, conhecida como “caixa d`água”. A DRB tem pontos de vendas instalados na Chácara ou Baixada (BX), Délio Tavares (DT), beco Dona Alvina e beco dos Cabritos. A PC instala suas “biqueiras” na rua Falcão, rua Do Arauto,

rua Ravina, rua Paulo Marques Gontijo, na “Igrejinha” na rua Vitória com rua Coronel Jorge Davis.

Após essa breve explanação, retomando ao questionamento inicial desta subseção, “A influência das organizações criminosas: um conviver clandestino?”, verifica-se que tais organizações não são tão clandestinas ao ponto de não serem conhecidas, mesmo porque, elas próprias fazem questão de se identificarem em pichações, adesivos colados nas drogas, músicas de funk etc.

A comunidade na maioria das vezes se vê obrigada pela necessidade de sobrevivência a conviver com estas ilicitudes. Quanto aos órgãos estatais, ressalta-se, que mesmo sendo conhecidas tais organizações, integrantes e seu *modus operandi*, a atuação contra elas é extremamente difícil, pois a rede organizacional informal e criminosa a qual utilizam, as “normas sociais informais” já consolidadas no território, bem como a grande rede de monitoramento existente em todo aglomerado, dificultam a intervenção estatal.

O melhor caminho para uma intervenção exitosa contra essas organizações, causando prejuízo no crime não só com apreensões de armas e drogas ou prendendo seus integrantes, é atacando o patrimônio dessas organizações. Para tanto, é imperioso a integração efetiva entre forças policiais, integrantes da comunidade, Ministério Público e Judiciário.

A realidade do tráfico de drogas no Aglomerado da Serra é *sui generis*. Em anos de experiência operacional por parte deste ator-pesquisador, observou-se que durante as 24 horas do dia, sete dias por semana, entre 30 e 50 “olheiros” ou “atividade”, como são conhecidos, monitoram as vias de acesso do Aglomerado da Serra, controlando a chegada da polícia. Esses infratores, associados ao tráfico, ficam em pontos estratégicos, normalmente sobre as lajes, áreas de matas, pontos cobertos das vistas ou em residências localizadas em áreas mais altas, observando a movimentação das guarnições policiais. Cada olheiro porta um ou até dois rádios comunicadores, os conhecidos “radinhos”, para informar seus comparsas sobre a chegada e a localização da polícia.

A rede de monitoramento utilizada pelo tráfico impressiona devido a sua organização e efetividade, pois consegue informar onde, como e quantos policiais estão a caminho e para onde estão se deslocando. Tudo isso em tempo real. O plantão de cada posto de monitoramento é de 12 horas de empenho, variando o pagamento entre R\$ 80,00 e R\$ 100,00, dependendo da organização criminosa, pelo dia de empenho na atividade criminosa, podendo inclusive, receber um marmitex no almoço ou no jantar, durante a jornada criminosa diária. Ressalta-se que muitos olheiros são viciados, logo, seu “pagamento” é feito com drogas em espécie.

Há casos de falhas no monitoramento e, assim, a polícia consegue efetuar prisões de traficantes e apreensões de drogas ou armas. Nesse caso, é certo que haverá uma punição para aquele olheiro “incompetente” que será determinada pela chefia. Normalmente, os infratores desatentos recebem como punições surras com socos, chutes ou pauladas, espancamentos vulgarmente conhecidos pela comunidade como “pau no gato”.

Dentro do organograma das organizações criminosas existe a função conhecida como “disciplina”. Esses infratores têm a incumbência de impor, sempre mediante violência, as “normas” estabelecidas pelas lideranças das organizações criminosas. As formas de “disciplina” variam de acordo com o “vacilo” cometido pelo membro da organização ou até mesmo por algum morador. Há relatos que vão desde o corte do cabelo de mulheres (raspam a cabeça das mulheres), espancamentos, fratura de membros, torturas, expulsão do aglomerado, expulsão da família do aglomerado, disparos de arma de fogo em membros, chegando em último caso na execução a tiros daquela pessoa.

Não se pode ter a inocência de achar que as organizações criminosas só querem vender drogas ilícitas, tirar seus lucros e viver na impunidade. Não. Esses infratores da lei e da ordem pré-estabelecida têm ido além: 1) corrompem agentes públicos (políticos, policiais, juízes ou promotores); 2) interferem no processo eleitoral obrigando os moradores a votar em determinado candidato ou comprando o voto desses moradores; 3) financiam campanhas políticas; 4) se instalam nos gabinetes dos políticos que ajudam a eleger; 5) só permitem campanhas políticas de determinado candidato na vila sob sua influência; 6) montam empresas e se passam

por empresários com o objetivo de lavar o dinheiro do tráfico de drogas em depósito de materiais de construção, agências de veículos, salão de festas, operadoras de apostas, empresas de internet, salão de beleza, ferros velhos, supermercados, estacionamento, depósito de gás, produtora de eventos, lojas e grifes de roupas, frota de caminhões, empresas de caçambas de entulhos, lojas de chinelos, construtora de imóveis, dentre outras; 7) adquirem bens e aumentam assustadoramente seu patrimônio com casas de luxo, apartamentos, carros e motos importadas, *jet ski*, lanchas, cavalos de raça, pombos-correios, fazendas, sítios, dentre outras.

Se não bastasse esse rol de consequências geradas pelo tráfico de drogas, tais infratores não param por aí. Conforme levantamentos de Inteligência realizados pela 127ª Companhia e por este ator-pesquisador, todos os bailes funk realizados atualmente no Aglomerado da Serra têm influência direta e indireta do tráfico de drogas, pois a maior parte dos bailes é organizada e patrocinada pelos traficantes. Já aqueles bailes que fogem a esta regra de organização e patrocínio, possuem acordos colaborativos entre os organizadores e o crime.

A organização, patrocínio e “segurança” se demonstra por meio de diversos fatores: 1) a escolha do local onde se instalará o baile; 2) o dia da semana que o baile se realizará (as sextas-feiras, sábados, domingos ou véspera de feriados); 3) quem fará a venda de drogas no baile (normalmente fica a cargo da organização criminosa que atua na localidade); 4) quem fará a segurança armada ou será o “disciplina” do baile (também fica a cargo da organização criminosa que atua na localidade); 5) a contratação dos MC’s; 6) a contratação dos carros ou aparelhagem de som; 7) a autorização para realizar a venda de bebidas e alimentos normalmente é terceirizada para pessoas de fora do aglomerado que se deslocam, na maioria das vezes, em veículos de carga – kombis ou fiorinos – com isopores repletos de bebidas, porém, em menor quantidade, há moradores autorizados pelo tráfico local (não é qualquer pessoa que queira vender, somente os autorizados) que vendem bebidas e alimentos na porta de suas casas; 8) controlam o uso de celulares pelos frequentadores do evento; 9) surram homens que mexem ou passam a mão em mulheres durante os eventos; dentre outras ações que demonstram o domínio.

Quando não organizam ou patrocinam o evento, as organizações criminosas fazem “acordos/exigências” com os organizadores: 1) definição do local e horário de instalação do evento; 2) exigem camarotes para as lideranças do tráfico e seus convidados; 3) a venda de drogas por traficantes com sacolas de drogas ou bancas em meio ao público; 4) controlam o uso de celulares pelos frequentadores do evento; dentre outras exigências.

Nesse contexto, foram mapeados pela Inteligência da 127ª Companhia e por este ator-pesquisador os bailes funk mais frequentes desde 2019 no Aglomerado da Serra.

Figura 29 - Bailes funk no Aglomerado da Serra em áreas de atuação das organizações criminosas



Fonte: Subagência de Inteligência da 127ª Companhia do 22º BPM.

Nota: OTA (vermelho); OTC (azul); OTS (amarelo); DRB (alaranjado); PC (preto).

Em uma observação atenta da Figura 29 por parte deste ator-pesquisador ao posicionar os eventos no mapa, verificando qualitativamente os responsáveis pelos

bares que apoiam os eventos, bem como conhecendo a dinâmica territorial do Aglomerado da Serra, verifica-se nitidamente que tais eventos estão diretamente relacionados com os territórios de influência das organizações criminosas atuantes no aglomerado. Além do envolvimento direto e indireto já demonstrado, conclui-se que cada organização criminosa atuante no Aglomerado da Serra tem um baile funk para chamar de seu.

### 3.3.2 O “mundo do crime” e a gramática moral iconográfica no Aglomerado da Serra

Como apresentado nas seções anteriores, o crime organizado não faz questão de se esconder no Aglomerado da Serra, talvez, por uma necessidade de demonstração de poder. Os infratores criam, em meio as formalidades sociais lícitas, um mundo próprio, chamado por alguns autores como o “mundo do crime”, mas não um mundo paralelo com demarcações cartesianas, pois sob a ótica da Teoria da Complexidade de Edgar Morin, seria o mundo da desordem coexistindo sem fronteiras, intrincado no mesmo espaço com sua antítese, o mundo da ordem.

Nesta mesma linha de pensamento, Rocha (2017, p. 56) explica que:

[...] Estado e criminalidade, justiça formal e retaliação violenta, "mundo do trabalho" e "mundo do crime" coexistem como redes sobrepostas, com limitações e facilidades de acesso a seus recursos, de acordo com a posição do indivíduo nestes sistemas e os tipos de conflitos que buscam resolver.

O conceito de “mundo do crime” foi apresentado inicialmente por Ramalho (1979) após análise das interações sociais entre presos da Casa de Detenção de São Paulo, contrapondo de forma simbólica o conceito de “mundo do trabalho”, quando, principalmente rotulavam os detentos e ambientes do estabelecimento prisional.

Mais tarde, a expressão “mundo do crime”, foi retomada por Feltran (2008, p. 93), que a definiu como “o conjunto de códigos e sociabilidades estabelecidas, prioritariamente no âmbito local, em torno dos negócios ilícitos do narcotráfico, dos roubos e furtos”. Partindo deste conceito, insta destacar que o crime presente no Aglomerado da Serra possui seus “códigos e sociabilidades”, que são muitas das vezes materializados em iconografias presentes pelas ruas do aglomerado.

Nesse contexto está a *iconographia*, originada do grego *eikon* que significa imagem ou ícone, e *graphia*, significado de escrita, entendida como a linguagem visual usada para analisar, interpretar ou descrever imagens, símbolos, obras de arte ou retratos. O ícone é tudo aquilo que representa ou sugere alguma coisa, usado para transmitir uma mensagem dentro do sistema o qual as pessoas fazem parte (SILVA, 2022).

Os traços e cores conceituais misturados, “mundo do crime” e iconografia, expressam a “gramática moral do crime” presente na localidade, explicado por Rocha (2017, p. 13-14), como:

[...] um conjunto de elementos composto por práticas, valores, sociabilidades, normas, interdições e tipologias que se repetem com regularidade nas relações entre atores envolvidos com grupos e praticas criminosas nas favelas e periferias da cidade. A investigação de como esses elementos morais, que constituem o que chamei de gramática moral do crime, são articulados e operacionalizados pelos atores para justificarem suas ações, principalmente o extermínio de rivais e desafetos, compõe o cerne analítico desta pesquisa.

Destaca-se que o autor aponta os “elementos morais”, representados por “práticas, valores, sociabilidades, normas, interdições e tipologias”, que são praticados com frequência por criminosos e seus associados com o intuito de justificarem suas ações. Ao longo desta pesquisa, foram vistas (observação participante) e refletidas (autoetnografia) algumas pichações<sup>34</sup> e grafites<sup>35</sup> que ilustram parte dessa conceituação teórica.

Lazzarin (2007, p.62) reforça o argumento, dizendo que:

As gangues também utilizam uma forma de inscrição para demarcar território, com seus códigos e símbolos característicos. Paralelamente ao surgimento do grafite, na década de 60, surgem também as pichações – que vão desde a manifestação política, passando pela competição entre aqueles que conseguem atingir os locais de acesso mais difícil (como o alto de edifícios) – até o simples ato de vandalismo em prédios públicos e monumentos.

---

<sup>34</sup> Manifestação em nível de confrontação violenta e de provocação da autoridade, não apresenta qualquer técnica ou pretensão artística (LAZZARIN, 2007).

<sup>35</sup> Forma de inscrição urbana originada como “contracultura” no início da década de 1960, normalmente com questionamentos políticos, ideológicos e identitários. Apresenta técnica e é vista como arte (LAZZARIN, 2007).

Nesse contexto, esta seção apresentará diversas imagens captadas em campo pelo pesquisador, cuja exposição e representação vêm reforçar a ideia de “mundo do crime” (FELTRAN, 2008), “ordem e desordem” (FORTIN, 2005) e “gramática moral do crime” (ROCHA, 2017), inseridos em meio ao Aglomerado da Serra.

Importante ressaltar, que tais expressões, não obstante refletirem sentimentos sociais originados por meio de uma realidade vivenciada pelas pessoas, não sintetizam o todo desse ambiente tão plural e significativo que é o Aglomerado da Serra, onde o esmagador contingente populacional, composto de pessoas honestas, acaba sendo usado e obrigado a conviver com o crime.

Durante as reiteradas idas a campo, a Figura 30 fotografada pelo ator-pesquisador, foi a que mais chamou atenção. O grafite realizado em um muro que divide o espaço de um condomínio de moradias e a via pública, está exposto na rua São João, s/n, na Vila Nossa Senhora de Fátima, um dos principais acessos da comunidade onde passam milhares de pessoas por dia.

Trate-se de uma belíssima obra de arte que apresenta detalhes e cores bem trabalhadas. Da mesma forma, a imagem passa uma impactante e triste realidade para aqueles observadores atentos. O lado técnico pela qualidade da arte e preocupante pela naturalidade da exposição criminal traz grande reflexão para esta dissertação e para a Segurança Pública (FIG. 30).

Figura 30 - Grafite em um dos principais logradouros do Aglomerado da Serra



Fonte: Pesquisa de campo.

Notas: Grafite em um muro que divide a área de um condomínio com a via pública, localizado na rua São João, s/n, construídos pelo Programa Vila Viva.

Entende-se que a imagem é bastante crítica mas representa a realidade vista no Aglomerado da Serra. Ao mesmo tempo, reflete a percepção do artista (não identificado) sobre a comunidade e suas relações sociais. Apesar do jargão popular de que “uma imagem vale mais que mil palavras”, com base na iconografia e na autoetnografia buscar-se-á destacar e refletir sobre cada parte da Figura 30.

Metodologicamente, a figura será fatiada em cinco partes, se orientando pelas colunas que dividem o muro, na busca de uma melhor percepção, iniciando a descrição partindo da esquerda para a direita.

Na Parte 1 que se estende para a Parte 2, destacada na Figura 31, pode se ver um grupo de cinco pessoas pobres (vestes simples), composto por quatro homens e uma mulher, jovens e idosos, pardos ou pretos, que estão desesperados devido a um desabamento de casas (fato comum nos períodos chuvosos). Dois homens reviram os escombros com enxadas, procurando algo ou alguém, velados por uma mulher que tampa os olhos para não ver. Essa crítica às condições habitacionais da comunidade, soma-se a imagem ao fundo de um “assentamento precário”, com barracos construídos de forma desordenada, uns sobre os outros, sem reboco ou pintura.

Figura 31 - Parte 1: Desabamento de moradias e desespero da comunidade



Fonte: Pesquisa de campo.

Notas: Parte da obra em grafite representada pela Figura 30.

Na Parte 2, representada pela Figura 32, no alto da imagem tem um homem branco, loiro, cabelo e braba bem feitos, roupas “descoladas”, com uma garrafa e copo nas mãos, tendo a sua frente uma mulher jovem e bonita, parda, com roupas curtas, que dança sorridente e de forma sensual, “rebolando” na parte genital do homem (movimentos típicos de danças ao som do funk). À frente do casal destaca-se um carro branco, com a tampa do porta malas aberta, ostentando potentes alto falantes, normalmente usados nos bailes funk. Ainda se observa à frente do casal, uma moto branca, de médio porte, marca Honda, modelo XRE, orçada em torno de 20 mil reais, veículo que só pessoas com melhores condições financeiras possuem dentro do aglomerado, que comumente é vista com traficantes de drogas do Aglomerado da Serra e em outras favelas.

Figura 32 - Parte 2: Baile funk



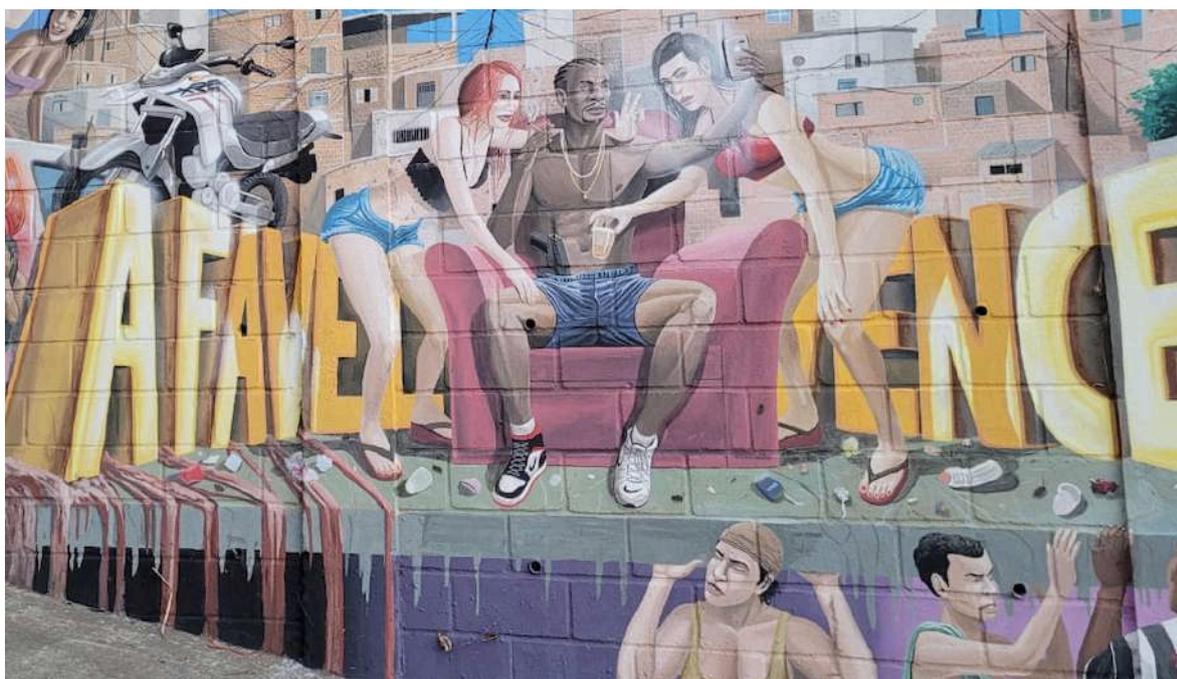
Fonte: Pesquisa de campo.

Notas: Parte da obra em grafite representada pela Figura 30.

A Parte 3, em destaque na Figura 33, está no centro de todo o grafite, talvez não por acaso, e é emblemática. Um homem preto sentado em uma poltrona vermelha, aparentemente confortável, como se fosse um “trono” de um rei, usando dois cordões de ouro em seu pescoço, armado com uma pistola na cintura; ao chão, bem próximo dele, tem um rádio comunicador azul, chamado de “radinho”, que é usado para a comunicação entre os traficantes que monitoram a chegada da polícia na comunidade;

seus cabelos e barba estão bem feitos e “desenhados”, usa um tênis da marca *Nike*, está com um cigarro de maconha em uma mão e faz uma *selfie* com o celular na outra mão. Este homem que representa o traficante, “patrão”, “dono do morro”, “paizão”, está rodeado por duas mulheres jovens e brancas, bonitas com seus corpos esbeltos, roupas curtas, unhas feitas e cabelos tratados. Ambas mulheres fazem pose para a foto, mas não demonstram felicidade em seus rostos. A mulher a esquerda abraça o traficante, toca a sua perna e faz um “V” e um “L” com a mão esquerda, sinal que representa a expressão “vida-loca”. A outra mulher segura um copo com bebida e arrebita a bunda para a foto. Agora o que mais chama atenção é a expressão pintada com a cor amarelo ouro, “a favela venceu”, passando a ideia de que esse traficante venceu na vida, ou seja, que a única forma de se dar bem na favela seria o tráfico. Por fim, um detalhe importante, tudo isso, sustentado nas costas e pelos braços de moradores humildes da comunidade.

Figura 33 - Parte 3: O rei do tráfico às custas da comunidade



Fonte: Pesquisa de campo.

Notas: Parte da obra em grafite representada pela Figura 30.

A Parte 4, destacada pela Figura 34, mostra vários pontos importantes para o estudo. Acima e ao fundo da imagem está uma senhora aos prantos, tendo a sua frente uma abordagem policial a um traficante. O policial tem o rosto representado por uma caveira, usa boina, colete e tem um cifrão (\$) desenhado em um escudo amarelo ouro

na altura do ombro da farda, indicando, de forma estigmatizada, que a polícia representaria a morte e estaria comprada ou a procura de dinheiro. O traficante, com tatuagens escritas “filho da desigualdade”, no abdômen, “mãe”, no braço direito, “favela”, no peito, um cifrão na mão esquerda e no rosto, está com dois radinhos nas mãos. A frente do traficante, como se o protegesse, estão duas mulheres pobres, uma mais velha com uma criança de colo, outra grávida com duas crianças ao lado. Podem ser moradoras ou parentes do traficante que acompanham a abordagem policial para se evitar abusos por parte da polícia, para proteger o traficante ou apenas dificultar a ação policial. Em um plano mais a frente está um carro importado, uma BMW na cor branca, escrito “ostentação/capitalismo” na placa dianteira, carro com valor aproximado de 200 mil reais. Por fim, toda essa imagem é “sustentada” nas costas e nos braços de quatro idosos, sendo três mulheres e um homem, com uma criança chorando abraçada na cintura de uma senhora.

Figura 34 - Parte 4: Abuso policial, ostentação do tráfico e o sofrimento das famílias



Fonte: Pesquisa de campo.

Notas: Parte da obra em grafite representada pela Figura 30.

Por último, a Parte 5, representada pela Figura 35, tem em destaque um homem com boné da seleção brasileira e barba grande, sem um dos dentes da frente, pegando latas e comida no lixo (existe uma lixeira real no local). Ao centro da figura há uma cela com quatro presos, três pretos e um pardo. Uma mulher grávida observa os presos, outras duas mulheres abaixo do plano, uma aparentemente mais velha e outra grávida com uma criança no colo estão desoladas, sustentando com os braços os homens na prisão. Para fechar a imagem, um senhor idoso e um garoto carregam em seus ombros e nas pontas dos dedos o tráfico de drogas e suas consequências.

Figura 35 - Parte 5: Prisão e fome



Fonte: Pesquisa de campo.

Notas: Parte da obra em grafite representada pela Figura 30.

Em uma análise do conjunto da imagem ilustrada pela Figura 30, não há como deixar de mencionar a percepção que se tem das mulheres. Quando não são objetos de desejo e lascívia nas mãos dos homens, cuidam das crianças, sofrem com a prisão

de seus filhos ou companheiros e suportam nas costas todo o “peso” gerado pelo crime organizado e pelas vulnerabilidades sociais existentes na localidade.

Ainda, percebe-se que o poder público só é representado pela polícia, mesmo assim, de forma negativa, pejorativa e preconceituosa. Nenhum outro órgão estatal foi lembrado. Destaca-se que o funk tem seu lugar, as vulnerabilidades estruturais de moradia, mas quem é tratado como protagonista, como o “Senhor”, é o traficante de drogas, visto como aquele que tem dinheiro, respeito, mulheres e poder.

Outros grafites com mensagens e reflexões importantes sobre o mundo do crime presente no Aglomerado da Serra também foram observados pelo ator-pesquisador.

A Figura 36 representa outro grafite fotografado pelo ator-pesquisador durante o trabalho de campo, em uma das paredes de moradias localizadas na rua Nossa Senhora de Fátima, nº 1479, na Vila Nossa Senhora de Fátima.

Figura 36 - A vida em meio ao tráfico



Fonte: Pesquisa de campo.

Notas: Grafite localizado na rua Nossa Senhora de Fátima, n. 1479, Vila Nossa Senhora de Fátima.

A Figura 36 mostra como a vida das pessoas segue com sinais de normalidade em meio ao tráfico de drogas no Aglomerado da Serra. Pela imagem, duas crianças

brincam pelo beco, dois homens conversam, uma mulher volta para a casa carregando compras em uma sacola e uma jovem está sentada na porta de sua casa com um cachorrinho no colo. Enquanto as pessoas vivem uma vida normal, um jovem, integrante de organização criminosa, escuta atentamente um rádio comunicador.

Em meio ao cenário descrito, o menor infrator, com chinelo, bermuda branca, camisa azul de time de futebol, boné vermelho virado para trás, usando máscara de proteção, com parte de seu corpo escondido na entrada do beco, monitora a chegada da polícia ao aglomerado para informar seus comparsas traficantes, o momento para desarticularem o ponto de venda de drogas e se esconderem para não serem presos. Os “olheiros”, como são chamados, monitoram e informam a aproximação de traficantes rivais quando há “guerra” entre as facções.

Noutro giro pelo campo, agora em estudos pela Vila Nossa Senhora Aparecida, local de atuação da organização criminosa autointitulada Pau Comeu, um grafite com nítida apologia ao crime foi coletado durante a pesquisa, conforme se observa na Figura 37.

A imagem faz menção a um dos líderes da referida organização criminosa que é visto e conhecido internamente pela comunidade como um cachorro pitbull, animal com estigma de bravo e violento. O histórico criminal desse infrator, representado pela figura, confirma sua periculosidade, possuindo 24 registros policiais, entre homicídios, tráfico de drogas e outros crimes do Código Penal. O desenho do homem com a cara de um pitbull, usa a camisa do clube Atlético Mineiro, time que o traficante torce, ostenta um cordão de ouro e um pingente com as iniciais da organização criminosa “PC”. Na mão esquerda, ergue umas das armas mais potentes e letais do mundo, um fuzil russo, AK-47<sup>36</sup>, arma com o calibre 7,62 x 39 mm. Interessante mencionar que ao lado da figura há uma pichação com os dizeres “fé”.

---

<sup>36</sup> O AK-47, conhecido como AK ou *Kalashnikov*, é um fuzil de assalto no calibre 7,62x39mm de origem russa. Figura entre um dos armamentos mais letais e vendidos do mundo. *Wikipedia* (2022). Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/AK-47>. Acesso em: 22 fev. 2022.

Figura 37 - Demonstração de força, poder e ostentação



Fonte: Pesquisa de campo.

Notas: Grafite localizado na Praça Arauto, Vila Nossa Senhora Aparecida, Aglomerado da Serra.

Outras imagens que foram captadas em campo remetem parte da gramática moral do mundo do crime no Aglomerado da Serra. O mosaico representado pela Figura 38 completa esta seção.

Figura 38 - Mosaico com imagens de pichações no Aglomerado da Serra



Fonte: Pesquisa de campo.

Nota: 1) Imagens pichadas no ponto de venda de drogas localizado na rua Caraça esquina com rua Alípio Goulart, Vila Marçola, da facção GDI – Gangue da Igrejinha – que é um dos braços da célula mater, autointitulada, Organização Terrorista do Arara (OTA); 2) Destaca-se na imagem os nomes dos traficantes mortos em confronto com a polícia: “Chalão” e “Garoltin”.



Fonte: Pesquisa de campo.

Nota: 1) Imagem de pichação no ponto de venda de drogas localizado na rua Sacramento esquina com rua Capelinha, Vila Nossa Senhora da Conceição, com os dizeres “Sacra Bala OTS”, referenciando a autointitulada Organização Terrorista Sacramento (OTS).

## 4 O TECIDO POR TRÁS DOS HOMICÍDIOS

Para Morin em *O Método*, o grande desafio para as ciências é reconhecer a complexidade do mundo real (FORTIN, 2005). Em um paralelo com os ensinamentos do filósofo francês, os estudos relacionados a Segurança Pública, especificamente aqueles relacionados ao crime, necessitam de uma análise em várias dimensões, pois o crime seria o fenômeno resultante de uma influência multifatorial (SAPORI e SOARES, 2015).

Rememora-se que as ciências naturais obtiveram grande êxito na busca do conhecimento científico por meio do “reducionismo”, a procura das “unidades simples” ou basilares, descobrindo os átomos, as células, o DNA. Entretanto, aquilo que era considerado desordenado e não elementar, um tecido emaranhado, foi deixado de lado (FORTIN, 2005).

Esse olhar simplista e reducionista criticado por Morin (2015) àquilo que não é de fácil entendimento, é questionado por autores dedicados a Segurança Pública. Sapori e Soares (2015, p. 37) ensinam que “é simplista acreditar que o criminoso é uma pobre vítima da sociedade, como não é correto afirmar que o criminoso faz escolhas voluntárias livres de toda e qualquer influência do meio social”. Para os autores, o crime resultaria de uma complexa interrelação nos campos individuais, interpessoais, institucionais e estruturais.

Ao propor a Teoria da Complexidade, conforme explica Fortin (2015, p. 24), Edgar Morin “sente cada vez mais a necessidade de um conhecimento que reconheça a multidimensionalidade das coisas, de um conhecimento que procure em toda a parte as ligações, relações, associações”.

Nessa vertente da complexidade, Sapori e Soares (2015, p. 20) esclarecem que:

O crime é multifacetado, combinando fatores diversos. É um reducionismo extremo acreditar que um indivíduo pega arma de fogo para cometer um assalto ou se torna um traficante de drogas somente em razão da necessidade de sobrevivência pessoal ou de sua família. Pode parecer óbvia e inquestionável a crença de que, quanto mais vulnerável à pobreza e à miséria, mais próximo o indivíduo estaria do crime. Porém, o fenômeno

envolve outras dimensões estruturais e institucionais da realidade social que não sustentam tal raciocínio linear.

Fortin (2015) explica que Morin quebra o tabu de que o método cartesiano<sup>37</sup> seria a prova de qualquer crítica. O filósofo reconhece “as grandes conquistas” que o método trouxe a ciência e a humanidade, entretanto, ressalta a necessidade de se ter ousadia e apresentar um método “pós-cartesiano”, integrando o método de Descartes a um método “mais vasto, o método de complexidade”.

Estudar o crime não é tarefa simples. Especialistas oscilam na defesa de penas mais rígidas para os criminosos ou na necessidade de “medidas sociais e preventivas” para evitar que as pessoas escolham o mundo do crime. Muitas são as disciplinas que se debruçam sobre o crime, o que por si só já denota que a temática não pode ser vista com simplicidade. Nesse prisma, tanto a Sociologia quanto a Antropologia, Demografia, Ciência Política, Saúde Coletiva, Economia e Criminologia, há anos tentam explicar as causas do crime por meio das mais diversas teorias (SAPORI e SOARES, 2015).

#### **4.1 O crime da sociedade e a sociedade do crime**

O pensamento de forma relacional é o pensamento de forma recursiva. A “recursão” é simbolizada na capa do tomo inicial de *O Método*. Para Fortin (2015, p. 28) a “ideia de recursão contém sempre em si mesma a ideia de reflexividade; comporta igualmente, num sentido mais forte, as ideias de produtividade e de autoprodução”. Como exemplo, o autor cita os subtítulos da obra de Morin: “A Natureza da Natureza, A Vida da Vida, O Conhecimento do Conhecimento, A Humanidade da Humanidade”.

Dentre as ciências que estudam o crime, destaca-se a atenção dada pela Sociologia. Em *As regras do método sociológico*, publicado inicialmente em 1895, Durkheim (2001) explica que “fatos sociais” são todos os fenômenos da sociedade que

---

<sup>37</sup> Método científico criado pelo filósofo francês René Descartes na busca do conhecimento relacionando a “dúvida hiperbólica” - duvidar de tudo e não aceitar nada como verdadeiro - com quatro preceitos: descobrir as conclusões possíveis por meio das “evidências”; dividir o problema em quantas partes forem possíveis para “análise”; pensar de forma “ordenada”; “enumerar” todas as observações (BATTISTI, 2010).

apresentam interesse social diante de uma organização definida e preestabelecida - “regras jurídica, morais, dogmas religiosos, sistemas financeiros etc.”.

Nessa gama de fatos sociais definidos por Durkheim (2001), Sapori e Soares (2015) referenciam o francês quanto da sua definição de crime como “fenômeno social”, ou seja, aquele fato inerente a existência da sociedade humana, ultrapassando qualquer tempo e espaço. Para os autores, o crime faz parte da sociedade e está presente ao longo da história em todas as sociedades.

Nesse sentido, por meio dos ensinamentos de Durkheim (2001), o título desta subseção visa relacionar crime e sociedade, sociedade e crime, em uma ideia de “reflexividade” e de “autoprodução” defendidas por Morin, ou seja, onde há crime há sociedade, onde há sociedade há crime.

Fortin (2015), ao explicar “o método da complexidade” de Morin, ressalta os conceitos de “ordem e desordem” defendidos por muitos estudiosos em uma visão maniqueísta. Por outro lado, Morin apresenta a “inseparabilidade” de tais conceitos, ilustra ao citar o “*Big Bang*” como um exemplo de coexistência, onde da desordem criou-se a ordem.

Por intermédio dos pensamentos de Morin sobre “ordem e desordem”, pode se traçar um paralelo relacional com o “estado de natureza dos homens”, defendido por Thomas Hobbes, em 1651, em *Leviatã*. A desordem estaria presente na barbaridade humana uma vez que os homens não teriam limites para atingir os seus desejos, inclusive usando da violência e sendo o “homem o lobo do próprio homem”. Nesse cenário de caos, Hobbes (2014) propõe que os homens cedam parte de seus direitos para que o Estado possa regular as relações entre eles, o que chamou de “o contrato social”, apresentando uma ideia de ordem.

Dessa forma, assim como no *Big Bang* e na ilustração do contrato social, pode se dizer, conforme os ensinamentos de Morin, que ordem e desordem coexistem e caminham juntas entre homem e estado, crime e sociedade.

#### 4.1.1 O crime e sua multicausalidade: revisitando as teorias clássicas

Muitas são as teorias criminológicas e sociológicas que apontam as causas do crime, dentre as quais, citam-se: 1) Teoria das *coortes*; 2) Teoria da anomia moral; 3) Teoria da associação diferencial; 4) Teoria da criminologia crítica; 5) Teoria da subcultura delinquente; 6) Teoria da escolha racional ou teoria econômica do crime; 7) Teoria dos rótulos; 8) Teoria da desorganização social; 9) Teoria das oportunidades ou teoria das atividades rotineiras; 10) Teoria das janelas quebradas; 11) Teoria do autocontrole ou teoria geral do crime; 12) Teoria da eficácia coletiva; 13) Teoria da dissuasão.

Inicialmente, apenas pela quantidade de teorias que buscam identificar e justificar as causas do crime, já se pode verificar a complexidade para entender o fenômeno criminal. Em suma, percebe-se que o crime apresenta múltiplas faces, e para tanto, um pensamento linear não seria suficiente para estudá-lo. Nesse sentido, necessita-se de um pensamento específico para se buscar o entendimento, um pensamento que possa considerar todas as variáveis envolvidas.

Nesse sentido, articulados distintamente pelas teorias criminológicas, Sapori e Soares (2015) explicam os fatores/níveis (estruturais, institucionais, interpessoais e individuais) que influenciam no crime:

[...] Fatores estruturais compõem o nível mais amplo do fenômeno, compreendendo os valores culturais prevaletentes na sociedade, como também sua estrutura socioeconômica - a distribuição da renda, a estratificação social, entre outros. As leis penais e as organizações do Estado responsáveis pela garantia da Segurança Pública - polícia, justiça, prisão - estão no nível institucional. A comunidade onde reside o indivíduo também deve ser considerada, pois é capaz de exercer controle social. O nível interpessoal diz respeito às relações pessoais que o indivíduo estabelece em seu cotidiano e que são capazes de influenciar seu comportamento. São os casos da família, grupos de amigos do bairro, a escola, a comunidade religiosa da qual eventualmente participa. E chegamos ao nível propriamente individual, que diz respeito às características psíquicas do indivíduo, sua personalidade, sua trajetória de vida (SAPORI e SOARES, 2015, p. 38).

Para os autores verificam-se as multidimensões que envolvem o crime, destacando-se a cultura, estrutura socioeconômica, polícia, justiça, prisão, comunidade do local onde reside o indivíduo, relações pessoais do cotidiano, amigos, família, personalidade e experiência de vida. Nesse sentido, um pensamento linear seria

incapaz de correlacionar tantas variáveis que envolvem um fenômeno, explicado por diversas teorias.

A Teoria das *coortes*, cujo o termo “coorte” se refere ao conjunto de pessoas que nasceram no mesmo período, remonta o século XIX, tendo o belga Adolphe Quételet como importante referência. Em 1833, Quételet publicou sua obra *Recherches sur le penchant au crime aux différents âges* ou “Pesquisa sobre a propensão ao crime em diferentes idades”. Naquela época, Quételet concluiu que próximo aos 25 anos os homens atingiriam a sua máxima inclinação ao crime, sendo portanto a idade, o mais influente fator que determinaria a eclosão ou a moderação dos delitos. Após quase 200 anos, as pesquisas realizadas em diversos países são consenso de que os crimes violentos, principalmente os homicídios, são fenômenos que envolvem proporcionalmente os mais jovens, seja como vítima ou autor (SAPORI e SOARES, 2015).

Já a Teoria da anomia moral, criada em 1939 por Robert King Merton em *American Sociological Review*, aponta para o fato de que parte da sociedade não conseguiu atingir a ordem institucionalizada definida pela cultura predominante. Esta diferença entre os indivíduos se daria em virtude do grau de “fragilidade moral” de um ou de outro, seja rico ou pobre. Entretanto, a teoria defende que os mais pobres são mais vulneráveis ao crime, uma vez que o caminho para ultrapassar as barreiras sociais impostas é maior em virtude da má formação social e a carência de meios, fazendo com que alguns se percam no caminho moral (CAMARGO e OLIVEIRA, 2021).

Para Merton, o crime ocorre quando há a divulgação exacerbada de valores e objetivos sociais, além do consumismo, que não são acessíveis a todos. Nesse sentido, alguns indivíduos moralmente fragilizados, ambiciosos em alcançar tais bens de forma rápida, buscam um meio mais fácil para realizarem sua satisfação, desconsiderando o “trabalho digno e o respeito à lei” durante o processo natural para a obtenção de suas vontades (SAPORI e SOARES, 2015).

Em 1940, o sociólogo americano Edwin H. Sutherland apresentou a Teoria da associação diferencial em sua obra *White-collar criminality*, expressão conhecida como o “crime do colarinho branco”. Tal expressão remete a atividade criminosa

praticada por indivíduos de alto poder aquisitivo e *status*, na maioria das vezes empresários (COSTA e VARALLI, 2018).

Esta teoria foi uma das primeiras a contestar o entendimento de que as condições socioeconômicas “determinavam a criminalidade”. Para o autor, tanto ricos quanto pobres estariam suscetíveis a comportamentos criminosos, pois o indivíduo aprende a ser criminoso no relacionamento com outras pessoas – “amigos ou colegas” – que apresentam comportamento desviante, avalia os benefícios e riscos – “cálculo racional” –, necessitando de disposição para repetir as condutas observadas (SAPORI e SOARES, 2015).

Noutro prisma, a Teoria da criminologia crítica, defendida por Karl Marx na segunda metade do século XIX, apresenta “relação direta” entre pobres e criminosos. Para o filósofo alemão, o crime é consequência do conflito de classes produzido pelo capitalismo, que é o grande responsável pela pobreza e o desemprego na sociedade. Esta teoria defende que a opressão sofrida pela classe social mais vulnerável seria o fator responsável por “embrutecer” tais indivíduos carentes, que de forma emotiva e racional, reagiriam cometendo crimes. Os pesquisadores defensores da criminologia crítica apontam que o Estado, por meio do direito penal e dos seus aparelhos de repressão (polícia, justiça e sistema prisional), visa defender os interesses da classe dominante representada pela burguesia (SAPORI e SOARES, 2015).

Em 1955, na obra *Delinquent boys: the culture of the gang*, Albert K. Cohen formula a Teoria da subcultura delincente. Cohen vê a inserção dos jovens no mundo do crime atraídos pelas gangues. Estas, possuem suas crenças, valores e normas próprias, que divergem da cultura moralmente ordenada pela sociedade, estabelecendo uma subcultura que teria a capacidade, até mesmo de sobrepor o poder socializador da família, escola e igreja (SAPORI e SOARES, 2015).

Dessa forma, uma nova cultura ou “padrões de grupo” estariam condicionadas a relação entre indivíduos com problemas similares de ajuste social. Logo, tais indivíduos se apoiam uns nos outros, em um propício “clima moral”, para partilharem as condutas aceitas apenas em meio aquele grupo desviante (COHEN, 1955).

Na década de 1950 e 1960 nos Estados Unidos, a Teoria da escolha racional ou teoria econômica do crime, surgiu com as publicações de Anthony Downs e Mancur Olson, respectivamente, “Uma teoria econômica da democracia” em 1957 e “A lógica da ação coletiva” em 1965. Outro autor importante para esta teoria é Gary Becker, que em 1976 publicou *Economic approach to human behavior*. Todas as obras focam no comportamento humano na tomada de decisões com base naquilo que o interessa, perfazendo uma escolha daquilo que mais lhe convém, do custo/benefício, buscando seus objetivos com menor gasto de recursos possível (SCHEEFFER, 2013).

Em um recorte na teoria da escolha racional voltado para o campo criminal, Gary Becker reconhece que tanto as condições socioeconômicas quanto a capacidade punitiva do Estado são fatores que podem influenciar sobre a incidência da criminalidade. Nesse sentido, com base na razão, um crime será cometido após o cálculo do criminoso que analisará dois aspectos: 1) estímulo para o crime: “benefícios e ganhos” *versus* “perdas e dificuldades” com a atividade criminosa; 2) inibidores do crime: os “custos” para se infringir a lei, observando a eficiência da polícia, chances reais de punição e penalidade severa. A teoria da escolha racional explica que as oscilações na incidência da criminalidade ao longo dos anos estão relacionadas com a “combinação” desses dois aspectos (SAPORI e SOARES, 2015).

Formulada por Howard Becker em 1960, defendida em sua obra *Outsiders, a Labelling Approach Theory*, conhecida como Teoria dos rótulos ou do “etiquetamento social”, propõe a ideia de que o criminoso é um indivíduo com valores e crenças distintos daqueles que o criminaliza. Não obstante ricos e pobres cometeram crimes, o controle social estatal seria mais efetivo nas classes da base da pirâmide social, constituindo-se de um “sistema penal seletivo”, etiquetando e rotulando o criminoso baseando-se em seu “estereótipo” (BAYER; FIGUEIREDO; RANGEL, 2013).

Para Becker, não há alterações psicossociais entre os criminosos e os não criminosos, pois as ações desviantes de alguns seriam o resultado da não concordância dos valores morais instituídos como regras ou leis por seguimentos dominantes da sociedade. Ao serem rotulados, os “antissociais” se aproximam de outros indivíduos com conduta semelhante, aumentando a prática dos atos infracionais (SAPORI e SOARES, 2015).

Como desdobramento da teoria da ecologia humana, em 1969, Clifford R. Shaw e Henry D. Mckay instituíram a Teoria da desorganização social. Em sua pesquisa, os autores estabeleceram três padrões socioeconômicos presentes nas localidades identificadas com altas taxas criminais: 1) quase a totalidade das regiões violentas eram pobres e com estrutura urbana degradada; 2) a maioria das regiões eram habitadas por pessoas de origens variadas, sendo em sua maioria imigrantes; 3) os bairros eram regiões com alta rotatividade de moradores, ou seja, as pessoas não se fixavam nos bairros por muito tempo (SAPORI e SOARES, 2015).

Shaw e Mckay não relacionaram pobreza e crime de forma direta e linear, no entanto, defenderam que nas comunidades pobres, onde o coletivo não impõe limites aos desvios individuais realizando o controle social, estariam mais suscetíveis aos crimes (WONG, 2002).

Em 1979, Lawrence Cohen e Marcus Felson, em *Social Change and Crime Rate Trends: A Routine Activity Approach*, propuseram a Teoria das oportunidades ou teoria das atividades rotineiras indicando que o crime ocorria quando um infrator e uma vítima se encontravam no mesmo espaço e no mesmo tempo, sem a vigilância de um guardião capacitado. A oportunidade criminal estaria amoldada no padrão das atividades rotineiras e no cotidiano das pessoas. De acordo com a teoria, para interferir na dinâmica do crime é necessário alterar as variáveis: 1) autor motivado; 2) vítima disponível; 3) ambiente desprovido de vigilância ativa (FERNANDES, 2006).

Esta teoria é bastante utilizada nos dias de hoje na busca do controle criminal. Ela explica as variações das taxas de crimes por meio das atividades rotineiras da sociedade, diferente de outras teorias que se embasam a partir de características dos criminosos. Por essa teoria, a vítima se torna o objeto de estudo, uma vez que seu estilo de vida oferece riscos para a vitimização criminal, podendo ser influenciada pelos seguintes fatores: 1) tempo de exposição social; 2) proximidade entre o alvo e o infrator, possibilidade de contato social entre ambos, influenciados pelo local de residência, características socioeconômicas, idade, sexo e interesse cultural; 3) capacidade de defesa da vítima; 4) atratividade da vítima pela oferta de bens e sua menor capacidade de resistência. Ressalta-se que para cada tipo de delito haverá a preponderância ou não dos fatores ora elencados (SAPORI e SOARES, 2015).

Elaborada no início da década de 1980 pelos americanos George Kelling e James Wilson, a Teoria das janelas quebradas ou *Broken Windows Theory* se baseia na “desordem” como elemento de maior influência sobre os índices de criminalidade. Após experimentos sociais realizados, os pesquisadores concluíram que o delito tende a ser maior nos espaços com descuido evidente que transmitem a sensação de ausência normativa naquela localidade. Com isso, a teoria se fundamenta no combate aos pequenos delitos e desordens ambientais para que as condutas mais graves não ocorram, degenerando para um processo de violência cada vez maior (CAVALCANTE e PAIÃO, 2018).

Na década de 1990, a teoria das janelas quebradas foi a fundamentação e inspiração para a política de Segurança Pública adotada em Nova York, conhecida como “tolerância zero”. As ações adotadas pelo prefeito da cidade, Rudolph Giuliani, destinavam-se a combater pequenas desordens como mendicância, prostituição, abuso de álcool e drogas nas vias públicas, pichações, depredação de patrimônio público e privado, vendedores ambulantes sem licença etc., evitando a potencialização de desordens e crimes mais graves. A proliferação das mazelas sociais seria responsável pelo abandono da cidadania nas localidades afetadas, reduzindo as relações sociais entre a vizinhança (lazer e profissão) deixando livre o referido espaço para os infratores (SAPORI e SOARES, 2015).

Publicada em 1990, *A General theory of crime* ou Teoria geral do crime, cujos autores são Michael Gottfredson e Travis Hirschi, conhecida como teoria do autocontrole, defende que cada indivíduo apresenta diferente “propensão ao cometimento de atos criminosos”, no entanto, evitam a ideia “determinista do criminoso” (SAPORI e SOARES, 2015).

Conforme a teoria, qualquer pessoa estaria sujeita aos delitos, o que determinaria ou não o cometimento do crime seria o grau de autocontrole do indivíduo. Para esta teoria, na maioria das vezes, a capacidade de se controlar a “impulsividade” e o “imediatismo” seria determinada pela formação familiar, pois uma criação “defeituosa” e “ineficaz” seria a “causa primária do crime” (GOTTFREDSON e HIRSCHI, 1990).

Já em 1997, foi desenvolvida pelo sociólogo americano Robert Sampson, a teoria da eficácia coletiva afirma que as comunidades pobres possuem capacidade para instituir uma “coesão social” com o objetivo de estabelecer o controle social que seria “um atributo da coletividade”. Segundo a teoria, tal controle seria o principal responsável para interferir na incidência criminal das localidades sob sua influência, pois o convívio entre os moradores teria a capacidade de manter padrões morais essenciais para a vida em vizinhança (MATTOS, 2018).

Nesse sentido, Sampson complementa que para exercer o controle social, os moradores necessitam de “confiança” e “disposição”. Para atingir o controle de forma satisfatória, o autor estabelece quatro indicadores necessários: 1) grau de confiança entre os moradores; 2) disposição para ajudar os vizinhos; 3) valores compartilhados; 4) iniciativa para resolver os problemas de desordem social local. Insta salientar que o controle social se torna prejudicado nas localidades onde estão presentes o medo e a desconfiança entre os vizinhos, fazendo com que o crime ganhe espaço e predomine (SAPORI e SOARES, 2015).

Por fim, diferentemente das outras teorias que possuem autores relacionados ao seu desenvolvimento e criação, a Teoria da dissuasão não possui um nome destacado como seu defensor. Entretanto, nos últimos anos, esta teoria tem se destacado na implementação das políticas públicas e nos debates da Segurança Pública. Dois fatores se destacam na temática da dissuasão criminal: impunidade, demonstrada pelo “baixo grau de certeza da punição e a baixa severidade da punição”; e repetência criminal, pois muitos crimes são cometidos por poucos infratores. Dessa forma, a incapacitação do criminoso, principalmente aquele contumaz, teria forte influência na incidência criminal (SAPORI e SOARES, 2015).

Apesar de não haver um filósofo ou sociólogo referência, Jeremy Bentham e Cesare Beccaria podem ter sido os iniciadores dessa perspectiva teórica. Semelhante as ideias propostas pela teoria racional, para Bentham e Beccaria, o criminoso avaliaria de forma racional o custo benefício para cometer um crime, em suma, decidiria executar o ato criminoso se compensasse o risco para auferir os benefícios da ação. De um lado estaria os “incentivos positivos” como os bens a serem subtraídos, de

outro, os “incentivos negativos” como a possibilidade da prisão e uma dura punição (ZANETIC *et al.*, 2016).

#### **4.2 Homicídios: uma visão multidimensional**

Desde os primórdios, em todas as civilizações já estudadas, o ser humano matou seus semelhantes. Sob um olhar contraditório de tensão, espanto, curiosidade mórbida e angústia, os homicídios provocam sentimentos que atraem as pessoas. Dessa forma, esses delitos são retratados em obras literárias, filmes, séries, jornais e teatros, sempre com muito espectadores. Entretanto, a conduta é abominada por todas as sociedades e culturas, sendo que diversos arcabouços normativos, jurídicos ou religiosos, buscaram evitar que pessoas matassem umas as outras, mas nem todas obtiveram o sucesso esperado (SILVEIRA, 2008).

A vida é o bem maior do indivíduo e da sociedade, portanto, há o interesse dos Estados em defendê-la, até mesmo como forma de perpetuar a sua própria existência. Nesse sentido, os ordenamentos jurídicos preveem diversas condutas tipificadas como crime quando há o resultado morte, sendo as penas para tais delitos as maiores dos códigos penais, podendo, em alguns países, serem punidos, inclusive com a pena de morte (MARZAGÃO JUNIOR, 2009).

No Brasil, juridicamente, o crime de homicídio está previsto no artigo 121 do Código Penal. O *caput* do artigo considera homicídio simples “matar alguém”, com pena que pode variar de 6 a 20 anos. O § 1º do mesmo artigo prevê a redução de pena de 1/6 a 1/3 quando o autor pratica o crime sob violenta emoção. No § 2º, define-se o homicídio qualificado, com pena de 12 a 30 anos, quando o crime é cometido: I - mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe; II - por motivo fútil; III - com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum; IV - à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido; V - para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime; VI - contra mulher por razões da condição de sexo feminino; VII - contra autoridades militares e policiais, no exercício ou em razão do dever, bem como contra os parentes até 3º grau dessas autoridades, em

razão da mesma condição; VIII - com armas de fogo de uso restrito ou proibido. Acrescentou-se no ano de 2015, o § 2º-A, tipificado como homicídio qualificado, nos casos em que a vítima do sexo feminino, envolver: I - violência doméstica e familiar; II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher. Ressalta-se que o artigo 18 do mesmo código, define os crimes culposos e dolosos, sendo culposo “quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia” e doloso “quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo” (BRASIL, 1940).

Doutrinariamente, pode se dizer que o homicídio doloso é uma “espécie” do gênero “mortes violentas intencionais”, terminologia que foi desenvolvida pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) com o intuito de organizar os dados e direcionar as pesquisas relacionadas a ocorrências com óbitos. Além do homicídio doloso, o termo “mortes violentas intencionais” inclui os casos de: latrocínio, lesão corporal seguida de morte, mortes decorrentes de intervenções policiais em serviço ou fora de serviço (FBSP, 2016).

Não obstante esta pesquisa ter como objeto de estudo os homicídios consumados ocorridos no Aglomerado da Serra, entre 2006 e 2021, os demais casos cujo o resultado seja a morte, ocorridos no tempo e no espaço delineados, serão apresentados e analisados.

#### 4.2.1 Dados confiáveis sobre homicídios: um desafio que ainda persiste

Nos últimos anos, com o aumento do número de estudos relacionados aos homicídios, foram evidenciadas algumas dificuldades para a obtenção das informações sobre os casos fatais, sendo que dois pontos foram destacados: 1) os homicídios possuem diversas “etiologias”; 2) as fontes de dados divergem no quantitativo de homicídios registrados pelas instituições polícia militar, polícia civil, secretaria de justiça e Ministério da Saúde (SILVEIRA, 2008).

No que se refere a etiologia, os homicídios apresentam uma gama imensurável de possíveis causas, podendo ser ocasionados por brigas de bar, discussões no trânsito, crimes passionais, disputas por terras, latrocínio, conflitos entre facções criminosas,

mortes de infratores em confronto com as forças de segurança etc. (CANO e RIBEIRO, 2007).

Em âmbito internacional, no estudo capitaneado pela *Oficina de las Naciones Unidas contra la Droga y el Delito* (UNODC), denominado *Estudio mundial sobre el homicidio*, além de demonstrar a complexidade que envolve o fenômeno, buscou-se classificar as tipologias que o envolve. Conforme UNODC (2019, p. 8, tradução nossa<sup>38</sup>), são:

Várias circunstâncias, motivações e relacionamentos podem atuar como forças causadoras de homicídios, que por muitas vezes estão sobrepostos e multifacetados. Embora às vezes possa ser difícil distinguir entre os diferentes elementos que causam o homicídio, o *World Study on Homicide* usa uma classificação de homicídio em três tipologias principais: homicídio relacionado a conflitos interpessoais, homicídio relacionado a atividades criminosas e homicídio relacionado a agendas sociopolíticas.

Mesmo com as dificuldades etiológicas existentes nos homicídios, o escritório da ONU classificou o homicídio em três tipologias principais: 1) conflitos interpessoais; 2) atividades criminosas; 3) agendas sociopolíticas.

No Brasil o problema já se inicia na fonte dos dados. Não existe uma padronização nacional, pelo contrário, dentro de um mesmo estado há grande variação nos registros dos órgãos oficiais, sejam nos boletins de ocorrência da polícia militar e civil ou nas certidões de óbito controladas pelo Ministério da Saúde.

Tradicionalmente, pela missão constitucional que exerce, a polícia militar é o primeiro órgão público a ser acionado nos chamados de homicídios, chegando primeiro ao local do crime na maioria das vezes. Normalmente, as estatísticas da polícia militar são menores do que as da polícia civil, pois, não raras vezes, a situação da vítima evolui de uma lesão corporal grave ou tentativa de homicídio para a morte nas horas ou dias posteriores devido às complicações médicas (SILVEIRA, 2008).

---

<sup>38</sup> *Diversas circunstancias, motivaciones y relaciones pueden actuar como fuerzas que causan el homicidio, y a menudo se superponen y tienen múltiples facetas. Aunque a veces puede ser difícil distinguir entre los diferentes elementos que causan el homicidio, el Estudio mundial sobre el homicidio utiliza una clasificación de homicidio en tres tipologías principales: homicidio relacionado con conflictos interpersonales, homicidio relacionado con actividades criminales y homicidio relacionado con agendas sociopolíticas* (UNODC, 2019).

Há variação na quantidade de vítimas por registro, ou seja, em uma ocorrência pode ocorrer mais de um óbito. Em alguns estados contabilizam-se a quantidade de registros de Boletim de Ocorrência (BO) classificados como homicídio. Atualmente em Minas Gerais, contabiliza-se a quantidade de vítimas fatais por registro de BO. Também há divergências nos registros das mortes provenientes das chamadas “resistências”, ou seja, ocorrências onde há agressão potencialmente letal dos infratores contra os agentes das forças policiais que reagem e matam o criminoso. Por fim, os registros das polícias divergem dos dados do Sistema de Informação de Mortalidade (SIM), subordinado ao Sistema Único de Saúde (SUS) do Ministério da Saúde, pois nos casos de morte, cabe ao Instituto Médico Legal (IML) a emissão da Declaração de Óbito (DO) para que o corpo possa ser sepultado, sendo esta declaração controlada pelo governo federal (SILVEIRA, 2008).

Como se não bastassem as dificuldades já elencadas, os estudos do fenômeno homicídio são prejudicados por outros fatores: 1) quantidade de mortes onde o cadáver não foi encontrado, fato que não entra para as estatísticas de homicídios tão facilmente; 2) as mortes que não são comunicadas aos órgãos públicos, sendo as vítimas enterradas clandestinamente; 3) as mortes “mal classificadas”, seja por negligência da autoridade responsável pela análise, ou pelo estado de decomposição do cadáver, ou por erro médico; 4) mortes por acidentes ou suicídios que são mensuradas como homicídios, ou o contrário, homicídios que são registrados como acidentes ou suicídios (CANO e RIBEIRO, 2007).

#### 4.2.2 O perfil majoritário das vítimas de homicídios

Mesmo com as dificuldades listadas para obtenção e confiabilidade dos dados, os pesquisadores chegaram a conclusões importantes sobre o perfil das vítimas dos homicídios.

Chama-se atenção para os resultados obtidos nas pesquisas quanto a vitimização, pois independente do tempo e espaço utilizados como referência, os estudos chegaram majoritariamente a mesma conclusão: 1) a maioria das vítimas de homicídio é do gênero masculino; 2) os jovens são os que mais morrem, sendo a faixa etária predominante das vítimas compreendida entre 15 e 24 anos; 3) pretos e pardos são

as maiores vítimas dos homicídios (SANTOS, 2007; SOARES; BATITUCCI; RIBEIRO, 2007). Qual seria a explicação científica para esse resultado?

Os jovens em geral se encontram em um processo de transformação para a vida adulta. Em meio as incertezas do futuro, mudanças anatômicas, psicológicas e fisiológicas, os jovens buscam um lugar no espaço social. Além dessas características estão presentes em ambientes de agressividade e violência, na maioria das vezes em periferias, ficando mais vulneráveis a serem autores ou vítimas de homicídios (SANTOS, 2007).

Em estudos sobre a teoria de *coortes*, Richard Easterlin demonstrou a relação entre a taxa de crimes de homicídios e tamanho relativo das *coortes* jovens. O autor e seus seguidores mostraram a variação na incidência do homicídio de acordo com as características dos grupos de mesma idade. De acordo com essa pesquisa, duas características das *coortes* influenciariam no comportamento dos jovens: 1) o “tamanho relativo da *coorte*”; 2) o percentual de membros que nasceram de mães solteiras (SAPORI e SOARES, 2015).

De acordo com a pesquisa de Richard Easterlin, o pós-guerra norte americano foi marcado pelo chamado *baby boom*, onde o desejo de construir ou aumentar a família, após o grande período de guerra e recessão, proporcionou o aumento demográfico do número de crianças recém nascidas naquele país. Anos após, essa grande quantidade de crianças se tornou adulto, sendo apresentados ao mercado de trabalho, ocasionando um déficit na oferta de empregos. Segundo o autor, o desemprego influenciou diretamente o aumento de crimes, devido o tamanho daquela *coorte*. Por conseguinte, os desempregados, em sua maioria homens jovens e pobres, não conseguiram estruturar suas famílias, fazendo com que muitas mães criassem seus filhos solteiras, perfazendo um ciclo vicioso, pois, na visão do autor, a condição de filho de mãe solteira se correlacionaria em crescer pobre, sem recursos, propiciando, porém não determinando, o ingresso no mundo do crime (SAPORI e SOARES, 2015).

Noutro giro, agora sob o ponto de vista econômico, além da dor e da tristeza de se perder um ente querido, as famílias perdem, na maioria dos casos, seu principal provedor de renda. Da mesma forma, a sociedade como um todo perde capital

humano para o trabalho, bem como o estado necessita aumentar os gastos com saúde e os investimentos nas forças policiais para se prevenir e reprimir delitos. Ainda, há que se dizer do alto custo sociocultural e político para a sociedade atingida pelos homicídios, pois o medo altera os hábitos das pessoas que a cada dia ficam mais “presas” em suas casas, fugindo da violência que, de forma perversa pode se perpetuar, caso provoque reações violentas por parte da sociedade, se tornando um “círculo vicioso” (CANO e RIBEIRO, 2007).

Mas se os homicídios são um grave problema social, por que não é tão simples prevenir e enfrentá-los?

#### 4.2.3 Prevenção e elucidação dos homicídios: tentativa de ordem na desordem

Melhorar os índices de homicídios perpassa pela prevenção. Tal conceito, inicialmente foi aplicado às políticas públicas no campo da saúde a partir de 1950. Para se evitar um crime ou, metaforicamente, impedir a instalação de uma doença ou agravamento das situações de saúde, necessitam-se adotar “providências precoces” que foram definidas por Silveira (2008, p. 127) como:

[...] a interrupção de uma cadeia de eventos na qual se busca neutralizar, eliminar ou minimizar os agentes causais (fatores de risco), ou interferir nos mecanismos que levam ao agravo. Portanto, elemento fundamental à ideia de prevenção é a possibilidade de identificar fatores de risco ou mecanismos causais, bem como fatores de proteção, sem os quais a operacionalização de qualquer medida antecipatória constituiria um experimento às cegas.

No mesmo sentido, Tolan (2004) adequa a conceituação de prevenção à esfera criminal, remetendo a “antecipação, o reconhecimento e a avaliação de um risco” que envolve determinado crime, sendo necessário desencadear ações para remover ou minimizar esse risco junto a sociedade.

No entanto, para a maioria dos autores, a prática não seria tão fácil como a teoria sugere. Em um cenário de prevenção, as dificuldades apresentadas para se “tratar” a violência são fundamentadas na complexidade do fenômeno, devido a influência de uma “série de fatores correlacionados, determinantes ou de risco”. Nesse contexto,

Corvo<sup>39</sup> (1997 *apud* SILVEIRA, 2008, p. 130) apresenta inúmeros fatores de risco que estão correlacionados aos crimes:

[...] complicações pré-natais, baixo QI, déficits de atenção e aprendizado, traumatismo craniano, abuso ou negligência infantil, família com comportamento criminoso, estresse pós-traumático, uso de droga ou álcool, tumulto emocional na família, supervisão e punição negligente por parte da família, violência na TV, pobreza e distorção no processo de informação e resolução social de conflitos.

O autor complementa que seria impossível uma ação governamental rotular como “prevenção a violência” sua atuação no campo psicossocial, pois a imprecisão para se definir os objetivos almejados e vincular os resultados auferidos por essas políticas públicas seria altíssima.

Dessa forma, em face da dificuldade de prevenção, principalmente do crime de homicídio devido a sua multicausalidade, outra ação para mitigar o problema é a proposta da teoria da dissuasão, ou seja, prender os autores contumazes e mantê-los presos com penas justas, porém duras. No entanto, o sistema de justiça criminal do Brasil e de outros países americanos apresenta problemas na elucidação de tais crimes. O estado tem dificuldades em produzir provas que levem a autoria dos homicídios, o que por conseguinte, faz com que os autores de tais crimes não sejam apresentados a justiça, perfazendo um ciclo de impunidade.

A carência na elucidação dos homicídios é demonstrada nos estudos realizados por Silva e Gaudêncio (2021) por meio do Instituto Sou da Paz. Ao avaliarem as estatísticas publicadas no Estudo Global dos Homicídios produzidas pela ONU em 2019, os autores demonstraram que os países das Américas têm os maiores índices de impunidade do mundo. Em 2016, em média, somente 43% dos homicídios na América teriam sido elucidados, ficando abaixo da média mundial que corresponde a 63% de elucidação das mortes. A metodologia utilizada no estudo foi a análise da capacidade das polícias em identificar ao menos um suspeito do crime, não sendo necessária sua condenação.

---

<sup>39</sup> CORVO, K. N. **Community based youth violence prevention: a framework for planners and funders**. Youth & Society, Thousand Oaks, v. 28, n. 3, p. 291-316, 1997.

O estudo complementa que nos países americanos os homicídios estão ligados ao crime organizado e gangues, o que dificulta a elucidação, sendo cometidos em sua maioria com uso de armas de fogo. Por outro lado, nos países da Europa, com 92% dos homicídios elucidados pela polícia, a maioria das mortes são relacionadas a questões familiares ou parceiros das vítimas, o que contribui para a elucidação dos casos.

Ao observar as diferenças entre as principais motivações dos homicídios que influenciam, por sua vez, na elucidação dos crimes na Europa e na América, insta entender como se deu a transformação dos homicídios ao longo da história no mundo.

#### 4.2.4 Uma análise sócio-histórica dos homicídios

No século XVI, a violência entre protestantes e católicos ceifaram a vida de milhares de pessoas, principalmente na Europa (ASSUNÇÃO, 2017). O discurso de um passado de paz foi desconstruído com a publicação de estudos quantitativos da violência. Os dados demonstraram o decréscimo dos homicídios dentre os séculos XV até o final da primeira metade do século XX. Não houve um decréscimo linear da violência, houve período de baixa, outro de alta, seguido por período de acentuada queda. Do século XV ao XVIII, incluindo o período de industrialização, foi o momento de maior redução da violência nos países da Europa (SOARES, 2008).

Nesse contexto, Soares (2008, p. 14-15) exemplifica que:

Em Amsterdã, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes passou de 50 no século XV a 20 no XVI, a 7,5 no XVII, chegando a 1,4 no XIX; em Estocolmo, a redução inicial foi mais lenta, de 42,5 no século XV (taxa da mesma ordem de grandeza que a de Amsterdã) a 34 no XVII (quatro vezes e meia superior à de Amsterdã). Posteriormente, a violência baixou muito, para 0,7 na segunda metade do século XVIII, o que correspondia a um terço da de Amsterdã (...) Dados cuidadosamente coletados demonstram que os níveis de violência em vários países industrializados - Alemanha, Inglaterra, França, Holanda e Suécia, incluindo homicídios, eram muitíssimos mais altos nos séculos XV a XVII do que agora. Quem olha hoje para pacíficas cidades como Estocolmo, ou para países como Suécia e Noruega, jamais pensaria que, séculos antes, estes foram lugares violentos (...) Os dados para a Grã-Bretanha mostram um declínio na taxa de homicídios de dois por 100 mil, em 1860, para 0,7 em 1960. Em Londres mostra uma redução na taxa anual de homicídios por 100 mil habitantes: de 3,2 em 1647-1700 para 1,4 em 1700-1749, para 0,6 em 1750-1799, chegando a 0,2 em 1800-1829.

Os séculos XIX e XX na Europa não foram diferentes dos séculos antecedentes, a maioria dos países industrializados tiveram reduções no número de homicídios, conforme documentada, em 1981, na *Histoire de la violence*, de Jean-Claude Chesnais. A Suécia, de 1871-1880, possuía uma taxa de 2,2 por 100 mil habitantes, tendo reduzido para menos de 1 por 100 mil, de 1920 a 1945; a Alemanha manteve-se abaixo de 1 por 100 mil de 1882 até 1910, com um crescimento até 1,37 em 1934; a França atingiu 1,37 de 1825-1830, chegando rapidamente abaixo de 1 até 1930; em 1880, Sérvia e Itália possuíam taxas próximas a 10, já Espanha e Romênia estavam próximas de 5; o caso italiano destoa dos demais países, tendo atingido 18,7 após a 2ª Guerra Mundial, porém reduzindo a menos de 1 na década de 1960 (SOARES, 2008).

Ao contrário da Europa, a América não dispunha de dados confiáveis para as pesquisas. Nos Estados Unidos há controvérsia sobre os dados apurados por Hoffman e Sutherland em 1925, Beardsley em 1932 e Monkkonen em 1981. Na maioria dos países da América Latina os dados sobre os homicídios só foram condensados a partir da década de 1970 e 1980, já no Brasil, o marco é 1979. A ausência de dados por maiores períodos dificulta o entendimento do fenômeno (SOARES, 2008).

De forma complementar, Wolf (1971) e Wellford (1974) defenderam a relação entre o desenvolvimento econômico das nações e os homicídios. Para os autores, a medida em que o desenvolvimento econômico aumenta a taxa de homicídio diminui.

Courthéoux (1978) comprovou a teoria de Wolf e Wellford. Para tanto, analisou a taxa de homicídios por 100 mil habitantes entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos na década de 1970. O francês dividiu e classificou as taxas em três grupos: abaixo de 1 por 100 mil (baixa); maior que 1 e menor que 3 (média); e acima de 3 (alta). Chegou à conclusão que nenhum país subdesenvolvido apresentou taxa baixa, ou seja, menor que 1 homicídio para o grupo de 100 mil habitantes. Na sequência de seus estudos, destaca-se a conclusão de que não pode ser confirmado que a industrialização provocou um aumento da violência, principalmente os homicídios, pois não há clareza na relação direta entre os dois fenômenos.

#### 4.2.5 O tráfico de drogas e sua influência nos homicídios

Desde os estudos realizados em Belo Horizonte por Beato Filho *et al.* (2001) até Chaves (2021), com 20 anos de diferença de uma pesquisa para a outra, o tráfico de drogas é apontado como o responsável por mais de 50% das mortes violentas na capital mineira. Para Saporì e Soares (2015, p. 56), a violência urbana é sistêmica:

[...] e está relacionada à dinâmica do comércio de drogas, especialmente drogas ilícitas. Estão incluídas nesse item as disputas territoriais entre traficantes rivais, a afirmação de códigos de conduta no interior dos grupos de traficantes, a eliminação de informantes, as punições por adulteração de drogas, as punições por dívidas não pagas e outros conflitos que emergem no processo de comercialização do produto.

As mortes ligadas ao tráfico estariam relacionadas: 1) a disputas por espaço ou territórios entre traficantes rivais; 2) a imposição do poder e autoridade da chefia da organização criminosa contra seus integrantes que não seguiram as normas do grupo; 3) a punição de delatores para que sirva de exemplo a outros, dificultando o repasse de informações a polícia; 4) a roubos ocorridos dentro da organização criminosa, seja de drogas ou de dinheiro, cometidos pelo “rato de boca”, nomenclatura dada por Rocha (2017, p. 287); 5) ao não pagamento de dívidas por traficantes menores que “perdem” as drogas em virtude das apreensões policiais (tal prejuízo não fica com a organização criminosa, mas com o traficante que estava responsável pela droga, logo, se “perdeu”, tem que pagar).

Acrescentam-se outras possíveis motivações para as mortes envolvendo o sistema do tráfico, experienciadas pelo ator-pesquisador: 1) traição entre os integrantes da mesma organização criminosa; 2) vingança perpetrada por amigos ou parentes de pessoas mortas pelo tráfico, o que pode ocasionar uma espiral de homicídios, que passa de geração para geração, que foi chamada por Saporì e Soares (2015, p. 78) como “assassinatos recíprocos”; 3) punição a moradores que desobedeceram às “diretrizes” do “mundo do crime”; 4) disputa por mulheres ou execução de namorados das ex-mulheres de traficantes; 5) quebra de acordos entre traficantes no comércio ilícito de drogas; 6) o chamado “golpe de estado”<sup>40</sup>, ocorre quando um integrante da

---

<sup>40</sup> Fato ocorrido no Aglomerado da Serra, em 16 set. 2021, quando o traficante “W” tentou assumir o controle da organização criminosa DRB, sendo alvo de uma emboscada que ocasionou uma tentativa

organização quer assumir o comando da organização, e para tanto necessita eliminar os que se opõem ou que são uma ameaça; 7) roubos cometidos por infratores na área territorial do tráfico ou por infratores que residem nessas áreas, fazendo com que a polícia realize operações de captura na localidade, fato que atrapalha o tráfico de drogas; 8) eliminação de estupradores; 9) dívida<sup>41</sup> de usuários.

Sapori e Soares (2015) argumentam que a droga e seus “efeitos químicos”, em si, não matam, mas é o tráfico que gera a disposição dos jovens para matar, pois a competição entre os vendedores, normalmente de baixo grau escolar, somada pela alta rentabilidade do comércio, tende a ser resolvida mediante a violência. Por se tratar de uma atividade ilícita, os pesquisadores complementam que não há como esses “comerciantes” recorrerem as leis ou ao estado para solucionarem os conflitos, logo, usam da violência por meio das armas de fogo para adquirir respeito, impondo o medo.

Para Zaluar (2004), a inserção da cocaína foi a grande potencializadora para o aumento significativo dos homicídios no Rio de Janeiro, a partir da década de 1970. A cocaína, um produto caro que gera grande rentabilidade, exige a defesa armada do ponto de venda desse “crime-comércio”, como é chamado pela autora.

Nesse processo, ressalta-se que tanto a maconha quanto a cocaína não são produzidas no Brasil, fato que interfere no preço do contrabando dessas drogas, com origem, principalmente em países como Paraguai, Bolívia, Peru e Colômbia.

Em 2022, um quilo de maconha<sup>42</sup> chega em Belo Horizonte entre R\$ 1.500,00 e R\$ 2.500,00, já um quilo de pasta base de cocaína<sup>43</sup> chega entre R\$ 25.000,00 e R\$

---

de homicídio cometido por integrantes de sua própria organização. “W” foi atingido por disparos mas sobreviveu após conseguiu fugir do aglomerado. Registro foi pelo REDS nº 2021-044959077-001.

<sup>41</sup> BARROS, Bruno Luís. Dupla estupra e mata jovem prostituta após cobrar dívidas de drogas. **Correio Brasileiro**, Ipatinga, 23 de maio de 2022. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2022/05/5009900-dupla-estupra-e-mata-jovem-apos-cobrar-divida-de-drogas.html>. Acesso em: 16 set. 2022.

<sup>42</sup> PRF. Polícia Rodoviária Federal. Em Ji-Paraná/RO, PRF apreende 1 kg de maconha. Disponível em: [https://www.gov.br/prf/pt-br/noticias\\_anteriores/estaduais/rondonia/abril-22/em-ji-parana-ro-prf-apreende-1-kg-de-maconha](https://www.gov.br/prf/pt-br/noticias_anteriores/estaduais/rondonia/abril-22/em-ji-parana-ro-prf-apreende-1-kg-de-maconha). Acesso em: 16 set. 2022.

<sup>43</sup> RIBEIRO, Liniker; NEVES, Clayton. Mais escassa no mercado ilegal, cocaína teve alta de preço neste ano. **Campo Grande News**, Campo Grande, 25 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/brasil/cidades/mais-escassa-no-mercado-ilegal-cocaina-teve-alta-de-preco-neste-ano>. Acesso em: 16 set. 2022.

30.000,00. Além das reportagens referenciadas, apesar de fazerem parte de informações clandestinas do “mundo do crime” e não ser alvo de uma precificação formal, tais valores foram coletados e confirmados pelo ator-pesquisador em apreensões de anotações utilizadas pelo tráfico e por meio de informações privilegiadas repassadas por colaboradores.

Um produto de alto valor como a cocaína não pode ser deixado em qualquer lugar, aos cuidados de qualquer pessoa ou sem vigilância. Da mesma forma, os pontos de comércio desse produto ilícito necessitam de proteção armada por parte da organização criminosa, pois a perda do domínio das “bocas de fumo” implica em grande prejuízo para os “investidores”.

Nessa linha de raciocínio, com o alto lucro proporcionado pela cocaína, o tráfico passou a adquirir armas cada vez mais potentes, sobretudo para aqueles “que queriam proteger-se contra a invasão da polícia e de outros grupos rivais” (LEEDS, 2006, p. 239).

Essa rentabilidade torna o tráfico atrativo e “sedutor” (SAPORI e SOARES, 2015, p. 71). A maioria dos jovens que entra para o tráfico é de família pobre e tem, como qualquer outro jovem, necessidades e desejos de consumo a curto prazo e de maneira fácil.

Para se ter ideia, no dia 18 de abril de 2022, durante pesquisa de campo realizada por este ator-pesquisador, ao acompanhar uma prisão realizada no Aglomerado da Serra, pôde se ter uma ideia de quanto um jovem ganha por dia no tráfico de drogas. No caso em tela, o jovem “H”, branco, 17 anos de idade, traficante da GDI que é subordinada a OTA, foi preso enquanto tirava seu “plantão”, previsto das 07:00 as 19:00 horas, na “boca de fumo” localizada na rua Caraça esquina com rua Alípio Goulart, na Vila Marçola.

Após entrevista, “H” disse que ao assumir seus “plantões”, recebe uma “bomba” (termo utilizado para referenciar uma certa quantidade de drogas), contendo: 60 pinos de cocaína, R\$ 10,00 cada (“pó de 10”); 26 pinos de cocaína, R\$ 20,00 cada (“pó de 20”); 30 pinos de cocaína, R\$ 30,00 cada (“pó de 30”); 30 pedras de crack, R\$ 10,00

cada. Essa “carga” que após vendida arrecadaria R\$ 2.320,00, sendo que parte dela seria o lucro de “H”, pois traficantes como “H” só recebem com a venda da droga. Nesse caso, o lucro de “H” seria o dinheiro da venda de: dez pinos de R\$ 10,00, quatro pinos de R\$ 20,00, cinco pinos de R\$ 30,00 e cinco pedras de crack.

Nesse caso, considerando apenas uma “carga” vendida no dia, uma vez que podem chegar a vender mais de uma, o lucro obtido por “H” seria de R\$ 380,00. Já um trabalhador assalariado, cujo salário é de R\$ 1.212,00<sup>44</sup>, ganha em média R\$ 60,60 por dia trabalhado, considerando-se um mês com 20 dias de serviço. Vendendo apenas uma “bomba” por dia, traficantes como “H” recebem um salário mínimo no tráfico de drogas, em 3,18 dias “trabalhados”.

Mas se o lucro é tão alto, por que não temos tantos traficantes de baixo escalão na classe média? Porque boa parte deles quando são presos ficam devendo o valor da droga apreendida para a organização criminosa. No caso de “H”, ele e sua família ficaram com a dívida e terão que pagar por ela. Por isso, ao sair da delegacia ou da prisão (caso fique preso), “H” voltará para a mesma “boca de fumo” ou cometerá roubos<sup>45</sup> para pagar sua dívida. Há casos em que a dívida vai se tornando tão grande que o pequeno traficante é obrigado a cometer homicídios ou cumprir alguma outra tarefa para quitar seus débitos.

Não obstante a possibilidade de serem presos, a lucratividade aparente que gira o ciclo vicioso do “mundo do crime”, faz com que os jovens como “H” abandonem as escolas para se dedicarem a atividade criminosa. Além do dinheiro rápido, os jovens são atraídos pelo “respeito, proteção, autoestima, visibilidade, força, virilidade, masculinidade, *status*”, que dificilmente um “negro da favela”, invisível para a sociedade, conseguiria (SAPORI e SOARES, 2015, p. 72).

---

<sup>44</sup> Dieese. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Pesquisa nacional de cesta básica e de alimentos: salário mínimo nominal e necessário. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/salarioMinimo.html>. Acesso em: 16 set. 2022.

<sup>45</sup> Jovem rouba carro de aplicativo para quitar dívida e esfaqueia motorista. **Correio Brasiliense**, Contagem, 28 de março de 2022. Disponível em: <https://www.correiobrasiliense.com.br/brasil/2022/03/4996349-jovem-rouba-carro-de-aplicativo-para-quitar-divida-e-esfaqueia-motorista.html>. Acesso em: 16 set. 2022.

Esse *status* é alcançado de acordo com a função que o jovem exerce na organização, pois o “mundo do crime” do tráfico de drogas possui um estamento que se assemelha a grandes empresas. Leeds (2006, p. 242) menciona algumas das funções existentes: 1) “endoladoras” são as mulheres que confeccionam os papélotes; 2) “olheiros” são os vigias do tráfico; 3) “aviões” são aqueles que fazem a entrega das drogas; 4) “vapores” são aqueles que vendem as drogas nos pontos de venda ou “bocas de fumo”; 5) “segurança” é aquele que porta arma de fogo e “patrulha” os pontos de venda ou locais de acesso da favela; 6) “relações públicas” são aqueles que auxiliam a comunidade com “favores” do tráfico, ou seja, intermediam um gás de cozinha ou um remédio; “dono” ou “patrão” é o chefe da organização criminosa na localidade.

Sapori e Soares (2015, p. 70) complementam a estrutura funcional do tráfico com as seguintes funções: 7) “guerreiro” é sinônimo de “vapor”; 8) “correria” é aquele que desloca entre as “bocas de fumo” da organização criminosa fazendo os “corres”, ou seja, realizando as tarefas para o crime; 9) “fogueteiros” informam ao segurança e demais associados, por meio do acionamento de foguetes, que a polícia ou os rivais foram vistos adentrando ao território; 10) “faxineiros ou ratos” são os “cobradores e matadores”.

Como já abordado, no Aglomerado da Serra há a particularidade do uso dos “radinhos” pelos traficantes. Por meio dessa rede de comunicação eles monitoram todas as oito vilas do aglomerado, durante 24 horas por dia, informando a aproximação de qualquer viatura policial ou carro suspeito. O “turno de serviço” desses “olheiros” compreende 12 horas, recebendo ao final do dia cerca de R\$ 80,00 ou esse valor convertido em drogas. Quando esses olheiros falham, não informando a chegada da polícia, culminando em prisões e apreensões, recebem “castigos” por meio de surras, por vezes são torturados, chegando a fraturar braços e pernas.

Como ator-pesquisador, verificou-se que é muito comum os jovens que iniciam como “vapores” ou “olheiros” se espelham nos “seguranças”, “gerentes” ou “donos”, idealizando uma progressão de “carreira”. Quanto maior é a função no tráfico, maior é o poder, o respeito e a lucratividade. Essa possibilidade de ascensão se conecta com os homicídios. Cientes da benevolência e impunidade propiciada pela legislação penal para crianças e adolescentes, os “donos” ou “gerentes” convocam os jovens

para o cometimento de homicídios. Cumprindo ordens ou vislumbrando uma oportunidade de crescimento dentro da organização criminosa, desde cedo esses adolescentes se tornam homicidas.

Nesse contexto, há diversos casos concretos vistos no Aglomerado da Serra. A título de exemplo, o menor “Z”, com 17 anos de idade, nascido em dezembro de 2004, jovem branco, infrator atuante na OTA, já foi relacionado em três homicídios<sup>46</sup> ocorridos no aglomerado, além de possuir diversas passagens por tráfico e associação ao tráfico.

Durante o trabalho de campo, este ator-pesquisador pôde perceber a mudança de *status* do menor “Z” dentro da organização criminosa OTA, após sua participação em um homicídio, ocorrido em agosto de 2021. Após o crime, o menor recebeu do tráfico uma moto XRE vermelha, passou a ser visto andando de jet-ski com o filho do “dono” de sua organização criminosa e foi promovido para fazer o “corre” do dinheiro das “bocas”, semanalmente, passando a ser conhecido como “Tio Patinhas” ou “Du Malote”. A partir de então, sempre está armado com uma pistola da marca *Glock*, calibre 9mm, com kit rajada e com um “pente de 30” (gíria usada para identificar um carregador de pistola com capacidade para 30 munições). Inevitavelmente, a ascensão criminosa de “Z” é vista e acompanhada por outros jovens que se espelham nele para galgar melhores postos na hierarquia do tráfico, cometendo homicídios, fazendo girar a espiral do crime.

#### 4.2.6 Homicídios no Brasil, em Minas Gerais e em Belo Horizonte, 1979-2021

A partir de 1979 o Ministério da Saúde começou a sistematizar uma base de dados controlando o número de homicídios no Brasil (TAB. 2). Em 41 anos de aferição, 1979 a 2020, observa-se que a tendência de aumento foi quebrada apenas nos anos 1991, 2004 e 2018. Entretanto, o quantitativo de redução visto nesses anos não se sustentou ao longo dos anos seguintes e os crimes voltaram a subir (GRÁF. 1).

---

<sup>46</sup> REDS nº 2020-048046628-001; REDS nº 2021-048046628-001; REDS nº 2021 046796205-001.

Tabela 2 - Homicídios consumados no Brasil, 1979-2020

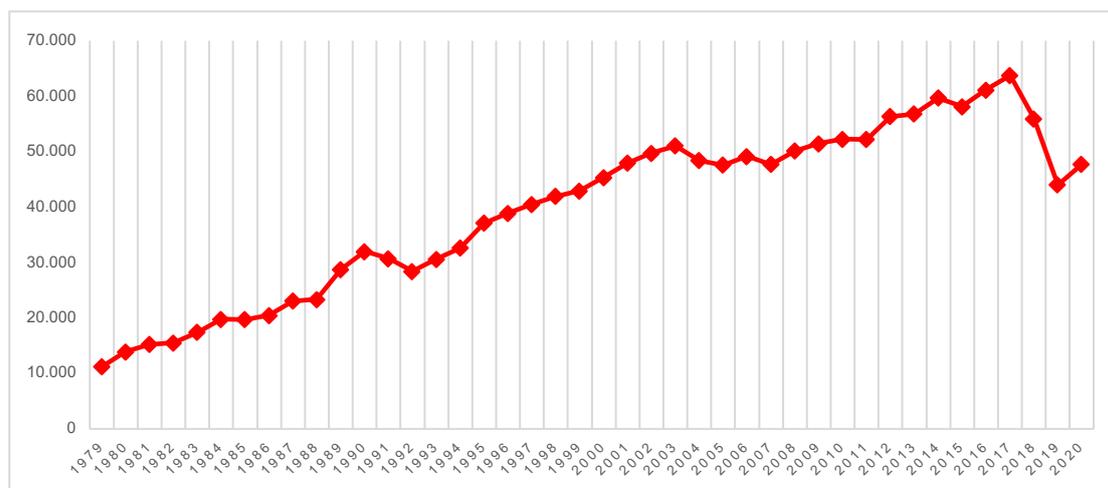
Ano	Homicídios								
1979	11.194	1981	15.213	1991	30.750	2001	47.943	2011	52.198
1980	13.910	1982	15.550	1992	28.435	2002	49.695	2012	56.337
-	-	1983	17.408	1993	30.610	2003	51.043	2013	56.804
-	-	1984	19.767	1994	32.603	2004	48.374	2014	59.681
-	-	1985	19.747	1995	37.129	2005	47.578	2015	58.138
-	-	1986	20.481	1996	38.894	2006	49.145	2016	61.143
-	-	1987	23.087	1997	40.507	2007	47.707	2017	63.748
-	-	1988	23.357	1998	41.950	2008	50.113	2018	55.914
-	-	1989	28.757	1999	42.914	2009	51.434	2019	44.033
-	-	1990	31.989	2000	45.360	2010	52.260	2020	47.680

Fonte: DATASUS/MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

Nota: Priorizou-se a organização em colunas por décadas.

Em uma análise mais recente, os números de 2019 surpreenderam com 44.033 mortes, e estatisticamente, essa marca remonta o final dos anos 1990. Mas no ano seguinte, um novo aumento foi observado com 47.680 casos. Apesar do aumento, ressalta-se que não se aproximou do maior pico de homicídios contabilizado no país, ocorrido em 2017, com 63.748 mortes intencionais (TAB. 2 e GRÁF. 1).

Gráfico 1 - Homicídios consumados no Brasil, 1979-2020



Fonte: DATASUS/MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

Os dados dispostos no DataSus estão atualizados até 2020. Em pesquisa junto ao FBSP (2022), foi verificado o número de mortes violentas em 2021, constatando a marca de 41.100 mortes. Salienta-se que a base de dados do FBSP é diferente da observada pelo DataSus, havendo divergências entre as fontes comparando-se os dados dos anos anteriores (TAB. 2 e GRÁF. 1).

Em Minas Gerais, ao analisar a Tabela 3 e o Gráfico 2, verifica-se que, de 1979 a 1997 há certa estabilidade no número de mortes violentas, variando entre 1.104 a 1.307 ocorrências no período. A partir de 1998 há um aumento considerável do número mortes, ano após ano, chegando em 2004 a 4.241 casos. Nesse período, destaca-se o aumento observado no ano de 2003 com 3.822 mortes, contra 2.977 casos contabilizados em 2002.

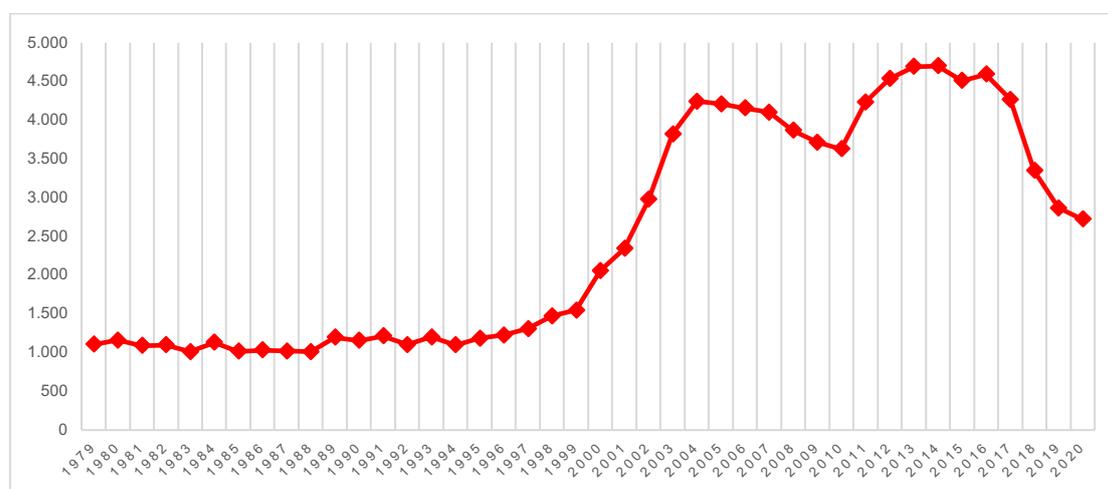
Tabela 3 - Homicídios consumados em Minas Gerais, 1979-2020

Ano	Homicídios								
1979	1.104	1981	1.089	1991	1.211	2001	2.344	2011	4.235
1980	1.159	1982	1.099	1992	1.103	2002	2.977	2012	4.535
-	-	1983	1.013	1993	1.199	2003	3.822	2013	4.690
-	-	1984	1.129	1994	1.096	2004	4.241	2014	4.699
-	-	1985	1.015	1995	1.186	2005	4.208	2015	4.510
-	-	1986	1.030	1996	1.225	2006	4.155	2016	4.594
-	-	1987	1.019	1997	1.307	2007	4.103	2017	4.269
-	-	1988	1.012	1998	1.471	2008	3.869	2018	3.350
-	-	1989	1.197	1999	1.546	2009	3.714	2019	2.865
-	-	1990	1.156	2000	2.056	2010	3.627	2020	2.723

Fonte: DATASUS/MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

Nota: Priorizou-se a organização em colunas por décadas.

Gráfico 2 - Homicídios consumados em Minas Gerais, 1979-2020



Fonte: DATASUS/MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

A partir de 2005 mensurou-se quedas sucessivas chegando a 3.627 mortes em 2010. Em 2011, novo aumento foi verificado, se repetindo anualmente até 2014, quando ocorreram 4.699 casos, o maior pico de homicídios observado no estado ao longo de toda série histórica registrada pelo DataSus (TAB. 3 e GRÁF. 2).

De 2015 a 2020 há uma queda acentuada do número de homicídios no estado, chegando a 2.723 mortes em 2020. Em pesquisa junto ao FBSP (2022) quanto aos dados relativos a 2021, verifica-se que Minas Gerais apresentou nova redução, contabilizando 2.450 mortes violentas intencionais (TAB. 3 e GRÁF. 2).

Em Belo Horizonte, de 1979 a 1994 foi observado um número baixo de homicídios com média de 238 mortes ao longo desses 15 anos. De 1995 a 2004 foram verificados aumentos expressivos e sucessivos, chegando em 2004 a 1.506 casos (GRÁF. 3), maior número da série histórica estudada.

De 2005 a 2010, exceto em 2007 que teve um pequeno aumento com relação a 2006, foram quedas sucessivas, chegando a 844 mortes em 2010. De 2011 a 2013, apesar de um pequeno aumento, os números se mantiveram estáveis, 961, 973 e 986 mortes, respectivamente (TAB. 3 e GRÁF. 2).

Belo Horizonte assistiu quedas significativas dos números de homicídios de 2014 a 2020, conforme apresentado pelo DataSus. Em 2020 foram 400 mortes na capital mineira, remontando a números vistos no ano de 1996. Em pesquisa junto ao FBSP (2022), em 2021 Belo Horizonte apresentou nova redução, chegando a 273 mortes violentas intencionais, números que remetem ao ano de 1994 (TAB. 4).

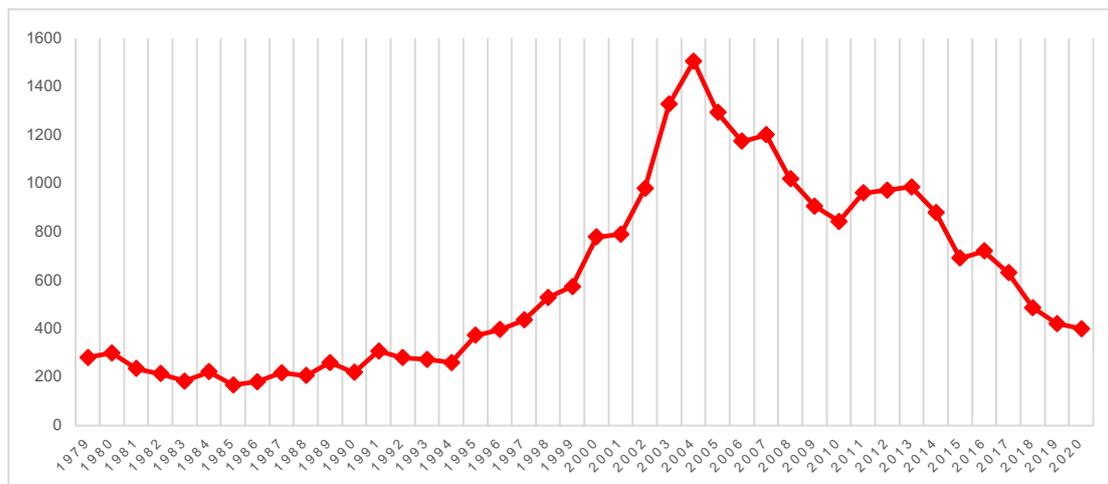
Tabela 4 - Homicídios consumados em Belo Horizonte, 1979-2020

Ano	Homicídios								
1979	281	1981	235	1991	308	2001	791	2011	961
1980	300	1982	214	1992	280	2002	979	2012	973
-	-	1983	184	1993	274	2003	1.329	2013	986
-	-	1984	222	1994	261	2004	1.506	2014	881
-	-	1985	168	1995	373	2005	1.293	2015	692
-	-	1986	182	1996	396	2006	1.175	2016	721
-	-	1987	218	1997	436	2007	1.201	2017	631
-	-	1988	206	1998	530	2008	1.019	2018	487
-	-	1989	260	1999	574	2009	907	2019	422
-	-	1990	220	2000	779	2010	844	2020	400

Fonte: DATASUS/MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

Nota: Priorizou-se a organização em colunas por décadas.

Gráfico 3 - Homicídios consumados em Belo Horizonte, 1979-2020



Fonte: DATASUS/MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

Dentro de toda a série histórica, destaca-se para esta dissertação o período de 2006 a 2021, observando-se o pico de casos em âmbito nacional em 2017 (63.748), estadual em 2014 (4.699) e municipal em 2007 (1.201). Noutro giro, os menores números de homicídios no período ocorreram em 2021, seja no Brasil (41.100), no estado de Minas Gerais (2.450) e em Belo Horizonte (273) (TAB. 4 e GRÁF. 3).

#### 4.3 Estudo dos homicídios consumados e das ocorrências correlatas no Aglomerado da Serra, 2006-2021

O caminho metodológico descrito na Seção 1, estabelecendo o período pesquisado de 2006 a 2021, está alinhado ao início da informatização dos boletins de ocorrências no estado de Minas Gerais que parametrizou as informações, propiciando uma maior organização dos dados.

Para entender o fenômeno dos homicídios, se faz necessário conhecer as ocorrências correlatas a esses crimes. Nesse sentido, foram selecionadas para este estudo as ocorrências de: 1) homicídio consumado; 2) homicídio tentado; 3) tráfico de drogas; 4) lesão corporal; 5) uso e consumo de drogas; 6) associação para o tráfico de drogas; 7) posse ou porte ilegal de arma de fogo ou munição de uso restrito; 8) porte ilegal de arma de fogo/acessório/munição de uso permitido; 9) posse ilegal de arma de fogo/acessório/munição de uso permitido; 10) encontro de cadáver; 11) pessoa

extraviada ou desaparecida; 12) autoextermínio (suicídio) tentado; 13) autoextermínio (suicídio) consumado.

Diante disso, chegou-se ao universo de 4.966 ocorrências registradas, organizadas por naturezas e apresentadas conforme a Tabela 5.

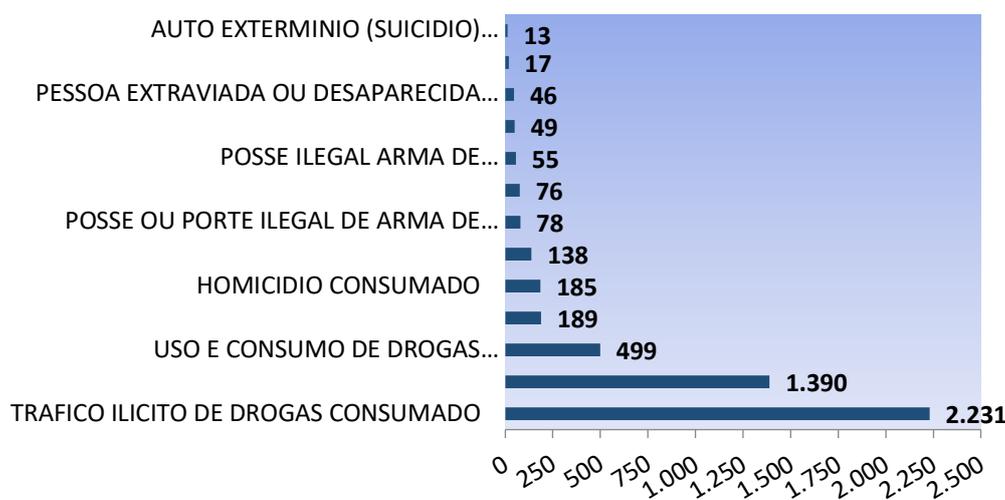
Tabela 5 - Ocorrências observadas no Aglomerado da Serra, 2006 e 2021

Naturezas de ocorrências	Frequência	
	Absoluta	Relativa
Tráfico ilícito de drogas	2.231	44,92
Lesão corporal	1.390	27,98
Uso e consumo de drogas	499	10,05
Associação para o tráfico de drogas	189	3,81
Homicídio consumado	185	3,73
Homicídio tentado	138	2,78
Posse ou porte ilegal de arma de fogo/munição de uso restrito	78	1,57
Porte ilegal arma de fogo/acessório/munição de uso permitido	76	1,53
Posse ilegal arma de fogo/acessório/munição de uso permitido	55	1,11
Encontro de cadáver consumado	49	0,99
Pessoa extraviada ou desaparecida consumado	46	0,93
Autoextermínio (suicídio) tentado	17	0,34
Autoextermínio (suicídio) consumado	13	0,26
<b>Total</b>	<b>4.966</b>	<b>100,00</b>

Fonte: CINDS, 2022.

Nota: As ocorrências de homicídios consumados, homicídios tentados e lesões corporais decorrentes da ação policial, serão abordadas ao final desta seção, com o objetivo de melhor organizar a apresentação dos dados (TAB. 35).

Gráfico 4 - Ocorrências observadas no Aglomerado da Serra, 2006 e 2021



Fonte: CINDS, 2022.

Após aplicado o método, das 4.966 ocorrências selecionadas, verificou-se que 44,92% (2.231) foram tipificadas com a natureza “tráfico de drogas”, 10,05% (499) como “uso e consumo de drogas” e 3,81% (189) “associação para o tráfico”. Nesse sentido, verifica-se que 58,79% (2.919) das ocorrências estão ligadas as drogas (tráfico, uso ou associação).

A incolumidade das pessoas foi lesada em 34,50% (1.713) das ocorrências estudadas, correspondendo a 27,98% (1.390) de lesões corporais, 3,73% (185) registros de homicídios consumados e 2,78% (138) registros de homicídios tentados.

Os registros exclusivos<sup>47</sup> de apreensões de armas de fogo, acessórios ou munições sem registro, seja por posse (ter em casa) ou porte (portar consigo), correspondem a 4,21% (209) das ocorrências estudadas.

O quantitativo de ocorrências registradas como encontro de cadáver, autoextermínio tentado/consumado e pessoas extraviadas ou desaparecidas, somam 2,52% (125) dos casos estudados.

A Tabela 6 apresenta as ocorrências selecionadas e estudadas no período, 2006-2021.

---

<sup>47</sup> Casos onde não há outro ilícito identificado e relacionado. Muitas armas de fogo foram apreendidas em ocorrências com outras naturezas (tráfico de drogas, homicídio tentado etc.).

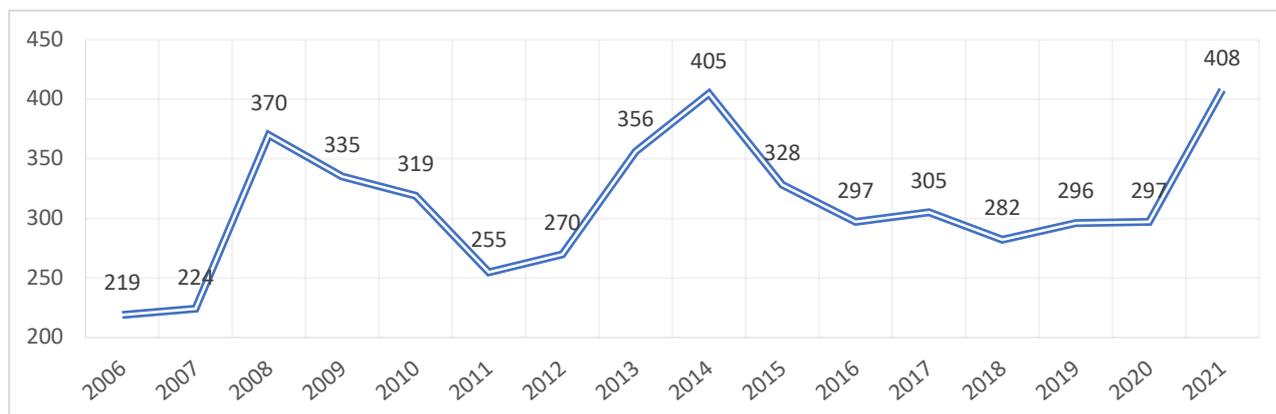
Tabela 6 - Quantitativo anual das ocorrências selecionadas e estudadas, Aglomerado da Serra, 2006 e 2021

Naturezas de ocorrências	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Frequência	
																	Abs.	Rel.
Tráfico ilícito de drogas	30	33	71	88	107	102	124	215	263	226	152	137	152	133	153	245	2.231	44,92
Lesão corporal	82	111	151	132	119	68	68	61	65	52	67	86	67	83	83	95	1.390	27,98
Uso e consumo de drogas	48	27	76	59	44	44	47	42	29	10	7	16	11	7	20	12	499	10,05
Associação para o tráfico drogas	0	1	6	1	2	5	1	2	10	14	22	15	23	34	19	34	189	3,81
Homicídio consumado	23	26	24	16	12	10	8	5	10	2	12	15	5	13	0	4	185	3,73
Homicídio tentado	15	12	8	12	12	9	6	12	7	9	10	9	5	4	5	3	138	2,78
Posse ou porte ilegal de arma rest.	2	1	1	3	1	3	2	7	7	3	10	12	4	13	4	5	78	1,57
Porte ilegal arma de fogo de uso permitido	4	2	8	2	8	4	7	4	3	6	7	7	4	2	4	4	76	1,53
Posse ilegal arma de fogo de uso permitido	5	2	5	3	4	3	5	1	4	3	5	0	6	2	5	2	55	1,11
Encontro de cadáver	7	8	1	2	1	3	1	2	4	2	3	4	2	3	3	3	49	0,99
Pessoa extraviada ou desaparecida	3	1	17	17	6	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	46	0,93
Auto extermínio tentado	0	0	2	0	1	0	0	4	2	0	1	2	2	2	1	0	17	0,34
Auto extermínio consumado	0	0	0	0	2	3	0	1	1	1	1	2	1	0	0	1	13	0,26
<b>Total</b>	<b>219</b>	<b>224</b>	<b>370</b>	<b>335</b>	<b>319</b>	<b>255</b>	<b>270</b>	<b>356</b>	<b>405</b>	<b>328</b>	<b>297</b>	<b>305</b>	<b>282</b>	<b>296</b>	<b>297</b>	<b>408</b>	<b>4.966</b>	<b>100,00</b>

Fonte: CINDS, 2022.

Verifica-se que o número de ocorrências varia ao longo dos anos. Nos 16 anos pesquisados, a média anual de ocorrências foi de 310 registros, mensurando-se o mínimo em 2006, 219 registros, e o máximo em 2021 com 408 boletins de ocorrência (TAB. 6 e GRÁF. 5).

Gráfico 5 - Quantitativo anual das ocorrências selecionadas e estudadas, Aglomerado da Serra, 2006 e 2021



Fonte: CINDS, 2022.

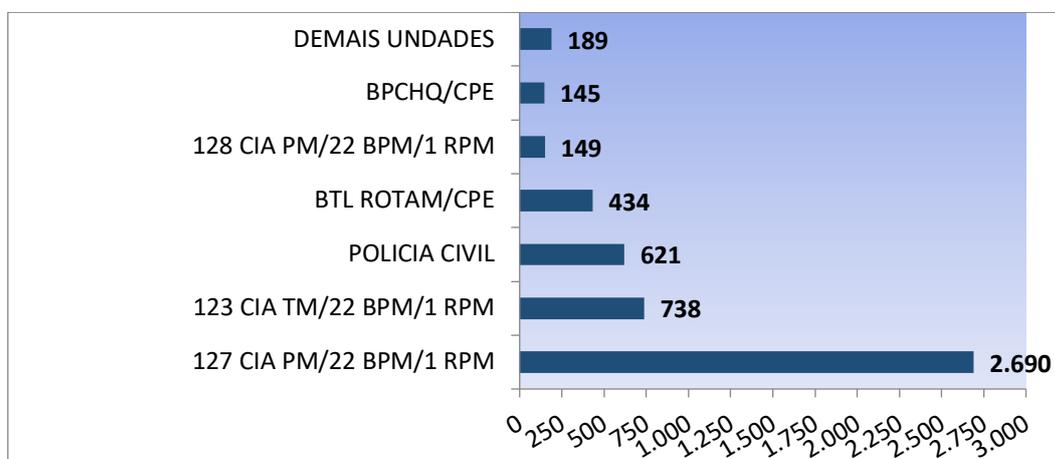
Interessa saber para essa dissertação a participação de cada força policial nas ocorrências selecionadas, pois uma das políticas públicas estudadas é o GEPAR pertencente à 127ª Cia PM do 22º BPM, responsável pelo policiamento no Aglomerado da Serra. Nesse sentido, apurou-se os atores estatais responsáveis pela intervenção e registro de 4.966 ocorrências (TAB. 7 e GRÁF. 6).

Tabela 7 - Unidades responsáveis pelo registro das ocorrências pesquisadas, Aglomerado da Serra, 2006-2021

Unidade de registro	Frequência	
	Absoluta	Relativa
127ª CIA PM/22º BPM/1ª RPM	2.690	54,17
123ª CIA TM/22º BPM/1ª RPM	738	14,86
POLICIA CIVIL	621	12,51
BTL ROTAM/CPE	434	8,74
128ª CIA PM/22º BPM/1ª RPM	149	3,00
BPCHOQUE/CPE	145	2,92
DEMAIS UNDADES	189	3,81
<b>Total</b>	<b>4.966</b>	<b>100,00</b>

Fonte: CINDS, 2022.

Gráfico 6 - Unidades responsáveis pelo registro das ocorrências pesquisadas, Aglomerado da Serra, 2006-2021



Fonte: CINDS, 2022.

A intervenção da 127ª Cia PM no Aglomerado da Serra se destaca das demais unidades, tendo realizado 54,17% (2.690) das ações policiais na localidade. Em seguida, verifica-se que a 123ª Cia TM do 22º BPM atuou em 14,86% (738) dos casos. A PCMG registrou 12,51% (621) das ocorrências. As unidades especializadas da PMMG, Batalhão ROTAM e Batalhão de Choque, contribuíram com 11,66% (579) das intervenções policiais (TAB. 7).

Nesse universo de 4.966 ocorrências, 6.151 infratores, autores dos crimes, foram identificados e arrolados nos Registros de Evento de Defesa Social (TAB. 8).

Tabela 8 - Número de autores identificados, por natureza das ocorrências pesquisadas, Aglomerado da Serra, 2006-2021

Naturezas de ocorrências	Frequência	
	Abs.	Rel.
Trafico ilícito de drogas	3.422	55,63
Lesão corporal	1.055	17,15
Uso e consumo de drogas	742	12,06
Associação para o trafico de drogas	406	6,60
Homicídio tentado	161	2,62
Posse/porte ilegal arma fogo/munição/acesso uso proibido	115	1,87
Porte ilegal arma de fogo/acessório/munição de uso permitido	93	1,51
Homicídio consumado	85	1,38
Posse ilegal arma de fogo/acessório/munição de uso permitido	72	1,17
<b>Total</b>	<b>6.151</b>	<b>100,00</b>

Fonte: CINDS, 2022.

Dos autores identificados, foram presos em flagrante 4.856 infratores (Tab. 9), sendo 1.295 autores identificados cuja prisão não foi realizada (Tab. 10), pois fugiram após o cometimento do crime e sua identificação se deu por meio de testemunhas, documentos localizados no local do crime ou por informações obtidas por meio da inteligência policial.

Neste cenário, destaca-se para esta dissertação as ocorrências de tráfico de drogas. Das 2.231 ocorrências de tráfico de drogas (Tab. 5), 3.422 autores foram identificados (Tab. 8), sendo 3.142 infratores presos (Tab. 9), correspondendo a 91,81% dos autores/suspeitos identificados.

Tabela 9 - Número de autores presos nas ocorrências observadas, Aglomerado da Serra, 2006-2021

Naturezas de ocorrências	Frequência	
	Abs.	Rel.
Tráfico ilícito de drogas	3.142	64,70
Uso e consumo de drogas	729	15,01
Associação para o tráfico de drogas consumado	373	7,68
Lesão corporal	282	5,81
Porte ilegal arma de fogo/acessório/munição de uso permitido	87	1,79
Posse/porte ilegal arma fogo/munição/acesso uso proibido	85	1,75
Homicídio tentado	74	1,52
Posse ilegal arma de fogo/acessório/munição de uso permitido	61	1,26
Homicídio consumado	23	0,47
<b>Total</b>	<b>4.856</b>	<b>100,00</b>

Fonte: CINDS, 2022.

Conforme CINDS (2022), dos 185 registros de homicídios consumados foram contabilizadas 200 vítimas no período de 2006-2021. Tal informação infere que houve mais de uma morte registrada em um mesmo REDS. Ressalta-se que as mortes decorrentes da ação policial não estão neste montante e serão abordadas ao final desta seção (TAB. 35), com o objetivo de melhor organizar a apresentação dos dados.

Nesse cenário, dos 45,94% (85) dos autores de homicídios consumados identificados, apenas 12,43% (23) foram presos em flagrante. Dos 138 registros de homicídios tentados, 161 autores foram identificados, sendo 53,62% (74) presos em flagrante. Chama atenção para o maior quantitativo de autores de homicídios tentados identificados do que o número de registros de homicídios tentados, o que sugere a ação de quadrilhas (TAB. 06, 08 e 09).

Tabela 10 - Números de autores identificados, mas não presos em flagrante, nas ocorrências, Aglomerado da Serra, 2006-2021

Naturezas de ocorrências	Frequência	
	Abs.	Rel.
Lesão corporal	773	15,92
Tráfico ilícito de drogas consumado	280	5,77
Homicídio tentado	87	1,79
Homicídio consumado	62	1,28
Associação para o tráfico de drogas consumado	33	0,68
Posse/porte ilegal arma fogo/munição/acesso uso proibido	30	0,62
Uso e consumo de drogas	13	0,27
Posse ilegal arma de fogo/acessório/munição de uso permitido	11	0,23
Porte ilegal arma de fogo/acessório/munição de uso permitido	6	0,12
<b>Total</b>	<b>1.295</b>	<b>26,67</b>

Fonte: CINDS, 2022.

Em uma análise da localidade onde os autores dos crimes estudados foram identificados/presos, verifica-se que a maior parte se deu na Vila Marçola com 25,52% (1.570), seguido por 19,80% (1.218) na Vila Nossa Senhora de Fátima e 18,31% (1.126) na Vila Santana do Cafezal (TAB. 11).

Tabela 11 - Número de autores relacionados por vilas nas ocorrências pesquisadas, Aglomerado da Serra, 2006-2021

Vilas do Aglomerado da Serra	Frequência	
	Abs.	%
Marçola	1.570	25,52
Nossa Senhora de Fátima	1.218	19,80
Santana do Cafezal	1.126	18,31
Nossa Senhora da Conceição	820	13,33
Novo São Lucas	637	10,36
Fazendinha	504	8,19
Nossa Senhora Aparecida	224	3,64
Nossa Senhora do Rosario	52	0,85
<b>Total</b>	<b>6.151</b>	<b>100,00</b>

Fonte: CINDS, 2022.

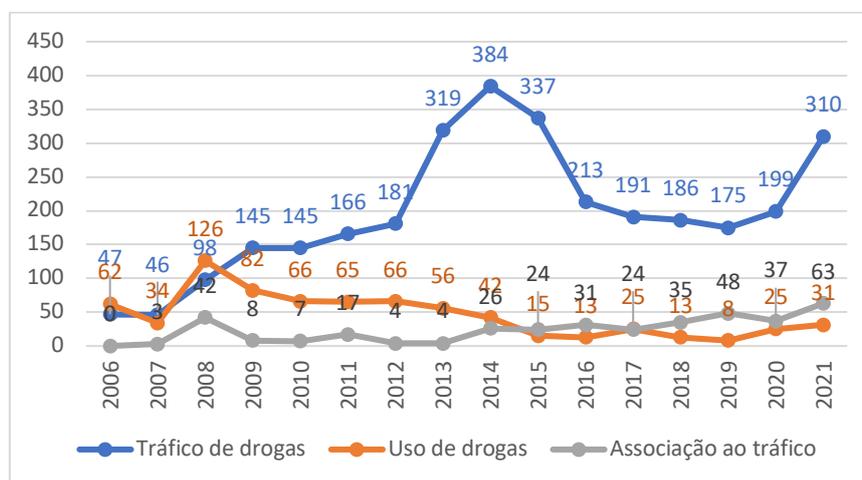
Avaliando a série histórica ao longo dos anos dos resultados das ações policiais, a Tabela 12 apresenta a quantidade de infratores presos por tráfico de drogas, associação para o tráfico e uso de drogas no Aglomerado da Serra, 2006-2021.

Tabela 12 - Número de autores presos por tráfico de drogas, associação para o tráfico e uso de drogas, Aglomerado da Serra, 2006-2021

Ano	Quantidade de autores presos			Frequência Relativa (%)
	Tráfico de drogas	Uso de drogas	Associação para o tráfico	
2006	47	62	0	2,57
2007	46	34	3	1,96
2008	98	126	42	6,27
2009	145	82	8	5,54
2010	145	66	7	5,14
2011	166	65	17	5,84
2012	181	66	4	5,91
2013	319	56	4	8,93
2014	384	42	26	10,65
2015	337	15	24	8,86
2016	213	13	31	6,06
2017	191	25	24	5,66
2018	186	13	35	5,51
2019	175	8	48	5,44
2020	199	25	37	6,15
2021	310	31	63	9,52
<b>Total</b>	<b>3142</b>	<b>729</b>	<b>373</b>	<b>100,00</b>

Fonte: CINDS, 2022.

Gráfico 7 - Número de autores presos por tráfico de drogas, associação para o tráfico e uso de drogas, Aglomerado da Serra, 2006-2021



Fonte: CINDS, 2022.

Nos anos 2006 e 2007 percebe-se uma tímida intervenção contra o tráfico de drogas no Aglomerado da Serra com apenas 47 e 46 prisões relacionadas ao tráfico de drogas, respectivamente. Após pequeno aumento em 2008, de 2009 a 2012 as prisões triplicaram, ficando entre 145 e 181 presos. Entre 2013 e 2015 foi o período

onde se observou o maior número de prisões, entre 309 e 384, com uma média anual de 345 presos por tráfico de drogas, quase um preso (0,94) por dia. De 2016 a 2020 verificou-se uma redução nas prisões chegando a uma média anual de 192. Por fim, em 2021 o número de presos subiu para 310, correspondendo a um preso por tráfico de drogas a cada 28 horas no Aglomerado da Serra (TAB. 12 e GRÁF. 7).

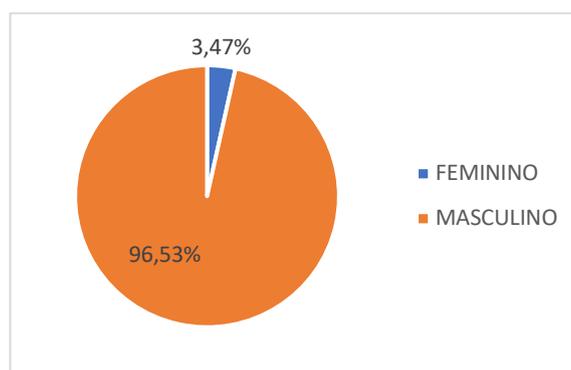
A pesquisa observou o perfil dos presos por tráfico de drogas quanto ao gênero, idade e cor de pele. Nesse sentido, verificou-se que 96,53% (3.033) dos traficantes presos eram do sexo masculino (TAB. 13, GRÁF. 8).

Tabela 13 - Número de traficantes presos, segundo o gênero, Aglomerado da Serra, 2006-2021

Gênero	Frequência	
	Absoluta	Relativa
Feminino	109	3,47
Masculino	3.033	96,53
<b>Total</b>	<b>3.142</b>	<b>100,00</b>

Fonte: CINDS, 2022.

Gráfico 8 - Percentual de traficantes presos, segundo o gênero, Aglomerado da Serra, 2006-2021



Fonte: CINDS, 2022.

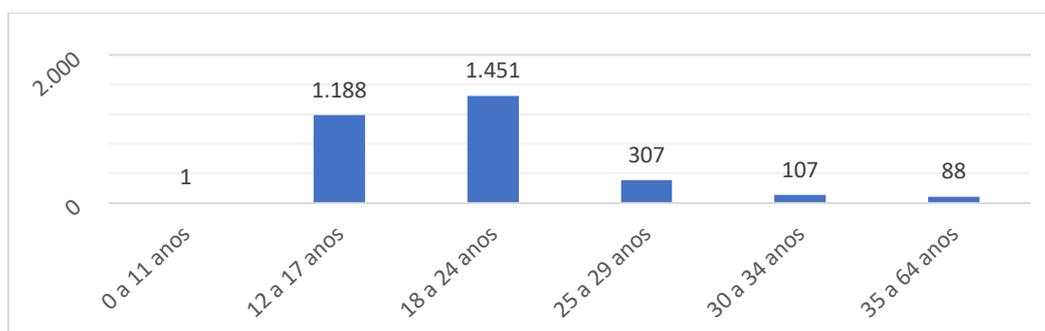
Quanto a faixa etária dos traficantes presos, destaca-se que 83,99% (2.639) têm idade entre 12 e 24 anos. Os presos entre 18 e 24 anos são 46,18% (1.451), porém, chama atenção a quantidade de adolescentes presos traficando drogas, perfazendo um quantitativo de 37,81% (1.188) (TAB. 14 e GRÁF. 9).

Tabela 14 - Traficantes presos, segundo a faixa etária, Aglomerado da Serra, 2006-2021

Faixa etária	Frequência	
	Absoluta	Relativa
0 a 11 anos	1	0,03
12 a 17 anos	1.188	37,81
18 a 24 anos	1.451	46,18
25 a 29 anos	307	9,77
30 a 34 anos	107	3,41
35 a 64 anos	88	2,80
<b>Total</b>	<b>3.142</b>	<b>100,00</b>

Fonte: CINDS, 2022.

Gráfico 9 - Traficantes presos, segundo a faixa etária, Aglomerado da Serra, 2006-2021



Fonte: CINDS, 2022.

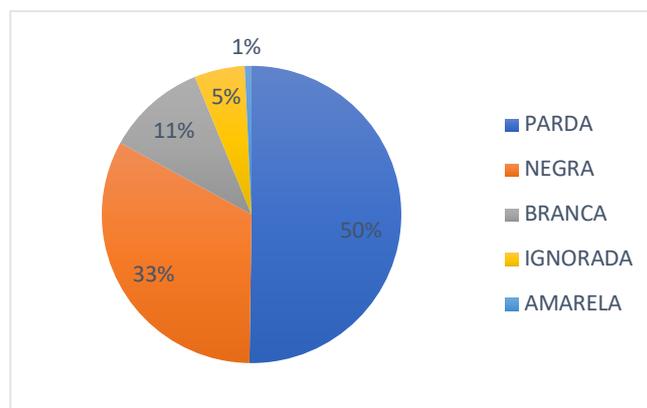
A cor da pele dos presos em flagrante por tráfico de drogas tem seu maior registro com 50,22% (1.578) de pardos. Os negros somam 32,78% (1.030) e os brancos 10,82% (340) (TAB. 15 e GRÁF. 10).

Tabela 15 - Traficantes presos, segundo a cútis, Aglomerado da Serra, 2006-2021

Cútis	Frequência	
	Absoluto	Relativo
Parda	1.578	50,22
Negra	1.030	32,78
Branca	340	10,82
Ignorada	171	5,44
Amarela	23	0,73
<b>Total</b>	<b>3.142</b>	<b>100,00</b>

Fonte: CINDS, 2022.

Gráfico 10 - Traficantes presos, segundo a cútis, Aglomerado da Serra, 2006-2021



Fonte: CINDS, 2022.

Em meio ao cotidiano do tráfico de drogas observado no Aglomerado da Serra ocorrem os homicídios consumados. Nos 16 anos pesquisados, conforme o CINDS (2022), foram registradas 185 ocorrências com a natureza de homicídios consumados (TAB. 06), entretanto, ao se pesquisar a quantidade de vítimas de homicídios consumados (incluindo os decorrentes de ações policiais), foram constatados 219 óbitos. Desse total, 19 pessoas morreram em confronto com a polícia, correspondendo a 8,67% das mortes.

Em anos anteriores ao período estudado, o Aglomerado da Serra apresentou números extremamente altos de homicídios. Assim como hoje, naquela época, as estatísticas não eram uníssonas e apresentavam discrepâncias entre um órgão e outro, bem como a metodologia para realizar a contagem de mortes se fazia por registros e não pela quantidade de vítimas. Tais discrepâncias dificultam a pesquisa e podem gerar diagnósticos imprecisos sobre o fenômeno.

Nesse contexto, o CRISP (2003) apresenta que o final da década de 1990 e o início dos anos 2000 foi um período extremamente violento nos aglomerados urbanos de Belo Horizonte. Em 1998 foram contabilizados 27 homicídios no Aglomerado da Serra. De 1999 a 2002, os homicídios oscilaram entre 31 e 38 casos (FIG. 39).

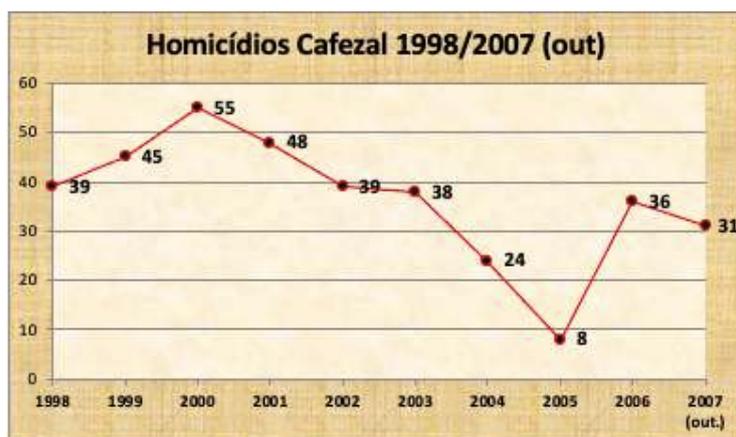
Figura 39 - Número de homicídios nas favelas de Belo Horizonte, 1998-2002

	1998	1999	2000	2001	2002
Cafezal	27	38	31	34	30
Morro das Pedras	18	14	27	32	32
Morro do Papagaio	16	29	37	39	20
Pedreira Prado Lopes	6	4	8	5	5
Taquaril	11	13	42	17	43
Cabana	4	14	23	12	34
Total BH exceto favelas	412	424	534	560	683
Total BH	494	536	702	699	825

Fonte: CRISP, 2003.

No mesmo contexto foram apresentados dados de homicídios no Aglomerado da Serra pela Delegacia de Crimes Contra a Vida da PCMG. Os dados divergentes dos dados do CRISP (2003), foram apresentados em Estudo de Situação realizado pelo 22º BPM em 2020. Mesmo não coincidindo, os números impressionam (FIG. 40).

Figura 40 – Número de homicídios no Aglomerado da Serra, 1998-2007



Fonte: MINAS GERAIS, 2020.

Os dados da Delegacia de Crimes Contra a Vida da PCMG apresentados por Minas Gerais (2020) demonstram que a ascensão de mortes do final da década de 1990 culminou com o maior quantitativo no ano 2000, quando ocorreram 55 mortes no Aglomerado da Serra (FIG. 40).

Em 2001, 2002 e 2003 foram contabilizados 48, 39 e 38 mortes, respectivamente. Em 2004 observou-se uma queda de 36,85% das mortes em relação ao ano anterior. Os resultados de 2005 foram positivos, com apenas oito casos registrados, representando uma redução de 66,66% com base no ano anterior, porém, essa

redução não se sustentou. Em 2006 foram registrados 36 assassinatos, seguidos em 2007 (até outubro) por 31 mortes (FIG. 40).

Ao se observar os dados pesquisados junto ao CINDS, apresentados pela Tabela 16, verifica-se que o quantitativo de mortes em 2006 e 2007 não coincide com os dados da Delegacia de Crimes Contra a Vida da PCMG, divergindo em nove mortes em 2006 e três mortes em 2007.

A Tabela 16 representa a série temporal pesquisada nessa dissertação (2006-2021) com os dados disponibilizados pelo CINDS, cujo o montante apurado ao longo dos 16 anos foi de 185 registros de ocorrências de homicídios consumados, relacionando 200 vítimas fatais, mais dez casos decorrentes de ação policial.

Entre 2006 e 2008 as mortes se mantiveram praticamente com os mesmos números, variando entre 27, 28 e 25 casos, com uma média pouco superior a dois casos por mês. Nos anos seguintes, de 2009 até 2013, ocorreram quedas sucessivas, culminando em cinco casos em 2013, melhor marca dos números pesquisados até então, seja por dados da PCMG, CRISP ou CINDS (TAB. 16).

Em 2014 os números aumentaram 120% em relação ao ano anterior, mas em 2015 caíram 82%, sendo contabilizadas apenas duas mortes. Essa redução não se sustentou em 2016 e 2017, com 14 e 16 mortes registradas, respectivamente. Em 2018, uma nova redução para cinco casos quebra a tendência de aumento dos últimos dois anos, porém com 13 mortes em 2019 acende-se um novo alerta. Em 2020 nenhum caso foi registrado segundo o CINDS (2022) como homicídio consumado, entretanto, foi apurado uma<sup>48</sup> possível morte. Por fim, em 2021 quatro mortes são registradas (TAB. 16).

---

<sup>48</sup> 1) REDS nº 2020-010214585-001 de 25 fev. 2020: família alega que um jovem foi morto por traficantes durante um bloco de carnaval. Indivíduo estaria desaparecido. Corpo não encontrado.

Tabela 16 - Número de homicídios consumados registrados e vítimas fatais, Aglomerado da Serra, 2006-2021

<b>HOMICÍDIOS CONSUMADOS REGISTRADOS E VÍTIMAS FATAIS</b>				
<b>Ano</b>	<b>Ocorrências registradas</b>	<b>Vítimas fatais (CINDS)</b>	<b>Frequência de vítimas fatais</b>	
			<b>Absoluta</b>	<b>Relativa</b>
2006	23	27	27	13,50
2007	26	28	28	14,00
2008	24	25	25	12,50
2009	16	18	18	9,00
2010	12	14	14	7,00
2011	10	10	10	5,00
2012	8	8	8	4,00
2013	5	5	5	2,50
2014	10	11	11	5,50
2015	2	2	2	1,00
2016	12	14	14	7,00
2017	15	15	15	7,50
2018	5	5	5	3,00
2019	13	13	13	6,50
2020	0	0	0	0,00
2021	4	4	4	2,00
<b>Total</b>	<b>185</b>	<b>200</b>	<b>200</b>	<b>100,00</b>

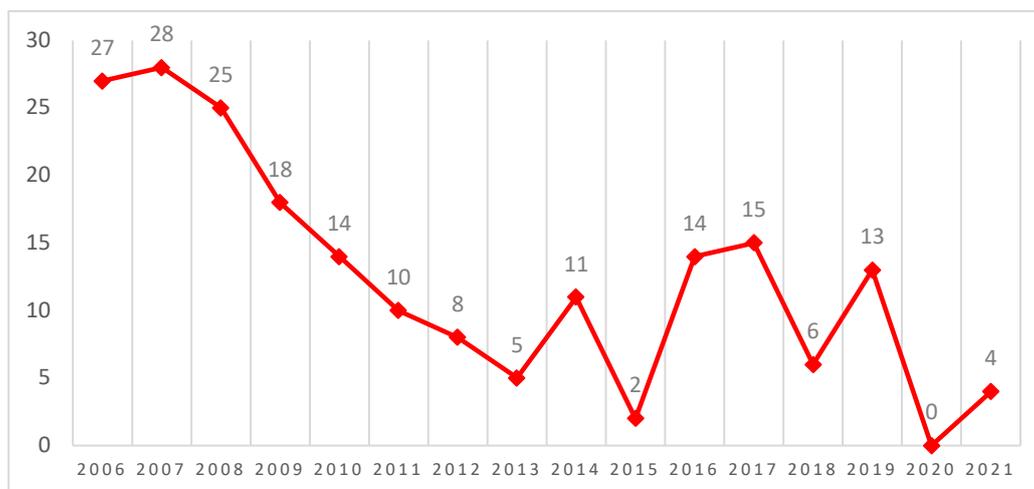
Fonte: CINDS, 2022; SEJUSP, 2020.

Nota: 1) A SEJUSP só dispõe dos dados de homicídios a partir de 01 jan. de 2012; 2) Usou-se os dados do CINDS como base para esta pesquisa pela qualidade dos dados fornecidos e por abrangerem todo o período estudado, 2006-2021, garantindo um caminho metodológico sólido; 3) Não foi possível, nem para fins comparativos, lançar os dados da SEJUSP em virtude da impossibilidade de extrair dados confiáveis por meio da tabela cedida via portal da transparência.

Por meio do Gráfico 11 pode se observar a queda do número de homicídios ao longo dos últimos 16 anos. Apesar dos dados oscilarem entre um ano e outro a partir de 2014, com altos e baixos, nos últimos dois anos a tendência se mantém baixa. Como possíveis razões para a queda nas mortes no Aglomerado da Serra, cita-se a sinergia das políticas públicas aplicadas na comunidade, com destaque para o GEPAR 7 em 2004 e o início das atividades do Fica Vivo em 2006. Da mesma forma, verifica-se que o início do PROERD em 2004 e as obras do Vila Viva 2005-2012 contribuíram para esta redução.

Para se ter uma melhor percepção sobre os homicídios consumados no Aglomerado da Serra, verifica-se que no período de 1998-2001 a média anual foi de 46 mortes (FIG. 40); 2002-2005 a média anual foi de 27 mortes (FIG. 40); já 2006-2009 a média anual foi de 24 mortes; 2010-2013 a média anual de mortes foi de nove crimes; em 2014-2017, a média anual foi de 10 mortes; por fim, de 2018-2021 a média anual foi de cinco casos (TAB. 16).

Gráfico 11 - Vítimas de homicídios consumados, Aglomerado da Serra, 2006-2021



Fonte: CINDS, 2022.

Os casos de homicídios normalmente são de difícil identificação de autoria, principalmente aqueles ocorridos nas favelas e que são ligados ao tráfico de drogas. Nos 185 registros de homicídios consumados ocorridos no Aglomerado da Serra, em 45,94% (85) dos registros os autores foram identificados (TAB. 8) e 12,43% (23) desses autores foram presos em flagrante (TAB. 9).

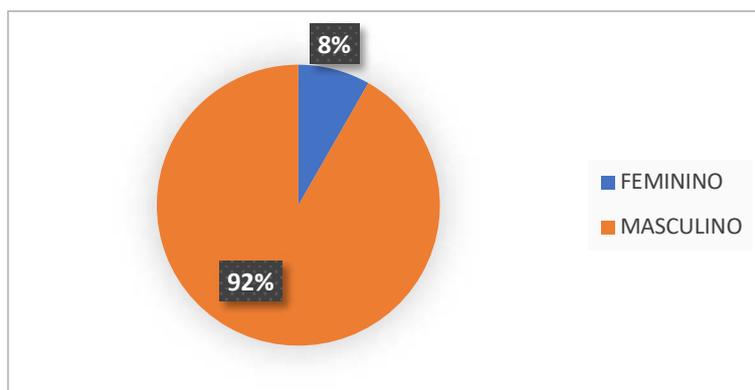
Esta pesquisa observou o perfil dos autores de homicídios consumados que foram identificados quanto ao gênero, idade e cor de pele. Quanto ao gênero, verificou-se que 91,76% (78) dos autores de homicídios os quais foram identificados são do sexo masculino (TAB. 17 e GRÁF. 12).

Tabela 17 - Gênero dos autores de homicídios consumados que foram identificados, Aglomerado da Serra, 2006-2021

Gênero	Frequência	
	Absoluta	Relativa
Masculino	78	91,76
Feminino	7	8,24
<b>Total</b>	<b>85</b>	<b>100,00</b>

Fonte: CINDS, 2022.

Gráfico 12 - Gênero dos autores de homicídios consumados que foram identificados, Aglomerado da Serra, 2006-2021



Fonte: CINDS, 2022.

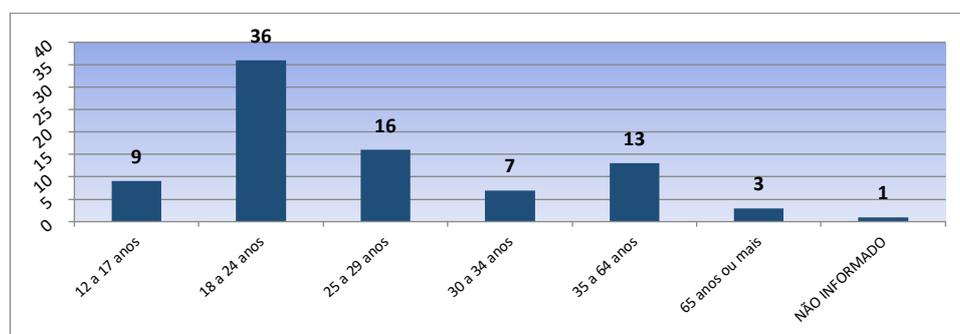
Quanto a faixa etária, 61,17% (52) dos autores de homicídios identificados têm entre 12 e 24 anos, sendo 42,35% (36) entre 18 e 24 anos (TAB. 18 e GRÁF. 13).

Tabela 18 - Faixa etária dos autores de homicídios consumados que foram identificados, Aglomerado da Serra, 2006-2021

Faixa etária	Frequência	
	Absoluta	Relativa
12 a 17 anos	9	10,59
18 a 24 anos	36	42,35
25 a 29 anos	16	18,82
30 a 34 anos	7	8,24
35 a 64 anos	13	15,29
65 anos ou mais	3	3,53
Não informado	1	1,18
<b>Total</b>	<b>85</b>	<b>100,00</b>

Fonte: CINDS, 2022.

Gráfico 13 - Faixa etária dos autores de homicídios consumados que foram identificados, Aglomerado da Serra, 2006-2021



Fonte: CINDS, 2022.

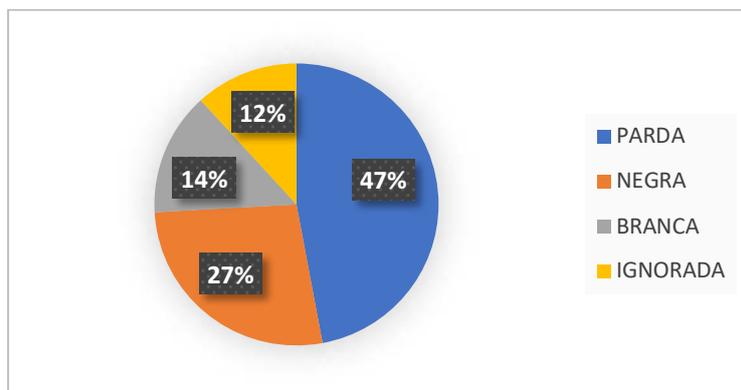
A cor da pele dos autores de homicídios consumados identificados tem seu maior percentual de pardos com 47,06% (40). Os negros somam 27,06% (23) e os brancos 14,12% (12) (TAB. 19 e GRÁF. 14).

Tabela 19 - Cútis dos autores de homicídios consumados que foram identificados, Aglomerado da Serra, 2006-2021

Cútis	Frequência	
	Absoluto	Relativo
Parda	40	47,06
Negra	23	27,06
Branca	12	14,12
Ignorada	10	11,76
<b>Total</b>	<b>85</b>	<b>100,00</b>

Fonte: CINDS, 2022.

Gráfico 14 - Cútis dos autores de homicídios consumados que foram identificados, Aglomerado da Serra, 2006-2021



Fonte: CINDS, 2022.

Da mesma forma que foram estudados o perfil dos autores de homicídios consumados no período 2006-2021, se estudou o perfil das 200 vítimas desses homicídios quanto ao gênero, idade e cor da pele.

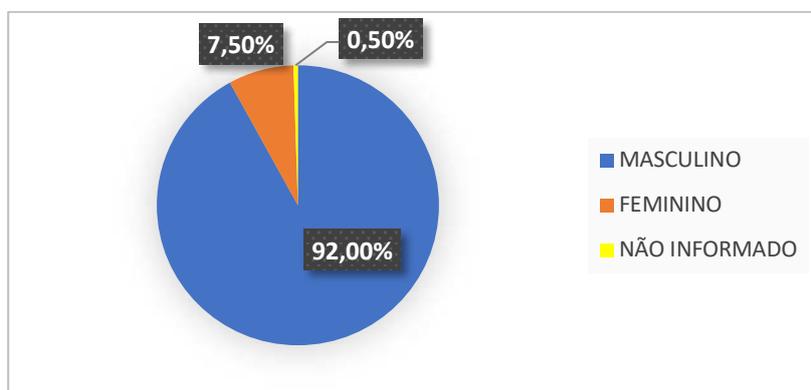
Quanto ao gênero das vítimas de homicídios consumados no Aglomerado da Serra, 92,00% (184) são do sexo masculino e 7,50% (15) são do sexo feminino (TAB. 20 e GRÁF. 15).

Tabela 20 - Gênero das vítimas de homicídios consumados, Aglomerado da Serra, 2006-2021

Gênero	Frequência	
	Absoluta	Relativa
Masculino	184	92,00
Feminino	15	7,50
Não informado	1	0,50
<b>Total</b>	<b>200</b>	<b>100,00</b>

Fonte: CINDS, 2022.

Gráfico 15 - Gênero das vítimas de homicídios consumados, Aglomerado da Serra, 2006-2021



Fonte: CINDS, 2022.

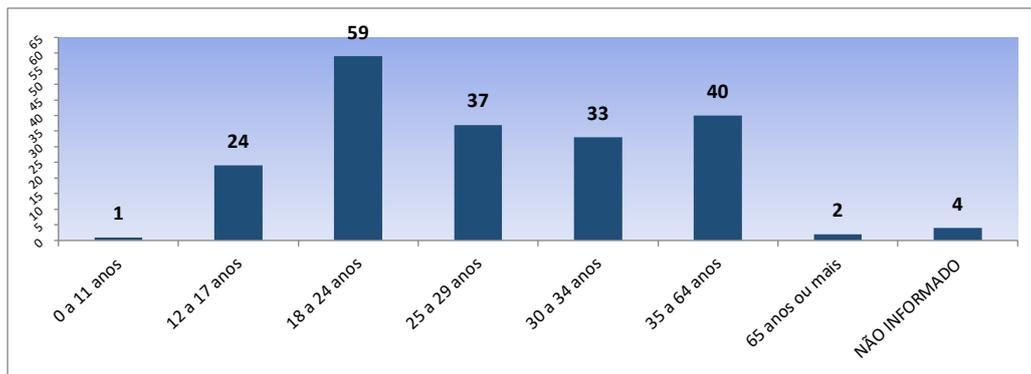
No que se refere a faixa etária das vítimas 29,50% (59) têm idade entre 18 e 24 anos. Verificou-se certo equilíbrio percentual na incidência das mortes nos demais grupos etários: de 35 a 64 anos, 20,00% (40); de 25 a 29 anos, 18,50% (37); de 30 a 34 anos, 16,50% (33); de 12 a 17 anos, 12,00% (24) (TAB. 21 e GRÁF. 16).

Tabela 21 - Número de vítimas de homicídios consumados por faixa etária, Aglomerado da Serra, 2006-2021

Faixa etária	Frequência	
	Absoluta	Relativa
0 a 11 anos	1	0,50
12 a 17 anos	24	12,00
18 a 24 anos	59	29,50
25 a 29 anos	37	18,50
30 a 34 anos	33	16,50
35 a 64 anos	40	20,00
65 anos ou mais	2	1,00
Não informado	4	2,00
<b>Total</b>	<b>200</b>	<b>100,00</b>

Fonte: CINDS, 2022.

Gráfico 16 - Número de vítimas de homicídios consumados por faixa etária, Aglomerado da Serra, 2006-2021



Fonte: CINDS, 2022.

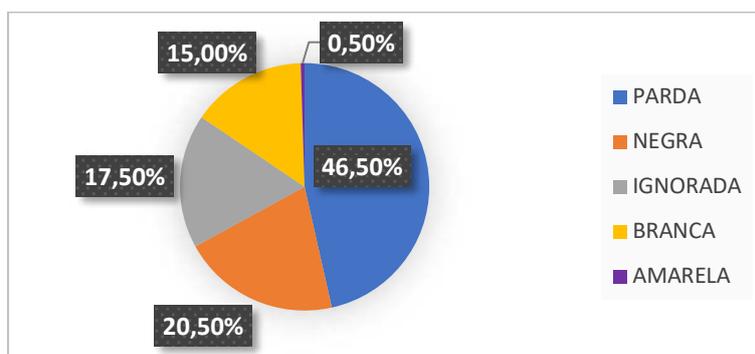
A cor da pele das vítimas de homicídios consumados tem seu maior percentual de pardos, 46,50% (93). Os negros mortos somam 20,50% (41) e os brancos 15,00% (30). A cútis lançada como “ignorada” em 17,50% (35) dos registros, pode estar relacionada a falta de contato dos policiais com as vítimas (TAB. 22 e GRÁF. 17).

Tabela 22 - Número de vítimas de homicídios consumados, segundo cútis, Aglomerado da Serra, 2006-2021

Cútis	Frequência	
	Absoluto	Relativo
Parda	93	46,50
Negra	41	20,50
Ignorada	35	17,50
Branca	30	15,00
Amarela	1	0,50
<b>Total</b>	<b>200</b>	<b>100,00</b>

Fonte: CINDS, 2022.

Gráfico 17 - Número de vítimas de homicídios consumados, segundo cútis, Aglomerado da Serra, 2006-2021



Fonte: CINDS, 2022.

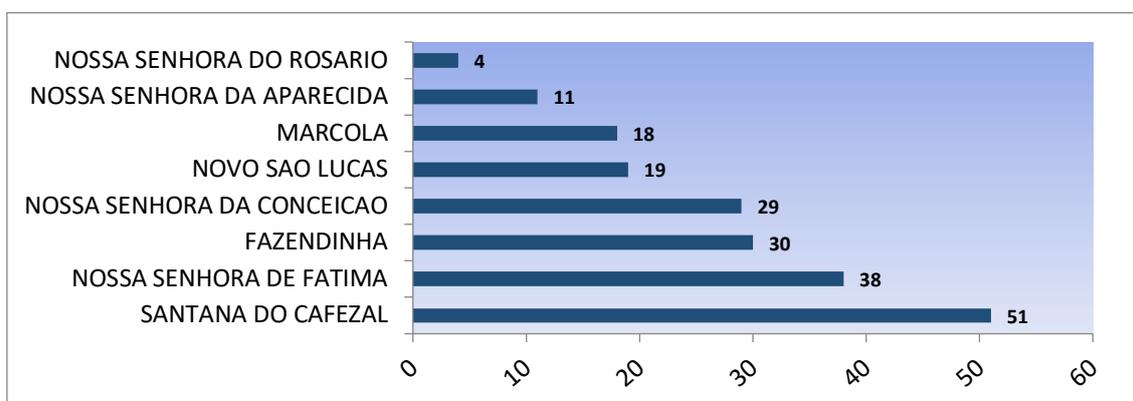
A pesquisa apurou a incidência de homicídios consumados por vilas dentro do Aglomerado da Serra, conforme pode se observar por meio da Tabela 23 e do Gráfico 18.

Tabela 23 - Número de homicídios consumados por vilas, Aglomerado da Serra, 2006-2021

Vila	Frequência	
	Absoluta	Relativa
Santana do Cafezal	51	25,50
Nossa Senhora de Fátima	38	19,00
Fazendinha	30	15,00
Nossa Senhora da Conceição	29	14,50
Novo São Lucas	19	9,50
Marçola	18	9,00
Nossa Senhora Aparecida	11	5,50
Nossa Senhora do Rosario	4	2,00
<b>Total</b>	<b>200</b>	<b>100,00</b>

Fonte: CINDS, 2022.

Gráfico 18 - Número de homicídios consumados por vilas, Aglomerado da Serra, 2006-2021



Fonte: CINDS, 2022.

Observa-se que a vila do Aglomerado da Serra mais violenta é a Vila Santana do Cafezal, onde ocorreram 25,5% (51) dos homicídios consumados do aglomerado. Nossa Senhora de Fátima é a segunda vila mais violenta com 19% (38) das mortes. Vila Fazendinha e Nossa Senhora da Conceição dividem o terceiro e quarto lugar na violência, com 15% (30) e 14,5% (29) homicídios consumados. Em quinto e sexto lugares estão Novo São Lucas e Marçola, com 9,5% (19) e 9% (18) das mortes, respectivamente. Por fim, as vilas menos violentas são Nossa Senhora Aparecida e Nossa Senhora do Rosário, com 5,5% (11) e 2% (4) das mortes, respectivamente.

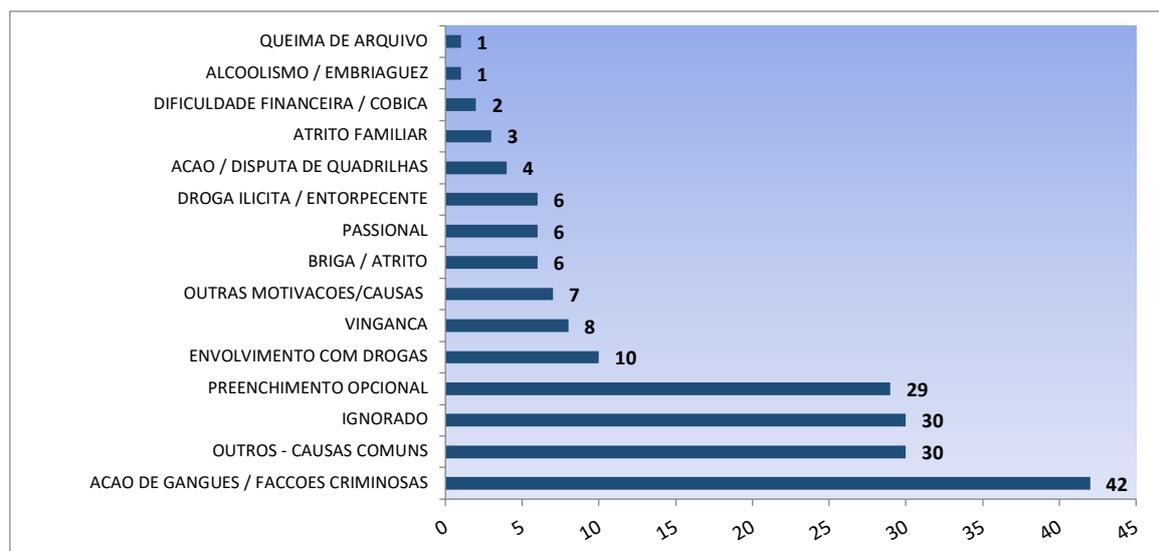
Face aos homicídios consumados, qual seria a causa predominante identificada no local dos fatos? Para responder a esse questionamento, buscou-se nos REDS o campo “causa presumida” que deve ser preenchido pelos policiais responsáveis pelo registro. As causas foram ilustradas pela Tabela 24 e pelo Gráfico 19.

Tabela 24 - Causa presumida dos homicídios consumados, Aglomerado da Serra, 2006-2021

Causa presumida	Frequência	
	Absoluta	Relativa
Ação de gangues / facções criminosas	42	22,70
Outros - causas comuns	30	16,22
Ignorado	30	16,22
Preenchimento opcional	29	15,68
Envolvimento com drogas	10	5,41
Vingança	8	4,32
Outras motivações/causas	7	3,78
Briga / atrito	6	3,24
Passional	6	3,24
Droga ilícita / entorpecente	6	3,24
Ação / disputa de quadrilhas	4	2,16
Atrito familiar	3	1,62
Dificuldade financeira / cobiça	2	1,08
Alcoolismo / embriaguez	1	0,54
Queima de arquivo	1	0,54
<b>Total</b>	<b>185</b>	<b>100,00</b>

Fonte: CINDS, 2022.

Gráfico 19 - Causa presumida dos homicídios consumados, Aglomerado da Serra, 2006-2021



Fonte: CINDS, 2022.

Quanto as causas presumidas dos 185 registros de homicídios, 51,90% (96) das ocorrências não apontam uma causa para o crime, pois foram assinalados os campos: 1) outros - causas comuns; 2) ignorado; 3) preenchimento opcional; 4) outras motivações/causas. Já as ocorrências de homicídios consumados com “causa presumida” relacionada as drogas, somam-se 34,05% (63) dos registros, aglutinando: 1) ação de gangues/facções criminosas; 2) envolvimento com drogas; 3) droga ilícita/entorpecente; 4) ação/disputa de quadrilhas; 5) queima de arquivo (TAB. 24 e GRÁF. 19).

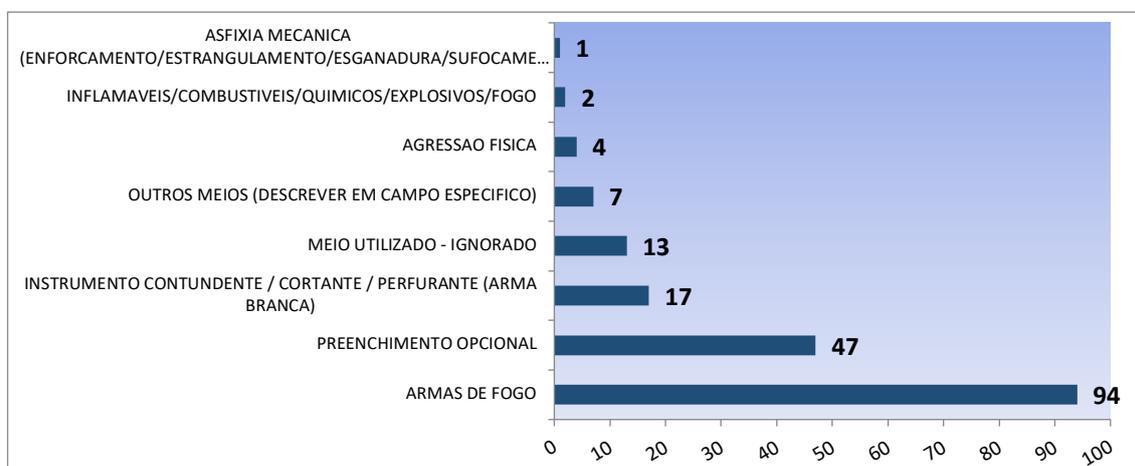
O principal “meio utilizado” para o cometimento dos homicídios é a arma de fogo, conforme observado pela Tabela 25 e pelo Gráfico 20.

Tabela 25 - Meio utilizado para o cometimento de homicídio consumado, Aglomerado da Serra, 2006-2021

Meio utilizado	Frequência	
	Abs.	Rel.
Armas de fogo	94	50,81
Preenchimento opcional	47	25,41
Instrumento contundente/cortante/perfurante (arma branca)	17	9,19
Meio utilizado - ignorado	13	7,03
Outros meios (descrever em campo específico)	7	3,78
Agressão física	4	2,16
Inflamáveis/combustíveis/químicos/explosivos/fogo	2	1,08
Asfixia mecânica (enforcamento/esganadura/sufocamento)	1	0,54
<b>Total</b>	<b>185</b>	<b>100,00</b>

Fonte: CINDS, 2022.

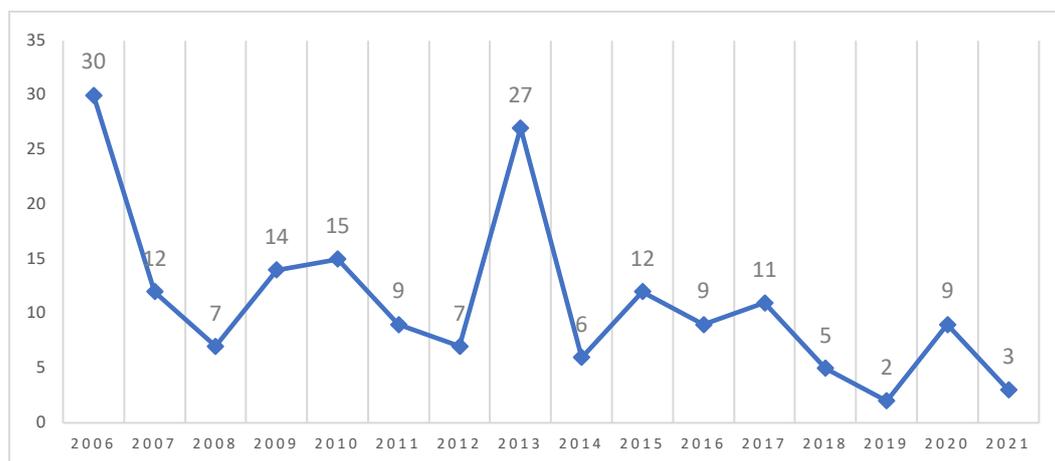
Gráfico 20 - Meio utilizado para o cometimento de homicídio consumado, Aglomerado da Serra, 2006-2021



Fonte: CINDS, 2022.

Na busca de maior entendimento quanto a violência no Aglomerado da Serra, pesquisou-se os homicídios tentados. Foram registrados 138 REDS de homicídio tentado (TAB. 06). Em uma análise qualitativa, contabilizou-se 178 pessoas com sua integridade física lesada (GRÁF. 21).

Gráfico 21 - Vítimas de homicídios tentados, Aglomerado da Serra, 2006-2021



Fonte: CINDS, 2022.

Verificou-se que a média anual de vítimas de homicídios tentados foi de 11 casos. Em 2006 e 2013 foram os picos, com 30 e 27 tentativas, respectivamente. Dos últimos quatro anos pesquisados, três têm os menores números de vítimas: cinco em 2018, duas em 2019 e três em 2021. Os últimos cinco anos foram os menos violentos, apresentando uma média anual de seis vítimas de homicídios tentados conforme o Gráfico 21. Tal redução está relacionada as políticas públicas objetos desse estudo.

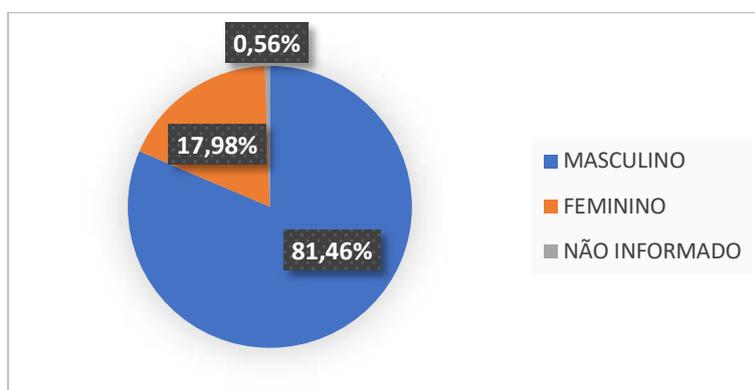
O perfil das vítimas de homicídios tentados foi analisado quanto ao gênero, idade e cútis. Quanto ao gênero, 81,46% (145) das vítimas são do sexo masculino e 17,98% (32) do sexo feminino (TAB. 26 e GRÁF. 22).

Tabela 26 - Gênero das vítimas de homicídios tentados, Aglomerado da Serra, 2006-2021

Gênero	Frequência	
	Absoluta	Relativa
Masculino	145	81,46
Feminino	32	17,98
Não informado	1	0,56
<b>Total</b>	<b>178</b>	<b>100,00</b>

Fonte: CINDS, 2022.

Gráfico 22 - Gênero das vítimas de homicídios tentados, Aglomerado da Serra, 2006-2021



Fonte: CINDS, 2022.

No que se refere a faixa etária das vítimas de homicídio tentado, 27,53% (49) têm idade entre 18 e 24 anos. Da mesma maneira 27,53% (49) das vítimas têm idade entre 35 a 64 anos.

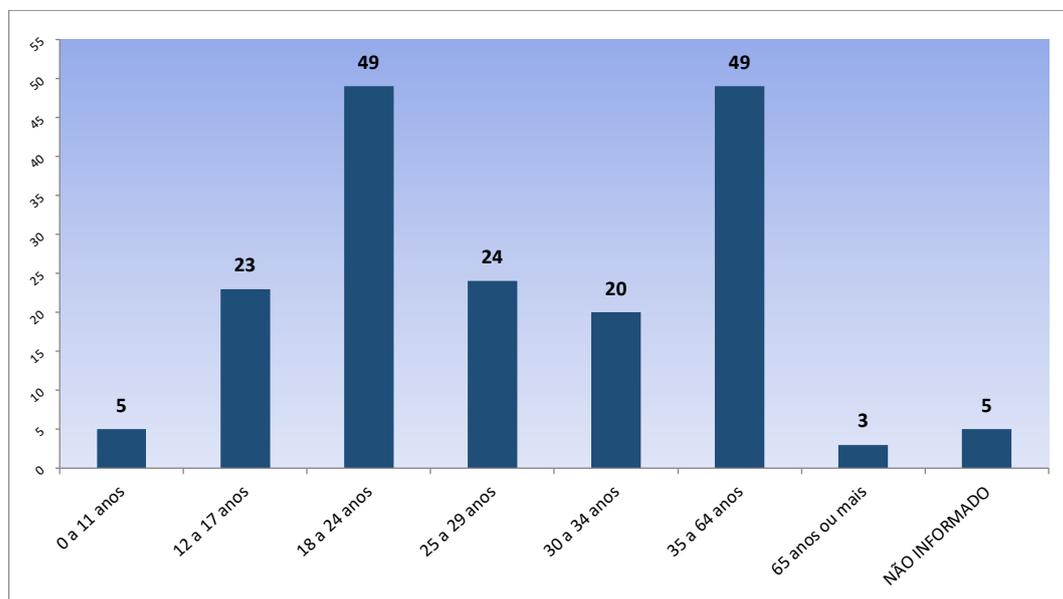
Ainda, verificou-se certo equilíbrio no percentual das vítimas de homicídios tentados nos demais grupos etários: de 25 a 29 anos, 13,48% (24); de 12 a 17 anos, 12,92% (23); de 30 a 34 anos, 11,24% (20); de 0 a 11 anos, 2,81% (5); de 65 anos ou mais, 1,69% (3) (TAB. 27 e GRÁF. 23).

Tabela 27 - Faixa etária das vítimas de homicídios tentados, Aglomerado da Serra, 2006-2021

Faixa etária	Frequência	
	Absoluta	Relativa
0 a 11 anos	5	2,81
12 a 17 anos	23	12,92
18 a 24 anos	49	27,53
25 a 29 anos	24	13,48
30 a 34 anos	20	11,24
35 a 64 anos	49	27,53
65 anos ou mais	3	1,69
Não informado	5	2,81
<b>Total</b>	<b>178</b>	<b>100,00</b>

Fonte: CINDS, 2022.

Gráfico 23 - Faixa etária das vítimas de homicídios tentados, Aglomerado da Serra, 2006-2021



Fonte: CINDS, 2022.

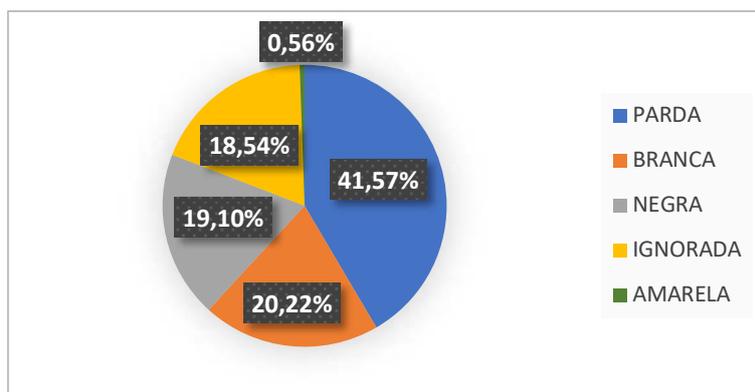
A cor da pele das vítimas de homicídios tentados tem seu maior percentual de pardos, 41,57% (74). Os brancos figuram em 20,22% (36) e os negros 19,10% (34). A cútis “ignorada” verificada em 18,54% (33) dos registros pode estar relacionada a falta de contato dos policiais com as vítimas (TAB. 27 e GRÁF. 24).

Tabela 28 - Cútis das vítimas de homicídios tentados, Aglomerado da Serra, 2006-2021

Cútis	Frequência	
	Absoluto	Relativo
Parda	74	41,57
Negra	36	20,22
Ignorada	34	19,10
Branca	33	18,54
Amarela	1	0,56
<b>Total</b>	<b>178</b>	<b>100,00</b>

Fonte: CINDS, 2022.

Gráfico 24 - Cútiis das vítimas de homicídios tentados, Aglomerado da Serra, 2006-2021



Fonte: CINDS, 2022.

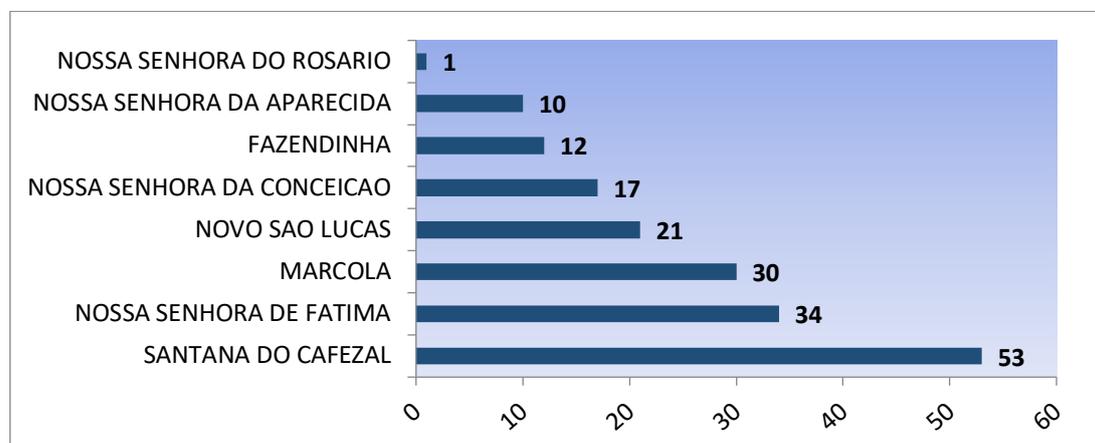
Quanto a incidência de homicídios tentados por vilas do Aglomerado da Serra, apurou-se conforme pode se observar por meio da Tabela 29 e do Gráfico 25.

Tabela 29 - Homicídios tentados por vilas, Aglomerado da Serra, 2006-2021

Vila	Frequência	
	Absoluta	Relativa
Santana do Cafezal	53	29,78
Nossa senhora de Fátima	34	19,10
Marçola	30	16,85
Novo São Lucas	21	11,80
Nossa Senhora da Conceição	17	9,55
Fazendinha	12	6,74
Nossa senhora Aparecida	10	5,62
Nossa senhora do Rosário	1	0,56
<b>Total</b>	<b>178</b>	<b>100,00</b>

Fonte: CINDS, 2022.

Gráfico 25 - Homicídios tentados por vilas, Aglomerado da Serra, 2006-2021



Fonte: CINDS, 2022.

A vila mais violenta do Aglomerado da Serra é a Vila Santana do Cafezal, tendo ocorrido 29,78% (53) dos casos de homicídios tentados. Salienta-se que a maior incidência de mortes também se deu nesta vila (TAB. 29 e GRÁF. 25).

A Vila Nossa Senhora de Fátima é a segunda vila mais violenta com 19,10% (34) das tentativas de homicídio. Salienta-se que a Vila Nossa Senhora de Fátima foi a segunda vila com mais homicídios consumados do aglomerado (TAB. 29 e GRÁF. 25).

Marçola e Novo São Lucas dividem o terceiro e quarto lugar na violência, com 16,85% (30) e 11,80% (21) homicídios tentados. Em quinto e sexto lugares estão Nossa Senhora da Conceição e Fazendinha, com 9,55% (17) e 6,74% (12) das mortes tentadas, respectivamente. Por fim, as vilas menos violentas nesse quesito e em homicídios consumados são Nossa Senhora Aparecida e Nossa Senhora do Rosário, com 5,62% (10) e 0,56% (1) das tentativas, respectivamente (TAB. 29 e GRÁF. 25).

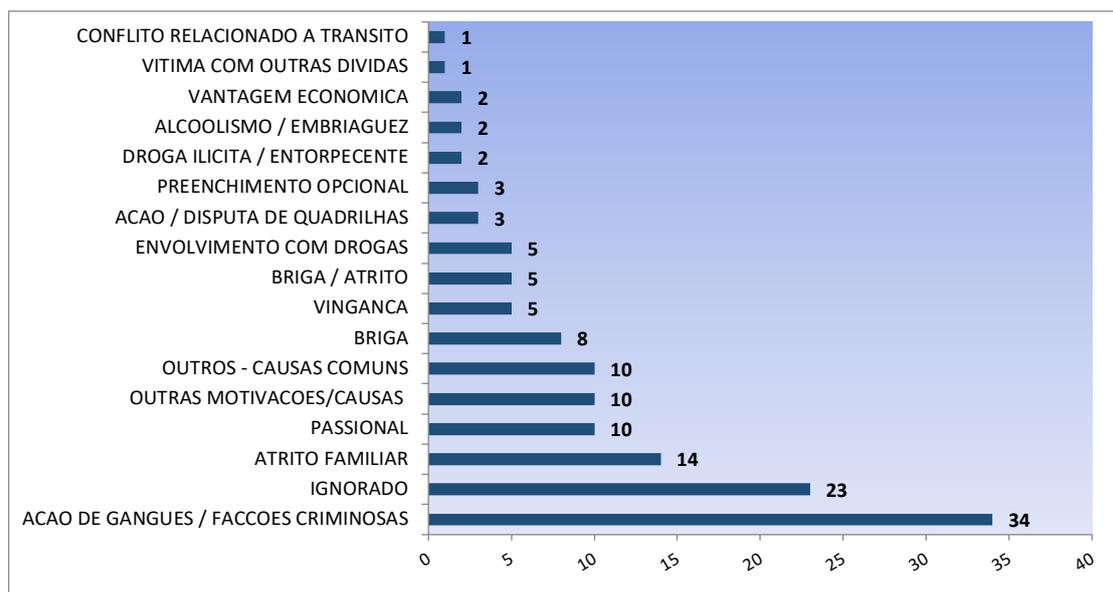
Face aos homicídios tentados, assim como nos homicídios consumados, buscou-se a causa presumida predominante nessa modalidade criminosa. As causas foram ilustradas pela Tabela 30 e pelo Gráfico 26.

Tabela 30 - Causa presumida dos homicídios tentados, Aglomerado da Serra, 2006-2021

Causa presumida	Frequência	
	Absoluta	Relativa
Ação de gangues / facções criminosas	34	24,64
Ignorado	23	16,67
Atrito familiar	14	10,14
Passional	10	7,25
Outras motivações/causas	10	7,25
Outros - causas comuns	10	7,25
Briga	8	5,80
Vingança	5	3,62
Briga / atrito	5	3,62
Envolvimento com drogas	5	3,62
Ação / disputa de quadrilhas	3	2,17
Preenchimento opcional	3	2,17
Droga ilícita / entorpecente	2	1,45
Alcoolismo / embriaguez	2	1,45
Vantagem econômica	2	1,45
Vítima com outras dívidas	1	0,72
Conflito relacionado ao trânsito	1	0,72
<b>Total</b>	<b>138</b>	<b>100,00</b>

Fonte: CINDS, 2022.

Gráfico 26 - Causa presumida dos homicídios tentados, Aglomerado da Serra, 2006-2021



Fonte: CINDS, 2022.

Quanto as causas presumidas dos 138 registros de homicídios tentados, destacam-se as ocorrências com “causa presumida” relacionada as facções criminosas ligadas as drogas, somando-se 31,88% (44) dos registros, aglutinando: 1) ação de gangues/facções criminosas; 2) envolvimento com drogas; 3) droga ilícita/entorpecente; 4) ação/disputa de quadrilhas (TAB. 30 e GRÁF. 26).

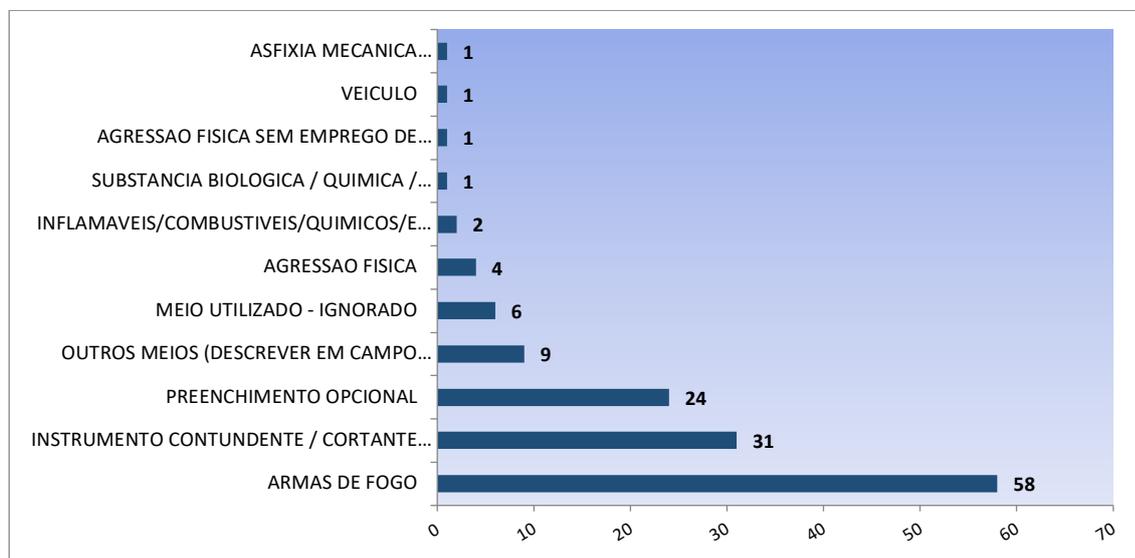
Assim como os homicídios consumados, o principal “meio utilizado” para o cometimento dos homicídios tentado é a arma de fogo (TAB. 31 e GRÁF. 27).

Tabela 31 - Meio utilizado para o cometimento de homicídio tentado, Aglomerado da Serra, 2006-2021

Meio utilizado	Frequência	
	Abs.	Rel.
Armas de fogo	58	42,03
Instrumento contundente/cortante/perfurante (arma branca)	31	22,46
Preenchimento opcional	24	17,39
Outros meios (descrever em campo específico)	9	6,52
Meio utilizado - ignorado	6	4,35
Agressão física	4	2,90
Inflamáveis/combustíveis/químicos/explosivos/fogo	2	1,45
Agressão física sem instrumentos	1	0,72
Outras	3	2,16
<b>Total</b>	<b>185</b>	<b>100,00</b>

Fonte: CINDS, 2022.

Gráfico 27 - Meio utilizado para o cometimento de homicídio tentado, Aglomerado da Serra, 2006-2021



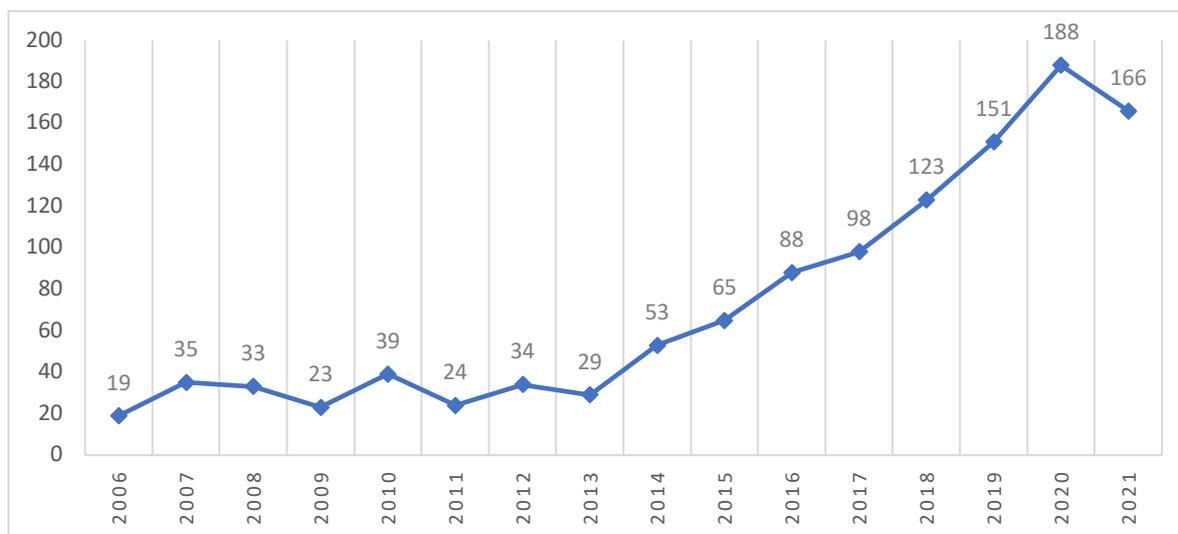
Fonte: CINDS, 2022.

As armas de fogo foram causadoras de, no mínimo, 50,81% (94) dos homicídios consumados no Aglomerado da Serra. Esse percentual certamente é maior, considerando que 36,22% (67) dos registros o meio utilizado para o cometimento do crime não foi lançado (TAB. 25 e GRÁF. 20). Nos homicídios tentados não foi diferente, no mínimo 42,03% (58) dos meios utilizados foram armas de fogo, podendo ser um número ainda maior devido a 28,36% (39) não terem sido lançados corretamente (TAB. 31 e GRÁF. 27).

Nesse sentido, esta dissertação verificou qual foi o resultado das intervenções policiais retirando as armas de fogo das mãos dos criminosos atuantes nas vilas do Aglomerado da Serra entre 2006 e 2021.

Constatou-se que foram apreendidas 1.168 armas de fogo no Aglomerado da Serra entre 2006 e 2021, uma média de 73 armas de fogo apreendidas por ano. A Tabela 32 e o Gráfico 28 ilustram a quantidade de armas de fogo apreendidas de 2006 a 2021 no Aglomerado da Serra. Em breve análise, é nítido o aumento significativo e constante a partir de 2014.

Gráfico 28 - Apreensão de armas de fogo, Aglomerado da Serra, 2006-2021



Fonte: CINDS, 2022.

Supõe-se que o aumento de apreensão de armas de fogo no Aglomerado da Serra, demonstrado a partir de 2014, pode estar relacionado a diversos fatores, sobre a ótica da Complexidade: 1) estabelecimento de metas institucionais por parte da PMMG; 2) maior lucratividade do tráfico de drogas, proporcionando a aquisição de mais armas de fogo; 3) melhor e mais rápido acesso viário ao aglomerado, propiciando operações policiais mais efetivas; 4) melhor acesso por parte da polícia de informações qualificadas sobre a criminalidade; dentro outros.

Tabela 32 - Armas de fogo apreendidas por vilas, Aglomerado da Serra, 2006-2021

Vila	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Frequência	
																	Abs.	Rel.
Marcola	0	4	7	10	7	7	13	7	7	10	24	32	30	43	30	29	260	22,26
Nossa Senhora de Fátima	1	3	2	5	12	12	6	2	9	8	19	23	34	28	33	21	218	18,66
Santana do Cafezal	17	24	6	1	8	3	6	3	8	18	7	15	13	17	21	17	184	15,75
Fazendinha	0	0	1	0	2	0	2	5	6	10	14	9	12	16	45	51	173	14,81
Nossa Senhora da Conceição	0	2	13	5	5	1	0	5	21	10	9	9	16	31	16	22	165	14,13
Novo São Lucas	1	2	0	2	5	1	7	7	2	7	11	3	6	5	26	18	103	8,82
Nossa Senhora Aparecida	0	0	2	0	0	0	0	0	0	1	4	6	10	11	17	8	59	5,05
Nossa Senhora do Rosário	0	0	2	0	0	0	0	0	0	1	0	1	2	0	0	0	6	0,51
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>35</b>	<b>33</b>	<b>23</b>	<b>39</b>	<b>24</b>	<b>34</b>	<b>29</b>	<b>53</b>	<b>65</b>	<b>88</b>	<b>98</b>	<b>123</b>	<b>151</b>	<b>188</b>	<b>166</b>	<b>1.168</b>	<b>100,00</b>

Fonte: CINDS, 2022.

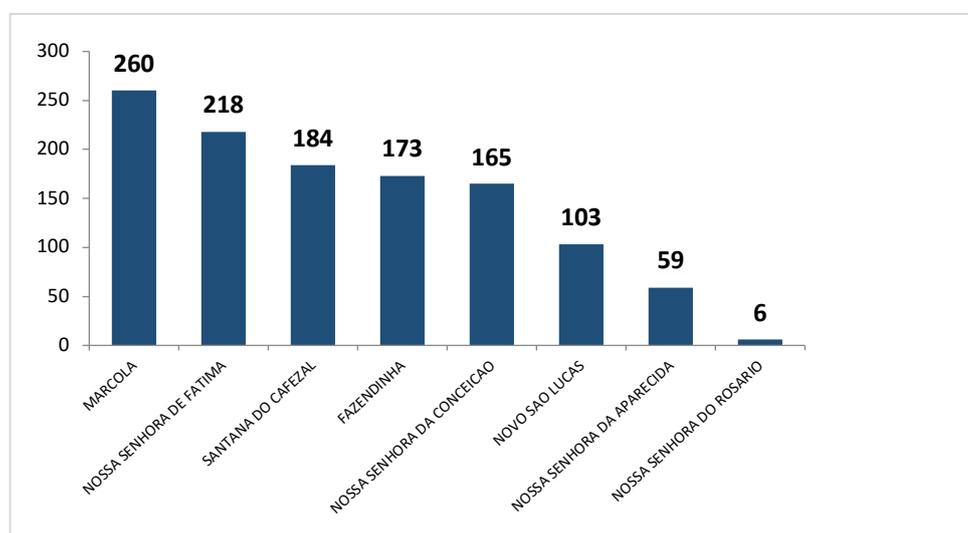
Tabela 33 - Tipos de armas de fogo apreendidas, Aglomerado da Serra, 2006-2021

Tipo de arma	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Frequência	
																	Abs.	Rel.
Pistola	3	10	11	4	13	7	11	15	36	36	54	61	59	79	97	79	575	49,23
Revólver	12	19	15	16	22	16	15	9	11	18	16	29	50	43	62	62	415	35,53
Outros tipos de arma	1	1	4	0	0	1	0	1	1	1	3	2	6	8	5	10	44	3,77
Espingarda/Escofeta	1	2	0	2	1	0	1	1	2	0	4	0	2	3	10	7	36	3,08
Submetralhadora	1	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3	5	1	15	3	4	35	3,00
Garrucha	1	2	1	1	2	0	3	1	0	4	3	0	4	1	6	1	30	2,57
Carabina / Rifle	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	2	1	1	2	2	2	13	1,11
Espingarda polveira	0	1	2	0	1	0	3	0	0	1	0	0	0	0	1	0	9	0,77
Arma de fogo	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2	1	0	0	0	0	0	5	0,43
Metralhadora	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	2	0,17
Pistolete/ cal. espingarda	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	2	0,17
Fuzil / fuzil de assalto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2	0,17
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>35</b>	<b>33</b>	<b>23</b>	<b>39</b>	<b>24</b>	<b>34</b>	<b>29</b>	<b>53</b>	<b>65</b>	<b>88</b>	<b>98</b>	<b>123</b>	<b>151</b>	<b>188</b>	<b>166</b>	<b>1.168</b>	<b>100,00</b>

Fonte: CINDS, 2022.

Conforme a Tabela 32 e o Gráfico 28, verifica-se que a maior quantidade de armas de fogo apreendidas se deu na Vila Marçola com 22,26% (260) dos registros. A segunda vila com maior apreensão de armas de fogo foi a Vila Nossa Senhora de Fátima com 18,66% (218) dos registros. A Vila Santana do Cafezal foi a terceira localidade com 15,75% (184) das armas apreendidas. Vila Fazendinha teve 14,81% (173) das apreensões de armas de fogo no aglomerado. Já na Vila Nossa Senhora da Conceição foram realizadas 14,13% (165) apreensões. As três vilas com menos apreensões de arma de fogo foram Novo São Lucas com 8,82% (103), Nossa Senhora Aparecida com 5,05% (59) e Nossa Senhora do Rosário com 0,51% (6).

Gráfico 29 - Armas de fogo apreendidas por vilas, Aglomerado da Serra, 2006-2021



Fonte: CINDS, 2022.

Conforme observa-se pela Tabela 33, a pesquisa apurou quais foram os tipos de armas (revólver, pistola, submetralhadora etc.) apreendidas no Aglomerado da Serra. Tal verificação é importante, pois pela análise dos tipos de armas apreendidas pode-se avaliar o poder de fogo e a qualidade das armas utilizadas pelo tráfico de drogas, por exemplo, as pistolas têm potencial de fogo maior, são melhores e mais caras do que os revólveres. Com mais lucro o tráfico compra melhores armas.

Nesse sentido, verificou-se que 84,76% (990) das armas de fogo apreendidas foram armas de porte (armas pequenas que podem ser transportadas na cintura: revólver; pistola; garrucha), sendo destas, 49,23% (575) pistolas e 35,53% (415) revólveres. Já as armas portáteis (armas longas que precisam ser transportadas por bandoleiras:

espingardas; submetralhadoras; carabinas; metralhadoras; fuzis etc.), constituíram 8,99% (88) das apreensões (TAB. 33 e GRÁF. 29).

Já as armas que podem ser consideradas defasadas ou antigas são minoria nas mãos do tráfico de drogas no Aglomerado da Serra, pois 3,51% (41) das armas apreendidas corresponderam a garruchas, polveiras e pistoletes (TAB. 33 e GRÁF. 29).

Quanto as armas apreendidas, cabe destacar os dois fuzis de última geração apreendidos nos últimos dois anos no Aglomerado da Serra. A apreensão de tais armamentos nas mãos dos traficantes demonstra o alto poder de fogo e econômico do tráfico de drogas no Aglomerado da Serra. Um fuzil como os que foram apreendidos custa entre R\$ 50.000,00 e R\$ 100.000,00 reais no mercado negro.

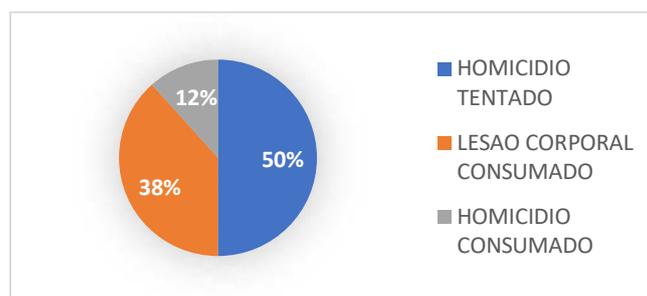
Além das 200 mortes já estudadas, a pesquisa apurou as mortes decorrentes da ação policial no Aglomerado da Serra, no período de 2006-2021. Para tanto, inicialmente foram elencadas as ocorrências de homicídio consumado, homicídio tentado e lesão corporal decorrentes da ação policial (TAB. 34 e GRÁF. 30).

Tabela 34 - Ocorrências de homicídio consumado, tentado e lesão corporal decorrentes da ação policial, Aglomerado da Serra, 2006-2021

Natureza	Frequência	
	Abs.	Rel.
Homicídio tentado	43	50,00
Lesão corporal	33	38,37
Homicídio consumado	10	11,63
<b>Total</b>	<b>86</b>	<b>100,00</b>

Fonte: CINDS, 2022.

Gráfico 30 - Ocorrências de homicídio consumado, tentado e lesão corporal decorrentes da ação policial, Aglomerado da Serra, 2006-2021



Fonte: CINDS, 2022.

Ao realizar filtro metodológico para contabilizar as vítimas fatais decorrentes das 86 ocorrências, foram constatados 19 óbitos (TAB. 35 e GRÁF. 31).

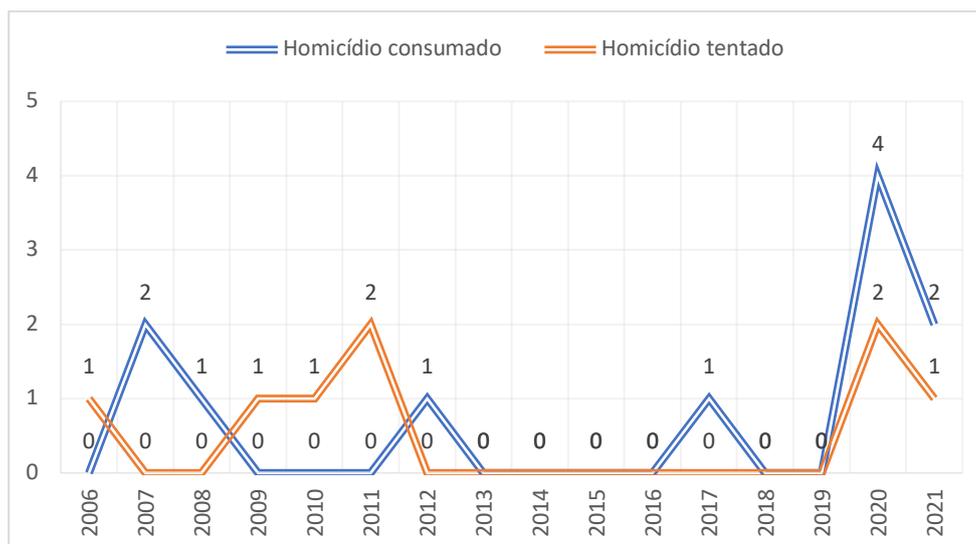
Tabela 35 - Mortes decorrentes de ação policial, Aglomerado da Serra, 2006-2021

Ano	Natureza da ocorrência		Frequência	
	Homicídio Consumado	Homicídio Tentado	Abs.	Rel.
2006	0	1	1	5,26
2007	2	0	2	10,53
2008	1	0	1	5,26
2009	0	1	1	5,26
2010	0	1	1	5,26
2011	0	2	2	10,53
2012	1	0	1	5,26
2013	0	0	0	0,00
2014	0	0	0	0,00
2015	0	0	0	0,00
2016	0	0	0	0,00
2017	1	0	1	5,26
2018	0	0	0	0,00
2019	0	0	0	0,00
2020	4	2	6	31,58
2021	2	1	3	15,79
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>08</b>	<b>19</b>	<b>100,00</b>

Fonte: CINDS, 2022.

Nota: Foram 09 registros de homicídio consumado registrados com 12 mortes, pois os REDS nº 2007-000262136-001 e 2020-061642467-002 narram dois óbitos, cada; 2) Foram 07 registros de homicídio tentado registrados com 08 mortes, pois o REDS nº 2011-000296789-001<sup>49</sup> narra dois óbitos.

Gráfico 31 - Mortes decorrentes de ação policial, Aglomerado da Serra, 2006-2021



Fonte: CINDS, 2022.

<sup>49</sup> Ocorrência de grande clamor social e exposição na mídia. Após apuração pela justiça comum e militar, foi comprovado que as duas vítimas foram executadas, além da falsidade ideológica no REDS. Este ator-pesquisador, acompanhou os desdobramentos *in loco*, na manhã seguinte aos fatos.

Observa-se que de 2006 a 2012 foi registrado em média uma ocorrência com morte por ano. De 2013 a 2016 verifica-se que não houve nenhum óbito, conforme o método. Entretanto, ressalta-se, conforme demonstrado pela Tabela 34, que foram 86 intervenções policiais com uso de força, uma média de cinco ocorrências por ano. Em 2017 foi registrado um óbito, seguido sem nenhuma morte em 2018 e 2019.

É perceptível que a partir de 2020 as ocorrências com mortes decorrentes de ação policial aumentaram, sendo observado seis registros em 2020 e três em 2021, período responsável por 47,37% dos casos. Num primeiro momento, por meio de um olhar superficial, uma vez que não é objeto desta pesquisa aprofundar nesses casos, tal fenômeno denota maior contundência nas intervenções policiais contra o tráfico de drogas no Aglomerado da Serra, somada de uma maior disposição por parte dos infratores em resistir às intervenções policiais. Por fim, ressalta-se que das 5.052 ocorrências policiais selecionadas e estudadas (4.966, Tab. 05, mais 86, Tab. 34), 0,31% (16<sup>50</sup>) das intervenções policiais terminaram em morte.

Findada esta seção, em síntese, verifica-se que a violência no Aglomerado da Serra reduziu consideravelmente a partir dos anos 2000 e apresenta sua maior queda nos últimos cinco anos. Da mesma forma, observa-se que as intervenções policiais por meio da repressão qualificada contra o tráfico de drogas no aglomerado (prisões de traficantes e apreensões de arma de fogo) tiveram sua maior efetividade a partir de 2013, coincidindo com o período de redução do número de homicídios consumados e tentados.

Nesse sentido, como será apresentado na próxima seção, entende-se que esses resultados positivos não foram aleatórios, pois no mesmo período da redução criminal observada e do aumento das prisões de traficantes e apreensões de armas de fogo, o Aglomerado da Serra recebeu quatro políticas públicas que influenciaram nesse resultado: GEPAR, PROERD, Fica Vivo e Vila Viva.

---

<sup>50</sup> Homicídios tentados: 1) 2006-000094370-001; 2) 2009-000943628-001; 3) 2010-001310550-001; 4) 2011-000296789-001; 5) 2020-015732923-001; 6) 2020-052352488-001; 7) 2021-023500420-001. Homicídios consumados: 8) 2007-000262136-001; 9) 2008-000193528-001; 10) 2012-002458531-001; 11) 2017-034962618-002; 12) 2020-015745452-001; 13) 2020-052341603-001; 14) 2020-061642467-002; 15) 2021-023504009-001; 16) 2021-031017248-001.

## 5 A INFLUÊNCIA DO PODER PÚBLICO NA VIDA DAS PESSOAS POR MEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, SERVIÇOS E PROGRAMAS: A BUSCA PELA EFETIVIDADE CIDADÃ NO AGLOMERADO DA SERRA

A administração pública moderna existe para atender as necessidades básicas das pessoas garantindo a elas o exercício da cidadania. Para atingir tal objetivo, os entes federativos<sup>51</sup> se valem da prestação contínua dos serviços públicos, da ativação de programas governamentais e da implementação de políticas públicas (PEREIRA e SPINK, 2006).

O senso comum, não raramente, entende como sinônimos política pública, serviço público e programa, porém, existem diferenças fundamentais entre os termos. Segundo Carneiro (2018), cada termo traz particularidades, por exemplo, a finalidade, a duração (permanente ou eventual), a forma de acompanhamento do público e origem e previsão dos recursos.

Dentre os termos, as políticas públicas podem ser vistas como o gênero. A definição de Mead<sup>52</sup> (1995 *apud* NÓBREGA JUNIOR, 2019) direciona para a área da política originada da análise do governo vigente, sob o enfoque das questões públicas necessárias, fazendo as escolhas de suas políticas, seja pela continuação das existentes nos governos anteriores, seja pela elaboração de suas próprias, sendo que a materialização dessas políticas se dá por meio dos serviços públicos ou programas governamentais, vistos como espécies do gênero política pública.

Para Meirelles e Filho (2016, p. 418), serviço público:

[...] é todo aquele prestado pela administração ou por seus delegados, sob normas e controles estatais, para satisfazer necessidades essenciais ou secundárias da coletividade ou simples conveniências do Estado.

Doutrinariamente, três critérios são propostos para a identificação do serviço público: subjetivo (incumbência do Estado em prestar o Serviço Público), material (presença

---

<sup>51</sup> União, estados e municípios (MORAIS, 2018).

<sup>52</sup> MEAD, L. M.. **Public Policy: vision, potential, limits**. Policy Currents. p. 1-4. 1995.

do interesse público) e formal (o regime jurídico que a lei determina) (ALEXANDRINO e PAULO, 2016).

Quanto aos programas governamentais, para Bucci (2006), são as políticas públicas com o fito de coordenar os meios disponíveis pelo Estado para realizar os objetivos sociais relevantes. Verifica-se que para o autor, políticas públicas e programas estão no mesmo nível.

Já para Jannuzzi (2014), os programas são meios para subsidiar políticas públicas que necessitam de: 1) pessoal técnico; 2) disponibilidade de instrumentos específicos; 3) adequação de equipamentos públicos; 4) alocação de recursos financeiros; 5) promoção de capacitação coordenada no tempo e no espaço.

No mesmo contexto, para Muniz *et al.* (2007, p. 40), os programas são:

[...] um conjunto de ações estratégicas para articular benefícios e serviços socioassistenciais e/ou de outras políticas sociais para, num prazo definido, alcançar determinados objetivos ou lidar com determinadas necessidades sociais, com vistas ao atendimento das seguranças devidas aos cidadãos.

Nesse sentido, para a maioria dos autores, verifica-se que o programa está para uma unidade de planejamento de uma determinada política pública ou se articula com outras políticas para alcançar os objetivos governamentais (CARNEIRO, 2018).

De toda forma, independente da ação governamental adotada (política, programa ou serviço público), não cabe aos entes federados apenas ofertarem de qualquer maneira tais políticas públicas à população. Os serviços ou programas necessitam observar os menores custos e ter boa qualidade, sempre satisfazendo o interesse coletivo, sendo efetivo, promovendo os impactos sociais nas atividades propostas (SILVA *et al.*, 2018).

Ressalta-se que é muito comum, após a implementação de alguma política pública, narrativas com discursos de “apoio” ou “rejeição” em virtude das disputas existentes na esfera política. Não obstante as questões eleitoreiras, cabe aos agentes políticos o empenho para o sucesso da ação desenvolvida, pois o objetivo primordial de

qualquer intervenção governamental é o bem coletivo (LOWI<sup>53</sup>, 1964 *apud* NOBREGA JUNIOR, 2019).

Desta forma, para que os objetivos almejados pela política pública sejam atingidos, ocasionando impacto social e alcançando efetividade, deve ser realizada uma prévia e criteriosa avaliação por parte gestor público, daquilo que realmente precisa ser feito, que seja necessário e oportuno para as intervenções públicas, focando nos princípios norteadores da cidadania, com destaque para a defesa dos direitos fundamentais estabelecidos e desejados (TORRES, 2004).

### **5.1 A efetividade das políticas públicas como o vetor para a cidadania**

Para Bauman (2005), a formação das cidades não foi capaz de garantir o emprego e a segurança para todas as pessoas que buscaram a vida urbana forçadas pela industrialização. Diariamente, há uma luta pela sobrevivência dos indivíduos que são segregados do progresso econômico e social.

Nesse cenário, por vezes caótico e injusto, as políticas públicas são as ferramentas utilizadas pelos governos para promover as mudanças necessárias na realidade social das pessoas. Tais políticas, ao menos na teoria, têm como objetivo reduzir as desigualdades, buscando o equilíbrio social entre os indivíduos (FERRAREZI e SARAVIA, 2006).

Para serem efetivas, nas palavras de Silva *et al.* (2018), a implementação das políticas públicas necessita promover o desenvolvimento e a transformação social. Nesta mesma linha doutrinária, Ghelman (2006) advoga que os governos devem direcionar as políticas públicas para as necessidades identificadas e os benefícios sociais almejados, chamados pelo autor de “função social”.

Nesse sentido, ressalta-se que as políticas públicas, seja na área da saúde, moradia, educação ou Segurança Pública, necessitam ter efetividade, provocando modificações reais na vida dos cidadãos, como: 1) melhorando o atendimento nos

---

<sup>53</sup> LOWI, Theodor. **American Business, Public Policy, Case Studies and Political Theory**. World Politics.16. p. 677-715. 1964.

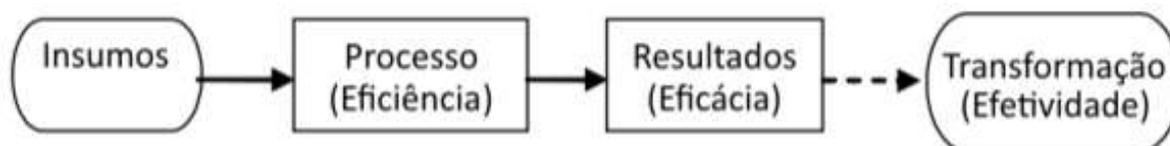
postos de saúde com o acesso rápido a remédios, exames e cirurgias; 2) proporcionando moradias dignas que garantam o bem estar; 3) educando melhor as pessoas, capacitando-as na busca por melhores empregos; 4) reduzindo a violência e a incidência de homicídios nas favelas (TORRES, 2004).

Verifica-se, porém, que há grande divergência no entendimento acadêmico e por parte das pessoas sobre a real definição do termo efetividade. Por vezes, os termos eficácia, eficiência e efetividade são confundidos e vistos como sinônimos, no entanto, é importante entender suas congruências e diferenças semânticas que se materializam em uma adequada aplicação.

No âmbito do Direito circunda a dúvida sobre a vontade do legislador em inserir os três conceitos na esfera legal. De forma direta, inseriu-se na Constituição Federal de 1988 o termo eficiência como um dos princípios da administração pública. Já os termos eficácia e efetividade não foram previstos explicitamente, porém, podem ser entendidos de forma implícita ou interpretativa (CASTRO, 2006).

Alguns autores nominam eficiência, eficácia e efetividade como “3 Es”. Na maioria das vezes, tais conceitos são utilizados na administração como critérios para aferição de desempenho e desenvolvimento social. De forma esquemática, conforme pode ser observado na Figura 41, Sano e Montenegro Filho (2013) apresentam como estariam organizados os “3 Es” em um processo de avaliação de desempenho.

Figura 41 - Fluxograma de avaliação de desempenho



Fonte: SANO e MONTENEGRO FILHO, 2013, p. 39.

Verifica-se que o fluxograma de avaliação de desempenho apresenta eficiência como processo para se alcançar os resultados ou objetivos propostos (eficácia). Observa-se que os autores destacam efetividade como transformação, que pode ser entendida como alteração ou modificação de coisa ou cenário.

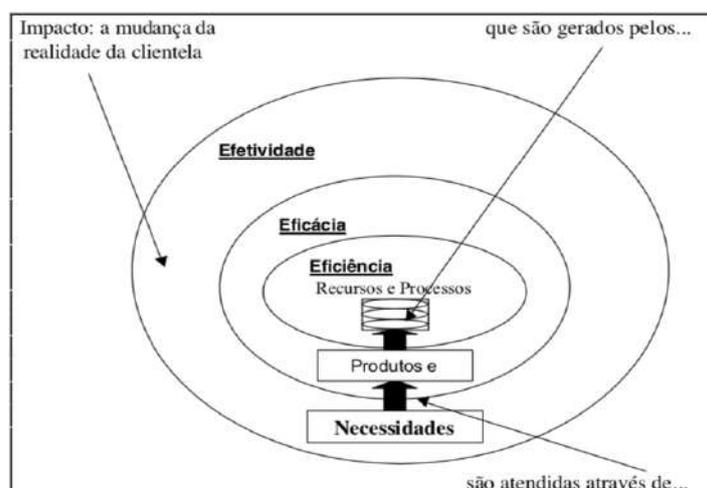
Nesse sentido, Lemos (2009) demonstra a importância conceitual dos “3 Es” ao apresentar os principais critérios de avaliação adotados pelo Manual da *United Nations Children’s Fund* (UNICEF<sup>54</sup>):

[...] eficiência: termo originado nas ciências econômicas que significa a menor relação custo/benefício possível para o alcance dos objetivos estabelecidos no programa; eficácia: medida do grau em que o programa atinge os seus objetivos e metas; impacto (ou efetividade): indica se o programa tem efeitos (positivos) no ambiente externo em que interveio, em termos técnicos, econômicos, socioculturais, institucionais e ambientais (UNICEF, 1990 *apud* LEMOS, 2009, p. 26).

Na administração pública, diversos estudos trabalham os três conceitos na implementação das políticas públicas, seja na segurança, saúde ou educação. Independente da área, a metodologia das avaliações transpõe as fronteiras temáticas devido a similaridade entre os processos realizados (SILVA e FORMIGLI, 1994).

Os “3 Es” são classificados por Marinho e Façanha (2001, p. 3) como: “dimensões desejáveis de desempenho de organizações e programas avaliados, que se traduzirá aqui por exigências de *efetividade*, de *eficiência* e de *eficácia* dos programas de governo.” Essas dimensões são exemplificadas de forma esquemática por Malmegrum e Michaud<sup>55</sup> (2003 *apud* GHELMAN, 2006), conforme Figura 42 .

Figura 42 - Dimensões de desempenho dos “3 Es”



Fonte: MALMEGRUM e MICHAUD, 2003 *apud* GHELMAN, 2006, p. 24.

<sup>54</sup> UNICEF. **Guide for monitoring and evaluation**. Nova York: Unicef, 1990.

<sup>55</sup> MALMEGRIM, Maria Lonidia; MICHAUD, Claude. **Modelagem organizacional para ação e controle estratégico: guia metodológico**. Brasília, 2003.

Pode se observar que a efetividade engloba todo o processo de desempenho das atividades desenvolvidas. A efetividade estaria relacionada ao impacto, a mudança da realidade da clientela.

Em contraponto, confirmando as dúvidas sobre o entendimento dos termos, para Ferreira<sup>56</sup> (1986 *apud* SILVA e FORMIGLI, 1994, p. 82), os três conceitos são apresentados como sinônimos: “[...] eficaz é o que produz o efeito desejado; [...] eficiência é a ação, força, virtude de produzir um efeito; [...] e efetivo é o que se manifesta por um efeito real.”

Dentre os três conceitos, efetividade seria o mais complexo para ser explicado, entendido e aplicado. Nesse sentido, a discussão doutrinária aponta diversos conceitos e definições sobre efetividade, não a definindo em um coro uníssono, mas direcionando para seu entendimento.

Silva *et al.* (2018) entendem que efetividade visa avaliar quanto os resultados das políticas públicas agregam melhorias aos cidadãos. Para Castro (2006), além de se observar as necessidades dos indivíduos, o gestor público deve verificar os benefícios sociais auferidos com a política pública implementada.

Para Osborne e Gaebler<sup>57</sup> (1994 *apud* SILVA *et al.*, 2018), a efetividade está relacionada à uma avaliação qualitativa das políticas públicas, onde os governos não devem apenas implementar políticas, mas boas políticas que agreguem e fortaleçam o exercício dos direitos pelos cidadãos - cidadania.

## **5.2 Políticas de Segurança Pública e políticas públicas de segurança**

Há divergências conceituais entre políticas de Segurança Pública e políticas públicas de segurança. Independente da classificação, ambas políticas convergem as atenções para a criminalidade. Formalmente, de um lado estão quase que

---

<sup>56</sup> FERREIRA, A. B. H.. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

<sup>57</sup> OSBORNE, D. & GAEBLERR, T. **Reinventando o governo** - como o espírito empreendedor está transformando o governo. Brasília: MH Comunicação, 1994.

exclusivamente as ações de Estado típicas de polícia, *stricto sensu*, dando corpo ao conceito de políticas de Segurança Pública. De outro lado estão todas as ações governamentais ou não-governamentais que influem indiretamente nas questões criminais e de violência, compondo as políticas públicas de segurança (OLIVEIRA, 2002).

Para Filocre (2009) as políticas de Segurança Pública incluem atuações policiais e políticas sociais, “ações preventivas e repressivas”, direcionadas unicamente e exclusivamente para a manutenção da ordem pública. Outras políticas públicas destinadas, por exemplo, a habitação, saúde ou educação, que indiretamente impactam na Segurança Pública, não são consideradas políticas de Segurança Pública, mas sim, políticas públicas de segurança.

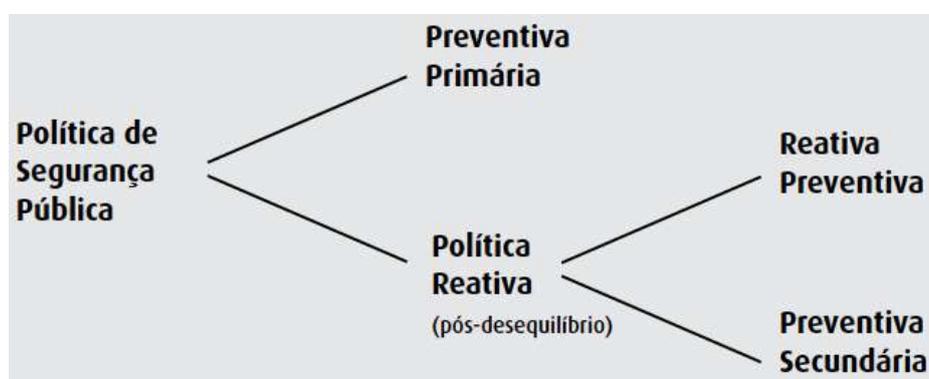
Ainda na busca pela estruturação conceitual das políticas de Segurança Pública, Filocre (2009) as classifica como:

- a) minimalistas (basta ação policial ou penas mais severas) ou maximalista (ação policial é importante mas não suficiente, devendo estar em harmonia com outras atividades);
- b) geral, regional ou local (abrangência de acordo com o direcionamento da política – país, região, estado, município, bairro ou alguma favela);
- c) distributiva (possui baixo grau de conflito – benefício de muitos sem custos) ou redistributiva (grande recurso para beneficiar certos grupos ou camadas sociais);
- d) reguladora (estabelece ordens ou proibições) ou constitutiva (cria, modifica ou modela instituições);
- e) estruturais (ações estruturais macro e socioeconômicas) ou tópicas (ações superficiais quando se destaca um desequilíbrio criminal);
- f) multissetorial (sinergia de vários órgãos públicos ou setores) ou específica (atuação de um único órgão);
- g) controle à criminalidade genérica ou específica: a escolha depende da análise quantitativa ou qualitativa a qual se pretende impactar;

- h) contínuas (têm a visão da ordem pública como um processo a ser construído e mantido) ou emergenciais (ações pontuais para restaurar a quebra da ordem pública);
- i) preventiva (evita o crime) ou reativa (busca punir o autor do crime).

Dentre as classificações elencadas, ampliam-se os conceitos das políticas de Segurança Pública classificadas como preventiva ou reativa, os quais apresentam subdivisões conforme observa-se na Figura 43.

Figura 43 - Políticas de Segurança Pública preventiva e reativa



Fonte: FILOCRE, 2009, p. 153.

A classificação preventiva primária está relacionada a manutenção da ordem pública condizente com a estabilidade social, evitando com que o crime aconteça. Após a eclosão do crime ou quebra da ordem pública, há ações reativas preventivas (buscam voltar a ordem pública ao nível anterior a sua ruptura) ou preventivas secundárias (buscam evitar com que a ordem pública se rompa novamente) (FILOCRE, 2009).

Já na esfera prática, diversos casos de rompimento da ordem pública foram observados ao longo da história pelo Brasil e pelo mundo, sendo que alguns deles ficaram conhecidos pela literatura devido aos resultados positivos auferidos após implementadas determinadas políticas públicas. Nesse sentido, serão abordados cases de sucesso de Bogotá, Nova York, Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e Diadema.

No início da década de 1990, a capital da Colômbia, Bogotá, em virtude do forte domínio no país por parte dos cartéis de drogas, conhecidos como Cartel de Cáli<sup>58</sup> e Medellín<sup>59</sup>, chegou a taxa de homicídios de 80 mortes por 100 mil habitantes em 1993. Após o enfraquecimento e queda dos cartéis, mediante apoio dos EUA, o governo municipal desenvolveu inúmeras políticas públicas, reduzindo a taxa de homicídios para 23 em 2003 e 17 em 2015. As ações governamentais implementadas foram organizadas com base na prevenção e na repressão: 1) a Segurança Pública foi descentralizada ao comando do prefeito; 2) criação de um sistema unificado e confiável de informações; 3) criação de um plano de segurança que buscou resolver as demandas de forma pacífica; 4) avaliação constante de todos os projetos implementados; 5) avaliação mensal dos resultados pelo prefeito e por autoridades estaduais e federais; 6) criação descentralizada de 20 conselhos locais para avaliação dos projetos e resultados; 7) saneamento da polícia com a demissão de mais de 3.000 policiais corruptos; 8) sociedade civil organizada acompanhando o desenvolvimento do plano de segurança; 9) treinamento de líderes comunitários para realizarem o trabalho em conjunto com a polícia; 10) campanha voluntária para o desarmamento da população realizada pela igreja e pela prefeitura; 11) controle dos horários de funcionamento dos locais de venda de bebidas; 12) campanhas contra a violência no trânsito; 13) recuperação e revitalização dos espaços públicos degradados; 14) melhoria do transporte público (NÓBREGA JUNIOR, 2019; SAPORI e SOARES, 2015).

Noutro giro, conhecido com Programa Tolerância Zero, tal programa foi implementado na cidade de Nova York após a marca de 2.245 homicídios em 1990. Com a adoção de novas políticas públicas os homicídios chegaram a 606 em 1998, uma redução de 72% das mortes intencionais. Além dos homicídios, os crimes no metrô reduziram em 80% e os crimes violentos em geral reduziram 51%. As estratégias adotadas pelo

---

<sup>58</sup> Ativo de 1977 a 1998, era um cartel de drogas, situado na região sul da Colômbia, ao redor da cidade de Cáli. Chegou a controlar 80% das exportações de cocaína da Colômbia para os Estados Unidos (WIKIPEDIA, 2022).

<sup>59</sup> Ativo de 1972 a 1993, era uma rede de traficantes de drogas organizada originada da cidade de Medellín, na Colômbia. Chegou a faturar cerca de 60 milhões de dólares por dia, 720 milhões de dólares por semana, 3 bilhões ao mês, chegando a faturar 40 bilhões de dólares americanos por ano. O Cartel de Medellín foi fundado pelo traficante Pablo Escobar em 1972, responsável pela maior parte das exportações de drogas para os Estados Unidos, Brasil, Europa e Oriente médio e se tornou o maior cartel de drogas que o mundo já viu. O Cartel ganhou muito de sua força e influência após a morte de muitos políticos e traficantes rivais, além de financiar campanhas eleitorais de políticos (WIKIPEDIA, 2022).

governo municipal foram: 1) tolerância zero, ou seja, repressão severa inclusive contra os pequenos delitos; 2) melhoria na gestão policial, aumento de efetivo, melhoria na qualidade do atendimento, na avaliação e no gerenciamento do efetivo; 3) melhoria no fluxo das informações criminais e do planejamento operacional por meio de um programa informatizado - Compstat<sup>60</sup>; 4) recursos humanos e logísticos gerenciados com base na gestão por resultados com mapeamento dos *hot spots*; 5) estabelecimento de metas para a redução de crimes sendo estes monitorados com frequência; 6) foco na prevenção de homicídios (SAPORI e SOARES, 2015).

Agora em território nacional, o Rio de Janeiro, já a mais de 40 anos sofrendo com o crime, em especial o tráfico de drogas, ao longo de sua história recente buscou estratégias para se combater esse mal. Inspirado no êxito colombiano da cidade de Medellín, o governo fluminense criou o projeto UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora). Implementado em 2010, todos os índices de criminalidade violenta regrediram. O projeto se deu com a retomada de territórios dominados pelo tráfico e a posterior instalação permanente de unidades policiais (UPPs) nessas localidades. Os policiais das UPPs foram inseridos com a finalidade de se aproximar da comunidade, nos preceitos da polícia comunitária, permanecendo 24 horas por dia nas comunidades. Dentre os resultados mensurados, já no primeiro semestre de 2010, comparando-se com 2009, foram contabilizados 642 homicídios a menos. Após dois anos de projeto, os homicídios regrediram da casa das 6 mil mortes em 2010 para 4 mil em 2012. Inegável os bons resultados auferidos. Entretanto, as mudanças de administração e os casos seguidos de corrupção, fizeram o projeto perder sua força (SAPORI e SOARES, 2015; VALENTE, 2016).

Para conter o aumento dos homicídios nos últimos seis anos da década de 1990, o governo do Estado de São Paulo desenvolveu inúmeras ações que perduraram por nove anos. Como resultado, enquanto todo país ainda amargava aumento sobre aumento, ano após ano na primeira década de 2000, o estado de São Paulo reduziu em 65% o número de homicídios. Dentre os principais projetos adotados pelo estado, destacam-se: 1) melhoria do setor de inteligência da polícia civil; 2) grande

---

<sup>60</sup> É um programa de informatização e quantificação usado por departamentos de polícia. Ele foi originalmente criado pelo Departamento de Polícia da Cidade de Nova York na década de 1990 (WIKIPEDIA, 2022).

investimento no Departamento de Homicídios; 3) contratação de mais efetivo para a polícia militar; 4) implementação do georreferenciamento criminal em 1999 - Infocrim; 5) melhoria na estrutura logística das polícias; 6) criação de mais vagas no sistema prisional; 7) parceria com a sociedade civil na implementação de projetos preventivos; 8) criação do Fotocrim em 1999 - cadastro de 300 mil infratores; 9) treinamento para controle do uso excessivo da força em 1999 - Método Giraldi; 10) implementação do Disque-Denúncia em 2000; 11) instalação da Delegacia Eletrônica para facilitar o registros de crimes de menor potencial ofensivo em 2000; 12) implementação do Plano de Combate aos Homicídios pelo DHPP, com o objetivo de prender homicidas contumazes; 13) integração de áreas entre as polícias; 14) contratação de soldados temporários liberando efetivo para a atividade operacional; 15) criação do Guardião em 2003 (programa de escutas); 16) criação das bases móveis (SAPORI e SOARES, 2015).

No nordeste brasileiro, a política pública conhecida como Pacto pela Vida (PPV), foi implementada no estado de Pernambuco no ano de 2007 com o objetivo principal de reduzir homicídios. Verificou-se que de 2008 a 2012, a redução do número de homicídios foi de 25,16%, uma diminuição real de mais de mil crimes. Chama atenção que no mesmo período, os demais estados do nordeste tiveram expressivo aumento do número de homicídios, sendo Pernambuco o único estado que reduziu o número de mortes intencionais na região. O PPV se pautou em quatro eixos temáticos: 1) Ampliar e qualificar a defesa social; 2) Melhorar a administração prisional e promover a ressocialização; 3) Implementar a prevenção social da criminalidade; 4) Promover a articulação entre os atores do sistema de contenção criminal. De forma mais específico, outras ações, de 2007 a 2009, podem ser listadas como políticas implementadas pelo PPV: 5) Aumento de 25% do efetivo da polícia militar; 6) Aumento de 30% do efetivo da polícia civil; 7) Aumento de 50% do efetivo da polícia científica; 8) Investimento na Segurança Pública saltou de R\$ 23 milhões para R\$ 68 milhões de reais; 9) Gestão pública voltada para análise de desempenho e cobrança de resultados regionalizada; 10) Média mensal de inquéritos produzidos pela polícia civil subiu de 15 em 2008 para 90 inquéritos por mês em 2009; 11) Aumento na prisão dos autores de homicídios. Não obstante os expressivos resultados, Pernambuco não conseguiu manter a redução, pois de 2013 a 2016, houve um aumento de 41% nos

casos de homicídios, perdendo toda a redução obtida até 2012 (NÓBREGA JUNIOR, 2019; SAPORI e SOARES, 2015).

Por fim, em Diadema, município do estado de São Paulo com 429 mil habitantes conforme IBGE (2021), ficou conhecido pelos estudiosos da Segurança Pública com a redução expressiva no número de homicídios ocorrida entre 2002 e 2006, passando de 325 para 121 casos no período, de uma taxa de homicídios de 79,1 mortes por 100 mil habitantes para 26,3. Ressalta-se que o município já ocupou o posto de terceiro lugar entre os mais violentos do Brasil. Fato pouco comum no país, a prefeitura implementou políticas públicas com o foco na prevenção criminal, dentre eles, destacam-se: 1) criação da Secretaria Municipal de Defesa Social; 2) estabelecimento de horário (23 horas) para o fechamento de bares, botecos e afins com a criação da Lei Ordinária nº 2107/2002, conhecida como a Lei de Fechamento de Bares de Diadema (REZENDE; RODRIGUES; ALMEIDA, 2009; SAPORI e SOARES, 2015).

Com a breve exposição dos *cases*, verifica-se que é possível reverter quadros graves na Segurança Pública com a inserção de políticas públicas. No mesmo sentido, esta pesquisa abordará as quatro políticas públicas, *lato sensu*, implementadas no Aglomerado da Serra: Fica Vivo!; GEPAR; PROERD; Vila Viva; e com base em um dos objetivos específicos definidos, buscar-se-á identificar os impactos dessas políticas, bem como correlacioná-las ao fenômeno homicídio na respectiva favela.

### **5.3 Fica Vivo!, GEPAR, PROERD e Vila Viva no Aglomerado da Serra**

#### **5.3.1 Fica Vivo!**

Entre 1980 e 2000, os dados do IBGE apontam 598.267 mortes intencionais no Brasil. Como apresentado na Seção 4 desta pesquisa, a década de 1990 foi palco de um aumento expressivo do número de homicídios no país. Em Minas Gerais e em Belo Horizonte não foi diferente do cenário nacional.

Em Belo Horizonte, entre 1997 e 2001, verificou-se um aumento de 100% nos casos de homicídios (CORRÊA, 2008). Já Silveira *et al.* (2009) vão além e complementam que Belo Horizonte contabilizou 171% de aumento no número de homicídios entre

1990 e 2001. Conforme DataSus (2022), o pico das mortes na capital mineira foi em 2004, contabilizando 1.506 mortes.

Até diagnosticar esse fenômeno, não eram comuns os relatos de políticas públicas para a prevenção de homicídios no Brasil. Um dos poucos estudos encontrados a época, mencionava o Caso de Diadema (SILVEIRA *et al.*, 2009).

Experiências de programas dessa natureza ocorreram em outras partes do mundo. Além dos *cases* mencionados, destacam-se nos Estados Unidos: em Boston, *The Boston Gun Projects - Operation Ceasefire*; em Atlanta o *Reducing Gun Violence Community Problem Solving in Atlanta*; em Los Angeles, o *Reducing Gun Violence - Operation Ceasefire - in Los Angeles*. Na Colômbia, em Cali, cita-se o Programa de *Desarrollo, Seguridad y Paz (Desepaz)* que proporcionou a redução de 50% nos assassinatos em 1993 (SILVEIRA *et al.*, 2009).

Em face ao contexto violento observado no Brasil e no estado, o Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), idealizou e estruturou em 2002, um Programa de Controle de Homicídios para a cidade de Belo Horizonte (CORRÊA, 2008).

Conforme explicam Silveira *et al.* (2009, p. 3):

[...] o Centro de Estudos em Criminalidade e Segurança Pública da Universidade Federal de Minas Gerais (CRISP/UFMG) liderou em agosto de 2002 o processo de criação do "Programa Controle de Homicídios", posteriormente denominado "Fica Vivo". Para a gestão do Programa foi criado um grupo de coordenação geral, integrado por representantes dos dois grupos operativos do Programa: o grupo de mobilização comunitária, composto por lideranças comunitárias, gestores públicos locais, representantes de Organizações Não-Governamentais (ONG), empresas e a UFMG; e o grupo de intervenção estratégica, composto por membros do Ministério Público, Polícia Militar, Polícia Civil, Judiciário e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

O programa partiu do diagnóstico realizado de que os homicídios aconteciam em locais próximos à residência das vítimas, concentrando-se em algumas favelas da cidade, e que os órgãos de justiça criminal estavam desconectados, promovendo respostas ao fenômeno de forma "lenta e ineficaz". Para fazer frente a esse problema, o CRISP se reuniu com o poder público estadual tendo selecionado o Morro das

Pedras para um projeto piloto, devido ser esta favela o local com o maior índice de homicídios à época (CORRÊA, 2008).

No mesmo sentido, Silveira *et al.* (2009, p. 4) trazem que:

O aglomerado denominado Morro das Pedras situa-se na região Oeste de Belo Horizonte e contava com cerca de 18.000 habitantes em 2002. O local foi escolhido para sediar o Programa devido a sua alta incidência de homicídios e a malha de aparelhos públicos e lideranças comunitárias motivadas para o enfrentamento do problema.

A situação alarmante verificada em 2002 no aglomerado do Morro das Pedras é registrada:

Em 2002 [...] o aglomerado contabilizara 32 homicídios, o que correspondia a uma taxa de 202,2 homicídios por 100.000 habitantes, número muito alto quando comparada com a taxa de 37,8 registrada para a capital como um todo. Além disso, a região onde o aglomerado se situa se destacava na mídia pela violência envolvendo seus moradores e havia uma pressão social para que fosse dado algum tratamento a situação (MINAS GERAIS, 2020, p. 6).

Metodologicamente, o Fica Vivo foi estruturado em dois eixos basilares, denominados Intervenção Estratégica e Proteção Social. Intervenção Estratégica congregava os órgãos de Justiça Criminal (Ministério Público, Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal, Poder Judiciário, estado e prefeitura de Belo Horizonte). A Proteção Social previa ações sociais na comunidade como oficinas e eventos de esporte, cultura, lazer, cidadania, saúde e profissionalização, com foco nos moradores com idade entre 12 e 24 anos (CORRÊA, 2008).

Foi estabelecida uma rotina de controle semanal de homicídios e ações preventivas. Após seis meses de instalação, o projeto piloto resultou em uma redução de 47,1% dos homicídios no Morro das Pedras, sendo “a maior redução entre todos os aglomerados violentos da época” CRISP<sup>61</sup> (2003 *apud* CORRÊA, 2008).

---

<sup>61</sup> CRISP. Boletim Informativo: **Programa Fica Vivo: ações simples, resultados efetivos**. Informativo, Ano 1, N° 5. Fevereiro de 2003.

O excepcional resultado levou à institucionalização do programa pelo governo estadual em 2003, definindo como unidade gestora a Secretaria Estadual de Defesa Social (SEDS). Nas palavras de Silveira *et al.* (2009, p. 5):

[...] esse fato implicou na criação de uma estrutura própria para o Programa, com instalação de um Núcleo de Prevenção à Criminalidade na comunidade [...] definição de orçamento e replicação do modelo em outras 25 comunidades do estado.

O Decreto nº 43.334, de 20 de maio de 2003, institucionalizou o Programa de Controle de Homicídios como um programa em nível estadual. No ano de 2004, o programa passou a ser chamado de Fica Vivo!, “um nome fantasia” escolhido pelos representantes envolvidos no projeto piloto do Morro das Pedras, com o objetivo de facilitar sua divulgação entre os jovens (CORRÊA, 2008).

Dezenove anos após a sua institucionalização, de acordo com a SEJUSP (2020, p. 7), o Programa de Controle de Homicídios - Fica Vivo!:

[...] compõe, através da Diretoria de Proteção da Juventude, da Superintendência de Políticas de Prevenção à Criminalidade, a Política Estadual de Prevenção à Criminalidade da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública de Minas Gerais (SEJUSP). Cabe mencionar que no ano de 2019, a partir da promulgação da Lei nº 4.813/17, a Política de Prevenção à Criminalidade do Estado de Minas Gerais torna-se política de estado.

Verifica-se que o Fica Vivo! se tornou uma política de Estado<sup>62</sup> passando por cinco governos de diferentes partidos: 2003-2006 (Governo Aécio Neves, PSDB); 2007-2010 (Governo Aécio Neves, PSDB); 2011-2014 (Governo Antônio Anastasia, PSDB/ Alberto Pinto Coelho, PP); 2015-2018 (Governo Fernando Pimentel, PT); e 2019-2022 (Governo Romeu Zema, NOVO).

Desde a sua concepção, o Fica Vivo! mantém os dois eixos metodológicos. O eixo relativo a Intervenção Estratégica, hoje, mais estruturado, se subdivide em Policiamento Preventivo Especializado realizado pelo GEPAR da PMMG e o Grupo de Intervenção Estratégica (GIE), composto pelos órgãos do sistema de justiça

---

<sup>62</sup> As políticas de Estado são estruturantes e longínquas, costumam atravessar os governos e não são modificadas, por isso, são mais robustas e complexas, pois se referem aos aspectos da sociedade (CARDOSO, 2020).

criminal. As ações desempenhadas pelo GIE elencadas por SEJUSP (2020, p. 8), se baseiam em uma rede para a coleta e trâmite de informações, por meio de:

- 1) Reuniões ordinárias envolvendo os representantes do GIE;
- 2) Levantamento de dados para identificação de pessoas e/ou grupos a serem monitorados;
- 3) Sistematização de informações em relatórios sobre as pessoas/e ou grupo monitorados;
- 4) Análise dos relatórios em articulação com a dinâmica criminal das áreas monitoradas para que se verifiquem as medidas que possam ser adotadas;
- 5) Acompanhamento das medidas adotadas e avaliação dos resultados alcançados;
- 6) Aproximação e integração entre os representantes das instituições componentes do Grupo;
- 7) Trabalho contínuo e ágil, com redução das formalidades.

Como outra ação efetiva do Programa, destacam-se as reuniões mensais entre os integrantes das Unidades de Prevenção à Comunidade de Base Local (UPC<sup>63</sup>) e os representantes da PMMG, responsáveis pela atuação do GEPAR, bem como as reuniões entre os representantes dos órgãos que compõem o GIE.

Ressalta-se o ator-pesquisador participou de ambas as reuniões, entre 2021 e 2022, para tratar das ações preventivas e de repressão qualificada<sup>64</sup> realizadas pelo GEPAR da 127ª Cia da PMMG no Aglomerado da Serra.

Quanto ao eixo de Proteção Social, atualmente são desenvolvidas as seguintes atividades:

- 1) Análise da dinâmica social das violências e da criminalidade; Oficinas de esporte, cultura e arte;
- 2) Projetos locais;
- 3) Projetos de circulação;
- 4) Atendimentos individuais;
- 5) Fóruns Comunitários;
- 6) Projetos (Inter) institucionais (SEJUSP, 2020, p. 10).

Para ilustrar a teoria apresentada, pesquisou-se dados sobre o Fica Vivo! junto a SEJUSP que serão abordados na subseção seguinte.

---

<sup>63</sup> Instituído pela Resolução Conjunta nº 160, de 14 de janeiro de 2013, que estabelece as diretrizes de atuação conjunta entre os Grupos Especializados em Policiamento de Áreas de Risco – GEPAR e as Unidades de Prevenção à Criminalidade de Base Local UPC.

<sup>64</sup> Conjunto de medidas adotadas por órgãos policiais com o objetivo de [...] reprimir crimes de forma pontual, mediante utilização da análise criminal e da Inteligência de Segurança Pública na produção de conhecimentos, visando resultados pontuais de contenção e redução da criminalidade (MINAS GERAIS, 2019).

### 5.3.1.1 Análise dos dados coletados sobre o Fica Vivo!

Conforme elencado na Seção 1, esta pesquisa buscou dados do Fica Vivo! junto à SEJUSP, especificamente na Subsecretaria de Prevenção à Criminalidade onde o Programa se encontra subordinado.

Inicialmente, questionou-se quando foi implementado o programa no Aglomerado da Serra. A SEJUSP (2022) informou que a Unidade de Prevenção à Criminalidade Serra foi implantada em maio de 2006, dando início ao programa Fica Vivo! na comunidade.

Foram disponibilizados dados a partir de 2006. Dessa forma, apurou-se a quantidade de pessoas atendidas pelo Fica Vivo!, de 2006 a 2021, conforme observa-se pela Tabela 36.

Tabela 36 - Pessoas atendidas pelo Fica Vivo!, Aglomerado da Serra, 2006-2021

Ano	Pessoas atendidas	Frequência Relativa (%)
2006	217	4,22
2007	382	7,42
2008	392	7,62
2009	495	9,62
2010	436	8,47
2011	445	8,65
2012	378	7,35
2013	367	7,13
2014	327	6,36
2015	307	5,97
2016	326	6,34
2017	327	6,36
2018	269	5,23
2019	312	6,06
2020	124	2,41
2021	41	0,80
<b>Total</b>	<b>5.145</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SEJUSP, 2022.

Notas: 1) Os dados anuais correspondem a média mensal de pessoas atendidas pelo Fica Vivo! 2) No ano de 2021, não houve execução de oficinas nos meses de abril a junho devido às restrições impostas pela pandemia COVID-19; 3) No ano de 2020, não houve execução de oficinas nos meses de abril a novembro devido às restrições impostas pela pandemia COVID-19; 4) No ano de 2017, a execução dos Programas foi interrompida nos meses de agosto a dezembro devido à mudança da OSCIP executora da Política de Prevenção; 5) No ano de 2016, a execução dos Programas foi interrompida nos meses de maio e junho devido à mudança da OSCIP executora da Política de Prevenção.

Considerando-se um universo populacional de 50 mil pessoas residentes no Aglomerado da Serra, verifica-se que nos 15 anos de instalação do Fica Vivo! no

aglomerado, entorno de 10% dos moradores foram atendidos pelo Programa de Controle de Homicídios.

Outra percepção, ao se excluir os dados de 2020 e 2021 (pandemia de corona vírus), verifica-se que o número de pessoas atendidas pelo Fica Vivo! entre 2006-2021, oscilou entre 217 e 495, perfazendo uma média anual de 322 pessoas.

Os atendimentos do Fica Vivo! se consolidam por meio das oficinas que são desenvolvidas pelo programa. Nesse sentido, pesquisou-se quantas e quais foram as oficinas realizadas pelo programa no Aglomerado da Serra, entre 2006 e 2021. Entretanto, conforme verifica-se pelas Tabelas 37 e 38, a SEJUSP só dispõe dessas informações a partir de 2013.

Tabela 37 - Quantidade de oficinas realizadas pelo Fica Vivo!, Aglomerado da Serra, 2013-2021

Ano	Oficinas realizadas	Frequência Relativa (%)
2013	23	14,94
2014	20	12,99
2015	18	11,69
2016	20	12,99
2017	19	12,34
2018	16	10,39
2019	18	11,69
2020	14	9,09
2021	6	3,90
<b>Total</b>	<b>154</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SEJUSP, 2022.

Notas: 1) Os dados anuais correspondem a média mensal de pessoas atendidas pelo Fica Vivo! 2) No ano de 2021, não houve execução de oficinas nos meses de abril a junho devido às restrições impostas pela pandemia COVID-19; 3) No ano de 2020, não houve execução de oficinas nos meses de abril a novembro devido às restrições impostas pela pandemia COVID-19; 4) No ano de 2017, a execução dos Programas foi interrompida nos meses de agosto a dezembro devido à mudança da OSCIP executora da Política de Prevenção; 5) No ano de 2016, a execução dos Programas foi interrompida nos meses de maio e junho devido à mudança da OSCIP executora da Política de Prevenção; 6) A SEJUSP não dispõe dos dados das oficinas antes de 2013.

Conforme verifica-se pela Tabela 37, a pandemia de corona vírus foi prejudicial ao programa. A média anual foi de 17 oficinas com as modalidades temáticas apresentadas pela Tabela 38.

Uma crítica que pode ser feita é a falta de controle dos dados por parte da SEJUSP sobre a quantidade de oficinas ofertadas pelo programa nos anos anteriores a 2013.

Tabela 38 - Modalidades das oficinas realizadas pelo Fica Vivo!, Aglomerado da Serra, 2014-2021

2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Artesanato	Artesanato	Artesanato	Artesanato	Barbearia	Artes Visuais	Artes Visuais	Esportes
Basquete	Basquete	Batuque	Batuque	Barbearia	Barbearia	Barbearia	Dança
Batuque	Batuque	Breaking	Breaking	Breaking	Danças	Batuque	Fotografia
Capoeira	Breaking	Circo	Circo	Danças	Esportes	Danças	Funk
Futebol	Circo	Esportes	Esportes	Futebol	Futebol	Esportes	Futebol
Francês	Esportes	Esportes	Futebol	Futebol	Futsal	Funk	Ativ. Física
Futebol	Futebol	Futebol	Futsal	Futsal	Futsal Misto	Futebol	Skate
Futsal	Futsal	Futsal	Futsal	Futsal	Informática	Futsal	Funcional
Futsal Feminino	Futsal Masculino	Futsal	Futsal Misto	Futsal Misto	Artes Visuais	Informática	Violão
Futsal Masculino	Futsal Misto	Futsal Misto	Hip Hop	Informática	Passinho	Percussão	
Futsal Misto	Grafite	Hip Hop	Informática	Jiu-Jitsu / MMA	Percussão	Música	
Grafite	Hip Hop	Informática	Jiu-Jitsu	Passinho/Funk	Música	Skate	
Hip Hop e Danças	Jiu-Jitsu	Jiu-Jitsu	Futsal	Percussão	Skate	Funcional	
Jiu-Jitsu	Kung Fu / Boxe	Futsal	Rapunzel	Oficina de DJ	Artes Visuais		
Kung Fu / Boxe	Futsal	Rapunzel	Street Ball	Skate			
Meninos da Ponte	Rapunzel	Street Ball	Vídeo / Foto				
Manutenção de PC	Ritmo e Poesia	Vídeo / Foto	Violão I				
Musicalização	Street Ball	Violão I					
Ritmo e Poesia	Vídeo / Fotografia	Violão II					
Vídeo	Violão I						
Vídeo / Fotografia	Vôlei						
Violão I							
Vôlei							

Fonte: SEJUSP, 2022.

Notas: 1) A quantidade de oficinas não condiz com a quantidade de nomes das oficinas; 2) A SEJUSP não dispõe dos dados das oficinas realizadas antes de 2014.

Pela análise das Tabelas 37 e 38, verifica-se que há inconsistência nas informações, pois a quantidade de oficinas informada não condiz com a quantidade das oficinas nominadas.

Denota-se falta de coordenação e controle das atividades desenvolvidas pelo programa por parte dos governos estaduais, pois a SEJUSP não dispõe dos dados anteriores ao ano de 2013, relativos à quantidade de oficinas, bem como dos dados do tipo de oficinas que foram realizadas antes de 2014.

Dos dados disponibilizados, verifica-se que as oficinas possuem temáticas relacionadas a esportes, música, danças e atividades laborais (menor quantidade).

Esta pesquisa buscou informações quanto ao investimento financeiro realizado pelo governo de Minas Gerais no Fica Vivo! ao longo dos anos em todo o estado. A Tabela 39 apresenta os orçamentos anuais com o programa.

Tabela 39 - Valores investidos pelo governo de Minas Gerais no Fica Vivo!, 2012-2021

Ano	Investimento	Frequência Relativa (%)
2012	R\$ 15.674.765,63	10,94
2013	R\$ 15.020.765,77	10,48
2014	R\$ 15.854.031,44	11,06
2015	R\$ 14.786.887,13	10,32
2016	R\$ 15.044.485,85	10,50
2017	R\$ 8.425.843,35	5,88
2018	R\$ 18.167.412,52	12,68
2019	R\$ 12.865.305,06	8,98
2020	R\$ 16.028.320,15	11,18
2021	R\$ 11.441.456,66	7,98
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 143.309.273,56</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SEJUSP, 2022.

Nota: Os orçamentos nos anos anteriores a 2012 não foram informados pela SEJUSP.

A falta de informações anteriores ao ano 2012 quanto ao investimento orçamentário implementado no Fica Vivo! demonstra ausência de coordenação e controle por parte dos governos estaduais, pois a SEJUSP não dispõe dos dados.

A média anual de investimento no programa gira em R\$ 14.330.927,36. Chama atenção para o orçamento disponibilizado pelo governo ao Fica Vivo! no ano de 2017, cujo o valor foi de R\$ 8.425.843,35. Em contrapartida, no ano seguinte, 2018, verificou-se o maior orçamento disponibilizado para o programa durante os anos informados, R\$ 18.167.412,52.

Há que se destacar, que nos anos da pandemia de corona vírus, 2020 e 2021, apesar de informada a redução do número de oficinas e do número de jovens atendidos, verificou-se um quantitativo orçamentário significativo.

### 5.3.2 Grupo Especial de Policiamento em Área de Risco (GEPAR)

Dentro do universo de ações possíveis para frear a incidência de homicídios, as Polícias Militares do Brasil têm um papel fundamental no que tange a prevenção e a repressão criminal. A Constituição da República (CR), promulgada em 1988 pelo Congresso Nacional, ao definir a Segurança Pública em seu art. 144, § 5º, determinou

que “às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública [...]”.

Partindo dessa premissa constitucional, verifica-se que as competências das polícias militares se baseiam na polícia ostensiva e na preservação da ordem pública. A doutrina ensina que a “preservação da ordem pública” engloba um rol de atividades que vão muito além da “manutenção da ordem pública”, que foi definida anteriormente por meio do Decreto nº 667, de 2 de julho de 1969, recepcionado pela nova Constituição (PRADO, 2007).

Quanto ao conceito de ordem pública, entende-se como o ambiente estabilizado, de convivência harmoniosa entre as pessoas, de paz pública, onde as normas estabelecidas sejam cumpridas e que as pessoas possam exercer seus direitos e cumprir seus deveres (ROSÁRIO, 2017).

Já com a expressão “polícia ostensiva”, o constituinte ampliou as competências das polícias militares, pois ao invés de policiamento, que denota o ato de executar a fiscalização, polícia ostensiva é mais abrangente, respaldando a totalidade do poder de polícia. Já ostensividade diz respeito aquilo que é visível, caracterização típica da indumentária militar (MINAS GERAIS, 2016).

O Decreto nº 667/69 que reorganizou as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares do Brasil foi regulamentado pelo Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983. Nesse, o policiamento ostensivo é definido em seu art. 2º, como:

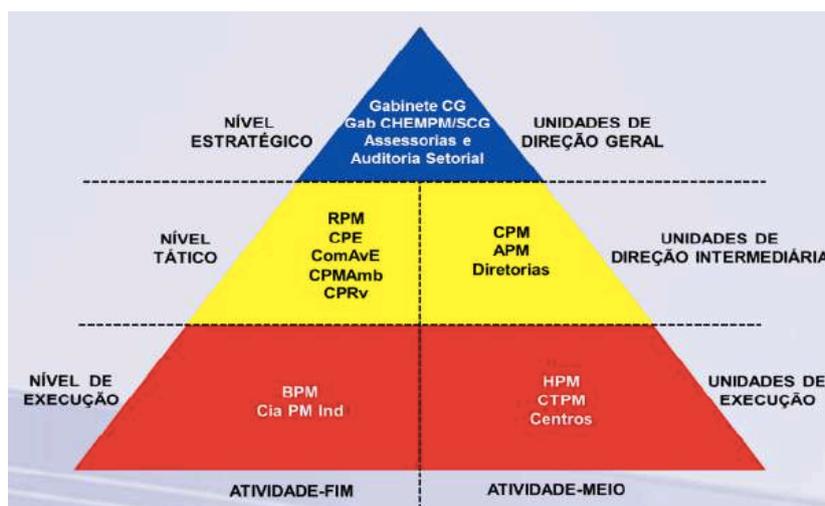
[...] ação policial, exclusiva das Polícias Militares, em cujo emprego o homem ou a fração de tropa engajados sejam identificados de relance, quer pela farda, quer pelo equipamento, ou viatura, objetivando a manutenção da ordem pública. São tipos desse policiamento, a cargo das Polícias Militares, ressalvadas as missões peculiares das Forças Armadas, os seguintes: de trânsito [...] rodoviário e ferroviário, nas estradas estaduais; [...] (BRASIL, 1983, n.p).

Na esfera regional, com a promulgação da Constituição do Estado de Minas Gerais em 1989, alinhada às determinações da Carta Maior, foram definidas as competências para a PMMG no art. 142, inciso I, tendo revisitado alguns conceitos apresentados no Decreto nº 88.777/83, competindo “[...] à Polícia Militar, a polícia ostensiva de

prevenção criminal, de segurança, de trânsito urbano e rodoviário[...]" (MINAS GERAIS, 1989, n.p).

Definida a competência constitucional, para cumpri-la, a Polícia Militar de Minas Gerais está organizada gerencialmente em três níveis, conforme observa-se pela Figura 44.

Figura 44 - Estrutura organizacional da Polícia Militar de Minas Gerais



Fonte: MINAS GERAIS, 2019, p. 19.

Verifica-se que no nível estratégico as unidades de direção geral correspondem ao Comando Geral, Chefia do Estado-Maior da Polícia Militar (EMPM), assessorias e Auditoria Setorial.

A partir do nível de direção intermediária, há a divisão entre atividade fim (destinada ao policiamento ostensivo) e atividade meio (destinada ao planejamento e apoio). Dentro da atividade fim estão 19 Regiões de Polícia Militar (RPM) que dividem o estado em 19 áreas de responsabilidade territorial e o Comando de Policiamento Especializado (CPE), composto por unidades especializadas (ROTAM, Choque e BOPE) que podem atuar em todo estado. Já na atividade-meio está a Corregedoria da Polícia Militar (CPM), a Academia de Polícia Militar (APM) e as Diretorias.

Já o nível de execução é composto pelos Batalhões de Polícia Militar (BPM) e pelas Companhias de Polícia Militar Independentes (Cia PM Ind.), unidades responsáveis

pelo policiamento ostensivo ordinário. Nesse mesmo nível, na atividade meio, está o Hospital da Polícia Militar (HPM), Centros e Colégios Tiradentes (MINAS GERAIS, 2019).

Para a execução das atividades operacionais, a PMMG dispõe de um portfólio de serviços diversificado, com unidades de policiamento ostensivo geral e especializadas. Cada modalidade de policiamento possui competências distintas, alinhadas a sua missão institucional, com unidades voltadas para as atividades de Trânsito Urbano, Trânsito Rodoviário, Tático Móvel, GEPAR, ROTAM, Choque, Meio Ambiente e Operações Especiais.

Interessa ao objeto desse estudo, destacar a modalidade de policiamento GEPAR, modulado como política pública para atuação em locais identificados como “áreas de risco<sup>65</sup>”, notadamente, as favelas ou aglomerados urbanos. Conforme apresentado na seção anterior nos estudos sobre o Fica Vivo!, a origem do GEPAR remonta o ano de 2002, após expressivo aumento na incidência de homicídios em Belo Horizonte.

A Instrução nº 3.03.20/2016-CG que regula o emprego do Grupo Especial de Policiamento em Área de Risco (GEPAR) da Polícia Militar de Minas Gerais, explica que a Instituição idealizou desenvolver um tipo de “policiamento personalizado” para atuar nas favelas, caracterizadas como áreas de risco por meio de estudos do CRISP (2002), *locus* de maior incidência de homicídios no estado. O nome GEPAR foi inspirado no Grupo Especializado em Policiamento em Áreas Especiais (GEPAE), da Polícia Militar do estado do Rio de Janeiro, que, a época, era uma modalidade de policiamento ostensivo atuante nas comunidades Pavão-Pavãozinho na cidade do Rio de Janeiro.

---

<sup>65</sup> Os aglomerados e vilas apresentam características semelhantes no tocante à criminalidade, pois ela nasce do intenso tráfico de drogas que existem nestas regiões e que conseqüentemente desencadeiam outros delitos. Ocorrências de homicídios, assaltos e outros de menor potencial ofensivo, giram em torno do tráfico de drogas, pois o crime organizado chega a exercer um poder paralelo ao Estado, onde as comunidades dos referidos aglomerados são obrigadas a aceitar as imposições destes criminosos, além de viverem sob uma tensão muito forte, quando elas se acham sem apoio do Estado. Para efeito desta norma, os locais expostos acima ficam identificados como áreas de risco (MINAS GERAIS, 2005, p. 13).

O estudo sobre os homicídios em Belo Horizonte realizado pelo CRISP (2002), identificou a concentração dos homicídios em sete aglomerados da capital. Concluiu-se que as localidades com a maior incidência de mortes, possuíam características semelhantes, tais como: baixo índice de desenvolvimento humano; falta de aparelhos públicos; alto índice de tráfico de drogas; porte ilegal de arma de fogo ostensivo pelos marginais; dentre outros crimes.

Nesse contexto, verifica-se que a proposta da instituição policial militar com a criação do GEPAR, foi instalar um serviço diferenciado daqueles já empregados até então, para atuação permanente em determinados espaços que já se encontravam na iminência de se tornarem verdadeiros “territórios do crime”, na estrita concepção acadêmica do termo (SOUZA, 2018).

Nesse sentido, Cassavari (2010, p. 52) explica que:

[...] foi proposto um patrulhamento específico para o aglomerado, com o objetivo de que os policiais permanecessem mais tempo na localidade e tentassem melhorar o relacionamento entre as forças policiais e a população da comunidade. O 22º Batalhão de Polícia Militar (BPM), responsável pela região, deu uma nova dimensão à chamada Patrulha Morro das Pedras, uma pré-iniciativa local de policiamento em área de risco que não obteve sucesso em relação aos objetivos propostos; posteriormente, transformou-se essa Patrulha num grupamento especializado.

Inicialmente, a área de atuação do GEPAR seria direcionada às favelas, focado na prevenção criminal, prioritariamente na redução da incidência de homicídios, respeitando os direitos humanos, buscando a mobilização social da comunidade em prol da Segurança Pública, estabelecendo a máxima do que se pode entender como uma polícia cidadã (MINAS GERAIS, 2005).

Nesse propósito, ressalta-se que os policiais militares escolhidos para atuar no novo portfólio foram preparados para a função, como explica Campolina (2004, p. 71): “os militares passaram por uma avaliação prévia procedida por uma equipe de oficiais e psicólogos da PM, a fim de se verificar a adequabilidade à atividade que seria desenvolvida.”

O modelo de polícia comunitária almejado para a atividade GEPAR sobrepõe o modelo tradicional de polícia, pois busca atacar as causas e não as consequências do problema. De acordo com Minas Gerais (2016, p. 14):

A presença da polícia nas comunidades deixa de ser simplesmente um sinal para dissuadir e evitar a ação criminosa, passando a representar o reforço dos laços de confiança com a comunidade, propiciando maior fluxo de informações por parte da população. Isso permite que os policiais conheçam melhor a região policiada e desenvolvam estratégias condizentes com as especificidades de cada localidade, envolvendo as lideranças comunitárias no processo decisório. O GEPAR tem como missão precípua, conseguir aplicar táticas de policiamento comunitário e repressão qualificada, em comunidades marcadas pela atuação das organizações criminosas. A inovação do GEPAR consiste, principalmente, em reunir atividades de prevenção e mobilização social, dentro da filosofia de Polícia Comunitária, com as atividades de repressão qualificada, pautadas sempre por uma atuação estratégica, pontual e direta, para garantir e, se necessário, restabelecer a ordem pública.

Observa-se no dia a dia realizando policiamento ostensivo no Aglomerado da Serra, que a criação do GEPAR buscou soluções efetivas para a Segurança Pública, por meio da aproximação junto a comunidade (mobilização social) e a atuação contra o crime com repressão qualificada (MINAS GERAIS, 2005).

Ao conhecer as pessoas da comunidade, os policiais militares sabem, de forma mais precisa, quem são os indivíduos envolvidos com o crime. Esse conhecimento proporciona o direcionamento das ações da polícia, que necessitam realizar abordagens as pessoas onde tráfico de drogas está instalado, evitando, dessa forma, que as intervenções policiais preventivas sejam perpetradas contra os moradores que não têm ligação com o crime, mas que se encontram no mesmo cenário (CASSAVARI, 2010).

Como apresentado nesta dissertação, o primeiro GEPAR foi instalado no Morro das Pedras como uma das ações estratégicas do Programa de Controle de Homicídios - Fica Vivo!. Além da alta taxa de mortes por grupo de habitantes identificada no local, o que motivou a escolha do Morro das Pedras como projeto piloto teria sido uma chacina ocorrida na comunidade, que envolveu muita violência nas mortes, inclusive com a decapitação das vítimas. Após esta barbárie, a imprensa e a comunidade começaram a pressionar o governo e a polícia, exigindo uma atuação efetiva para que

os aglomerados de Minas Gerais não se tornassem tão violentos quanto os aglomerados localizados no Rio de Janeiro (MINAS GERAIS, 2016, p. 15).

Além da inserção do patrulhamento ostensivo permanente no interior das vilas dos aglomerados por meio do GEPAR, destacam-se as atividades desenvolvidas em parceria com o Grupo de Intervenção Estratégica (GIE). A partir de então, o GIE passou a priorizar o monitoramento de infratores indicados pelo GEPAR como “alvos estratégicos”. Criminosos que fazem parte de quadrilhas organizadas atuantes nas favelas e que têm envolvimento direto ou potencial na prática de homicídios (SILVEIRA *et al.*, 2009)

O grande diferencial é que o GEPAR foi concebido para atuar com base na filosofia de polícia comunitária, buscando ao máximo a aproximação com a comunidade. O grupo realiza ações sociais, com destaque para as realizadas em datas comemorativas (páscoa, dia das crianças, dia das mães, natal), capitando e distribuindo cestas básicas, brinquedos, cobertores etc. para as famílias. Tais ações desconstruem a ideia e a narrativa de que a polícia militar só se faz presente nas comunidades carentes para reprimir e aplicar a força estatal.

Por meio do GEPAR, a PMMG atua para assistir e ajudar a comunidade em diversas outras ações de defesa social, seja realizando salvamento em desastres, intermediando contatos para instalação de pontos de luz, limpeza urbana ou apoiando outros órgãos, como o Corpo de Bombeiros, SAMU, oficiais de justiça, guardas municipais, fiscais de postura da prefeitura, dentre outros.

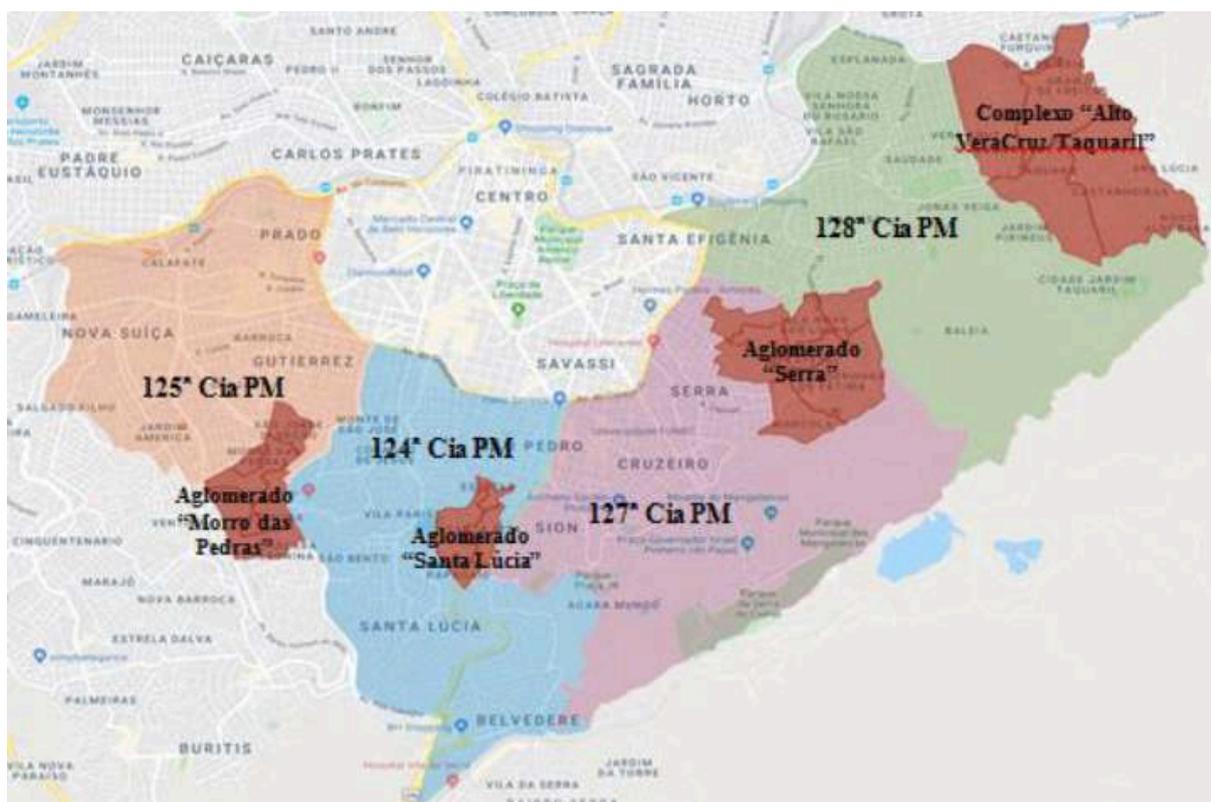
Em 2022 o GEPAR completa 20 anos de atuação nas favelas de Belo Horizonte e de todo o estado de Minas Gerais, colecionando resultados positivos na Segurança Pública (vide exemplo do GEPAR da 127ª Cia na seção 4, Tab. 7), seja na repressão qualificada, realizando prisões de criminosos e apreendendo drogas e armas, na mobilização social, auxiliando na melhoria da qualidade de vida das famílias, ou na prevenção do crime, realizando o patrulhamento ostensivo diuturnamente nas favelas da capital mineira e do interior do estado. Como toda política pública, programas ou serviços, ao longo dos anos, o GEPAR foi evoluindo, se estruturando, se qualificando e se consolidando como um importante serviço da PMMG em prol da vida.

### 5.3.2.1 O GEPAR 7

Conforme ilustrado pela Figura 44, as unidades de execução operacional, Batalhões de Polícia Militar e Companhias de Polícia Militar, que têm em sua área de responsabilidade territorial as denominadas áreas de risco, possuem em seu portfólio o serviço GEPAR.

Dentro da articulação operacional da PMMG, o 22º Batalhão de Polícia Militar, unidade localizada no bairro Santa Lúcia, região centro sul de Belo Horizonte, é dividido territorialmente em quatro companhias (124ª Cia PM, 125ª Cia PM, 127ª Cia PM e 128ª Cia PM), conforme pode se observar na Figura 45. Uma quinta companhia da unidade, 123ª Cia TM, é responsável pelo recobrimento tático de toda área da unidade.

Figura 45 - Área de responsabilidade territorial do 22º BPM



Fonte: MINAS GERAIS, 2022, p. 4.

Nota: 1) Área de responsabilidade territorial do 22º BPM subdividida em quatro Companhias; 2) Quatro dos principais aglomerados urbanos de Minas Gerais se encontram na área do 22º BPM (Morro das Pedras, Santa Lúcia/Papagaio, Aglomerado da Serra e Complexo Alto Vera Cruz/Taquaril/Granja de Freitas). 3) Destaque para o Aglomerado da Serra que se encontra na área de responsabilidade da 127ª Cia PM.

Nesse contexto, por ter em sua área de responsabilidade os principais aglomerados de Belo Horizonte (Morro das Pedras, Santa Lúcia/Papagaio, Aglomerado da Serra e Complexo Alto Vera Cruz/Taquaril/Granja de Freitas), o 22º BPM é referência no serviço GEPAR. Foi na unidade que se lançou a primeira guarnição GEPAR da PMMG, no ano de 2002, subordinada a 125ª Cia PM, cuja a área de atuação seria o Morro das Pedras.

Após o sucesso observado na redução do número de homicídios no projeto piloto implementado no Morro das Pedras em 2003, somado a necessidade de se expandir o portfólio GEPAR para outras localidades consideradas áreas de risco, em 2004 foi implementado o GEPAR da 127ª Cia, conhecido como GEPAR 7, com o propósito de realizar o policiamento ostensivo permanente no Aglomerado da Serra, localizado dentro da área de responsabilidade territorial da 127ª Companhia PM.

Atualmente o GEPAR 7 é composto por 25 policiais militares, perfazendo 21% do efetivo total da 127ª Cia, sendo um oficial na função de comandante do pelotão, no posto de tenente ou capitão, seis sargentos comandantes de guarnição, dezoito cabos e soldados que são motoristas ou patrulheiros. Esse efetivo se subdivide em seis guarnições compostas por quatro militares, sendo três guarnições empenhadas por dia. Cada guarnição cumpre um turno de serviço de 10 horas, não podendo ultrapassar 40 horas de empenho semanal.

Esses policiais militares são selecionados mediante entrevistas com o comandante de pelotão, onde se observa-se o perfil pessoal e profissional. Após essa seleção, esse policial é matriculado no Curso de Capacitação GEPAR, cuja grade curricular possui 180 horas/aulas, sendo composto pelas seguintes disciplinas: Filosofia de Direitos Humanos aplicada a atuação policial (60 h/a); Polícia Comunitária (60 h/a); Mediação de conflitos (60 h/a); Prevenção ao uso e tráfico de drogas (04 h/a); Técnica policial (04 h/a); Instrumentos de Menor Potencial Ofensivo (04 h/a); Treinamento com arma de fogo (04 h/a); Imobilizações táticas (04 h/a); Intervenção em conflito entre quadrilhas (04 h/a); Metodologia de atuação GEPAR e políticas de prevenção à criminalidade (06 h/a); Avaliação (02 h/a) (MINAS GERAIS, 2021).

As seis equipes que compõem o GEPAR 7 se revezam em turnos alternados, de forma que sempre se mantenha ao menos uma guarnição realizando o policiamento ostensivo no interior do Aglomerado da Serra, 24 horas do dia. Durante pelo menos quatro horas por dia, há a sobreposição dos turnos de serviço entre as guarnições. Nesse período, duas guarnições realizam operações de maior risco verificando denúncias recebidas pelo Disque-Denúncia Unificado (DDU), tri-dígito 181, ou checando informações recebidas de colaboradores residentes na comunidade.

As guarnições do GEPAR 7 só são autorizadas a se ausentarem do interior do aglomerado para que os militares façam refeição, usem sanitário e realizem a troca do turno de serviço. A ausência de patrulhamento no interior do aglomerado não pode exceder 30 minutos. Inclusive, quando o GEPAR 7 se empenha em alguma ocorrência onde seja necessário deslocar para a delegacia, se afastando do aglomerado, na maioria das vezes, outro efetivo policial é alocado para região, objetivando manter a constante vigilância e o policiamento ostensivo.

Quanto a logística operacional, as guarnições GEPAR 7 utilizam viaturas policiais de maior porte, dos modelos S-10 ou Pajero, devidamente adaptadas para a atividade policial. Todos os policiais saem armados com uma pistola, marca Imbel ou Taurus, no calibre .40, três carregadores, com um total de 45 cartuchos no mesmo calibre, além de estarem equipados com coletes a prova de balas e algema.

Cada viatura GEPAR 7 é equipada com: 1) fuzil Imbel, calibre 5,56, com no mínimo dois carregadores e 60 cartuchos; 2) espingarda calibre 12, marca CBC, com 18 cartuchos de elastômero (“balas de borracha”); 3) bernal com 10 granadas de efeito moral e gás lacrimogênio; 4) spray de pimenta; 5) quatro rádios portáteis com baterias reservas; 6) bastões de madeira ou tonfas.

Os resultados operacionais quantitativos auferidos pelo GEPAR 7 foram apresentados na Seção 4, especificamente na identificação das unidades responsáveis pelo registro das ocorrências estudadas (TAB. 7).

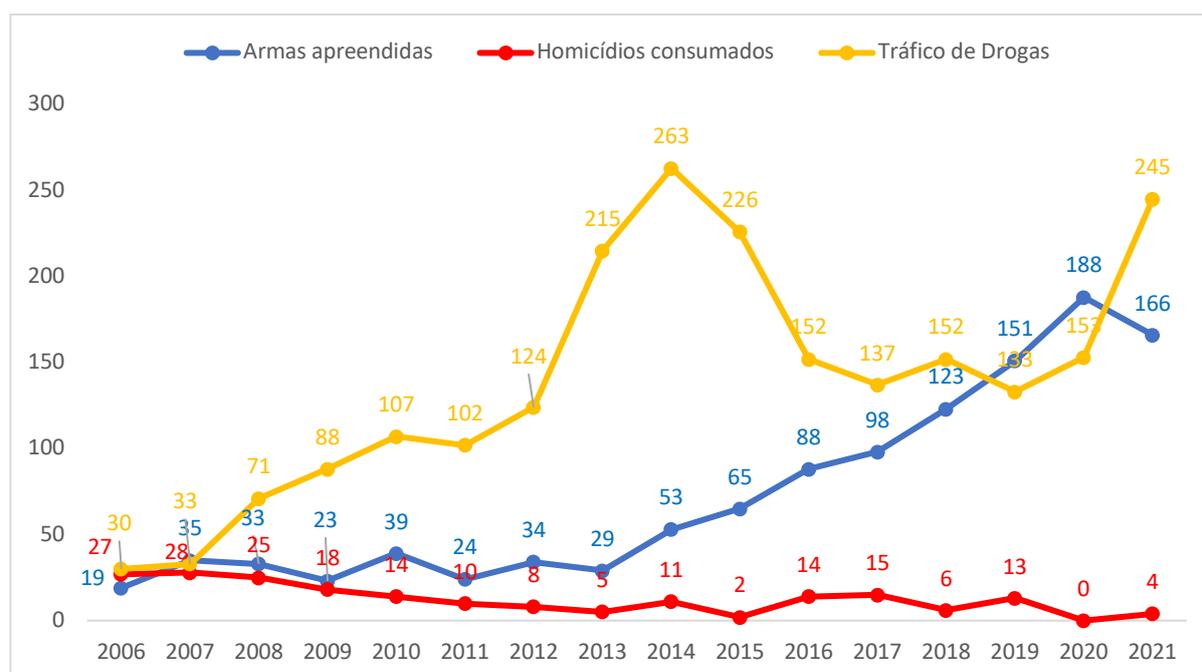
O GEPAR 7 é o efetivo exclusivo da 127<sup>a</sup> Cia PM que opera no interior do Aglomerado da Serra. Verifica-se que 54,17% (2.690) das ocorrências estudadas foram realizadas

pelo GEPAR 7. Ainda, pode se dizer, que boa parte dos 14,86% (738) das ocorrências conferidas para a 123ª Cia TM, podem conter a participação do GEPAR 7, uma vez que é tradição que os militares do Tático Móvel e do GEPAR 7 realizem operações conjuntas no Aglomerado da Serra (TAB. 07).

O serviço realizado pelo GEPAR 7 naquilo que não é tangível, ou seja, a sensação de segurança da comunidade. O GEPAR 7 é o único portfólio da PMMG responsável por atuar 24 horas por dia no Aglomerado da Serra. Nenhum outro recurso da PMMG tem essa missão. Dessa forma, verificando o percentual majoritário dos registros e a percepção do ator-pesquisador, pode se dizer que o GEPAR 7 é a força policial mais atuante no Aglomerado da Serra.

Quanto à segurança objetiva é possível apresentar números, relacioná-los e interpretá-los. Nesse sentido, o Gráfico 32 traz a relação entre a quantidade de armas de fogo apreendidas, as ocorrências de tráfico de drogas e homicídios consumados no Aglomerado da Serra, 2006-2021.

Gráfico 32 - Relação entre quantidade de armas de fogo apreendidas, ocorrências de tráfico de drogas e homicídios consumados, Aglomerado da Serra, 2006-2021



Fonte: CINDS, 2022.

Observa-se que em 2006, 2007 e 2008 foram os anos com menor quantidade de apreensões de drogas, 30, 33 e 71, com baixo quantitativo de apreensões de armas, 19, 35 e 33 e o maior número de mortes violentas no Aglomerado da Serra, 27, 28 e 25, respectivamente.

Em 2009 contabilizou-se 88 registros de apreensões de drogas sendo o segundo ano da série estudada com a menor apreensão de armas observada (23) e o quarto ano do período com maior número de homicídios consumados (18).

Já em 2010 os registros de tráfico de drogas (107) e apreensões de armas de fogo (39) subiram com relação ao ano anterior, tendo o quantitativo de homicídios reduzido para 14 mortes.

Em 2011 houve uma pequena queda nos registros de ocorrências de tráfico de drogas (102), apreensão de armas (24) e no número de homicídios consumados (10).

Em 2012 e 2013 ocorreram sucessivas reduções do número de homicídios (08 e 05), um aumento expressivo nos registros de tráfico de drogas (124 e 215) e um pequeno aumento na apreensão de armas de fogo (34 e 29), comparando-se com 2011.

O pico de registros de tráfico de drogas ocorreu em 2014, chegando a 263 ocorrências, acompanhado do aumento nas apreensões de armas de fogo (53). As mortes mais do que dobraram, se comparadas com 2013, chegando a 11 casos.

O ano de 2015 merece destaque, foi o segundo ano com maior quantidade de ocorrências de tráfico de drogas (226), foram apreendidas 65 armas de fogo, tendo chegado a segunda menor marca de mortes (02).

Em 2016 e 2017 as apreensões de armas continuaram aumentando (88 e 98), porém observou-se uma importante redução na quantidade de ocorrências de tráfico de drogas (152 e 137) se comparada com os três anos anteriores. Em contrapartida, verificou-se o aumento do número de homicídios de forma expressiva (14 e 16), se comparado o ano de 2015.

Em 2018, verificou-se um pequeno aumento do número das ocorrências de tráfico de drogas com relação ao ano anterior (152), somado ao novo recorde de apreensão de armas de fogo (123), tendo os homicídios reduzido para seis casos.

Em 2019, foi observado novo recorde de apreensão de armas de fogo (151), com queda nas ocorrências de tráfico de drogas (133), verificando-se o aumento, mais do que o dobro, no número de mortes (13), comparando-se com o ano anterior.

O pico de apreensão de armas de fogo em toda a série pesquisada ocorreu em 2020 (188), com 153 ocorrências de tráfico de drogas, observando o menor número de ocorrências de homicídios consumados (0).

Por fim, em 2021 foram contabilizadas quatro mortes. Ao ser realizada uma análise qualitativa, com avaliação *in loco* pelo ator-pesquisador ou por meio de análise dos relatórios de inteligência, verificou-se que nenhuma das mortes possuía relação direta com o tráfico de drogas.

Além da demonstrada repressão qualificada desempenhada pelo GEPAR 7 contra a criminalidade violenta e organizada atuante no Aglomerado da Serra, observou-se o eixo de “Mobilização Social” exercido pelos policiais militares do GEPAR 7. Nesse sentido, verificou-se que são comuns as ações sociais realizadas pelos militares, como: entregas de cesta básica, doações de roupas, utensílios domésticos etc. (FIG. 46 e 47).

Figura 46 - Ação social do GEPAR 7 no Aglomerado da Serra em 2021



Fonte: Arquivo pessoal.

Figura 47 - Ação social do GEPAR 7 no Aglomerado da Serra em 2021



Fonte: Arquivo pessoal.

Outra ação social desempenhada pelo GEPAR 7 é conhecida como “GEPAR KIDS”. Em 2019, quatro policiais militares do GEPAR 7, graduados e praticantes de jiu jitsu, acolheram doze crianças em situação de vulnerabilidade social na Vila Marçola do Aglomerado da Serra. O projeto tem o objetivo de aproximar os policiais militares com os moradores do aglomerado.

Desde então, aos sábados, os militares do GEPAR, de forma voluntária, ensinam a arte marcial para as crianças. Inicialmente, as aulas de jiu jitsu eram ministradas no Parque das Mangabeiras e no auditório da 127ª Cia PM (FIG. 48 e 49), sendo que cada criança recebeu um *kimono* adquirido por meio de doações dos próprios militares do GEPAR da 127ª Cia PM.

Figuras 48 e 49 - Projeto GEPAR KIDS no Aglomerado da Serra em 2019



Fonte: Arquivo pessoal.

Nota: Início do projeto no *dojo* improvisado no interior do Parque das Mangabeiras.



Fonte: Arquivo pessoal.

Nota: Aula teórica no auditório da 127ª Cia PM.

Com boa aceitação da comunidade pelo projeto, foi construído, por meio de parcerias com a iniciativa privada, um *dojo* nas dependências da 127ª Cia PM para melhor atender as crianças (FIG. 50). Com o andamento do projeto surgiu a demanda de mulheres, mães das crianças participantes do projeto, para criar uma turma exclusiva para elas e outras mulheres da comunidade. Nesse sentido, com o auxílio de uma policial militar, sargento componente do GEPAR, a turma foi iniciada (FIG. 51).

Atualmente, as aulas são realizadas aos sábados, das 10:00 às 12:00 horas. Após as atividades é ofertado um lanche para as crianças, sendo custeado pelos próprios militares.

Figura 50 - Projeto GEPAR KIDS no Aglomerado da Serra em 2021



Fonte: Arquivo pessoal.

Nota: Aula do GEPAR KIDS ministrada no *dojo* construído na sede da 127ª Cia PM.

Figura 51 - Projeto GEPAR KIDS no Aglomerado da Serra em 2021



Fonte: Arquivo pessoal.

Nota: Aula do GEPAR KIDS “mulheres” ministrada no *Dojo* da 127ª Cia PM.

Apesar de novo, percebe-se que o projeto reforça a imagem do policial comunitário, potencializando a interação entre polícia e famílias residentes do Aglomerado da Serra, dificultando a inserção das crianças participantes do projeto no “mundo do crime”.

### 5.3.3 PROERD

O nome PROERD trata-se do acrônimo de Programa Educacional de Resistência as Drogas. Esse programa foi importado dos Estados Unidos onde foi idealizado no final da década de 1970 em Los Angeles, após reunião entre o Chefe de Polícia da cidade com o Superintendente do Distrito Escolar para tratarem sobre o uso de drogas por parte dos jovens. Como resultado, em 1983 foi lançado o *Drug Abuse Resistance Education* (DARE) para que policiais fardados ensinassem conhecimentos de prevenção as drogas para as crianças (MORAIS, 2016).

A Diretriz para a Produção de Serviços de Segurança Pública (DPSSP) nº 3.01.04/2010-CG, que regula a aplicação do Programa de Resistência às Drogas pela Polícia Militar de Minas Gerais, complementa que o programa foi elaborado:

[...] por um grupo composto por psicólogos, psiquiatras, policiais e pedagogos, sendo aplicado, então, pelo Departamento de Polícia de Los Angeles (L.A.P.D.), em parceria com o Distrito Unificado Escolar daquela cidade, obtendo grande sucesso e aceitação, o que fez com que rapidamente se estendesse para todos os Estados norte-americanos e para diversos países do mundo (MINAS GERAIS, 2010, p. 7).

O objetivo do DARE é reduzir o uso de álcool, cigarro e outras drogas por parte das crianças e adolescentes, além de buscar melhoria no relacionamento entre comunidade e polícia (MORAIS, 2016). O programa busca a cooperação entre polícia, escola e família, para evitar que crianças e adolescentes iniciem o uso das drogas, além de conscientizá-los sobre a violência (MINAS GERAIS, 2010).

O detentor da marca DARE não é uma entidade pública, mas sim, uma Organização Não-Governamental (ONG) *DARE America* que controla a gestão do programa em todo o mundo. O currículo do DARE já foi traduzido para mais de 13 línguas e atualmente é desenvolvido em 44 países (MORAIS, 2016).

Em 1992, a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro<sup>66</sup> implementou o DARE, porém foi em 1993 que a Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP) criou o nome

---

<sup>66</sup> O Comandante Geral da Instituição, Coronel PM Carlos Magno Nazareth Cerqueira, conheceu o DARE nos Estados Unidos e realizou uma parceria com o Consulado americano. Em 17 de agosto de 1992, vinte e nove policiais militares foram capacitados como multiplicadores do PROERD (MORAIS, 2016).

PROERD e realizou algumas adaptações metodológicas para contexto cultural brasileiro. A PMMG iniciou o programa em 31 de outubro de 1997, após a capacitação de cinco policiais militares no Curso de Formação de Instrutores PROERD realizado pela PMESP (MINAS GERAIS, 2010).

Em 1998, na cidade de Uberlândia foi iniciada a execução do programa em algumas escolas municipais (ORZIL, 2010). Com a formação dos novos instrutores, a PMMG expandiu o programa para as cidades de Coronel Fabriciano, Diamantina, Divinópolis, Montes Claros e Varginha (MINAS GERAIS, 2010).

Em 2001, o PROERD foi institucionalizado pelo Conselho Nacional de Comandantes-Gerais das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares (CNCG) como o projeto de prevenção primária ao uso e abuso de drogas no Brasil (MORAIS, 2016). A partir de então o programa foi ampliado, sendo desenvolvido por todas as polícias militares do Brasil, alcançando em 2010 a marca de quatro milhões de crianças formadas no país (OLIVEIRA, 2010).

Em Minas Gerais o programa foi expandido e fortalecido por todo o Estado, sendo que em 2005, a PMMG foi titulada como “Centro de Treinamento Internacional do Programa”. Em 2016, o estado já contabilizava mais de três milhões de crianças, adolescentes e pais atendidos (MORAIS, 2016).

Nesse sentido, complementa a Diretriz para a Produção de Serviços de Segurança Pública (DPSSP) nº 3.01.04/2010-CG, que:

As estratégias e metas bem definidas pela Polícia Militar de Minas Gerais, o respeito e a fidelidade aos currículos do Programa, bem como a qualidade na formação, possibilitaram a elevação da Instituição em 11 de março de 2005, a status de Centro de Treinamento Internacional do Programa D.A.R.E.. Essa chancela direcionada à PMMG pela organização DARE América, representou um acesso a patamares somente alcançados por oito forças policiais situadas fora dos Estados Unidos da América (MINAS GERAIS, 2010, P. 9).

Verifica-se que a PMMG alçou elevado patamar no PROERD, se tornando uma referência no país e no mundo. Como explica Moraes (2016), essa chancela se deu devido aos resultados institucionais no programa, com estratégias e metas bem

definidas, somadas a fidelidade aos currículos do DARE, se tornando autônoma para conduzir a formação de seus profissionais e gerir o programa.

Desde então, os objetivos do PROERD conduzidos pela PMMG visam informar jovens em idade escolar para viver de maneira saudável, evitando e se prevenindo contra as drogas e a violência; ofertar aos jovens um arcabouço de ferramentas para não serem influenciados negativamente por pessoas ligadas as drogas; aproximar alunos, policiais, pais, professores e comunidade; reforçar a comunicação entre estudantes, policiais e família, estabelecendo um elo de “confiança e humanização” entre as partes (MINAS GERAIS, 2010).

Todos os professores do PROERD são policiais militares voluntários, selecionados, treinados e preparados. Após a habilitação que segue critérios exigidos pelo DARE *America*, os policiais são direcionados as escolas interessadas no programa (OLIVEIRA, 2010).

A PMMG segue cinco currículos que buscam a prevenção dos estudantes e pais. O sistema formado pelo programa segue uma graduação, de forma progressiva, que vai desde a pré-escola até o Ensino Médio. Um currículo especial, ajuda os pais a praticarem com os filhos os conhecimentos adquiridos nos cinco currículos devidamente previstos, conforme apresenta Moraes (2016, p. 28):

a) Currículo Infantil: destinado a crianças na faixa etária de 5 a 9 anos de idade cronológica (Pré-escola de 1º ao 4º anos iniciais do Ensino Fundamental), com foco na realização de atividades lúdicas para desenvolvimento das primeiras noções de cidadania, segurança pessoal e de práticas saudáveis; b) Currículo para Crianças: destinado a crianças na faixa etária de 10 anos de idade cronológica ou mental, aplicado no 5º ano do Ensino Fundamental, com um mínimo de 10 (dez) encontros (um a cada semana). Desenvolve estratégias e habilidades para a tomada de decisão segura e responsável. Possui lições específicas sobre “Bullying” e “Conversa em Família”, envolvendo os pais no aprendizado do aluno; c) Currículo para Adolescentes: destinado a adolescentes na faixa etária de 12 anos de idade cronológica ou mental, que estejam cursando o 7º ano do Ensino Fundamental, com ênfase na participação ativa dos alunos em debates sobre situações de pressão e risco para definir estratégias que os permitam evitar e se afastar dessas situações danosas. Currículo aplicado com um mínimo de 10 (dez) encontros (um a cada semana); d) Currículo para o Ensino Médio: destinado a jovens na faixa etária de 15 a 18 anos de idade cronológica ou mental que estejam cursando o Ensino Médio (aplicado preferencialmente no 1º ano), com o objetivo de ampliar e consolidar as maneiras de se utilizar informações sobre drogas e violência para fazer escolhas positivas, com especial foco na gerência do controle emocional. Este currículo está em fase

de revisão científica e metodológica pelo D.A.R.E. *América* junto a universidades parceiras; e) Currículo para Pais: destinado a pais/responsáveis com um mínimo de 05 (cinco) encontros de duas horas para compartilhamento de informações e desenvolvimento de habilidades que os habilitam a ajudar crianças e adolescentes a fazerem escolhas seguras e responsáveis na condução de suas vidas; f) Programas Comunitários: currículo educacional em formatação mais flexível. Permite a participação de qualquer adulto (a partir de 18 anos de idade) e tem como foco dotar a comunidade de informações relevantes para a solução de problemas locais, previamente diagnosticados, relacionados à questão das drogas e/ou da violência.

Os currículos são inseridos nas escolas voluntárias que possuam estudantes dentro dos currículos oferecidos e que estejam dentro da área de responsabilidade das Companhias da PMMG. Assim como o GEPAR 7 está subordinado à estrutura da 127ª Cia, há militares na companhia que são instrutores especializados no PROERD. Normalmente, dois militares são responsáveis pelo desenvolvimento do programa em cada companhia.

Na área de responsabilidade da 127ª Cia da PMMG existem 219 escolas, sendo 153 particulares e 66 públicas, das quais 27 são estaduais e 39 municipais. No Aglomerado da Serra, objeto desta pesquisa, estão instaladas 12 escolas (QUA. 1).

Quadro 1 - Escolas no Aglomerado da Serra

<b>Escola</b>	<b>Categoria</b>	<b>Endereço</b>
Escola Efigênio Salles	Estadual	Rua Serenata, 115
Escola Laura das Chagas Ferreira	Estadual	Rua Sacramento, 54
Escola José Mendes Júnior	Estadual	Rua Dr. Camilo Antônio Nogueira, 578
UMEI Padre Tarcísio	Municipal	Rua Mangabeiras da Serra, 280
Escola Édson Pisani	Municipal	Rua Nossa Senhora de Fátima, 1015
UMEI São João	Municipal	Beco São João, 235
Escola Vila Fazendinha	Municipal	Rua Paulo Souza, 12
UMEI V. Conceição	Municipal	Rua Coronel Jorge Dário, 410
UMEI Santa Isabel	Municipal	Rua Argemiro Resende Costa, 380
Escola Padre Guilherme Peters	Municipal	Rua Coronel Jorge Dário, 2852
Escola Theomar de castro Espíndola	Municipal	Rua Mica, 144
UMEI Capivari	Municipal	Rua Capivari, 1026

Fonte: PROERD 127ª Cia da PMMG, 2022.

Legenda: UMEI: Unidade Municipal de Educação Infantil.

O PROERD foi iniciado no Aglomerado da Serra em 2004 por meio dos policiais militares lotados na 127ª Cia da PMMG. Há 18 anos o programa é desenvolvido no aglomerado (TAB. 40).

Tabela 40 - Público formado pelo PROERD da 127ª Cia da PMMG com destaque para o Aglomerado da Serra, 2004-2021

Ano	Educação Infantil		5º Ano Ensino Fundamental		7º Ano Ensino Fundamental		Currículo de Pais		Frequência	
	Estudantes atendidos	Aglomerado da Serra	Estudantes atendidos	Aglomerado da Serra	Estudantes atendidos	Aglomerado da Serra	Estudantes atendidos	Aglomerado da Serra	Absoluta	Relativa (%)
2004	60	60	380	260	90	90	0	0	530	2,30
2005	0	0	640	520	90	90	0	0	730	3,28
2006	0	0	800	680	120	90	0	0	920	4,14
2007	240	120	720	600	60	60	0	0	1020	4,41
2008	0	0	650	630	90	90	22	22	762	3,68
2009	180	100	900	780	90	90	0	0	1170	5,24
2010	120	90	811	691	480	360	30	30	1441	6,39
2011	340	200	1680	1470	383	283	30	30	2433	10,81
2012	540	490	1600	1360	548	411	30	30	2718	12,26
2013	240	180	1671	1513	360	180	0	0	2271	10,15
2014	120	90	900	542	180	180	0	0	1200	4,93
2015	300	300	960	780	120	60	0	0	1380	6,17
2016	240	120	900	750	210	199	60	60	1410	6,22
2017	240	120	900	750	120	66	0	0	1260	5,38
2018	240	120	720	520	120	30	35	35	1115	4,46
2019	300	300	780	580	180	60	0	0	1260	5,39
2020	0	0	350	350	280	0	0	0	630	2,40
2021	0	0	492	492	0	0	0	0	492	2,41
<b>Total</b>	<b>3.160</b>	<b>2.290</b>	<b>15.854</b>	<b>13.268</b>	<b>3.521</b>	<b>2.339</b>	<b>207</b>	<b>207</b>	<b>22.742</b>	<b>100,00</b>

Fonte: PROERD 127ª Cia da PMMG, 2022.

Notas: 1) As colunas Estudantes atendidos correspondem ao número total de estudantes atendidos pelo PROERD nos estabelecimentos de ensino que estão dentro da área da 127ª Cia da PMMG; 2) As colunas Aglomerado da Serra correspondem ao número total de estudantes atendidos pelo PROERD nos estabelecimentos de ensino que se encontram no espaço territorial do aglomerado.

Verifica-se, no que se refere a Educação Infantil (faixa etária de 5 a 9 anos), que das 3.160 crianças formadas pelo PROERD da 127ª Cia da PMMG, 72,46% ou 2.290 alunos estudavam nas escolas localizadas no Aglomerado da Serra (TAB. 40).

Quanto aos estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental (faixa etária de 10 anos), percebe-se ser a faixa etária mais atendida pelo programa. Das 15.854 crianças formadas pelo PROERD da 127ª Cia da PMMG, 83,68% ou 13.268 alunos são de estudantes das escolas do Aglomerado da Serra (TAB. 40).

Para os alunos do 7º ano do Ensino Fundamental (faixa etária de 12 anos), verifica-se que foram formados 3.521 estudantes pelo PROERD da 127ª Cia da PMMG. Destes, 2.339 ou 66,42% dos jovens estudaram nas escolas localizados no Aglomerado da Serra (TAB. 40).

Figura 52 - Alunos do PROERD fazem passeada no Aglomerado da Serra, 2018



Fonte: Arquivo pessoal.

Nota: Policiais militares instrutores do PROERD da 127ª Cia PM e alunos do 7º ano do ensino fundamental das escolas municipais Levindo Lopes e Vila Fazendinha em passeata contra as drogas no Aglomerado da Serra.

Outra vertente do PROERD é direcionada aos pais, entretanto, é o que menos foi desenvolvido pela 127ª Cia da PMMG. Não obstante o foco nas crianças, ao longo dos 18 anos, 207 adultos foram formados pelo programa. Todos eles, pais de alunos que estudaram em escolas no Aglomerado da Serra (TAB. 40).

No universo de 22.742 pessoas formadas no PROERD desenvolvido pela 127ª Cia da PMMG, ao longo dos 18 anos de programa, 79,60% (18.104) das pessoas estudavam ou eram pais de alunos das escolas localizadas no Aglomerado da Serra. Se considerar o contingente populacional do Aglomerado da Serra em 50 mil habitantes, pode se inferir que 36,20% dos moradores do aglomerado foram formados pelo PROERD nos últimos 18 anos de programa.

Salienta-se que o PROERD desenvolvido pela 127ª Cia da PMMG foca suas atenções na localidade de maior vulnerabilidade social da área da companhia, o Aglomerado da Serra. Tal medida, reforça o conhecimento doutrinário de que após o diagnóstico, as políticas públicas devem ser implementadas nas áreas mais necessitadas, buscando mudar a realidade do local onde foi implementada a política.

#### 5.3.4 Programa Vila Viva

Nas palavras de Bauman (2005), de maneira estigmatizada, os moradores das favelas são percebidos por segmentos da sociedade como pessoas de nível inferior, pois residem nos chamados “bolsões de pobreza”, enquanto aqueles “moradores de nível superior” se abrigam em seus “enclaves fortificados”, representados por condomínios fechados com muros altos, alarmes e seguranças armados. Essas estruturas seriam responsáveis por expulsar e segregar a presença dos “desajustados sociais” do convívio com as elites.

Sob o mesmo prisma, Cotta e Silva (2015, p. 5) defendem que:

[...] os bolsões de pobreza possuem uma tensa dialética entre a exclusão dos espaços formais de satisfação e poder urbanos, de um lado e, de outro, a elaboração de estratégias de sobrevivência de sujeitos que necessitam operar a inteligência de maneira singular para garantir a sobrevivência numa situação de toda sorte de adversidades. Esses lugares e seus moradores são antítese da sociedade ampla que não opera no sentido de sua incorporação regular.

Para os autores referenciados, as pessoas residentes nas favelas passam por riscos e preconceitos cotidianos e precisam ter habilidades afloradas para que consigam sobreviver àquela realidade. Infere-se pelos excertos, que os aglomerados urbanos

são o oposto dos “espaços formais”, são uma “antítese” da sociedade em geral que desprezam a sua existência.

Face a essa realidade notória, em 2005, algumas favelas de Belo Horizonte, percebidas como *locus* de desordem física e social, os ditos “bolsões de pobreza”, foram contempladas, tardiamente, com obras públicas e ações sociais que mudaram parte de sua estrutura física e social. Essas ações foram desenvolvidas pelo poder público, sob forma de políticas públicas, nominadas como Programa Vila Viva.

Por meio de políticas públicas realizadas em parceria entre os governos federal, estadual e municipal, instituiu-se nas favelas inúmeras ações estruturantes para reduzir as históricas vulnerabilidades sociais ali existentes.

Corrêa (2010) afirma que o Programa Vila Viva teve como escopo a urbanização das favelas de Belo Horizonte, priorizando ações estruturais de saneamento básico, realocação de famílias que estavam em áreas de risco geológico, construção de moradias, eliminação de áreas de risco de desabamentos, reestruturação viária, pavimentação de becos, implementação de áreas para a prática de esportes e lazer. Ainda, foram implementadas ações de promoção social e desenvolvimento comunitário, educação sanitária e ambiental, além da busca de alternativas para geração de emprego e renda.

Nesse contexto, após mais de 100 anos do primeiro assentamento precário instalado em Belo Horizonte, as favelas receberam obras de urbanismo como nunca antes vistas na história da cidade (CORRÊA, 2010).

O Programa Vila Viva foi implementado primeiramente no Aglomerado da Serra, sendo iniciado em 2005, tendo finalizado a maioria de suas atividades em 2012 (DIAS, 2019). Foram mais de seis anos de duração das obras realizadas nas vilas do Aglomerado da Serra. Para a Prefeitura de Belo Horizonte:

A origem do programa está diretamente relacionada com o Plano Global Específico (PGE), que é o instrumento de planejamento que norteia as ações a serem realizadas. As intervenções contam com recursos federais, obtidos por meio de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) e da Caixa Econômica Federal. As primeiras intervenções tiveram

início em 2005, no Aglomerado da Serra, região centro-sul. Atualmente o programa contempla 12 comunidades nas diversas regiões da cidade (BELO HORIZONTE, 2020, p. 1).

Conforme explicam Silva, Assunção e Correia (2007), o PGE é um estudo profundo de um determinado local, que produz um “diagnóstico físico-ambiental, jurídico-legal, socioeconômico e organizativo” da área e de seus moradores. Após o diagnóstico, os gestores hierarquizam e priorizam as propostas e ações para uma nova qualificação e revitalização da malha urbana local, imprescindíveis para tornar um ambiente de qualidade e propício para a moradia.

Para a Prefeitura de Belo Horizonte (2019), o Programa Vila Viva é uma intervenção:

[...] de caráter reestruturador e integrado, que promove transformações profundas em um assentamento existente, com o objetivo de integrá-lo à Cidade e tornar adequadas as condições de moradia. Princípios: Integração de Políticas Públicas; Intersetorialidade; Gestão Compartilhada; Gestão de Proximidade; Inclusão Social e Geração de Renda; Sustentabilidade (participação da comunidade) (BELO HORIZONTE, 2019, p. 4),

Conforme a Prefeitura de Belo Horizonte (2020), seguindo os princípios elencados e direcionados para a ação física estruturante, o Programa Vila Viva se baseou em três eixos: 1) Urbanístico ambiental; 2) Socioeconômico organizativo; 3) Jurídico.

No aspecto urbanístico ambiental, o Programa Vila Viva promoveu: 1) obras de saneamento, alocação de famílias fora de áreas com risco de desabamento, instalando-as em unidades habitacionais que foram construídas; 2) fim das áreas de risco de desabamento e desmoronamento; 3) reestruturação e reordenação das principais vias do aglomerado; 4) implantação de áreas de esporte e lazer; 5) requalificação ambiental.

Na esfera socioeconômica, o programa desenvolveu: 1) ações comunitárias de educação sanitária e ambiental; 2) a remoção e reassentamento; 3) capacitação e qualificação profissional; 4) o fomento do emprego e renda; 5) a formatação e consolidação da participação comunitária.

Já o eixo jurídico atuou na legalização e emissão de escrituras dos imóveis aos moradores.



Figura 54 - Principais intervenções realizadas pelo Programa Vila Viva



Sistema Viário – Av. Cardoso



Saneamento básico



Requalificação ambiental



Tratamento de áreas de risco



Reassentamento



Equipamentos públicos



Esportes e lazer



Capacitação profissional

Fonte: PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2019, p. 9-10.

Para a estruturação, intervenções do projeto e a busca por segurança habitacional, foram realizadas 2.535 remoções. Todas as obras realizadas pelo Programa Vila Viva no Aglomerado da Serra tiveram um aporte de recursos orçados em R\$ 289,7 milhões. (BELO HORIZONTE, 2019).

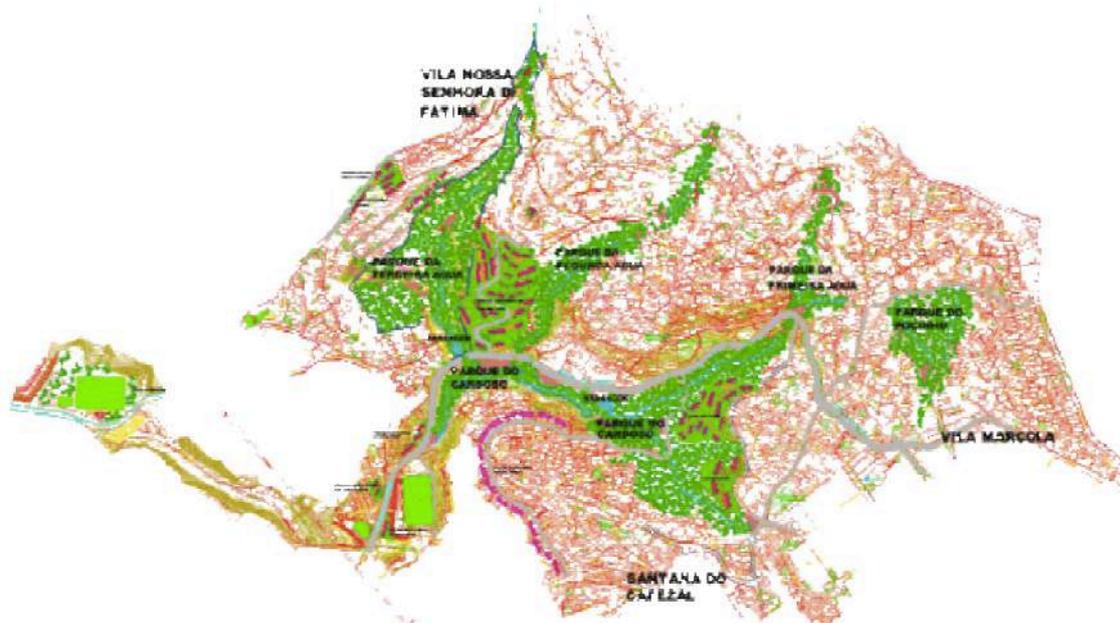
Importante ressaltar que a intervenção nas estruturas locais precárias de moradia, segundo Costa (2008), trata-se de uma ação integrada de urbanização, desenvolvimento social e de regularização dos assentamentos existentes. Essas medidas possibilitam aos gestores públicos e à comunidade, reforço e consolidação de uma política de inclusão social, em ação coordenada com outros programas.

O Programa Vila Viva, visto como a maior obra de urbanização em vilas e favelas da América Latina, foi analisado sob o prisma de requalificação ambiental, conforme explicam Silva, Assunção e Correia (2007, p. 1):

O Programa Vila Viva no Aglomerado da Serra é a maior obra de urbanização em vilas e favelas da América Latina. Tem por objetivo realizar a requalificação urbana e ambiental de um Aglomerado formado por seis vilas com 50 mil moradores em sua totalidade. Localizado na Serra do Curral em Belo Horizonte, é um espaço com importância ambiental e ecológica para a cidade, fazendo fronteira com duas grandes áreas de preservação (Parque das Mangabeiras e Parque Florestal da Baleia), tendo em seu interior duas importantes sub-bacias dos Córregos Cardoso e Serra. Dentre as intervenções estão previstos a criação de cinco parques, a recuperação do entorno dos cursos d'água e reestruturação do sistema de saneamento.

As ações estruturantes do sistema de saneamento básico visam preservar os cursos d'água que percorrem o interior do Aglomerado da Serra. Nesse prisma, salienta-se que as obras do Vila Viva criaram cinco parques: Parque do Pocinho; Parque da Primeira Água; Parque da Segunda Água; Parque da Terceira Água; Parque do Cardoso. A Figura 55 mostra os parques em meio as vilas do aglomerado (SILVA, ASSUNÇÃO E CORREIA (2007).

Figura 55 - Parques criados pelo Programa Vila Viva no Aglomerado da Serra



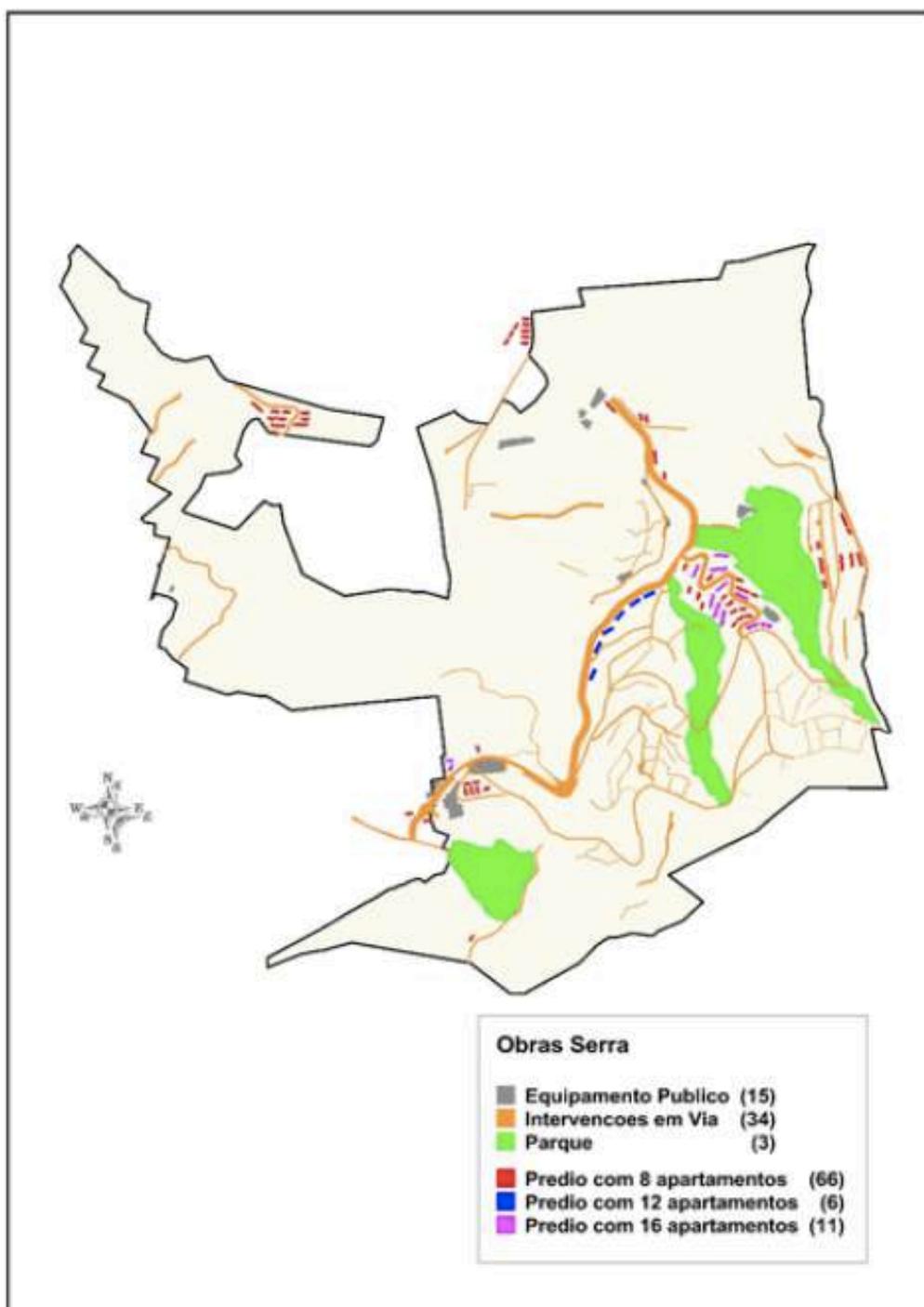
Fonte: ASSUNÇÃO e CORREIA, 2007, p. 3.

Sob outro enfoque, para Silva, Assunção e Correia (2007, p. 12) as obras realizadas no Aglomerado da Serra apresentaram dificuldades, principalmente, devido ao acesso prejudicado pela geografia do local. Em grande parte dos lugares, parecia-se impossível o trânsito de máquinas e caminhões. Talvez, os quase seis anos de obras tenham sido devido a dificuldade encontrada pela engenharia, entretanto, os objetivos propostos foram cumpridos.

De acordo com a Prefeitura de Belo Horizonte os resultados proporcionados pelo Programa Vila Viva na urbanização, regularização fundiária, aplicação da infraestrutura necessária, incluindo saneamento básico, ilustrados pela Figura 56, implicaram na:

- 1) Redução de doenças causadas por veiculação hídrica; 2) Eliminação da contaminação dos cursos d'água; 3) Melhoria da acessibilidade; 4) Melhoria da Segurança Pública; 5) Melhoria das condições de habitação; 6) Melhoria das oportunidades de emprego; 7) Desenvolvimento comunitário (BELO HORIZONTE, 2019, p. 16)

Figura 56 - Principais obras do Programa Vila Viva



Fonte: DIAS, 2019, p. 152.

Por fim, carece destacar a constatação apresentada pela Prefeitura de Belo Horizonte (2021) sobre a efetividade ou impactos decorrentes do programa à comunidade do Aglomerado da Serra, com melhorias nas áreas: 1) saúde pública; 2) ambiental; 3) mobilidade urbana; 4) segurança pública; 5) habitação; 6) ocupação laboral; 7) participação popular.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após apresentar os cinco capítulos que estruturam esta dissertação, buscar-se-á nessa conclusão aglutinar os principais pontos deste estudo, responder as inquietações do pesquisador e demonstrar o alcance dos propósitos estabelecidos, construindo caminhos para refletir sobre a complexidade da Segurança Pública no Aglomerado da Serra em Belo Horizonte, com destaque para o fenômeno dos homicídios e o exercício da cidadania.

Um dos grandes desafios observados nesta pesquisa foi adotar a autoetnografia como opção teórico-metodológica. No entanto, pode se dizer que foi uma escolha adequada em virtude do alinhamento metodológico existente com a Teoria do Pensamento Complexo desenhada por Edgar Morin. O objeto de estudo proposto, necessitava de uma visão mais ampla do que o tradicional pensamento linear e simplificador.

Estudar os homicídios em um ambiente de favela remete ao que há de mais complexo na Segurança Pública – as multidimensões causais. Nesta junção estão dispostos, no mesmo ambiente e ao mesmo tempo, um conjunto de circunstâncias interdependentes que acabam se ligando entre si. Tudo se converge para a complexidade humana representada por “*sapiens*” e “*demens*”.

Nesse sentido, diante dessas multidimensionalidades, a vertente metodológica adotada, onde há a figura do ator-pesquisador em campo, observando, escutando, sentindo, perguntando, participando, vivenciando e coletando dados para esclarecer suas inquietações, demonstrou-se muito importante para o engrandecimento do diálogo acadêmico, visto a possibilidade de se aproximar e interagir, ampliando olhares.

Rememorando, como **problema de pesquisa** arguiu-se: como se teceram as multidimensionalidades e complexidades da Segurança Pública no Aglomerado da Serra e seus reflexos no fenômeno criminal de homicídio?

Ressalta-se que o “tecer” remete a “entrelaçar”, terminologias presentes no pensamento moriniano, destinados ao trabalho do que é complexo e multidimensional.

Não havendo hipóteses elencadas por se tratar de uma pesquisa indutiva, focada na observação de fatos e fenômenos que se busca conhecer as causas, para tentar responder o problema, esta dissertação traçou como **objetivo geral**, interpretar os processos de implementação do conjunto de ações que buscam garantir direitos sociais em especial o direito à segurança (Programa Fica Vivo!, GEPAR, PROERD e Programa Vila Viva) aos moradores do Aglomerado da Serra e seus impactos na incidência de homicídios. Na busca desse propósito, foram estabelecidos três objetivos específicos.

Com relação ao **primeiro objetivo**, interpretar a dinâmica sócio-histórico-cultural da organização dos espaços, territórios e sua relação com o crime, enfatizando a cidade de Belo Horizonte e o Aglomerado da Serra, verificou-se por meio dos **Capítulo 2 e Capítulo 3** uma densa abordagem.

No **Capítulo 2** ficou evidenciado por meio da Teoria Ecológica da Escola de Chicago de Robert Park a relação do crime com a desorganização dos espaços urbanos. De forma comparativa, verificou-se que a instalação e evolução social das cidades de Chicago, com seus guetos, e Belo Horizonte, com suas favelas, têm muito em comum. Ficou demonstrado que não há um “belo horizonte” para todos os mineiros, principalmente para aqueles ocupantes das favelas, onde a desordem física e social é latente, desde a sua criação em 1895. Essa precariedade provocada pelo abandono estatal, se alongando por décadas, fez das favelas pontos importantes de resistência política e cultural, bem como gerou oportunidades para a instalação de grupos criminosos que usam da vulnerabilidade social e pouca presença do estado para se estabelecer. Todo esse contexto social e criminoso coloca em xeque a nossa efetiva cidadania, desde as condições básicas de sobrevivência, exercício da democracia e direito a vida.

O **Capítulo 3** condensou a essência autoetnográfica desta dissertação. Os olhares do ator-pesquisador foram direcionados para a pluralidade de valores e contradições existentes no Aglomerado da Serra, focando até onde suas vistas puderam alcançar,

promoveram uma reflexão profunda sobre a Segurança Pública e a cidadania das pessoas que ali sobrevivem. Um momento importante desta seção foi a apresentação do paradoxo existente entre o significado cultural do baile funk e o sequestro desta tradição popular por parte do tráfico de drogas. Além da ligação intrínseca com o crime, ficou demonstrado os problemas sociais causados por esses eventos clandestinos: homicídios; corrupção de menores; estupros; tráfico de drogas; porte ilegal de armas; desordem pública; lesão dos direitos de ir e vir da comunidade; prejuízo para o acesso dos serviços públicos; apologia ao crime; perturbação do sossego e tranquilidade; dentre outros. Em seguida, foram expostas as não tão clandestinas organizações criminosas atuantes no Aglomerado da Serra: OTA, OTC, OTS, DRB e PC. Atualmente, cada organização tem seu espaço (por vezes território) definido no aglomerado, sendo que algumas já expandiram seu “comércio” para outras localidades da cidade e do estado. A não clandestinidade do crime e os problemas sociais que assolam o Aglomerado da Serra foram retratados em arte e descrita pelo ator-pesquisador por meio da iconografia. Nesta, confirma-se o sentimento etnográfico de que a população de bem é obrigada a conviver com estas mazelas, por medo, necessidade e vulnerabilidade social.

No que tange ao **segundo objetivo**, investigar o fenômeno homicídio no Aglomerado da Serra, entre 2006 e 2021, observando as causas/efeitos e ocorrências correlatas (lesão corporal, tráfico de drogas e apreensão de armas de fogo), esta dissertação apresentou no **Capítulo 4** uma sólida argumentação de base teórica.

A **subseção 4.1** do capítulo se iniciou correlacionando o ideário de Durkheim, de que o crime é um fenômeno social, com as ideias de Morin sobre “reflexividade” e “autoprodução” entre sociedade e crime – o crime da sociedade e a sociedade do crime. Diante da multicausalidade do crime foram apresentadas 13 teorias clássicas da sociologia e criminologia: 1) Teoria das *coortes*; 2) Teoria da anomia moral; 3) Teoria da associação diferencial; 4) Teoria da criminologia crítica; 5) Teoria da subcultura delinquente; 6) Teoria da escolha racional ou teoria econômica do crime; 7) Teoria dos rótulos; 8) Teoria da desorganização social; 9) Teoria das oportunidades ou teoria das atividades rotineiras; 10) Teoria das janelas quebradas; 11) Teoria do autocontrole ou teoria geral do crime; 12) Teoria da eficácia coletiva; 13) Teoria da dissuasão.

Na **subseção 4.2** do capítulo, consolidou-se o homicídio como fenômeno multifacetado; argumentou-se sobre a prematuridade, confiabilidade e seriedade no tratamento dos dados acerca do fenômeno no país; definiu-se o perfil majoritário das vítimas; demonstrou-se a dificuldade nacional na prevenção e elucidação das mortes, situação diametralmente oposta dos países europeus; escancarou-se a problemática do tráfico de drogas como o principal responsável pelas mortes no país, inclusive com constatações etnográficas presenciadas pelo ator-pesquisador no Aglomerado da Serra, onde é nítida a “matemática do crime” feitas pelos traficantes, corroborando com ensinamentos da “Teoria da escolha racional ou teoria econômica do crime”; por fim, apresentou-se os dados dos homicídios no Brasil, Minas Gerais e em Belo Horizonte, de 1979 a 2020, segundo o DataSus do Ministério da Saúde.

A última subseção, **4.3**, com base na metodologia definida na Seção 1, fez um diagnóstico robusto sobre os homicídios consumados e ocorrências correlatas no Aglomerado da Serra, 2006-2021, destacando os registros de tráfico de drogas, homicídios tentados e apreensões de armas de fogo, finalizando a seção com os registros de homicídio consumado e tentado decorrentes da ação policial.

No tocante ao **terceiro objetivo**, identificar os impactos das políticas públicas, programas e serviços no Aglomerado da Serra em relação ao fenômeno criminal do homicídio, discutiu-se inicialmente no **Capítulo 5** as teorias que sustentam e conceituam políticas públicas, programas e serviços; aos conceitos de política de Segurança Pública e políticas públicas de segurança, apresentando *cases* emblemáticos ocorridos pelo Brasil e pelo mundo; em seguida, destacou-se as importantes definições da terminologia “efetividade”, referente aos impactos reais das políticas na vida das pessoas; finalizando a seção com abordagens teóricas e etnográficas quanto as políticas públicas: Programa Fica Vivo!, GEPAR, PROERD e Programa Vila Viva.

O **Programa Fica Vivo!** foi abordado na **subseção 5.3.1**, quando se demonstrou o contexto de sua criação em 2002, em meio a grande violência observada nas favelas de Belo Horizonte no final dos anos 1990 e início dos anos 2000. A integração entre as forças policiais, governos estadual e municipal, estudiosos do CRISP e a comunidade, somadas a adoção de metodologias para o controle de mortes,

policciamento direcionado e avaliações constantes, reduziu satisfatoriamente, já nos primeiros meses de implementação, o número de homicídios no Morro das Pedras, local escolhido como piloto. A partir de então o Fica Vivo! se tornou uma política de estado e foi ampliado para outras favelas da capital e para o interior. O Fica Vivo! foi implantado em maio de 2006 no Aglomerado da Serra e ao longo dos anos coleciona bons resultados na redução de homicídios conforme apresentado na seção 4.

Na **subseção 5.3.2** apresentou-se o **GEPAR**, um policiamento personalizado criado em meio as estratégias elaboradas pelo Fica Vivo!, transformando-se em um serviço obrigatório no portfólio da PMMG para locais considerados áreas de risco. A estratégia do GEPAR consiste na tríade: Prevenção, Mobilização Social e Repressão Qualificada. Nessa vertente, o GEPAR 7 foi instalado em 2004 no Aglomerado da Serra, e desde de então, 24 horas por dia, faz o policiamento ostensivo, auxilia com ações sociais (distribuição de cestas, brinquedos, roupas e o GEPAR KIDS), realiza prisões de infratores, em sua maioria traficantes e autores de homicídios, e apreensões de drogas e armas. Estrategicamente, como integrante do GIE, monitora e compartilha informações das organizações criminosas atuantes no aglomerado com o grupo, expondo os fatos criminosos praticados por alvos relevantes, prospectando cenários para intervenções futuras e integradas com os demais órgãos.

O **PROERD** foi estudado na **subseção 5.3.3**, onde se conheceu a origem (Los Angeles, Estados Unidos) e sua importação para as polícias militares do Brasil em 1992. Com o passar dos anos a PMMG se tornou referência no mundo enquanto executora do PROERD. Demonstrou-se que a filosofia do programa consiste em alertar e preparar crianças e adolescentes para a realidade das drogas. A PMMG iniciou o PROERD no Aglomerado da Serra em 2004 e desde então, a cada semestre, forma centenas de estudantes, objetivando afastá-los do mundo das drogas e da violência.

Por fim, na **subseção 5.3.4** desenvolveu-se o conteúdo acerca do **Programa Vila Viva**, um programa com dimensão físico-estruturante, com o objetivo de melhorar a dignidade dos moradores do Aglomerado da Serra. O programa realizou obras (estrutura viária, saneamento, conjuntos habitacionais, pavimentou becos e escadas, criou cinco parques de preservação, equipamentos públicos etc.), promoveu ações de

educação ambiental, qualificação profissional, esportes e lazer. Todas essas ações provocaram impactos diretos na Segurança Pública e cidadania das pessoas.

Após demonstrar que os objetivos específicos foram alcançados e com base no objetivo geral estabelecido, inicia-se uma reflexão sobre as constatações que esta dissertação chegou:

1) Quanto a base de dados dos homicídios: a) a base nacional de dados sobre mortes no país, estados e municípios, é o DataSus, iniciada em 1979. Até o final desta pesquisa não haviam disponibilizado os dados de 2021. O banco de dados é acessível ao público *on line*, fato que facilitou os trabalhos. Por esta base de dados não há como apurar o local (bairro, rua e número) onde ocorreram as mortes, apenas a cidade; b) em Minas Gerais, desde 2006, o CINDS tem o controle parametrizado de todos os boletins de ocorrência registrados no estado pela PMMG, PCMG e Corpo de Bombeiros, por esses registros há como apontar o local (bairro, rua, número e coordenadas geográficas) onde ocorreram os crimes. Por esta base, ficam prejudicados os casos de homicídios tentados ou lesões corporais registradas que evoluíram para óbito ao longo dos dias. Tal apontamento é uma das causas da diferença existente entre o quantitativo de homicídios consumados controlados pelo DataSus e CINDS; c) desde janeiro de 2012, a SEJUSP controla os dados sobre os homicídios no estado. Os dados que foram disponibilizados (planilha de *excel*), solicitados por meio do portal da transparência, não ofereceram condições metodológicas seguras para serem usados pelo pesquisador.

2) O Fica Vivo foi instituído em meados de 2002 no Morro das Pedras e em 2006 no Aglomerado da Serra.

3) GEPAR 7 e PROERD foram criados e implementados em 2004 no Aglomerado da Serra.

4) O Programa Vila Viva iniciou suas obras em 2005 e as encerrou em 2012.

5) O número de homicídios consumados no Aglomerado da Serra reduziu consideravelmente desde 1998. Conforme demonstrado na Seção 4, no período de

1998-2001 a média anual foi de 46 mortes (Fig. 40); 2002-2005 a média anual foi de 27 mortes (Fig. 40); já 2006-2009 a média anual foi de 24 mortes; 2010-2013 a média anual de mortes foi de nove crimes; em 2014-2017, a média anual foi de dez mortes; por fim, 2018-2021, a média anual foi de cinco casos (TAB. 16).

6) Conforme a Figura 40, em 2003 foi contabilizado pela Delegacia de Crimes Contra Vida da PCMG 38 mortes no Aglomerado da Serra; em 2004, 24 mortes; e em 2005, 8 mortes. Porém, a mesma figura aponta o retrocesso nesta redução, com 36 mortes em 2006.

7) Pelos dados do CINDS (TAB. 16 e GRÁF. 11), foram registradas 200 mortes em 185 registros, sem a participação de agentes públicos no exercício da função. Em 2006, 27 mortes (verifica-se a divergência de dados entre CINDS e Delegacia de Crimes Contra a Vida), em 2007 foi o ano, entre toda série estudada (2006-2021) com maior número de homicídios, 28 mortes. Nos anos seguintes, as reduções foram sucessivas até 2013: 25 em 2008; 18 em 2009; 14 em 2010; 10 em 2011; 08 em 2012; 05 em 2013. Entre 2014 e 2019 o quantitativo de mortes oscilou: 11 em 2014; 02 em 2015; 14 em 2016; 15 em 2017; 06 em 2018; 13 em 2019. Por fim, em 2020, nenhum registro de homicídio foi evidenciado, porém há o caso de um jovem desaparecido durante um bloco de carnaval, tendo a família alegado que ele teria sido morto; em 2021, apenas 04 mortes foram registradas.

8) O perfil predominante dos 200 mortos compreende a 92,00% de homens (TAB. 20 e GRÁF. 15), 29,50% com idade entre 18 e 24 anos, sendo que há um equilíbrio nos demais grupos etários: de 35 a 64 anos, 20,00%; de 25 a 29 anos, 18,50%; de 30 a 34 anos, 16,50%; de 12 a 17 anos, 12,00% (TAB. 21 e GRÁF. 16); e quanto a cor da pele, 46,50% são pardos (TAB. 22 e GRÁF. 17).

9) O perfil predominante dos 85 autores de homicídios que foram identificados é composto por 91,76% de homens (TAB. 17 e GRÁF. 12), 61,17% têm entre 12 e 24 anos, sendo 42,35% tem idade entre 18 e 24 anos (TAB. 18 e GRÁF. 13) e 47,06% são pardos.

10) Observa-se que a vila mais violenta do Aglomerado da Serra é a Vila Santana do Cafezal, onde ocorreram 25,5% dos homicídios. Nossa Senhora de Fátima é a segunda vila mais violenta com 19% das mortes (TAB. 23 e GRÁF. 18).

11) Quanto as causas presumidas dos 185 registros de homicídios, 51,90% das ocorrências não apontam uma causa para o crime (prejudicado); em 34,05% dos registros a causa presumida está relacionada as drogas (TAB. 24 e GRÁF. 19).

12) O principal meio utilizado para o cometimento dos homicídios é a arma de fogo com 50,81% dos registros, sendo que este percentual pode ser maior, pois em 36,22% dos registros não foram listados os meios utilizados no crime (TAB. 25 e GRÁF. 20).

13) Quanto aos homicídios tentados, foram realizados 138 registros (TAB. 6), contabilizando 178 vítimas (GRÁF. 21), sendo que a média anual foi de 11 casos. Em 2006 e 2013 ocorreram os picos deste crime, com 30 e 27 tentativas, respectivamente. Verificou-se que nos últimos quatro anos pesquisados, três têm os menores números de vítimas: cinco em 2018, duas em 2019 e três em 2021. Os últimos cinco anos foram os menos violentos no Aglomerado da Serra, apresentando uma média anual de seis vítimas de homicídios tentados, conforme o Gráfico 21.

14) Quanto ao perfil das vítimas de homicídios tentados constatou-se que 81,46% das vítimas são homens (TAB. 26 e GRÁF. 22), 27,53% têm idade entre 18 e 24 anos, igual percentual (27,53%) com idade entre 35 a 64 anos e equilíbrio no percentual dos demais grupos etários: de 25 a 29 anos, 13,48%; de 12 a 17 anos, 12,92%; de 30 a 34 anos, 11,24%; de 0 a 11 anos, 2,81%; de 65 anos ou mais, 1,69% (TAB. 27 e GRÁF. 23); quanto a cor da pele, 41,57% são pardos, 20,22% são brancos e 19,10% são negros. Ressalta-se que a cútis “ignorada” verificada em 18,54% dos registros pode estar relacionada a falta de contato dos policiais com as vítimas (TAB. 27 e GRÁF. 24).

15) A vila mais violenta do Aglomerado da Serra é a Vila Santana do Cafezal, tendo ocorrido 29,78% dos casos de homicídios tentados. Salienta-se que a maior incidência de mortes também se deu nesta vila (TAB. 29 e GRÁF. 25). A Vila Nossa Senhora de Fátima é a segunda vila mais violenta com 19,10% das tentativas de homicídio.

Salienta-se que a Vila Nossa Senhora de Fátima foi a segunda vila com mais homicídios consumados do aglomerado (TAB. 29 e GRÁF. 25).

16) Quanto as causas presumidas dos 138 registros de homicídios tentados, 31,88% estão relacionadas a facções criminosas ligadas as drogas: ação de gangues/facções criminosas; envolvimento com drogas; droga ilícita/ entorpecente; ação/disputa de quadrilhas (TAB. 30 e GRÁF. 26).

17) Quanto ao meio utilizado nos homicídios tentados, verifica-se que no mínimo em 42,03% dos instrumentos foram armas de fogo, podendo ser maior esse percentual, uma vez que em 28,36% dos registros não foi feito o lançamento desta informação corretamente (TAB. 31 e GRÁF. 27).

18) Foram apreendidas 1.168 armas de fogo no Aglomerado da Serra, entre 2006 e 2021, uma média de 73 armas de fogo apreendidas por ano, com expressivo aumento, ano após ano, a partir de 2014, demonstrando maior efetividade das operações policiais, principalmente a partir de 2014 (TAB. 32 e GRÁF. 28), coincidindo com o fim das obras do Vila Viva. Nesta mesma vertente, pode se dizer que as ocorrências de tráfico de drogas aumentaram a partir de 2012 (TAB. 32), após o fim das obras do Vila Viva.

19) A maior quantidade de armas de fogo apreendidas se deu na Vila Marçola com 22,26% dos registros. A segunda vila com maior apreensão de armas de fogo foi a Vila Nossa Senhora de Fátima com 18,66% dos registros. A Vila Santana do Cafezal foi a terceira localidade, com 15,75% das armas apreendidas. Vila Fazendinha teve 14,81% das apreensões de armas de fogo no aglomerado. Já na Vila Nossa Senhora da Conceição foram realizadas 14,13% das apreensões. As três vilas com menos apreensões de arma de fogo foram Novo São Lucas com 8,82%, Nossa Senhora Aparecida com 5,05% e Nossa Senhora do Rosário com 0,51% (TAB. 32 e GRÁF. 28).

20) Quanto aos tipos de armas apreendidas, verificou-se que 84,76% das armas de fogo apreendidas foram pistolas e revólveres, 49,23% pistolas e 35,53% revólveres; 8,99% das apreensões foram de armas longas (espingardas, submetralhadoras,

carabinas, metralhadoras ou fuzis); 3,51% das armas apreendidas corresponderam a garruchas, polveiras e pistoletes. Cabe destacar que foram apreendidos dois fuzis de última geração nos últimos dois anos. A apreensão de tais armamentos nas mãos dos traficantes demonstra o alto poder de bélico e econômico do tráfico de drogas no Aglomerado da Serra, principalmente nos últimos anos (TAB. 33 e GRÁF. 29).

21) Além das 200 mortes já estudadas, a pesquisa apurou as mortes decorrentes de ação policial no Aglomerado da Serra, no período de 2006-2021, nas ocorrências registradas como homicídio consumado, homicídio tentado e lesão corporal, foram contabilizados 19 óbitos cometidos por agentes públicos. A partir de 2020 as ocorrências com mortes decorrentes de ação policial aumentaram, sendo observado seis registros em 2020 e três em 2021, período responsável por 47,37% dos casos (TAB. 35 e GRÁF. 31).

22) Pelos dados nos últimos dois anos, denota-se maior contundência nas intervenções policiais contra o tráfico de drogas no Aglomerado da Serra, somada de uma maior disposição por parte dos infratores em resistir às intervenções policiais (TAB. 35 e GRÁF. 31).

23) Das 5.052 ocorrências policiais selecionadas e estudadas (4.966, Tab. 05, mais 86, Tab. 34), verifica-se que em 0,37% das intervenções terminaram em morte.

24) De 2006 a 2021 o Programa Fica Vivo! atendeu 5.145 pessoas; realizou 154 oficinas, entre 2013 e 2021; e foi investido no programa R\$ 143.309.273,56, entre 2012 e 2021.

25) A intervenção da 127ª Cia PM no Aglomerado da Serra (GEPAR 7 é o único portfólio da Cia com atuação exclusiva no aglomerado) correspondeu a 54,17% dos registros das ações policiais. Em seguida, verifica-se que a 123ª Cia TM do 22º BPM atuou em 14,86% dos casos, maior parte com o apoio do GEPAR 7. A PCMG registrou 12,51% das ocorrências. As unidades especializadas da PMMG, Batalhão ROTAM e Batalhão de Choque, contribuíram com 11,66% das intervenções policiais (TAB. 7).

26) Verificou-se que são comuns as ações sociais realizadas pelos militares do GEPAR 7, como: entregas de cesta básica, doações de roupas, utensílios domésticos etc. Além dessas ações há um projeto em andamento desde 2019, GEPAR KIDS. Neste projeto, os militares do GEPAR 7 ministram aulas de jiu jitsu para crianças e mulheres (maioria mães das crianças atendidas) da vila Marçola do Aglomerado da Serra (FIG. 46, 47, 48, 49, 50 e 51).

27) O PROERD da 127ª Cia da PMMG atende as 12 escolas públicas do Aglomerado da Serra desde 2004. No universo de 22.742 pessoas formadas no PROERD desenvolvido pela 127ª Cia, ao longo dos 18 anos de programa, 79,60% dos atendidos, ou seja, 18.104 pessoas foram alunos do PROERD no Aglomerado da Serra. Se considerar o contingente populacional do Aglomerado da Serra em 50 mil habitantes, pode se inferir que 36,20% dos moradores do aglomerado foram formados pelo PROERD nos últimos 18 anos de programa.

28) O Programa Vila Viva, com as ações físico-estruturantes, teve e tem grande influência nas ações e resultados das outras políticas públicas estudadas (Fica Vivo!, GEPAR e PROERD). Segundo a PBH (2021), o Vila Viva provocou impactos positivos nas demais políticas públicas voltadas a: saúde pública; área ambiental; mobilidade urbana; habitação; ocupação laboral; participação popular; e, segurança pública.

29) Como uma pesquisa etnográfica, que se embasa por meio de uma nítida e direta observação participante do ator-pesquisador (FLICK, 2009), somada a reflexão, que é fundamento da ótica autoetnográfica (SANTOS, 2017), os benefícios vistos, sentidos e refletidos na Segurança Pública no Aglomerado da Serra, proporcionados pelo Programa Vila Viva, foram: a) acesso com facilidade por parte das viaturas policiais por todo o Aglomerado da Serra: oferece aos cidadãos, mais próximo de suas portas, a presença da força estatal para lhes proporcionar segurança; b) rapidez nos deslocamentos das equipes policiais aos locais de chamadas de emergências geradas pelo 190 dentro do Aglomerado da Serra: evita com que os casos se agravem, o que minimiza os danos pessoais e sociais; c) presença constante do policiamento ostensivo na vida da comunidade: aumenta a proximidade e confiança entre população e polícia, elemento essencial para a consolidação da polícia comunitária; d) presença do policiamento ostensivo nos pontos de venda de drogas:

diminui e impede o processo de territorialização do espaço por parte do crime organizado; e) promoção de estatísticas reais: o apontamento preciso da incidência criminal auxilia na adoção de estratégias operacionais focadas na prevenção dos crimes; f) dissuasão do crime: o acesso rápido das equipes policiais ao interior das vilas, aumenta a capacidade de efetuar prisões dos autores de crimes, potencializando a prevenção de futuros delitos, aumentando o chamado “custo do crime”; g) aumento do número de colaboradores no seio da comunidade: vendo a polícia no aglomerado, os moradores de bem se sentem mais seguros e confiantes em denunciar as atividades ilícitas na localidade, resultando em prisões dos infratores contumazes ou em prevenção de delitos, aumentando a segurança objetiva e subjetiva da comunidade; h) atividade de inteligência: os policiais do serviço de inteligência podem ir a campo com mais segurança, sem serem identificados, o que auxilia na coleta e repasse de informações para subsidiar operações pontuais; i) e, instrução processual: a coleta de provas (perícias ou diligências) pela polícia judiciária, por meio das investigações, promove melhores inquéritos que subsidiarão os processos judiciais.

30) Verificou-se, sistematicamente, na maioria dos anos estudados, que quanto maior foram as apreensões de armas de fogo, bem como as ocorrências relacionadas ao tráfico de drogas, menor foi a incidência de homicídios no Aglomerado da Serra (GRÁF. 32). Além de aumentar o custo do crime, aumenta da dissuasão e retira das ruas os agentes contumazes.

31) Por meio da observação participante e por uma reflexão autoetnográfica, pode se dizer que, assim como as melhorias viárias trazidas pelo Programa Vila Viva potencializou expressivamente o acesso ao Aglomerado da Serra para os moradores e para os serviços públicos, também favoreceu o tráfico de drogas com o acesso de usuários de drogas. Por conseguinte, com o maior acesso de usuários, o tráfico aumentou o lucro do comércio ilícito, verificado pelo aumento e qualidade das armas de fogo disponíveis nas mãos dos traficantes (inclusive fuzis), bem como o aumento do patrimônio dos “patrões” do tráfico.

32) O fortalecimento do crime pode ser medido nos últimos anos, observando-se: a) a maior quantidade de armas apreendidas (TAB. 32 e GRÁF. 28); b) maior quantitativo

de ocorrências de tráfico de drogas registradas (TAB. 6 e TAB. 12); c) fuzis apreendidos em 2021 e 2022, o que demonstra maior dinheiro para investir em armas melhores e mais potentes (TAB. 33); d) melhor qualidade das armas de fogo apreendidas (TAB. 33); e) além da percepção do ator-pesquisar quanto o aumento do poder econômico dos infratores, principalmente dos “patrões” das organizações criminosas ligadas ao tráfico de drogas do Aglomerado da Serra.

A constatação final desta dissertação gira entorno do pensamento complexo de Edgar Morin, o qual balizou esta pesquisa do início ao fim: assim como o crime, principalmente o crime de homicídio, e porque não o tráfico de drogas, apresentam multifacetadas causais, as ações de controle sobre essas modalidades criminosas necessitam ser multidimensionais, como se observou por meio das políticas públicas estudadas.

Logo, sob esse olhar, corroborado pelos dados apresentados na seção 4, é seguro afirmar que a implementação das políticas públicas Fica Vivo!, GEPAR, PROERD e Programa Vila Viva impactaram positivamente na Segurança Pública com a redução do número de homicídios, entre 2006 e 2021, contribuindo sobremaneira com a cidadania dos moradores no Aglomerado da Serra.

Por derradeiro, salienta-se que esta dissertação não teve a pretensão de encerrar a discussão sobre o tema (mesmo porque não seria possível). Espera-se que esta pesquisa sirva de estímulo e suporte para outras pesquisas, mas sobretudo, que possa servir para a reflexão de mais autoridades públicas responsáveis pela Segurança Pública e cidadania dos moradores do Aglomerado da Serra.

## REFERÊNCIAS

ALESSI, Gil. Do samba ao funk, o Brasil que reprime manifestações culturais de origem negra e periférica. **El país**. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/sociedade/2019-12-07/do-samba-ao-funk-o-brasil-que-reprime-manifestacoes-culturais-de-origem-negra-e-periferica.html>. Acesso em: 19 jul. 2022.

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito administrativo descomplicado**. 24. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

ANDRADE, Manuel Correia de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adelia A.; SILVEIRA, Maria L. (Org.). **Território: globalização e fragmentação**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 261-269.

ARDUINI, Juvenal. **Antropologia: ousar para reinventar a humanidade**. São Paulo: Paulus, 2002.

ASSUNÇÃO, Paulo A.. Hoje vamos povoar o céu: violência e martírio na conversão da América portuguesa. In: PRIORE, Mary Del; MULLER, Angélica (org.). **História dos crimes e da violência no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

ÁVILA, Cristina. **Belo Horizonte ontem e hoje**. Belo Horizonte: C/Arte, 2021.

BARCELLOS, Christovam; ZALUAR, Alba. Homicídios e disputas territoriais nas favelas do Rio de Janeiro. **Revista Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 2014; 48(1): p.94-102. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?frbrVersion=5&script=sci\\_arttext&pid=S0034-89102014000100094&lng=en&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?frbrVersion=5&script=sci_arttext&pid=S0034-89102014000100094&lng=en&tlng=en). Acesso em: 2 set. 2021.

BATTISTI, César Augusto. **O método de análise cartesiano e o seu fundamento**. Paraná, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ss/a/M55ygswpqcz3djz4cQyNCdn/?lang=pt>. Acesso em: 30 mai. 2022.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e Medo na Cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BAYER, Diego Augusto; FIGUEIREDO, Cristiano Lázaro Fiuza; RANGEL, Caio Mateus Caires. **Teoria do etiquetamento: a criação de estereótipos e a exclusão social dos tipos**. Santa Catarina, 2013. Disponível em: <https://diegobayer.jusbrasil.com.br/artigos/121943199/teoria-do-etiquetamento-a-criacao-de-esteriotipos-e-a-exclusao-social-dos-tipos>. Acesso em: 4 jun. 2022.

BEATO FILHO, Cláudio Chaves; ASSUNÇÃO Renato Martins; SILVA Bráulio Figueiredo Alves; MARINHO Frederico Couto; REIS, Ilka Afonso; ALMEIDA, Maria Cristina de Mattos. Conglomerados de homicídios e o tráfico de drogas em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, de 1995 a 1999. In: **Cad. Saúde Pública**. v. 17, n. 5, Rio de Janeiro, set./out. 2001.

BECKER, Howard. A Escola de Chicago. **MANA**, v. 2, n. 2, p. 177-188, 1996.

BELO HORIZONTE. Prefeitura de. **Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (URBEL)**. Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/urbel>. Acesso em: 19 jul. 2022.

BELO HORIZONTE. Prefeitura de. **Política de Habitação Municipal (PHM): Programa Vila Viva**. Belo Horizonte. 05 mai. 2019. Apresentação em Slide Share. 17 slides. color, Simpósio de Políticas Públicas do Projeto Salurbal: Saúde, Habitação e Políticas Urbanas no Brasil. Belo Horizonte: PBH, 2019.

BELO HORIZONTE. Prefeitura de. **Programa Vila Viva**. Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/urbel/vila-viva>. Acesso em: 8 set. 2021.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Cidadania, um projeto em construção: minorias, justiça e direitos**. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

BRANDENBERGER, Francys. Plano Global Específico (PGE) – Um Instrumento de Planejamento Urbano em Assentamentos Subnormais. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, Secretaria Municipal de Habitação. Belo Horizonte, 2010.

BRASIL. **Constituição, de 5 de outubro de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Presidência da República Federativa do Brasil, Brasília, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 3 set. 2021.

BRASIL. **Decreto-lei nº 100, de 16 de abril de 1991**. Institui a Fundação Nacional de Saúde e dá outras providências. Diário Oficial da União. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/d0100.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0100.htm). Acesso em: 16 jun. 2022.

BRASIL. **Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Rio de Janeiro, 31 dez.1940. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm). Acesso em: 20 jun. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 88.777, de 30 de setembro de 1983**. Aprova o regulamento para as policias militares e corpos de bombeiros militares (R-200). Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D88777.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D88777.htm). Acesso em: 3 set. 2021.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a longa duração. *In*: Revista de História, 1965. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/123422>. Acesso em: 8. Jul. 2022.

BRULON, Vanessa; PECL, Alketa. *Organizações públicas e espaços às margens do Estado: contribuições para investigações sobre poder e território em favelas*. **Rev. Adm. Pública** - Rio de Janeiro 47(6):1497-1517, nov./dez. 2013. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?frbrVersion=3&script=sci\\_arttext&pid=S0034-76122013000600008&lng=en&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?frbrVersion=3&script=sci_arttext&pid=S0034-76122013000600008&lng=en&tlng=en). Acesso em: 4 set. 2021.

BUCCI, Maria Paula Dallari. O conceito de política pública em direito. *In*: BUCCI, Maria Paula Dallari (Org.). **Políticas públicas: reflexões sobre o conceito jurídico**. São Paulo: Saraiva, 2006.

BURGOS, Marcelo Baumann. Dos parques proletários ao Favela-Bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. *In*: ALVITO, Marcus; ZALUAR, Alba (org.). **Um século de favela**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 25 - 59.

CAMARGO, Alexandre Sandim; OLIVEIRA, Daniela Rezende de. Anomia e direito: Robert Merton e a teoria da anomia. *In*: **Revista Científica Integrada**. 2. ed. Ribeirão Preto: UNAERP, 2021.

CANO, Ignácio; RIBEIRO, Eduardo. Homicídios no Rio de Janeiro e no Brasil: dados, políticas públicas e perspectivas. *In*: CRUZ, Marcus Vinicius Gonçalves da; BATITUCCI, Eduardo Cerqueira (org.). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 51-78.

CARA, Roberto B. Territorialidade e identidade regional no sul da província de Buenos Aires. *In*: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adelia A.; SILVEIRA, Maria L. (org.). **Território: globalização e fragmentação**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 261-269.

CARDOSO, Carlos. Milênio explica: as políticas de estado e governo. 2020. Disponível em: <https://exame.com/colunistas/instituto-millenium/millenium-explica-as-politicas-de-estado-e-de-governo/>. Acesso em: 12. abr. 2022.

CARNEIRO, Annova Míriam Ferreira. Serviços, programas, projetos e benefícios desenvolvidos nos CRAS, CREAS e Centros POP: capacidade de atendimento, conhecimento, acesso pelos usuários e qualidade. *In*: **Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social**. 02 a 07 de dezembro de 2018, Vitória: 2018.

CARTEL DE CÁLI. *In*: WIKIPÉDIA. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Cartel\\_de\\_Cáli](https://pt.wikipedia.org/wiki/Cartel_de_Cáli). Acesso em: 12 jun. 2022.

CASSAVARI, Márcio dos Santos. **Análise da atuação dos grupamentos especializados em policiamento em áreas de risco (GEPAR) da área do 22º BPM**. 2010. Monografia (Especialização em Gestão Estratégica de Segurança Pública) - Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte: 2010.

CASTRO, Rodrigo Batista de. Eficácia, eficiência e efetividade na administração pública. *In*: **30º Encontro da ANPAD**. 23 a 27 de setembro de 2006, Salvador: 2006.

CAVALCANTE, Roberta Micheli de Oliveira; PAIÃO, Olivie Samuel. Teoria das janelas quebradas: uma reflexão no ordenamento jurídico brasileiro. *In*: **Colloquium Socialis**. v. 02, n. 1, p. 68-72. Presidente Prudente: UNOESTE, 2018.

CECCHETTO, Fátima Regina. Galeras funk cariocas: os bailes e a constituição do ethos guerreiro. *In*: ALVITO, Marcus; ZALUAR, Alba (org.). **Um século de favela**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 145 - 165.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

Centro Iberoamericano de Desarrollo Estratégico Urbano – CIDEU, 2022. Disponível em: <https://www.cideu.org/wp-content/uploads/2019/12/analisisambientaldelprogramavilaviva.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2022.

CHAVES, Luciano Magalhães. **Motivações dos homicídios consumados e tentados: uma análise do fenômeno em Belo Horizonte no ano de 2020**. 2021. Artigo Científico. (Especialização em Gestão Estratégica em Segurança Pública). Academia de Polícia Militar, Belo Horizonte, 2021.

COHEN, A. K. **Delinquent boys: the culture of the gang**. London: Routledge & Kegan Paul LTD, 1955. Disponível em: [https://scholar.google.co.uk/citations?view\\_op=view\\_citation&hl=pt-BR&user=\\_GMxJzEAAAAJ&citation\\_for\\_view=\\_GMxJzEAAAAJ:u5HHmVD\\_uO8C](https://scholar.google.co.uk/citations?view_op=view_citation&hl=pt-BR&user=_GMxJzEAAAAJ&citation_for_view=_GMxJzEAAAAJ:u5HHmVD_uO8C). Acesso em: 3 jun. 2022.

COMPSTAT. *In*: WIKIPÉDIA. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/CompStat>. Acesso em: 12 jun. 2022.

CORRÊA, Ana Carolina Utsch. **Desafios e revisões do programa Fica Vivo à luz dos seus anos de existência**. 2008. Monografia. (Curso Superior de Administração Pública). Escola de Governo Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro: Belo Horizonte, 2008.

CORRÊA, Ana Carolina Utsch. **O processo de implementação do Vila Viva no Aglomerado da Serra e os possíveis impactos na criminalidade local**. 2010. Monografia. (Especialização em Segurança Pública e Justiça Criminal). Fundação João Pinheiro: Belo Horizonte 2010.

COSTA, Eduardo. **Vila Viva: transformando vidas**. Belo Horizonte: Ed. do Autor, 2008.

COSTA, Letícia Silva da; VARALLI, Janaína Thaís Daniel. Teoria da associação diferencial e seus aspectos inseridos na formação do primeiro comando da capital. *In*: **Revista de Criminologia e Políticas Criminais (Org.)**. Porto Alegre: 2018. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/revistacpc/article/view/4934/pdf>. Acesso em: 3 jun. 2022.

COTTA, Francis Albert. A experiência da autoetnografia policial e o ator-pesquisador. Métodos e Técnicas em pesquisa e educação. Pós-graduação em Docência no Ensino Superior. Muzambinho: IFSULDEMINAS, 2022a.

COTTA, Francis Albert. **Breve história da Polícia Militar de Minas Gerais**. 2. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2014.

COTTA, Francis Albert (Org.). **Ciências Policiais e Tecnologias Inovadoras na Segurança Cidadã**. São Paulo: Paco, 2022b.

COTTA, Francis Albert; SILVA, Wellington Teodoro. Formação das favelas numa capital planejada: Belo Horizonte e região metropolitana. *In: MNEMOSINE*. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFCG. V. 6, n.3, jul/set 2015, p. 84-97.

COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga: um estudo da religião, do Direito e das Instituições da Grécia e Roma**. São Paulo: Montecristo, 2021.

COURTHÉOUX, Jean-Paul. **Observations sur violence et mouvement économique**. Paris: L'Anée Sociologique, v. 29, 1978.

CRISP. Boletim Informativo: **Programa Fica Vivo**: ações simples, resultados efetivos. Informativo, Ano 1, n. 5. Fevereiro de 2003.

CRISP. **Pesquisa de vitimização em Belo Horizonte**. Relatório de pesquisa. 2002. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

DIAS, Maria Angélica de Salles. **Mortalidade por homicídios em áreas vulneráveis de Belo Horizonte, objeto de intervenções urbanas e sociais do Projeto Vila Viva: uma análise comparativa**. Tese (Doutorado em Saúde Pública) Faculdade de Medicina), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

EUFRASIO, Mário A.. **Estrutura urbana e ecologia humana: a escola sociológica de Chicago (1915-1940)**. São Paulo: Editora 34, 1999.

FELTRAN, Gabriel de Santis. O legítimo em disputa: As fronteiras do “mundo do crime” nas periferias de São Paulo. *Dilemas – Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*. v. 1, n. 1, p. 93-126, Rio de Janeiro, UFRJ, 2008.

FERNANDES, Rodrigo Alisson. **Efeitos contextuais no risco no risco de vitimização criminal: testando teorias de “atividades rotineiras” e “estilo de vida/exposição” em diferentes estratos urbanos de Belo Horizonte**. Dissertação (Mestrado em sociologia), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

FERRAREZI, Elisabete; SARAVIA, Enrique. **Políticas públicas**. Brasília: ENAP, 2006.

FERREIRA, A. B. H.. **Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FILOCRE, D'Aquino. Classificações de políticas de segurança pública. *In: Revista Brasileira de Segurança Pública (Org.)*. Belo Horizonte: 2009. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/57>. Acesso em: 31 jun. 2022.

FLICK, Uwe. **Introdução a pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2016**. São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br>. Acesso em: 15 jun. 2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2022**. São Paulo, 2022. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br>. Acesso em: 21 fev. 2022.

FREITAS, Vanessa Tenuta de. **Geodesign: uma alternativa para criação de propostas coletivas para assentamentos precários em Belo Horizonte**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

FREITAS, Wagner Cinelli de Paula. **Espaço urbano e criminalidade: lições da escola de Chicago**. São Paulo: IBCCRIM, 2002.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GHELMAN, Silvio. **Adaptando o balanced scorecard aos preceitos da nova gestão pública**. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Gestão) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. 4. reimpr. São Paulo: Atlas, 2011.

GLAESER, Edward L. **Os centros urbanos: a maior invenção da humanidade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GOTTFREDSON, M. R.; HIRSCHI, T. **A general theory of crime**. Stanford: Stanford University Press, 1990. Disponível em: <https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/9781503621794/html?lang=de>. Acesso em: 2 jun. 2022.

GUIMARÃES, Berenice Martins. Favelas em Belo Horizonte: tendências e desafios. **XVI Encontro anual dos ANPOCS**. Caxambu, 1992.

HANNERZ, Ulf. **Explorando a cidade: em busca de uma antropologia urbana**. Tradução de Vera Joscelyne. Petrópolis: Vozes, 2015.

HOBBS, Thomas. **Leviatã**. Tradução de Rosina D'Angina. 1.ed. São Paulo: Martin Claret, 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Projeção da População Brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 19 jul. 2022.

JANNUZZI, P. de M. Avaliação de Programas Sociais: conceitos e referências de quem realiza. Temas em destaque. **Estudos em Avaliação Educacional**. São Paulo, v. 25, n. 58, p. 22-42, mai/ago. 2014.

LAZZARIN, Luís Fernando. Grafite e o Ensino da Arte. **Revista educação & realidade**. 32(1): 59-74, jan/jun. 2007. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/rer/v32n01/v32n01a05.pdf>. Acesso em: 2 jun. 2022.

LEEDS, Elizabeth, Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana brasileira. *In*: ALVITO, Marcus; ZALUAR, Alba (org.). **Um século de favela**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 234 - 276.

LEMOS, Carolina Siqueira. **Gestão pública orientada para resultados: avaliando o caso de Minas Gerais**. 2009. Dissertação (Mestrado em Administração Pública). Fundação Getúlio Vargas - Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Centro de Formação Acadêmica e Pesquisa. Rio de Janeiro, 2009.

LOWI, Theodor. American Business, Public Policy, Case Studies and Political Theory. **World Politics**.16. p. 677-715. 1964.

MALMEGRIM, Maria Lonídia; MICHAUD, Claude. **Modelagem organizacional para ação e controle estratégico: guia metodológico**. Brasília, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. 8. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2017.

MARICATO, Ermínia. MetrÓpole, legislação e desigualdade. **Revista Estudos Avançados (Org.)**. São Paulo: 2003.

MARINHO, Alexandre; FAÇANHA, Luís Otávio. **Programas sociais: efetividade, eficiência e eficácia como dimensões operacionais da avaliação**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/pub/td/td\\_2001/td0787.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2001/td0787.pdf). Acesso em: 4 set. 2021.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania e classe social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARZAGÃO JÚNIOR, Laerte I.. **Homicídio crime rei**. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

MATTOS, Márcio. **Efeitos vizinhança e eficácia coletiva: a relevância do contexto na explicação sociológica**. Brasília: 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/jPNh4S4TKDs4RFvnbCTnbbs/?lang=pt>. Acesso em: 4 jun. 2022.

McKENZIE, Roderick D.. The Ecological Approach to the Study of The Human Community. **American Journal of Sociology**, v. 30, n. 3, p. 287-301. 1924.

MEAD, L. M.. Public Policy: vision, potential, limits. **Policy Currents**. p. 1-4. 1995.

MEIRELLES, Hely Lopes; FILHO, José Emmanuel Burle. **Direito Administrativo Brasileiro**. 42. ed. atual. Até a Emenda Constitucional n. 90. São Paulo: Malheiros, 2016.

MICHAELIS. Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2022. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>. Acesso em: 27 jul. 2022.

(MG1, 2017). Adolescente morre baleado e outros três jovens ficam feridos em baile funk. **Globo Play**. Belo Horizonte, 10 jul. 2017. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/5996979/>. Acesso em: 27 jul. 2022.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. 1ª Região de Polícia Militar. *Plano de Treinamento do Curso de Capacitação GEPAR*, 2021.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. 22º Batalhão de Polícia Militar. *Estudo de Situação nº 01/2020: Avaliar a necessidade e viabilidade de aporte de efetivo e de viaturas nos serviços GEPAR e TM do 22º BPM*, 2020.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. 22º Batalhão de Polícia Militar. *Protocolo de enfrentamento ao crime de homicídio*. Belo Horizonte: Seção de Planejamento (P/3), 2022.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. Comando-Geral. **Diretriz Geral para Emprego Operacional (DGEOp) nº 3.01.01.2019**: Regula o emprego operacional da Polícia Militar de Minas Gerais. Belo Horizonte: Assessoria Estratégica de Emprego Operacional (AE/3), 2019.

MINAS GERAIS, Polícia Militar. Comando-Geral. **Diretriz para a Produção de Serviços de Segurança Pública nº 3.01.04/2010-CG**. Regula a aplicação do Programa de Resistência às Drogas pela Polícia Militar de Minas Gerais. Belo Horizonte: Seção de Planejamento e emprego operacional EMPM/3, 2010.

MINAS GERAIS. Polícia Militar. Comando-Geral. Instrução nº 002/2005-CG. Contém o regulamento sobre a criação e emprego do Grupo Especializado em Policiamento de Áreas de Risco - GEPAR. Belo Horizonte: 3ª Seção do Estado-Maior, 2005.

MINAS GERAIS, Polícia Militar. Comando-Geral. Instrução nº 3.03.20/2016-CG. Regula o emprego do Grupo Especial de Policiamento em Área de Risco (GEPAR)/ Polícia Militar de Minas Gerais – Comando Geral. 2. ed. rev. Belo Horizonte: Seção Estratégica de Emprego Operacional (EMPM/3), 2016.

MINAS GERAIS. **Constituição do Estado de**. 1989. Disponível em: <http://almg.gov.br>. Acesso em: 3 set. 2021.

MONTEIRO, Amanda Rafaelly Casé. *As cidades de Platão: a construção de uma utopia*. Natal, 2019. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=179>. Acesso: 4 mar. 2022.

MORAES, Alexandre de. **Direito Constitucional**. 34. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MORAIS, Vanessa Chaves de Jesus de. **Análise do grau de eficiência do Proerd aferido a partir da não entrada na carreira criminosa das crianças e adolescentes submetidas ao programa a partir do estudo de caso de uma escola em Belo Horizonte entre os anos de 2005 e 2016**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública), Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2016.

- MORIN, Edgar. **Introdução ao Pensamento Complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2015.
- MUNIZ, Egle; MARTINELLI, Maria Lúcia; MOELLWALD, Maria Tereza Egger; CHIACHIO, Neiri Bruno. O conceito de serviços socioassistenciais: uma contribuição para o debate. *In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL*. Brasília, 2007. Cadernos de textos. Brasília: CNAS/MDS, 2007.
- NEOS (Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedades). “Pancadão Proibidão”: Funk como Cultura, Trabalho e Lazer da Periferia. YouTube, 06 de novembro de 2018. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=dE\\_3irVHJrE](https://www.youtube.com/watch?v=dE_3irVHJrE). Acesso em: 27 jul. 2022.
- NÓBREGA JÚNIOR, José Maria Pereira da. **Democracia, violência e segurança pública no Brasil**. Campina Grande: EDUFPG, 2019.
- NÓBREGA JÚNIOR, José Maria Pereira da. Políticas públicas e segurança pública em Pernambuco: o case pernambucano e a redução da violência homicida. *Latitude*, v. 8. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/latitude/article/view/1616>. Acesso em: 6 ago. 2021.
- NONATO, Luísa Cristina; ALVES, Aline Neves Rodrigues. Circuito Serra: transitando na quebrada – uma experiência educativa com grupos socioculturais juvenis do Aglomerado da Serra (BH/MG). *In: XVI SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA*. Espírito Santo: 2019, 2797-2812.
- OLIVEIRA, A. S. S.. Política de segurança e políticas de segurança pública: da teoria a prática. *In: GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL*. Das políticas de segurança pública às políticas públicas às políticas públicas de segurança. São Paulo: Ilanud, 2002, p. 43-62. Disponível em: <<http://www.observatoriodeseguranca.org/files/livro-prevdoccrime%20ILANUDpdf>>. Acesso em: 23 jul. 2009.
- OLIVEIRA, Flaviane da Costa *et al.*. **Avaliando o PROERD: desafios e possibilidades**. Belo Horizonte: Newton Paiva, 2010.
- OLIVEIRA, Jailson S. Repensando a questão das favelas. **Revista Brasileira de Estudo de População**, Campinas, v. 2, n. 1, p. 9-30, jan./jun. 1985. Disponível em: <https://www.rebep.org.br/revista/article/view/625>. Acesso em: 6 mai. 2021.
- OLIVEIRA, Jane Souto de; MARCIER, Maria Hortense. A palavra é: favela. *In: ALVITO, Marcus; ZALUAR, Alba (org.). Um século de favela*. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 61 - 114.
- ORZIL, Camila de Lima. A percepção dos agentes e alunos do PROERD sobre o programa. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Estudos de Criminalidade e Segurança Pública), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2010.
- OSBORNE, D. & GAEBLER, T. **Reinventando o governo** - como o espírito empreendedor está transformando o governo. Brasília: MH Comunicação, 1994.

PARK, Robert Ezra; BURGESS, Ernest W.. **Introduction to the Science of Sociology**. University of Chicago Press, Chicago. 1921.

PARK, Robert Ezra. Education in Its Relation to the Conflict and Fusion of Cultures. **American Sociological Society**, v.13, p. 38-63. 1918.

PARK, Robert Ezra. **La Ciudad y otros ensayos de ecología urbana**. Barcelona: Serbal, 1999.

PENA-VEGA, Alfredo; LAPIERRE, Nicole. **Edgar Morin em foco**. São Paulo: Cortez, 2008.

PEREIRA, Luiz Carlos C. Bresser; SPINK, Peter Kevin. **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

PEROVANO, Dalton Gean. **Manual de metodologia científica para a segurança pública e defesa social**. Curitiba: Juruá, 2014.

PETRÁGLIA, Izabel. **Edgar Morin: a educação e a complexidade do ser e do saber**. 13. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens políticas e econômicas da nossa época**. São Paulo: Contraponto, 2021.

PRADO, Adirson Barbosa do. **A aplicação das medidas administrativas pela polícia militar de minas gerais em face do código de trânsito brasileiro**. 2007. Monografia (Especialização em Segurança Pública), Academia de Polícia Militar, Belo Horizonte, 2007.

RABÊLO, José Maria. **Belo horizonte: do arraial à metrópole – 300 anos de história**. Belo Horizonte: Graphar, 2013.

RAMALHO, José Ricardo. **Mundo do crime, a ordem pelo avesso**. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1979.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

REZENDE, Manuel Morgado; RODRIGUES, Marcelo Fabiano; ALMEIDA, Sonia Maria de. Fechamento de bares e violência: breves considerações. **Mudanças – psicologia da saúde**, 17 (2), Jul-Dez 2009, 113-115. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/MUD/article/view/2126/2088>. Acesso em: 03 jun. 2022.

ROCHA, Daniella Guedes. Imagens cristalizadas: a construção dos estereótipos sobre as favelas. **Revista mídia e cotidiano**, v. 11, n. 3, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/9842/6972>. Acesso em: 4 mai. 2021.

ROCHA, Rafael Lacerda Silveira. **Vinganças, guerras e retaliações: um estudo sobre o conteúdo moral dos homicídios de caráter retaliatório nas periferias de Belo Horizonte**. 2017. Dissertação. (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

ROLIM, Marcos. **A síndrome da rainha vermelha: policiamento e segurança pública no Século XXI**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor; Oxford, Inglaterra: University of Oxford, Centre for Brazilian Studies, 2006.

ROSA, Josiane Cláudia Sales; SANTOS Samantha Isa de Almeida; PEREIRA Denise de Castro. **O acúmulo de lixo no Aglomerado da Serra: uma visão de comunidades do entorno do Parque Municipal das Mangabeiras**. Monografia (Graduação em Ciências Biológicas) - Pontifícia Universidade Católica, Belo Horizonte, 2010.

ROSÁRIO, Anselmo Pedrosa. **Análise das mortes violentas intencionais de policiais militares em Minas Gerais no período de 2012 a 2016**. Monografia (Especialização em Segurança Pública) - Academia de Polícia Militar, Belo Horizonte, 2017.

SAES, Décio Azevedo Marques de. **Cidadania e classes sociais: teoria e história**. São Bernardo do Campo: Metodista, 2016.

SANO, Hironobu; MONTENEGRO FILHO, Mário Jorge França. As Técnicas de Avaliação da Eficiência, Eficácia e Efetividade na Gestão Pública e sua Relevância para o Desenvolvimento Social e das Ações Públicas. **Desenvolvimento em Questão**, v. 11, n. 22, 2013, p. 35-61. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

SANTOS, José Vicente Tavares. A agonia da vida: mortes violentas entre a juventude do país do futuro. *In*: CRUZ, Marcus Vinicius Gonçalves da; BATITUCCI, Eduardo Cerqueira (org.). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 11-24.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura. **Território, Globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTOS, Sílvio Matheus Alves. O método da autoetnografia na pesquisa sociológica: atores, perspectivas e desafios. **Plural, revista do programa de pós-graduação em sociologia da USP**. São Paulo: USP, 2017.

SANTOS, Verônica Cezar Laranjeira dos. **Mortalidade infantil e urbanização: o caso do Aglomerado da Serra**. 2010. Monografia (Curso de Especialização em Saúde Coletiva) - Escola de Enfermagem da UFMG, Belo Horizonte, 2010.

SAPORI, Luís Flávio; SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Por que cresce a violência no Brasil?** Belo Horizonte: Autêntica Editora; Editora PUC Minas, 2015.

SAQUET, Marcos A. Proposições para estudos territoriais. **GEOgraphia**, v. 8, n. 15, p. 71-85, 2006.

SCHEEFFER, Fernando. Teoria da escolha racional: a evidenciação do homo economicus?. **Em tese: Revista eletrônica dos pós graduandos em sociologia política da UFSC**. Florianópolis: UFSC, 2013.

SEJUSP. Secretaria de Justiça e Segurança Pública do estado de Minas Gerais. **Guia de orientações para a execução do trabalho**. Belo Horizonte: Diretoria de Proteção a Juventude, 2020.

SEJUSP. Secretaria de Justiça e Segurança Pública do estado de Minas Gerais. **Sistema de Acesso a Informação [Mensagem Pessoal]**. Mensagem recebido por: <acessoainformacao@cge.mg.gov.br> em 05 ago. 2022.

SHECARIA, Sérgio Salomão. **Criminologia**. 5. ed. São Paulo: Revista do dos tribunais, 2013.

SILVA, Fernando Sabino; AMORIM, Pedro Henrique Muller; KREUTZ, Rafael Rudolfo; MASTELLA, Mauro. Eficiência, eficácia e efetividade na administração pública: uma análise bibliométrica sobre as publicações em periódicos científicos. *In*: **SEGUNDO CONGRESSO NACIONAL DE DESEMPENHO DO SETOR PÚBLICO**. Florianópolis: CIDESP, p. 799-819, 2018.

SILVA, Jairza Fernandes Rocha da. Geração de resíduos sólidos e consumo: um estudo de caso no Aglomerado da Serra. *In*: **V CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO AMBIENTAL**. Belo Horizonte: IBEAS, 2014.

SILVA, Ligia Maria; FORMIGLI, Vera Lúcia A. Avaliação em Saúde: Limites e Perspectivas. 1994. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 10, n.1: 80-91, jan/mar, 1994.

SILVA, Márcio Gibran; ASSUNÇÃO, Ana Paula da Costa; CORREIA, Robert Cecílio da Silva. **Requalificação ambiental urbana da maior favela de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: 2007. Disponível em: [https://carbonn.org/uploads/tx\\_carbonndata/Programa%20Vila%20Viva.pdf](https://carbonn.org/uploads/tx_carbonndata/Programa%20Vila%20Viva.pdf) . Acesso em: 12 jun. 2022.

SILVA, Micael Henrique. **Criação de significado na gestão organizacional: análise do modelo de gestão do desempenho operacional da PMMG e sua relação com o controle de homicídios entre os anos 2018 e 2019**. 2021. Monografia (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia) - Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, 2021.

SILVA, Michel. **Por que a planta favela não resiste ao clima carioca**. 11 Jul. 2017. Disponível em: <https://favelaempauta.com/por-que-a-planta-favela-nao-resiste-ao-clima-carioca/>. Acesso em: 4 mar. 2021.

SILVA, Leonardo de Carvalho; GAUDÊNCIO, Martha. Onde mora a impunidade? Porque o Brasil precisa de um indicador nacional de esclarecimento de homicídios. *In: INSTITUTO SOU DA PAZ*. 4. ed. São Paulo: Instituto Sou da Paz, 2021.

SILVA, Yolanda. **O que é iconografia?** Disponível em: <https://citaliarestauro.com/o-que-significa-iconografia/>. Acesso em: 12 jun. 2022.

SILVEIRA, Andréa Maria; ASSUNÇÃO, Renato Martins; Silva, Bráulio Alves Figueiredo da Silva; BEATO FILHO, Cláudio Chaves. Impacto do Programa Fica Vivo na redução dos homicídios em comunidade de Belo Horizonte. **Revista Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 44, n. 3, p. 496-502, 2010.

SILVEIRA, Andréa Maria. A prevenção dos homicídios: desafio para a segurança pública. *In: BEATO, Cláudio (ord.)*. **Compreendendo e avaliando: projetos de segurança pública**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 120-165.

SOARES, Gláucio Ary Dillon; BATITUCCI, Eduardo Cerqueira; RIBEIRO, Ludmila Mendonça Lopes. As mortes desiguais em Minas Gerais: gênero, idade, estado civil e raça nos homicídios registrados pelo Sistema de Informações de Mortalidade. *In: CRUZ, Marcus Vinicius Gonçalves da; BATITUCCI, Eduardo Cerqueira (org.)*. **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 79-104.

SOARES, Gláucio Ary Dillon. **Não matará: desenvolvimento, desigualdade e homicídios**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

SOARES, Luís Eduardo. **Meu casaco de General** – Quinhentos dias no front da segurança pública no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000.

SOARES, Luís Eduardo. Segurança Pública: presente e futuro. **Estudos Avançados**. São Paulo, v. 20, n. 56, p. 91-106, jan/abr. 2006.

SOUZA, Raies Moreira de; RIANI, Juliana de Lucena Ruas. **Vulnerabilidade e segregação ocupacional dos jovens em regiões de favelas em Belo Horizonte - Minas Gerais**. Belo Horizonte: 2010.

SOUZA, Vitor Luiz Coelho e Souza. **A relação da polícia militar com as políticas de prevenção social à criminalidade: a experiência do Programa Fica Vivo!**. Monografia (Bacharelado em Administração Pública) - Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho, Fundação João Pinheiro: Belo Horizonte, 2018.

TOLAN, P. Crime prevention: focus on youth. *In: WILSON, J. Q; PETERSILIA, J. (org.)*. **Crime: public policies for crime control**. Oakland: Institute for Contemporary Studies, 2004. p. 109-128.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. **Estado, democracia e administração pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

TRAVASSOS, Sônia Duarte. Capoeira e alteridade: sobre mediações, trânsitos e fronteiras. *In: ALVITO, Marcus; ZALUAR, Alba (org.)*. **Um século de favela**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 167 - 180.

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. **Policiamento Comunitário: como começar**. Rio de Janeiro: Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, 1994.

TURNER, Victor. **Floresta de Símbolos: aspectos do Ritual Ndembu**. Niteroi: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2005.

UNICEF. **Guide for monitoring and evaluation**. Nova York: Unicef, 1990.

UNODC. **Estudio mundial sobre el homicidio**. Viena: ONU, 2019.

VALENTE, Júlia. **UPPs: Governo militarizado e a ideia de pacificação**. Rio de Janeiro: Revan, 2016.

VISACRO, Alessandro. **A guerra na era da informação**. São Paulo: Contexto, 2018.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia**. Brasília: UnB. 2 v. 2000.

WELLFORD, C. Crime and the dimensions of nations. **International Journal of Criminology & Penology**, v. 2, p. 1-10, 1974.

WOLF, Preben. Crime and development; an international comparison of 1971 crime rates. **Scandinavian Studies in Criminology**, v. 3, p. 107-120, 1971.

WONG, C. Clifford R.. **Shaw and Henry D. McKay, The Social Disorganization Theory**. UC Santa Barbara: CSISS Classics - Center for Spatially Integrated Social Science, 2002. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/47j411pr#author>. Acesso em: 2 jun. 2022.

ZALUAR, Alba. Crime, medo e política. *In*: ALVITO, Marcus; ZALUAR, Alba (org.). **Um século de favela**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 210 - 232.

ZALUAR, Alba. Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. Dossiê Crime Organizado. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 61, Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2007.

ZALUAR, Alba. **Integração Perversa: Pobreza e Tráfico de Drogas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ZANETIC, André; MANSO, Bruno Paes; NATAL, Ariadne Lima; OLIVEIRA, Thiago Rodrigues. Legitimidade da polícia: segurança pública para além da dissuasão. **Civitas, Revista de Ciências Sociais**. Porto Alegre: PUC Rio Grande do Sul, 2016.